



Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais

Iolanda Maciel Fontainhas **(Inter)ditos: as dinâmicas afetivas e sexuais do casal heterossexual**

Iolanda Maciel Fontainhas

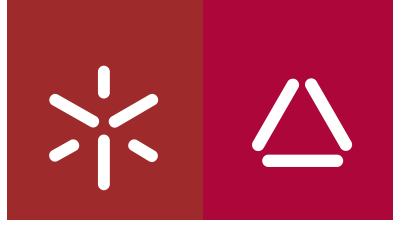
**(Inter)ditos: as dinâmicas afetivas e sexuais
do casal heterossexual**

UMinho | 2023

março de 2023

Este trabalho foi financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) através da concessão de uma bolsa de doutoramento (SFRH/BD/138347/2018), participado pelo Fundo Social Europeu e por fundos nacionais do MCTES.





Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais

Iolanda Maciel Fontainhas

**(Inter)ditos: as dinâmicas afetivas e sexuais
do casal heterossexual**

Tese de Doutoramento
Doutoramento em Sociologia

Trabalho efetuado sob a orientação da
**Professora Doutora Ana Maria Simões de Azevedo
Brandão**

março de 2023

DIREITOS DE AUTOR E CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO DO TRABALHO POR TERCEIROS

Este é um trabalho académico que pode ser utilizado por terceiros desde que respeitadas as regras e boas práticas internacionalmente aceites, no que concerne aos direitos de autor e direitos conexos.

Assim, o presente trabalho pode ser utilizado nos termos previstos na licença abaixo indicada.

Caso o utilizador necessite de permissão para poder fazer um uso do trabalho em condições não previstas no licenciamento indicado, deverá contactar o autor, através do RepositóriUM da Universidade do Minho.

Licença concedida aos utilizadores deste trabalho



**Atribuição-NãoComercial-SemDerivações
CC BY-NC-ND**

<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>

AGRADECIMENTOS

Passaram quatro anos desde que liguei ao meu pai para lhe contar que consegui uma bolsa de doutoramento que me permitiria realizar um dos sonhos da minha vida. Hoje já não lhe posso ligar, mas espero que ele saiba que o estou quase a alcançar. Quando todas as minhas certezas se viraram de pernas para o ar, a única que mantive é que estou rodeada de amor. E com amor, o resto floresce. Esta tese é o resultado de muitos contributos e fontes de amor a quem não posso deixar de expressar aqui a minha enorme gratidão.

Em primeiro lugar cumpre-me agradecer à Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT) pela concessão da bolsa de doutoramento (SFRH/BD/138347/2018), apoiada pelo Fundo Social Europeu e por fundos nacionais, sem a qual a realização deste trabalho não teria sido possível. Agradecer, de igual forma, ao Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais da Universidade do Minho (CICS.NOVA.UMinho) pelo acolhimento e pelas condições institucionais proporcionadas.

À Professora Doutora Ana Maria Brandão, agradeço por toda a orientação, apoio e palavras partilhadas. Mas, principalmente, por estimular a minha curiosidade sociológica e por ser uma fonte de inspiração intelectual e científica. A ela me liga um sentimento de profunda gratidão pela confiança que depositou em mim e pelo privilégio de trabalhar com alguém com a sua dedicação, sentido ético e rigor.

A todos os casais que dão vida a estas páginas manifesto um agradecimento muito especial e a minha eterna dívida de gratidão. Por confiarem em mim, por generosamente me deixarem entrar no mundo secreto das suas vidas e por me mostrarem que são as diversas formas de amor e de amar que tornam a vida mais bonita. Este trabalho também é deles.

No domínio académico, quero também expressar o meu agradecimento a todos os professores e mestres que presenciaram o meu percurso e que, ao partilharem o brilhantismo dos seus pensamentos, me proporcionaram oportunidades de crescimento científico e humano. Destaco, em particular, Professorie Daniel Cardoso que, com generosidade, me mostrou um mundo para além do que é normativo. Uma palavra muito especial também aos meus colegas que, através da partilha de conselhos, estímulos e desabafos, foram acompanhando as minhas deambulações. Em particular, à Sara Matos e ao João Lima que transformaram a minha escrita solitária num ato mais partilhado e à Manuela André pela preciosa ajuda na formatação deste trabalho.

Entre estes mestres, nunca esquecerei a Professora Doutora Lisbeth Rodrigues. Para mim, a Lis. Com ela aprendi muitas coisas sobre a vida e sobre como viver. Agradeço-lhe por me lembrar que

o importante é chegar a “Casa”. Mais do que uma “mestre”, tornou-se uma amiga a quem confiei a leitura de todas as páginas desta tese e a leitura de muitas partes da minha vida.

A todos os meus amigos e amigas por serem raios de luz. A vossa presença funcionou como combustível de amor, incentivo e esperança. Agradeço-vos por acreditarem sempre em mim e me mostrarem que é possível escolher dançar no meio das tempestades. Todos são a prova de que um amigo nunca nos deixa no chão. De forma muito particular, agradeço à D. Albertina pela delicadeza com que sempre cuidou de mim. O que por mim fez é um exercício de grande generosidade, amor e sensibilidade. Foi no seu colo que encontrei o ânimo necessário para continuar a caminhar. Também à minha Aida que voou durante este percurso, mas que continua a orientar-me a partir do Céu. A ela a minha gratidão por ter confiado a sua história e através dela me ensinar a não ter medo da fragilidade e a não ter medo de amar.

À minha família por serem a “Casa” com as assoalhadas mais repletas de amor, generosidade e segurança que conheço. Por cada sorriso, por cada abraço, por cada cuidado. Neles encontro o lugar seguro para descansar e tudo aquilo que segura os meus passos.

Finalmente, à minha mãe e irmã. Sustentáculos da minha vida. Nada disto importa sem elas. É quando os abraços se abrem e o colo delas se fecha que me sinto verdadeiramente feliz e amada. Seguimos. Juntas. Por ele. Pelo nosso pai, Raquel. Pelo teu grande amor, mãe. E por quem nos acaba de chegar. O nosso pequeno Vasquinho. Sem vocês este caminho não faria sentido. Aliás, nada na minha vida faria sentido.

De mim e de hoje, o meu agradecimento a todos.

DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE

Declaro ter atuado com integridade na elaboração do presente trabalho académico e confirmo que não recorri à prática de plágio nem a qualquer forma de utilização indevida ou falsificação de informações ou resultados em nenhuma das etapas conducente à sua elaboração.

Mais declaro que conheço e que respeitei o Código de Conduta Ética da Universidade do Minho.

(Inter)ditos: as dinâmicas afetivas e sexuais do casal heterossexual

RESUMO

Se entendermos a sexualidade como uma dimensão fundamental da relação conjugal, é possível tomar as suas manifestações como aspetos fundamentais da satisfação individual e conjugal, muito para além da sua função procriativa. A sexualidade conjugal exige, por um lado, que se desvende os códigos e gestos de conduta sexual e, por outro, requer comunicação e coordenação das expectativas e desejos de cada parceiro. É nesta simbiose entre sexualidade e comunicação que entroncamos os objetivos desta investigação com a finalidade de mostrar que tanto o silenciamento, como a verbalização traduzem vivências conjugais e sexuais que não deixam de ser condicionadas por (inter)ditos. Enfatizando os aspetos construídos da sexualidade e movendo-nos entre dois mundos – o masculino e o feminino –, procuramos revelar os bastidores do universo íntimo e privado dos casais, ainda pouco explorado e envolto por um diáfano véu de mistério. Com incidência na dinâmica afetiva e sexual de casais heterossexuais em situação de conjugalidade estável, isto é, a coabitar há, pelo menos, dois anos, pretendemos saber em que medida os seus membros reproduzem representações dominantes do género e da sexualidade com efeitos nas suas vivências sexuais, quais os impactos que a gestão e a negociação das práticas sexuais têm na continuidade/rutura das relações amorosas e qual o papel da comunicação acerca dos afetos e do amor, do prazer e da sexualidade na relação conjugal. A metodologia adotada possui um carácter eminentemente qualitativo, indutivo e exploratório, assente no estudo de casos. A partir da análise de vinte e oito entrevistas semidiretivas, damos conta dos modos como a comunicação é usada para naturalizar, encobrir e negociar relações de poder desiguais, com reflexos nas práticas, desejos e prazer sexuais do casal. Os resultados espelham a diversidade de situações. Os comportamentos e valores sexuais dos casais são permeados por continuidades e mudanças, por igualdades e desigualdades, pela conformidade à e pelo afastamento da heteronorma. Paralelamente, mostram uma visão maioritariamente hedonista da sexualidade, que privilegia valores de reciprocidade, envolvimento e prazer mútuo, enquadrados por ideais de género mais igualitários. No entanto, apesar de, nas últimas décadas, as formas de amar terem sofrido transformações, persistem efeitos desiguais de género, que operam em detrimento das mulheres, traduzindo-se num maior silenciamento dos seus desejos e expectativas sexuais e em papéis sexuais mais submissos e complacentes.

Palavras-chave: complacência sexual, comunicação, heterossexualidade, intimidade conjugal, sexualidade.

(Un)said: the affective and sexual dynamics of the heterosexual couple

ABSTRACT

If we consider sexuality as an essential dimension of the marital relationship, it is possible to take its manifestations as fundamental aspects of individual and marital satisfaction, far beyond its procreative function. Marital sexuality requires, on the one hand, the unveiling of codes and gestures of sexual behaviour and, on the other hand, communication and coordination of the expectations and desires of each partner. It is in this symbiosis between sexuality and communication that we set the objectives of this investigation with the purpose of showing that both silence and verbalization convey marital and sexual experiences that are nonetheless conditioned by what is (un)said. Emphasizing the constructed aspects of sexuality and moving between two worlds – the masculine and the feminine –, we seek to reveal the backstage of the intimate and private universe of couples, still little explored and shrouded in a diaphanous veil of mystery. Focusing on the affective and sexual dynamics of heterosexual couples in a stable marital situation, that is, who have been living together for at least two years, we intend to find out to what extent their members reproduce dominant representations of gender and sexuality with effects on their sexual experiences, what are the impacts that the management and negotiation of sexual practices have on the continuity/breakup of love relationships as well as the role of communication about affection and love, pleasure and sexuality in the marital relationship. The adopted methodology has an eminently qualitative, inductive and exploratory nature, based on case studies. From twenty-eight semi-directive interviews, we analyse the ways in which communication is used to naturalize, cover up and negotiate unequal power relations, with effects on the couple's sexual practices, desires and pleasure. The results reflect a diversity of situations. Couples' sexual behaviours and values are permeated with continuities and changes, with equalities and inequalities, with conformity to and departure from the heteronorm. At the same time, they show a mostly hedonistic view of sexuality, which privileges the values of reciprocity, involvement and mutual pleasure, framed by more egalitarian gender ideals. However, despite the fact that, in recent decades, the ways of loving have undergone transformations, unequal gender effects persist to the detriment of women, which result in greater silence of their sexual desires and expectations and in more submissive and compliant sexual roles.

Keywords: communication, heterosexuality, marital intimacy, sexual compliance, sexuality.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 1. A (DES)CONSTRUÇÃO DO CASAL HETEROSSEXUAL CONTEMPORÂNEO: MUDANÇAS E CONTINUIDADES NA INTIMIDADE.....	8
1.1. As encruzilhadas do encontro amoroso: a formação do casal.....	10
1.2. “Quem vê caras, não vê corações”?	13
1.3. Cenários da intimidade “ideal”: entre a união e a individualidade.....	15
1.4. O outro lado dos cenários da intimidade: a (re)produção de desigualdades	24
CAPÍTULO 2. SEXUALIDADE, PODER E GÉNERO: OS (DES)ENCONTROS	29
2.1. A regulação dos corpos entrelaçada nas transformações da intimidade.....	30
2.1.1. Sexo e género: os corpos que se socializam	34
2.2. Sexualidade, intimidade e amor: um caminho sedutor	38
2.2.1. Roteiros e condutas sexuais não sedutoras: “o duplo padrão moral”	40
2.3. Entre dois mundos de te(n)são: o prazer dos homens e das mulheres	45
2.4. Continuação do diálogo (mudo) dos corpos: entre continuidades e mudanças.....	48
2.4.1. O surgimento da(s) mudança(s) em Portugal.....	50
2.5. Novas formas de intimidade: as práticas sexuais	53
CAPÍTULO 3. A DIVERSIDADE DA SEXUALIDADE CONJUGAL: UM ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO	58
3.1. Desenhar o caminho: as opções metodológicas.....	59
3.2. Entrevistar casais: um percurso feito de escolhas	62
3.3. No terreno afetivo e sexual: as idas e vindas.....	68
3.4. A (des)construção do casal: análise e codificação das entrevistas	71
3.5. Atenção ao dito e interdito: (re)pensar o percurso empírico e analítico	72
CAPÍTULO 4. O CASAL HETEROSSEXUAL: A CONSTRUÇÃO DA INTIMIDADE AFETIVA E SEXUAL.....	76
4.1. A descoberta do outro.....	76
4.2. O namoro e os primeiros contactos sexuais do casal	80
4.3. A coabitação e a consolidação da relação conjugal	85
4.4. À procura do diálogo perfeito.....	88

4.5. Sexualidade e quotidiano.....	95
4.5.1. “Nós fazemos amor, não fazemos sexo”	100
4.6. Poder e intimidade.....	103
4.6.1. Desejo sexual e género	103
4.6.2. A interação sexual: um jogo de reciprocidade?.....	105
4.6.3. Os limites da masculinidade	109
4.7. Ser “bom/boa na cama”: mais do que uma expressão.....	111
4.8. As fronteiras da sexualidade conjugal	117
4.8.1. A fidelidade e a exclusividade sexuais como regra	117
4.8.2. A exceção à regra: os swingers	121
CAPÍTULO 5. A SEXUALIDADE CONJUGAL: A CONCRETIZAÇÃO DA INTIMIDADE AFETIVA E SEXUAL.....	128
5.1. “O Kama Sutra até está na mesinha de cabeceira, mas raramente é aberto...”: os contextos e as práticas sexuais	128
5.2. Fatores que interferem na vivência da sexualidade	140
5.2.1. A rotina conjugal e a perda de encantamento.....	140
5.2.2. Gravidez, nascimento de filhos e pós-parto.....	142
5.2.3. Fases menos felizes e estáveis da relação.....	147
5.2.4. Na “saúde, na doença” e no (des)emprego: efeitos na sexualidade	151
5.3. “Espero estar sempre com o sorriso nos lábios”: estratégias e expectativas face ao futuro.....	156
CONCLUSÃO.....	163
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	174
APÊNDICES	195
Apêndice 1. Guião de entrevista individual a casais heterossexuais	195
Apêndice 2. Questionário de caracterização sociodemográfica	199
Apêndice 3. Carta de Apresentação.....	202
Apêndice 4. Consentimento Informado	203
Apêndice 5. Categorias e subcategorias de análise	204

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Evolução do número total de casamentos em Portugal.....	21
Gráfico 2: Percentagem de portugueses que consideram a família “muito importante” (1990 a 2020)	23
Gráfico 3: Importância das diferentes esferas da vida para os portugueses (% de respostas na categoria “muito importante”)	23

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1: Caracterização dos casais segundo a idade e o nível de escolaridade.....	67
Tabela 2: Caracterização dos casais segundo o tempo de coabitação e o número de filhos	67

Para ti, Pai, que ficarás sempre em mim.
Naquilo que sou. Naquilo que quero ensinar
alguém a ser.

Desde o dia em que voaste sinto que tenho
menos de tudo. E de tanto.

INTRODUÇÃO

Os casais heterossexuais têm constituído, ao longo do nosso percurso académico, um objeto de verdadeiro interesse, inquietação e encanto. Parte desse interesse advém, possivelmente, de os entendermos como elementos de um mundo maior, com relações complexas entre os seus membros e com diferentes modos de interação. Apesar das suas diferentes configurações, cada casal procura garantir a integridade do todo e, ao mesmo tempo, a singularidade de cada parceiro. Trocando a aritmética, como diria Caillé (2012), um mais um são três. Além do mais, as imagens e os discursos populares do romance tendem a transportar-nos para um cenário idílico entre os parceiros, no qual a intimidade conjugal é construída sobre os ideais do amor, da igualdade e da reciprocidade. No entanto, nem sempre as histórias de pessoas reais retratam uma vivência feliz, equilibrada e livre de conflitos, de relações de poder e de decisões difíceis. As nossas inquietações surgem, precisamente, do confronto com este carácter complexo e paradoxal do casal contemporâneo.

Podemos afirmar que esta investigação nasceu, em grande parte, de uma inquietação durante a realização da nossa tese de mestrado, que versou sobre as representações da sexualidade e das práticas sexuais do casal, que, por sua vez, levaram a novas interrogações. Essa inquietação assaltou-nos quando uma entrevistada declarou sentir que a sua relação sexual com o parceiro era como uma violação para ela. Desta declaração decorreram algumas interrogações: como é que o amor e os afetos podem naturalizar e sustentar relações desiguais de poder? Até onde estamos dispostos a ir por amor? Pode a dominação nascer do amor? Será o casal contemporâneo íntimo e igual? Foi o aprofundamento destas questões que nos levou a fazer a travessia até aos (des)amores entre os corpos.

De facto, as sociedades contemporâneas são atravessadas por uma “sexualização da cultura” visível na importância que a sexualidade tem assumido em debates políticos e científicos, na divulgação e mediatização de imagens, em serviços e programas sobre o sexo, mas também nos discursos da cultura popular. Esta efervescência discursiva e visual coexiste com um silenciamento e secretismo sobre determinados assuntos. Paradoxalmente, são muitas as cortinas que delimitam aquilo que é, por um lado, a revelação das práticas sexuais no espaço público e, por outro, no espaço privado. Tendo esta perceção como pano de fundo, nesta investigação, interessou-nos perceber de que forma é que as vivências quotidianas e sexuais dos casais espelham (ou não) essa ambivalência. Será que as representações daquilo que pode ou não ser vivido e verbalizado se têm adaptado aos tempos ou, pelo contrário, se têm mantido inalteradas? O que sabemos nós acerca das experiências afetivas e sexuais do casal? Quais os discursos e normas que orientam as suas vivências afetivas e sexuais? Como é que

estas diferem entre casais? Como é que diferem entre os parceiros? Este trabalho procurou ir atrás – e por entre – (d)estas cortinas, revelando os bastidores do universo privado e íntimo dos casais.

As (in)visibilidades das práticas sexuais no quadro dos relacionamentos heterossexuais interpelaram a nossa curiosidade sociológica, levando-nos a constatar que este é um campo praticamente virgem na Sociologia em Portugal. O foco analítico na sexualidade subversiva ou nas questões da violência na conjugalidade leva a que pouco se conheça sobre a vida sexual dos casais heterossexuais (Jackson, 2008). Podemos mesmo afirmar que, em Portugal, não existe nenhum estudo sociológico qualitativo sobre as práticas sexuais de casais heterossexuais. Também na literatura internacional se tem privilegiado a análise de comportamentos que se afastam da heterossexualidade. Tal desinvestimento analítico ainda nos motivou mais a conhecer aquilo que acontece no contexto da heteronorma. Isto não significa negar a importância dos estudos sobre sexualidades não-normativas, mas que o questionamento do lugar da norma nos permite, por um lado, compreender melhor aquilo que é considerado “normal” e, por outro, desconstruir/desnaturalizar as relações de género e de poder nas sociedades contemporâneas. Além disso, acreditamos que a originalidade e a pertinência desta investigação assentam no reconhecimento da própria diversidade normativa.

“(Inter)ditos”, a palavra que dá título a este trabalho, tem um duplo propósito: em primeiro lugar, remete-nos para a regulação das práticas sexuais. A sexualidade foi sempre objeto de um conjunto de normas e discursos – religiosos, médicos e jurídicos – que regulam, condicionam e (inter)ditam as práticas de acordo com o que é considerado “normal”. Em segundo lugar, porque queríamos perceber, através das experiências vividas e das histórias conjugais, aquilo que é dito e aquilo que é silenciado, perceber que aquilo que não é dito (ou interdito), é tão ou mais relevante – revelador, diríamos – como aquilo que é dito.

Esta investigação debruça-se, portanto, sobre a sexualidade e as práticas sexuais de casais heterossexuais numa época marcada por transformações na intimidade. Temos a convicção de que a sexualidade é uma componente fundamental da constituição e da manutenção da díade conjugal. Isto não quer dizer que os casais expressem da mesma forma os afetos, os desejos e as condutas sexuais, nem tão pouco que homens e mulheres tenham as mesmas expectativas e desejos sexuais. Longe de ser uma dimensão isolada da vida dos casais, a sexualidade interconecta-se com outras dimensões sociais, levando a que os modos de a viver sejam heterogéneos. Além das normas e dos constrangimentos sociais e culturais, as trajetórias conjugais são diferentes: pensemos nas fases do ciclo conjugal e nos seus momentos críticos, nas variações etárias ou, ainda, na duração da relação.

Se entendemos a sexualidade como uma dimensão da vida social, podemos até considerar usar o termo no plural para ilustrar essa diversidade nos modos de viver o sexo conjugal.

Sendo a sexualidade um fenómeno social e culturalmente construído, e não mero produto biológico, que se relaciona com as outras dimensões da vida dos indivíduos, não é estranho que reconheçamos o peso do contexto sociocultural nas práticas e nos significados atribuídos às relações amorosas, conjugais e/ou eróticas/sexuais. Todavia, esses significados são (re)moldados pelas condutas individuais. Esta posição não nos afasta da ideia da importância dos aspetos biológicos e físicos para a compreensão da sexualidade, sem esquecer que os indivíduos têm possibilidades de ação sensíveis às realidades estruturais que os envolvem, aos discursos legitimados e aos constrangimentos sociais.

Balanceando entre teoria e empiria, pretendemos mostrar como a sexualidade conjugal constitui um jogo dinâmico de interações entre o lado de dentro e o lado de fora do casal, entre mudanças e continuidades, entre passado e futuro, entre ditos e interditos, entre igualdades e desigualdades.

Os protagonistas desta investigação são catorze casais heterossexuais em situação de conjugalidade estável, isto é, casais que coabitavam há, pelo menos, dois anos numa relação marcada pela dimensão afetiva e sexual e em que era reconhecido o compromisso entre eles. Todos eles eram residentes no Litoral Norte de Portugal. Assumimos, à partida, que as diferentes configurações do casal teriam efeitos nas suas experiências sexuais, pelo que tivemos a preocupação de captar várias situações conjugais: com ou sem filhos, com diferentes idades, contextos de residência e anos de conjugalidade. São eles que nos mostram que o casal heterossexual não é monolítico: entre representações mais tradicionais ou mais modernas, entre normas sociais e desejos individuais, são plurais os modos como constroem e gerem as suas práticas quotidianas e sexuais.

De facto, a maior individualização das sociedades contemporâneas e a heterogeneidade das histórias conjugais mostram que os discursos e as representações sobre o amor e a sexualidade têm sofrido transformações e se vão diversificando. Algumas pesquisas científicas sugerem maior autonomia, igualdade e hedonismo nos relacionamentos íntimos; outras revelam a permanência de normas diferenciadas em relação à sexualidade feminina e à masculina e reafirmam a não negociação do prazer mútuo. Estudo recente que desenvolvemos (Fontainhas, 2016) sugere que o ideal romântico e a visão hedonista da sexualidade, elidindo aquele problema, acaba por reforçar representações normativas do género e da sexualidade, continuando a sexualidade feminina a submeter-se à masculina. Este carácter paradoxal do casal contemporâneo desencadeou a vontade de perceber em

que medida as experiências sexuais espelham, de facto, uma maior igualdade de género e/ou a permanência de desigualdades nos relacionamentos amorosos e íntimos.

Começamos por discutir aquilo que é considerado “normal” no contexto da vida em comum, claramente marcado pelas transformações na intimidade. Avançamos, de seguida, para a análise da importância da sexualidade na relação conjugal e dos modos como a comunicação interfere nas experiências sexuais. Se entendermos a sexualidade como componente fundamental da relação amorosa, é possível tomar as suas manifestações e vivências como fatores importantes de compreensão da satisfação individual e conjugal. Mais ainda, a sexualidade requer uma coordenação das intenções e desejos sexuais de cada parceiro. Foi sobre estas premissas que decorreu a organização da investigação, a partir da qual demos conta do modo como as normas de moralidade sexual e as representações dominantes da sexualidade estão presentes no exercício da sexualidade. Fizemo-lo através da convergência de dois níveis de análise distintos e complementares: o microsociológico – representações e práticas subjetivas dos casais – e o macrosociológico – contexto social e cultural que as condiciona e/ou potencia.

Do ponto de vista teórico, a compreensão sociológica dos fenómenos ligados à sexualidade dificilmente pode ser afastada do género. O género é uma categoria que explica o modo como a experiência sexual é vivida pelas pessoas, distinguindo os percursos das mulheres e dos homens. Assim, a compreensão da sexualidade conjugal obriga, por um lado, ao seu cruzamento com outras esferas da vida social e, por outro, requer uma contextualização nas relações de género.

Tendo em conta a complexidade das dinâmicas afetivas e sexuais no quadro de relacionamentos heterossexuais estáveis, os objetivos específicos deste estudo foram: i) determinar a presença de representações da sexualidade e do género e os seus efeitos ao nível do exercício da sexualidade; ii) explorar em que medida a sexualidade é um território perpassado pelas relações sociais de género; iii) compreender o impacto que a gestão e a negociação das práticas sexuais têm na continuidade das relações amorosas; iv) aferir o papel da comunicação acerca da sexualidade na relação conjugal; v) analisar em que medida os afetos e a comunicação podem ser usados para naturalizar, encobrir e negociar relações de poder desiguais entre os membros do casal. Para os alcançar, optámos por uma metodologia qualitativa e por uma abordagem indutiva, recorrendo à entrevista semidiretiva como técnica de investigação principal. Isto permitiu-nos captar em profundidade a forma como os casais vivem e explicam os seus comportamentos e experiências sexuais. Esta investigação é, pois, um estudo de casos de carácter essencialmente exploratório.

Estudar a área da sexualidade fora do paradigma «psico-bio-médico» exigiu esforços teóricos, metodológicos e analíticos específicos. Desde logo, confrontámo-nos com a escassez de estudos no campo da Sociologia portuguesa; depois, com dificuldades de ordem metodológica que toda a investigação sobre a sexualidade humana sempre acarreta, quer pela dificuldade em encontrar pessoas dispostas a falar sobre a sua intimidade sexual, quer, ainda, a nível analítico, já que sabíamos que nem sempre aquilo que os indivíduos dizem corresponderá àquilo que, efetivamente, fazem.

Perante tais dificuldades, preocupámo-nos em fazer uma revisão sólida da literatura e em mobilizar diferentes referências empíricas e tradições paradigmáticas no campo da Sociologia. Sempre que possível e pertinente, recorreremos também a trabalhos de outras Ciências Sociais e da Saúde. Assim, pela lógica da descoberta nos fomos movendo, tendo como suporte um eclético corpo de literatura e, em especial, de abordagens que se enquadram na sociologia da família e da sexualidade e dos estudos feministas e do género, que refletem sobre os processos de dominação masculina, bem como do interacionismo simbólico. A literatura forneceu-nos um conjunto de ideias de trabalho que se tornaram centrais para o processo analítico indutivo. Para o trabalho de campo, fizemo-nos acompanhar de um *Diário de Campo* e de um gravador de forma a registar tudo o que os casais nos diziam e deixavam ver.

O presente trabalho é composto por cinco capítulos. No Capítulo 1, apresentamos uma visão geral do contexto contemporâneo da intimidade conjugal e das mudanças que lhe estão associadas, caracterizadas pela individualização, pela privatização e pela valorização da afetividade e do prazer sexual. Começamos por refletir sobre o modo como o casal contemporâneo é alvo de um processo que tornou as relações conjugais num domínio relativamente autónomo dos interesses da família ou da comunidade, sustentado numa maior liberdade de escolha e na valorização dos aspetos afetivos, comunicacionais e emocionais na escolha do parceiro. Refletimos, ainda, sobre como a fronteira entre a igualdade e a desigualdade, no seio do casal, pode ser ténue: o ideal romântico e o da igualdade entre parceiros pode encobrir e/ou naturalizar assimetrias de poder. A compreensão dos modos de construção do casal contemporâneo e dos contextos e normas que orientam as suas condutas é fundamental para compreender a sexualidade conjugal.

O Capítulo 2 centra-se na análise das crenças e representações presentes veiculadas pelos discursos sobre o sexo, que nos permite compreender o modo como as sexualidades masculina e feminina têm sido reguladas. Os comportamentos sexuais dos homens e das mulheres são avaliados por diferentes padrões: enquanto as mulheres devem ser contidas sexualmente, os homens são valorizados pelas conquistas e proezas sexuais. Isto remete-nos para a permanência de um duplo

padrão moral e sexual, não obstante os modos como os corpos se socializam nas sociedades contemporâneas se terem multiplicado e contribuído para a diluição desse padrão. Debruçamo-nos, por isso, sobre a forma como as relações entre os géneros e as representações dominantes do que é *ser homem ou ser mulher* se têm transformado e quais os seus efeitos na sexualidade conjugal. Ao mesmo tempo, mostramos como as práticas sexuais são alvo de classificações particulares. Movendo-nos entre dois mundos de te(n)são – o masculino e o feminino –, mostramos que os comportamentos afetivos e sexuais são permeados por continuidades e mudanças, por igualdades e desigualdades e por relações de poder, destacando a especificidade do contexto português.

Avançamos com a apresentação das opções teórico-metodológicas do estudo no Capítulo 3. Começamos por mostrar que o enfoque desta investigação nos relacionamentos heterossexuais pretende contrariar o desinvestimento analítico em torno dos “relacionamentos convencionais” para, de seguida, explicarmos os objetivos da pesquisa, o contexto da investigação e os procedimentos metodológicos usados na recolha e no tratamento dos dados. Neste capítulo há, ainda, espaço para uma reflexão crítica sobre todo o processo de investigação, incluindo os constrangimentos e desafios inerentes ao estudo da sexualidade conjugal, mas também os seus sucessos.

Os dois últimos capítulos apresentam a análise dos dados empíricos recolhidos através das entrevistas. No Capítulo 4, centramo-nos na construção da intimidade afetiva e sexual do casal. Começando pelo início da trajetória de vida do casal, analisamos o contexto e os fatores que contribuíram para a sua formação e para a decisão de morarem juntos. Procurando retratar os diversos percursos conjugais, refletimos sobre a importância que a sexualidade e a comunicação assumem ao longo da relação. Damos conta do modo como a corporalidade se funde com a dimensão comunicacional e se alicerça em valores e crenças mais plurais, além de mostrarmos que a relação amorosa e sexual é também permeada por tensões e desencontros de expectativas e desejos. Como veremos, a visão maioritariamente hedonista da sexualidade coexiste com o silenciamento dos desejos e das expectativas sexuais, traduzindo-se em posturas mais submissas e complacentes, sobretudo, da parte das mulheres.

No Capítulo 5, analisamos a concretização da intimidade afetiva e sexual do casal. Mostramos como as representações, valores e normas interferem na construção dos prazeres sexuais, na (não) adoção e na frequência de determinadas práticas sexuais, evidenciando como são (re)construídos ao longo da relação. Finalizamos com a apresentação das principais conclusões da investigação, revelando a diversidade dos modos de viver a sexualidade conjugal: sendo verdade que a maioria dos casais se conforma à heteronorma, também é certo que os modos como o fazem variam ao longo do

tempo e entre si. Além disso, há casais que integram experiências sexuais que desafiam essa norma, ainda que esporadicamente. O trabalho que aqui se apresenta pretende, portanto, fomentar, de forma sustentada, a discussão pública sobre os diferentes (e desiguais) modos com que os casais manifestam os afetos e vivem a sua sexualidade numa sociedade em permanente (re)construção.

CAPÍTULO 1. A (DES)CONSTRUÇÃO DO CASAL HETEROSSEXUAL CONTEMPORÂNEO: MUDANÇAS E CONTINUIDADES NA INTIMIDADE

“Há receios que são reais, por exemplo, quando o perigo está próximo, e há receios que são injustificados, que são os decorrentes de ter sido magoado anteriormente. Estes últimos receios fazem com que homens e mulheres, indiferentemente, ajam com sensibilidade acrescida e desinteresse, mesmo quando sentem que gostariam de demonstrar calor e afetuosidade”.

(Clarissa Pinkola Estés, *Mulheres que correm com os lobos*, 2016)

As condutas dos casais nas sociedades contemporâneas ocidentais transformaram-se. As formas de amar já não são as mesmas e a relação entre masculino e feminino também não o é. Como alerta Kaufmann (2003, p. 3), “o casal já não é o que era. Transforma-se com rapidez e profundidade”. Embrenhadas nestas transformações, estão as relações entre a família e a sexualidade, que nos orientam para uma nova configuração dos modos de viver o sexo conjugal. Por um lado, assistimos a um longo processo que tornou as relações conjugais num domínio relativamente autónomo da família, guiado por dinâmicas em que a sexualidade ocupa um papel importante. Por outro, o exercício da sexualidade deixa de estar limitado ao matrimónio.

Neste contexto de transformações nos modos de organização das vidas íntimas, compreende-se que a família e o casal contemporâneo¹ sejam objeto de discussão sociológica. Temas como a maior autonomia dos indivíduos dentro da família ou a crescente valorização dos afetos, da intimidade, da igualdade e da privacidade do casal são abordados, pelo menos, desde 1940, altura em que se começa a descrever as especificidades do desenvolvimento da família moderna. Situando-nos na literatura norte-americana e, especificamente, na conhecida Escola de Chicago, Burgess e colegas (1960 [1945]) propõem a ideia de transformação da família “instituição” em família de “companheirismo”, em que o casamento assenta na livre escolha de um parceiro. A este respeito, importa também destacar a obra de Parsons e Bales (1955), que abordam as interações familiares situando-as no contexto alargado da estrutura social e dos sistemas de ação. Os autores chamam a atenção para o sistema conjugal americano e suas funções, para a progressiva independência do casal face à família e para a divisão de papéis entre homens e mulheres (o instrumental desempenhado pelo

¹ Para os propósitos deste trabalho, situamos a nossa análise a partir das décadas finais do século XX, período designado por muitos autores como “segunda modernidade” (Beck & Beck-Gernsheim, 2002) ou “modernidade reflexiva” ou “avançada” (Beck et al., 2000; Giddens, 1992b).

homem e o expressivo pela mulher). Na década de 1960, a abordagem incidiu sobre a importância do diálogo sistemático entre o casal na construção de um sentimento estável do eu (identidade pessoal e social), afastando a sensação de insegurança e produzindo sentido (Berger & Kellner, 1964). Também nestes anos e, de modo mais relevante, nos anos de 1970, as vozes da sociologia da família começam a fazer-se ouvir do outro lado do Atlântico, com autores que enfatizam o papel dos constrangimentos sociais na vida familiar (Bourdieu, 1972; Desrosières, 1978; Girard, 1981 [1964]). Mais recentemente, vários autores têm-se centrado nos efeitos da mudança social na vida íntima e privada (Bauman, 2004; Beck, 1992; Beck & Beck-Gernsheim, 1995; Giddens, 1992a) e na relação entre os processos de individualização e o casal (Bozon, 2004; Kaufmann, 2003; Singly, 2001). Estas breves referências ajudam-nos a contextualizar as discussões atuais sobre o casal e os modos como os relacionamentos afetivos e sexuais se (re)constróem e (res)significam ao longo do tempo.

É incontornável dizer que o casamento se transformou. De união desprovida de afetos e alicerçado em interesses, na linhagem e na propriedade, foi-se moldando a construção de relações escolhidas, baseadas nos afetos e edificadas com maior liberdade e igualdade de género e com uma valorização da dimensão sexual. Todavia, mais questionável será a ideia de que a ação dos indivíduos não é afetada por constrangimentos sociais e/ou aos valores socialmente aceites. De facto, a liberdade nas escolhas amorosas não acabou com os padrões homogâmicos, nem a maior igualdade de género quebrou com os maiores constrangimentos sentidos pelas mulheres, traduzidos num maior silenciamento dos seus desejos e expectativas sexuais e na adoção de papéis sociais e sexuais mais submissos e complacentes.

Tendo como cenário estes caminhos de encruzilhada entre mudanças e continuidades, este capítulo pretende mostrar em que medida se assiste à realização afetivo-sexual do casal heterossexual contemporâneo e, simultaneamente, à (re)produção das desigualdades de género nos relacionamentos. Recorrendo à imagem da construção de um *puzzle*, colocar a primeira peça permitirá descortinar como a intimidade afetiva e sexual dos casais se constrói e mantém ao longo do tempo. Começaremos por refletir sobre os processos que envolvem a formação do casal e, em particular, sobre os espaços e meios de sociabilidade que proporcionam o encontro e contribuem para a escolha conjugal. Diríamos que se trata de uma imagem com várias gradações, já que os padrões de comportamentos não são homogéneos: os meios de contacto e as opções na entrada na vida a dois multiplicam-se nas sociedades contemporâneas.

Nas páginas que se seguem, centramos a nossa atenção na construção da intimidade afetiva e sexual do casal contemporâneo. Tendo como pano de fundo um enquadramento macrossociológico,

tentamos mostrar o que é considerado “normal” no contexto da vida em comum. Marcado pelas transformações na intimidade, o foco será colocado na importância da sexualidade na díade conjugal e nos modos como a (não) comunicação se interrelaciona com a mesma. Tudo isto é sustentado em dois pressupostos: o de que a sexualidade, nos dias de hoje, se configura como uma prática de satisfação e realização individual e conjugal (Giddens, 1992a); e o de que a comunicação parece sustentar as interações dos parceiros e influenciar a intimidade emocional e a satisfação sexual (Yoo *et al.*, 2014). A compreensão dos modos de construção do casal contemporâneo, bem como os contextos e normas sociais que orientam os seus comportamentos é fundamental para compreender a sexualidade conjugal.

Balaceando entre dois mundos – o dos homens e o das mulheres –, este primeiro capítulo mostra como, na construção do casal, a dimensão da corporalidade se mistura com a dimensão comunicacional. Esta fusão é sustentáculo, por um lado, de uma maior igualdade e liberdade nos relacionamentos e, por outro, de reprodução dos efeitos desiguais do género em detrimento das mulheres.

1.1. As encruzilhadas do encontro amoroso: a formação do casal

As interações sociais nas sociedades contemporâneas multiplicaram-se e, conseqüentemente, as experiências de sociabilidade diversificaram-se. Tal possibilitou um alargamento das opções de escolha de um parceiro, que tende a afastar-se, cada vez mais, da visão institucionalizada do casamento e a autonomizar-se dos interesses da família ou da comunidade. Esta importância concedida à liberdade de escolha amorosa e a valorização da realização afetiva e do bem-estar individuais são reflexo do individualismo contemporâneo e do processo de modernização que transformou as relações conjugais, “privatizando-as e sentimentalizando-as” (Aboim, 2006b, p.32; Ariès, 1973; Shorter, 1995). Abundam discursos que assumem o amor como a primeira condição para a realização do casamento nas sociedades atuais (Aboim, 2006a; Bozon, 2003; Kaufmann, 2003; Torres, 2002b). Todavia, e como sublinha Torres (1987, p. 22), ainda que o amor seja uma experiência universal, “ele não foge à regra da diferenciação social que torna a comunicação entre grupos, se não impossível, pelo menos difícil”. Donde, contrariando este imaginário romântico, existe uma certa racionalidade no momento da escolha conjugal – ou no mercado dos bens matrimoniais, como diria Bourdieu (1972) –, que não se circunscreve aos fatores afetivos e emocionais. Tais escolhas orientam-nos também para a importância da proximidade social na escolha do cônjuge.

Se, na sociologia norte-americana, o trabalho de Burgess e colegas (1960 [1945]) influenciou as pesquisas empíricas que enfatizam as interações conjugais em detrimento das determinações sociais, no outro lado do Atlântico, a investigação focava precisamente o peso destas. Por exemplo, em França, Girard (1981 [1964]) sublinha a importância da proximidade social e geográfica na escolha de um parceiro. O autor revela dois grandes resultados: (i) as pessoas não se casam indiscriminadamente; (ii) e as semelhanças tendem a juntar parceiros, observando-se a existência de padrões homogâmicos na escolha conjugal (Girard, 1981 [1964]). Tal perspetiva influenciou, em França, outros trabalhos de investigação (Bourdieu, 1972; Bozon & Héran, 1987; Roussel, 1975), que não deixaram de colher críticas (Singly, 1987b). Assim, em linha com o que defendia Girard (1981 [1964]), algumas abordagens defendem que, quanto mais próximos no espaço social, maior a possibilidade de os indivíduos partilharem os mesmos gostos, as mesmas disposições e valores, o que, em última instância, acaba por favorecer a aproximação (Bourdieu, 1972, 1979; Bozon, 2006; Bozon & Héran, 1987; Roussel, 1975). Neste cenário, parecem existir barreiras entre os indivíduos, que contribuem para um maior distanciamento social e físico – divisões sociais. Como explica Bourdieu (2008, pp. 24-25), estas distâncias

“predizem encontros, afinidades, simpatias e até desejos: concretamente, isto significa que as pessoas situadas no alto do espaço têm poucas probabilidades de se casar com as pessoas situadas em baixo; em primeiro lugar, porque há pouca probabilidade de que elas se encontrem fisicamente (...) e, também, porque, se elas se encontrarem de passagem, por acaso, incidentalmente, elas “não se entenderão”.

No que respeita à escolha do parceiro, apesar de vários estudos indicarem a diminuição desta lógica de estratégias matrimoniais em Portugal (Aboim, 2006a; Torres, 2002a), as investigações reconhecem a presença de traços de homogamia, já que a escolha do parceiro recai sistematicamente sobre alguém que ocupa uma posição semelhante no espaço social e os afetos são proporcionados pelas afinidades (Almeida *et al.*, 1997; Rosa, 2008). Neste processo de escolha do cônjuge, os contextos de interação e as redes de sociabilidade assumem um papel relevante. Na verdade, a proximidade entre os indivíduos parece engendrar-se nas proximidades físicas, sociais e culturais, que concorrem para uma homologia nas disposições e nos gostos (Bourdieu, 1979).

A este respeito, no contexto português, destacamos o trabalho de Rosa (2008), que procede à análise das circunstâncias e dos locais de encontro do casal. Apesar de existirem exceções, o autor concluiu que indivíduos oriundos de meios favorecidos conhecem o seu parceiro conjugal,

essencialmente, na escola ou universidade, em *contextos de lazer* (o local de férias, ida ao cinema, entre outros) e através das *redes de amizades* (locais privados, como festas em casa de amigos). Por sua vez, entre indivíduos de meios menos privilegiados, os encontros centram-se, maioritariamente, no baile, no bairro ou na aldeia (aquilo que o autor designa por *sociabilidades locais*), mas também em locais públicos, no local de trabalho, ou em situações em que os parceiros se conhecem desde sempre (que o autor designou *de parentesco e relações de proximidade*). Estes resultados mostram que os locais e circunstâncias do encontro são indicadores de que os cenários de interação delimitam o campo dos possíveis no que respeita à escolha (Bourdieu, 1979; Rosa, 2008).

Todavia, não poderíamos deixar de sublinhar que, após mais de uma década destes resultados, a regra homogâmica pode ter-se complexificado. De facto, a democratização da educação e a proliferação das tecnologias de informação e comunicação e do mercado digital são fatores que têm contribuído para uma maior diversidade de espaços e meios de sociabilidades, diluindo parcialmente os padrões monogâmicos. Para este debate, importa aludir às proposições teóricas de Singly (1987b), que apresenta uma “teoria crítica da homogamia”. O autor afirma que a ideia de homogamia acaba por turvar os interesses divergentes dos cônjuges. Para o autor, é limitador considerar apenas a proximidade social na escolha do cônjuge, pois cumpre reconhecer as diferenças entre homens e mulheres: “a negociação entre os futuros cônjuges respeita duas regras implícitas: a equivalência social e a diferenciação social” (Singly, 1987a, p. 30). Importa, ainda, referir Kellerhals e colegas (1982), que, ultrapassando a dicotomia entre pressões sociais (macro) e escolhas individuais (micro), defendem que as margens de autonomia dos indivíduos na interação conjugal coexistem com o peso de determinantes sociais, culturais e de género.

Do que se disse acima, torna-se evidente a existência de diferentes perspetivas teóricas sobre a família e o casal que, por si só, é reveladora da complexidade inerente à formação do casal contemporâneo. De facto, sobre estas propostas passou já algum tempo, mas cremos que seja o tempo necessário para ganharmos distância face ao casal contemporâneo.

Como o título da obra indica, já em *Livres Juntos* Singly (2001) refere que, nas sociedades contemporâneas, os indivíduos são confrontados com um paradoxo: de um lado, sonham com uma vida em conjunto, e, de outro, ambicionam estar sós se assim o entenderem. Esta valorização do indivíduo, das suas escolhas e do seu bem-estar remete para o conceito de individualização e para as mudanças que ocorreram ao nível das representações e valores sociais (Bauman, 2004; Beck & Beck-Gernsheim, 2002; Giddens, 1992b; Strandell, 2018). Neste âmbito, a sexualidade foi-se consolidando como uma dimensão basilar na construção e manutenção do relacionamento, bem como da realização

peçoal (Policarpo, 2011b). Daí que a vida em comum² seja o palco de eleição para contextualizar e compreender as formas atuais de viver a intimidade sexual no contexto da heteronorma.

Chegados a este paradoxo contemporâneo, e após refletirmos sobre como e onde os parceiros se conhecem, surgem duas grandes questões: será que o casal se orienta mais por uma lógica de autonomia individual ou mais fusional? Como se constrói a intimidade conjugal? Será o casal contemporâneo mais íntimo e igual? Para debater estas questões, começamos por explorar alguns estudos que abordam aquilo que os homens e as mulheres procuram nos relacionamentos e, particularmente, num parceiro. O tópico seguinte versa, precisamente, sobre os aspetos que tanto homens, como mulheres valorizam quando, no primeiro contacto, decidem conhecer alguém e estabelecer um relacionamento amoroso e sexual.

1.2. “Quem vê caras, não vê corações”?

Nos últimos anos, têm sido desenvolvidas algumas pesquisas sobre aquilo que os homens e as mulheres procuram, num primeiro momento, quando escolhem um parceiro. Na construção de um primeiro juízo de valor e na ausência de conhecimento prévio da pessoa, a aparência física é a primeira peça essencial. Uma das tendências apontadas é o facto de tanto uns, como outras valorizarem os atributos físicos, embora os homens tendam a conceder-lhe mais importância (Impett & Peplau, 2006; Schneickert *et al.*, 2020). Assim, Bozon (2006) questiona-se sobre a influência da aparência física na atração ou no amor pelo outro. Para o autor, “a pessoa com quem vamos formar um casal é, antes de mais, alguém a quem atribuímos uma apreciação positiva” (p.101). Todavia, essa avaliação, mais do que fruto do acaso, é construída a partir de categorias de perceção que variam em função do meio de origem e do género (Bozon, 2006). Uma das tendências apontadas neste estudo é a preferência das mulheres por homens mais altos e a preferência dos homens por mulheres mais baixas. Existem outras duas grandes diferenças entre homens e mulheres: a primeira refere-se ao facto de os homens concederem maior importância aos atributos físicos, embora mulheres também o façam; a segunda é o facto de as mulheres valorizarem mais o estatuto social e os recursos económicos do que os homens. De salientar que o corpo – e, particularmente, a aparência física – dá-nos pistas sobre determinados atributos sociais, já que, através dele, podemos exprimir pertenças sociais. A ideia de que as nossas disposições e formas de atuar se inscrevem no corpo encontra-se presente no conceito de *hexis* corporal, que se constitui como “uma relação durável e generalizada [dos condicionamentos sociais] com o próprio corpo, uma maneira de ter o corpo, de o apresentar aos outros, de o mover, de

² Ao longo deste trabalho, o conceito de “vida em comum” corresponde às situações de casamento formal/legal e às uniões de facto. Do mesmo modo, usamos termos homónimos como “vida em casal” e “conjugalidade”.

lhe dar um lugar, que dá ao corpo a sua fisionomia social” (Bourdieu, 1979, p. 551). Mais do que os homens, as mulheres parecem estar mais atentas a estes indicadores sociais do corpo (Bozon, 2006).

Nas Ciências Sociais, o interesse pela aparência física na vida social remonta aos anos de 1970, quando Dion e colegas (1972, p. 289) mostraram que ser fisicamente atraente se encontra associado a características socialmente mais desejáveis – “o que é bonito é bom” e, por isso, as pessoas mais atraentes seriam mais felizes e bem-sucedidas nas dimensões profissional e conjugal. Outros estudos sugerem que quem não é considerado atraente está em desvantagem, o que é visível, por exemplo, na dificuldade em encontrar um parceiro (O’Sullivan & Vannier, 2013). A este respeito, destacamos o conceito de “capital erótico” proposto por Hakim (2010), que alude à beleza física como uma nova forma de capital nas sociedades modernas ocidentais, um conceito devedor à teoria bourdesiana (1979). Contrariamente ao pensamento de outras feministas (Jeffreys, 2005; Wolf, 1992), que criticam as normas de beleza por considerarem que elas oprimem as mulheres, Hakim (2010) argumenta que a beleza pode ser uma forma de distinção ou fonte de prazer e, inclusivamente, funcionar como um trunfo das mulheres sobre os homens. Tal argumento recorda-nos o “nariz de Cleópatra” de que nos falava Bourdieu (2012, p. 130):

“o misterioso envolvimento do amor também se pode exercer sobre os homens. As forças que suspeitamos agir na obscuridade e no segredo das relações íntimas (‘ditas ao ouvido’) e que prendem os homens com a magia dos arroubos da paixão, fazendo-os esquecer dos deveres ligados à sua dignidade social, determinam uma inversão na relação de dominação”.

Todavia, a questão da beleza associa-se à do gosto e sua construção. Todo o gosto remete para um capital cultural, que se encontra desigualmente distribuído no espaço social (Bourdieu, 1979; Bozon, 2006). É por isso que Kuipers (2015) refere que, para além de avaliar os ganhos que os indivíduos retiram dessa beleza (o capital erótico), devemos compreender as variações nas apreciações da beleza, uma vez que as preferências de cada um variam e constituem uma forma de distinção. Kuipers (2015) compara cinco países – Reino Unido, Polónia, França, Holanda e Itália – com o objetivo de testar a hipótese de que cada país tem os seus próprios *reportórios de avaliação* de beleza. Para tal, pediu aos participantes para classificarem rostos e corpos femininos e masculinos em termos de beleza. Uma das conclusões é que a aparência física também pode ser avaliada com base em padrões pessoais de disposições que são usados na apreciação de outros objetos estéticos. Por exemplo, os

homens menos jovens e com menores habilitações procuram rostos apelativos, enquanto os mais jovens, educados e urbanos preferem rostos autênticos e interessantes.

Tendo por base o referencial teórico de Bourdieu (1979), um estudo realizado recentemente por Schneickert e colegas (2020), na Alemanha, procurou compreender como é que a atratividade – e, por inerência, o investimento na aparência física – pode funcionar como um meio para aumentar as diferentes formas de capital, ou seja, como forma de aumentar o valor na sociedade. Os autores argumentam que, como a aparência física está intimamente ligada ao reconhecimento pelos outros, ser menos atraente penaliza a acumulação de “capital simbólico num quadro cultural específico” (p. 85). Assim, os autores analisam como é que a atratividade física pode estar relacionada com outras formas de capital – em particular, com o capital cultural – e concluíram que, de facto, todas as formas de capital – mas especialmente o capital cultural –, diminuem significativamente a falta de atratividade. Assim, o envolvimento em práticas culturais de participação intelectual (leitura, teatro, ópera) aumenta a capacidade de atração de uma pessoa. Os resultados mostram que as formas de capital cultural, bem como as práticas culturais devem ser incluídas na análise da aparência física (Schneickert *et al.*, 2020, p. 101). Além dos atributos físicos, as qualidades e características pessoais (como a personalidade e modos de ser e estar) revelam ser importantes no processo de conquista. Sejam homens ou mulheres, os estudos revelam que ambos querem parceiros honestos e compreensivos (Impett & Peplau, 2006). É nesta articulação entre características físicas e de personalidade e as disposições que moldam os gostos e expectativas dos indivíduos que se vai construindo a relação. Por sua vez, a sua consolidação implica um processo de descoberta, partilha e troca de informações (Crossley, 2011).

1.3. Cenários da intimidade “ideal”: entre a união e a individualidade

O processo de individualização continua a ser a explicação mais relevante para as transformações nas sociedades europeias contemporâneas. A mudança de valores tradicionais para valores mais individualizados, como a autonomia, o hedonismo e a autorrealização, modifica, inevitavelmente, as formas como as relações amorosas e sexuais se constroem (Bauman, 2004; Giddens, 1992a). Entoam-se os valores da liberdade e do sentimento amoroso na escolha do cônjuge, transformam-se as formas como as pessoas decidem morar juntas, criam-se expectativas de bem-estar amoroso e sexual num mundo que, como refere Aboim (2006b), lhes alargou quer as possibilidades de o fazer, quer as incertezas perante as escolhas. Exige-se cada vez mais que os indivíduos construam as suas próprias biografias em vez de se conformarem às expectativas e normas sociais.

De que forma as biografias conjugais e sexuais são embaladas por estes ritmos de mudanças? Há que, prudentemente, sublinhar que a mudança não ocorre de forma linear e igualitária, nem tão-pouco significa uma rutura completa com o passado, já que a realidade contemporânea pode conter vestígios de outrora. No casal dos “nossos dias” encontramos, precisamente, esta diversidade e hibridez: cada um orienta os seus comportamentos e práticas alicerçado em valores e crenças cada vez mais plurais, mas que continuam atravessados por diferenças sociais e de género. De qualquer das formas, sabemos que os relacionamentos são, hoje, mais difíceis de ser justificados unicamente pela tradição e/ou pela autoridade das instituições sociais, pois centram-se cada vez mais no bem-estar emocional, no afeto e na igualdade entre os indivíduos (Aboim, 2006b; Kaufmann, 2003; Neves, 2013; Singly, 2000; Torres, 2004). Mas uma norma que parece manter-se é a da fidelidade sexual, sustentando o casal monogâmico como modelo maioritário (Aboim, 2011; Carvalho, 1999; Heilborn *et al.*, 2006; Heilborn, 2004). A monogamia tem sido considerada o padrão natural e normal dos relacionamentos (Barker & Langdridge, 2010; van Hooff, 2015).

Construir uma relação amorosa implica tempo para que cada um se revele ao outro (Crossley, 2011). Quase como um processo de exploração relacional por fases: o primeiro contacto, os encontros, o assumir o compromisso e, no caso que nos interessa, a decisão de partilhar o mesmo espaço físico. De modo geral, assumir publicamente o compromisso faz-se pela prática do namoro, que pode ser interpretado como um percurso composto por etapas, durante o qual os indivíduos vão dando passos do estado de solteiro para o estado de casado (Gelles, 1995).

Na verdade, o casal existe quando os parceiros se reconhecem como tal e quando o assumem socialmente (Dupré la Tour, 2009). Tal processo converge com uma exploração física que se inicia com os “beijos profundos, carícias corporais, carícias genitais e, finalmente, penetração genital” (Bozon, 2004, p. 65). Se é verdade que o amor se torna no fundamento do casamento, também podemos dizer que a relação sexual é entendida como uma forma de manifestar amor dentro das relações contemporâneas (Aboim, 2006b; Bozon, 2004).

Relativamente à sexualidade, podemos falar de uma progressiva dissociação entre sexo e procriação, assim como uma inversão da relação entre sexo e conjugalidade: já não é o casamento que funda e legitima a sexualidade, mas antes o inverso – sem sexo, não existe casal (Bozon, 2004; Policarpo, 2011a). A intimidade, a sexualidade e o imperativo procriativo vão-se dissociando. Todavia, as normas sociais continuam a orientar o comportamento social, transformando-se e modificando-se as

formas como operam. A importância que os “roteiros”³ assumem nos modos como os indivíduos se comportam no desenvolvimento das suas relações amorosas e sexuais já foi documentada noutras pesquisas (Gagnon & Simon, 1977; Jamieson, 2011; Simon & Gagnon, 1986).

A travessia para o mundo interior do casal e, neste caso, para a sexualidade conjugal, conduz-nos, necessariamente e em primeiro lugar, para os debates atuais sobre a intimidade. Ainda que o nosso estudo se enquadre claramente na Sociologia, pretendemos, sempre que possível, estabelecer diálogo com outras Ciências Sociais e da Saúde. Nestes debates, ecoam as influências de dois olhares: o da Psicologia e o da Sociologia. Por um lado, as pesquisas psicológicas sugerem que as dinâmicas conjugais têm impacto no bem-estar físico e psicológico dos indivíduos (Hook *et al.*, 2003; Moreira *et al.*, 2009) e, no seu interior, a intimidade assume especial importância, já que reduz o *stress*, proporcionando bem-estar (Narciso & Ribeiro, 2009). Por outro, a intimidade encontra-se no centro do debate sociológico (Gabb, 2008b) e é entendida como o elo de segurança da família (Giddens, 1992a; Jamieson, 1998; Jurva, 2018). Enquanto a Psicologia tende a centrar-se nas várias dimensões que compõem o conceito de intimidade, a Sociologia tende a explorar as teias de significados que o envolvem.

Entre os psicólogos, Schaefer e Olson (1981) referem que a intimidade é um conceito multidimensional, correspondendo a um processo de revelação de assuntos íntimos e de partilha de experiências que pode assumir várias dimensões, como intimidade sexual, intelectual, emocional, social e recreativa. Apoiando-se nesta conceitualização multidimensional, os autores construíram um instrumento – o *Personal Assessment of Intimacy in Relationships Scale* (PAIR) – para avaliar o grau de intimidade percebido e/ou desejado, nas cinco dimensões, numa determinada relação amorosa. Em Portugal, Moreira e colegas (2009) também usaram este instrumento. Os autores concluíram que, quanto maiores os níveis de intimidade relativos a cada indicador, maior a satisfação do indivíduo com a sua relação e maior a satisfação com a atividade sexual (Moreira *et al.*, 2009, pp. 354-356). Noutro estudo realizado em Portugal, Ferreira e colegas (2013), ao entrevistar casais heterossexuais, referem que as componentes de intimidade mais valorizadas são a autenticidade, a confiança e a partilha, tanto para os homens, como para as mulheres. Contudo, os casais mais recentes indicam esta tríade com mais frequência do que os casais de longa data, o que pode ser justificado pela importância que essas dimensões assumem nas fases iniciais de desenvolvimento da intimidade do casal. Imaginando estes três aspetos como os vértices de um triângulo, as autoras propõem um modelo sistémico que integra outras três componentes: a compreensão, a privacidade e a autonomia. Convém notar que, na

³ Os conceitos de “roteiro” ou “guião” foram empregues por Gagnon e Simon (1977; 1986) para, metaforicamente, explicar a produção do comportamento dos indivíduos na vida social.

definição de autenticidade, as autoras referem que se trata de uma dimensão que ultrapassa a autorrevelação. Nas suas palavras, “não se concentra apenas nos momentos em que os pensamentos ou as emoções são comunicados ao parceiro, mas inclui um *modus operandi* específico que pressupõe uma exposição global e continuada ao parceiro” (Ferreira *et al.*, 2013, p. 6). Fazendo a ponte com a Sociologia, e pensando na abordagem Goffmaniana, a autenticidade permite que os parceiros não necessitem de “manter a face” e se preocupem em evitar o desmerecimento (Goffman, 2011 [1967]). Por fim, as autoras sugerem que os casais parecem não se orientar para uma direção individualista, mas, antes, fazem esforços para viver relacionamentos em que possam ser autênticos e fusionais, ao mesmo tempo que mantêm a autonomia individual (Ferreira *et al.*, 2013).

Ainda que seja um conceito de difícil operacionalização, qualquer que seja a posição teórica na Psicologia, todas enfatizam a grande proximidade em relação ao outro como um dos aspetos caracterizadores da intimidade, fundamental para que os parceiros expressem os seus pensamentos e sentimentos livremente. Neste âmbito, a comunicação, sendo transversal a todas as interações conjugais, permite conhecer o outro, as suas expectativas, desejos e necessidades, potenciando o mútuo entendimento (Figueredo, 2005; Umberson *et al.*, 2015). Alguns trabalhos dão conta de que as experiências positivas de comunicação, geralmente, estão relacionadas com níveis mais elevados de intimidade, com o bem-estar no relacionamento e com uma maior satisfação sexual (Coffelt & Hess, 2014; Mitchell *et al.*, 2008; Yoo *et al.*, 2014).

Já entre os sociólogos, a definição de intimidade faz-se em torno dos conceitos de proximidade, divulgação mútua, ligações emocionais e confiança (Jamieson, 2005, 2011). Em *Conceptualisations of Intimacy* (2008a, pp. 64–65), Gabb analisa como é que a intimidade se tornou numa área de interesse sociológico, destacando quatro abordagens: (i) a intimidade ligada à sexualidade e às relações (hetero)sexuais que caracterizam o funcionamento das famílias; (ii) a ideia de que a democratização das relações interpessoais permitiu transformações na intimidade; (iii) a noção de que a intimidade é uma prática corporificada e vivenciada em espaços privados, particularmente em casa; e, por fim, (iv) a visão de que as práticas de intimidade mostram as inter-relações entre o público e o privado formadas por atos de cidadania íntima.

Dentro destas perspetivas, Jamieson (2011, p. 1), com o objetivo de operacionalizar o conceito, nota que “a intimidade corresponde à qualidade de uma ligação próxima entre as pessoas e ao processo de construção da mesma” e os relacionamentos íntimos são “subjetivamente experienciados e podem ser socialmente reconhecidos como próximos”. O conceito de proximidade aparece como a chave para entrar nas práticas que permitem construir intimidade. A autora refere que

a qualidade da proximidade (indicada pela intimidade) pode ser emocional e cognitiva, incluindo experiências subjetivas como o amor mútuo ou a sensação de se ser especial, mas também pode ser física/corporal. Todavia, alerta que o relacionamento íntimo não precisa de ser sexual e que o contacto corporal e sexual pode ocorrer sem intimidade (Jamieson, 2011). Trata-se, assim, de uma definição abrangente que não limita a intimidade ao conhecimento em profundidade da outra pessoa (Morgan, 2009). O conhecimento é uma das práticas que possibilita a construção da intimidade.

Com base no conceito de “práticas familiares” proposto por Morgan (1996), quando se refere às práticas, cultural e historicamente mutáveis que os indivíduos usam na edificação da família, surge o conceito de “práticas de intimidade”. Segundo Jamieson (2011, p. 1) trata-se de “práticas que possibilitam, geram e mantêm um sentido subjetivo de proximidade e de estar em sintonia e ser especial um para com o outro”. Quer seja no discurso popular, quer nos discursos científicos, a intimidade e o amor têm sido conceptualizados como sinónimos. Todavia, como argumenta a autora, o amor, sendo uma emoção, é um atributo de uma pessoa e não, necessariamente, uma forma de ligação interpessoal. Antes se pode dizer que “expressar sentimentos de amor é uma prática da intimidade; trocar declarações de amor pode construir intimidade” (Jamieson, 2011, p. 4).

Na Sociologia, apesar da importância da “união”, as definições de intimidade surgem à sombra das questões da individualidade e da autonomia dos indivíduos. Giddens (1992a) sugere que as sociedades atuais são atravessadas por transformações da intimidade que se consubstanciam na afirmação do “relacionamento puro”, assente na democratização do domínio interpessoal e caracterizado pela valorização das qualidades únicas de cada parceiro e pela igualdade de género. São relacionamentos em que os critérios e benefícios externos se dissolvem: a relação existe unicamente por qualquer recompensa que possa trazer, privilegiando os valores da reciprocidade, da autorrevelação e do prazer sexual mútuos. Esta definição de intimidade através do relacionamento puro remete para a individualidade: “Intimidade não significa ser absorvido pelo outro, mas conhecer as suas características e tornar disponíveis as suas próprias” (Giddens, 1992a, p. 106).

Além de valorizar a capacidade de revelação daquilo que se tem de mais privado (*re-velare* significa tirar a proteção, expor-se), as “relações puras” também se sustentam por ações de amor, confiança e carinho. Na raiz desta nova forma de relacionamento está o “amor confluyente ou plástico”, que exige aos parceiros uma constante monitorização e reflexividade em torno da relação. De forma imbrincada, e na linha da importância do prazer sexual, assistimos à afirmação de uma “sexualidade plástica” (Giddens, 1992a), que, indiscutivelmente, alterou o modo como a intimidade e a sexualidade são experienciadas. A prática sexual deixa de estar limitada aos propósitos procriativos. Centrada no

prazer individual, tem como objetivo proporcionar satisfação e realização pessoal, traduzindo, como afirma Gomes (1985), uma transição de um modelo sexual reprodutivo para um modelo sexual recreativo. Pese embora se mantenha a ideia de que a ligação entre família, sexo e procriação é “normal e natural” (Seidman *et al.*, 2006, p. 33), a sexualidade tornou-se mais maleável e moldável aos objetivos de cada um. Em linha com Luhmann (cit. por Jamieson, 1999, p. 478), a sexualidade torna-se mais um *código comunicativo* do que um fenómeno integrado nas exigências mais alargadas da existência humana.

Como se depreende, este tipo de relacionamento aponta para a tese da individualização (Beck & Beck-Gernsheim, 2002), que procura explicar as transformações na vida privada e íntima enfatizando a libertação face ao peso das instituições e dos papéis tradicionais e a crescente possibilidade de os indivíduos escolherem, entre infinitas opções, aquelas que querem na sua vida quotidiana. Isso possibilita, para o caso que aqui nos interessa, que os indivíduos construam a relação em casal distanciada das normas tradicionais de género e sexualidade, havendo, por isso, o desaparecimento da ideia de “juntos para sempre”, protegendo o “eu” sobre o “nós”.

O ideal construído é o de que o “bom casal” inclui dois parceiros iguais, comunicando constantemente acerca de si e do seu relacionamento e desenvolvendo um “trabalho de relacionamento”, estando sempre disponíveis um para o outro, mas respeitando a individualidade de cada um (Beck & Beck-Gernsheim, 1995; Eldén, 2012; Giddens, 1992a; Holmes, 2004). Isto evidencia o paradoxo que surge nas relações íntimas entre o desejo de proximidade/intimidade e o desejo de assegurar a independência individual. Estes casais apresentam características semelhantes dos mencionados por Singly (2001, p. 18), em *Livres Juntos*, ao analisar como a vida a dois leva a uma transformação dos indivíduos, já que exige o confronto entre os seus próprios territórios, o espaço do outro e a construção de um espaço comum onde cada um está “com”. São ainda estes os casais que exibem a forma de conjugalidade associativa de que falava Torres (2002a), em que o casamento é entendido como uma associação de duas pessoas autónomas, que pretendem garantir o bem-estar conjugal sem que sacrificar a autonomia e os projetos individuais.

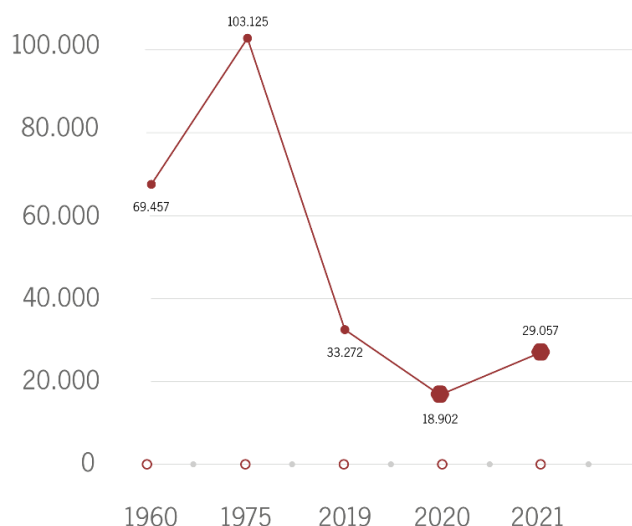
Não será despidendo referir que, na sua tipologia das formas de conjugalidade, Torres (2002a) alude, no entanto, também à presença de uma visão institucional do casamento como instituição que importa preservar acima de tudo e se caracteriza por uma diferenciação dos papéis sexuais – instrumental e expressivo – e fortes assimetrias de género; e à visão fusional do casamento em que o nós-família se sobrepõe ao eu-individual. Assim, e apesar da crescente valorização da autonomia, as teorias da individualização e, em particular, do “relacionamento puro” receberam críticas pelo facto de

não considerarem que as pessoas continuam embrenhadas em relacionamentos em que as normas e papéis sociais, os constrangimentos institucionais e as expectativas tradicionais persistem (Eldén, 2012; Jamieson, 1999; Strandell, 2018). Como afirma Jamieson (2005, p. 189), o relacionamento puro “pode ser mais uma construção ideológica do que uma realidade quotidiana vivida”.

Além disso, a individualização das relações não só não retirou importância aos relacionamentos íntimos, como aumentou as expectativas dos indivíduos em relação ao casal como um espaço de realização afetiva e sexual (Aboim, 2006b; Jamieson *et al.*, 2002). Afinal, a construção do casal – como condição ou estado – é entendido “como o modo superior, normal e natural de ser adulto” (Roseneil *et al.*, 2020, p. 3). Como afirma Strandell (2018), as pessoas continuam a casar-se não só apesar da individualização, mas também por causa dela, já que entendem a formalização da união como um meio de evitar que a relação se desmorone facilmente.

No caso português, assistimos a uma diminuição dos casamentos, acompanhada por uma laicização dos comportamentos conjugais (visível na diminuição do casamento religioso e no aumento da coabitação informal), um aumento das taxas de divórcio, uma redução do número de filhos e, ainda, uma diversidade de formas e composições familiares (Aboim, 2006b; Torres, 1996; Wall, 2005). A análise das estatísticas oficiais permite-nos materializar estas tendências.

Gráfico 1: Evolução do número total de casamentos em Portugal



Fonte: PORDATA (2022).

Nota: A partir de 2010, incluem-se os casamentos com pessoas do mesmo sexo.⁴

⁴ Com a Lei n.º 9/2010, de 31/05, alterada pela Lei n.º 2, de 29/02, o casamento civil entre pessoas do mesmo sexo passou a ser permitido. Os valores apresentados a partir desse ano também incluem, por isso, casamentos celebrados entre pessoas do mesmo sexo.

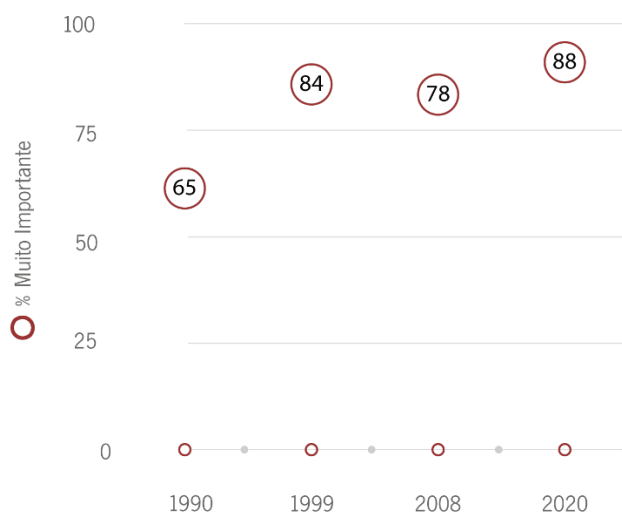
Como podemos observar no Gráfico 1, e de acordo com os dados da Pordata (2022), em 1960, os casamentos firmados legalmente em Portugal foram 69.457. Este número vai crescendo até 1975, ano em que se assiste a um pico impressionante de 103.125 casamentos. A partir desta data, o número de casamentos vai-se reduzindo progressivamente, atingindo, em 2019, o número de 33.272. Repare-se que é menos de metade dos casamentos anuais registados em 1960⁵. De salientar que, além de o casamento ter vindo a perder importância no nosso país, a quebra acontece, essencialmente, no casamento católico. Se, em 1960, a grande maioria dos casamentos era católica, hoje, o mesmo não se pode dizer. Apenas 30,8% dos casamentos celebrados em 2019 eram católicos. A par destas tendências, ao longo dos anos, assiste-se ao aumento da coabitação prévia ao casamento e a um aumento do número de uniões de facto (INE, 2020).

Uma tendência que não podemos deixar de sublinhar é o facto de, por um lado, o casamento decrescer entre pessoas que nunca se tinham casado e, por outro, aumentar entre os divorciados – duplica entre 1995 (4.747 homens e 3.456) e 2019 (8.068 homens e 7.351 mulheres), indicando, por inerência, o crescimento das famílias recompostas (PORDATA, 2022). Mas também é indicativo de que a família continua a ter importância para os portugueses, uma vez que existe o desejo de legitimar uma relação conjugal.

Assim, o Gráfico 2 mostra a evolução da importância da família para os portugueses, tendo por base resultados do *Estudo dos Valores Europeus* (Ramos & Magalhães, 2021). Como se pode ver, a família, em 2020, atinge o valor máximo de importância, com 88% dos inquiridos portugueses a referirem-na como um “aspecto ‘muito importante’” nas suas vidas. Além disso, quando comparada com outras esferas da vida social – trabalho, amigos, lazer, política e religião –, a família é considerada a esfera mais importante na vida dos portugueses (Gráfico 3). Importa não esquecer que o ano de 2020 ficou marcado pela crise pandémica associada à doença do Coronavírus (Covid-19).

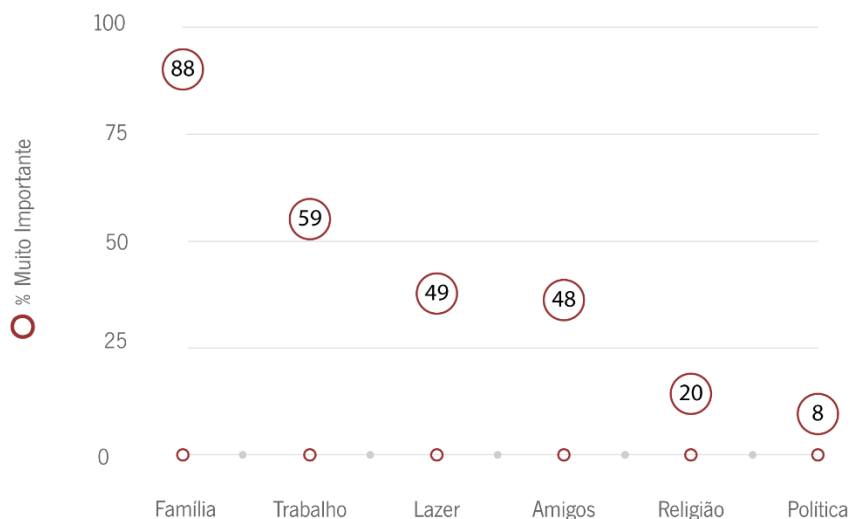
⁵ Atente-se que, nos anos 2020 e 2021, o número de casamentos celebrados foi de 18.902 e 29.057, respetivamente. Todavia, estes valores devem ser lidos com particular atenção, já que foram anos atípicos ligados à situação pandémica da doença COVID-19.

Gráfico 2: Percentagem de portugueses que consideram a família “muito importante” (1990 a 2020)



Fonte: Elaborado a partir de Ramos e Magalhães (2021).

Gráfico 3: Importância das diferentes esferas da vida para os portugueses (% de respostas na categoria “muito importante”)



Fonte: Elaborado a partir de Ramos e Magalhães (2021).

Perante este retrato policromático dos processos de formação do casal e da construção da intimidade, não desapareceram os roteiros da vida a dois de que falavam Beck e Beck-Gernsheim (2002), nem a igualdade democrática das relações é linear, como argumenta Giddens (1992a). A

seguir refletimos, precisamente, sobre como a ideia de democratização da vida privada e os discursos de igualdade entre os parceiros podem encobrir e/ou naturalizar assimetrias de poder no seio do casal.

1.4. O outro lado dos cenários da intimidade: a (re)produção de desigualdades

Na descrição dos processos de mudança social no final do século XX, Giddens (1992a) fala da afirmação de uma nova visão dos relacionamentos amorosos, que enfatiza a entrega e a troca emocional e sexual igual dos dois parceiros, valorizando a sexualidade conjugal para lá dos aspetos procriativos. Também nos discursos populares se sustenta a ideia de que os casais de hoje são mais iguais e íntimos. Todavia, a ideia de democratização das relações não espelha a multiplicidade das dinâmicas afetivas e sexuais dos casais contemporâneos (Jamieson, 1999, 2005). Teóricas feministas, ao aludirem ao patriarcado, chegam a afirmar que a família e a heterossexualidade podem não ser os melhores locais para se começar a mudar as relações de género (Delphy & Leonard, 1992), já que, como Juvonen e Kolehmainen (2018) argumentam, é mais difícil quebrar as relações de poder nas relações íntimas do que em qualquer outro domínio.

As histórias de vidas quotidianas mostram um cenário complexo: a vida em comum continua a ser perpassada e moldada por desigualdades. Mais do que a História, o dia a dia ensina-nos por que chegámos até aqui. São séculos e séculos de desigualdades estruturais: entre homens e mulheres; entre homens; entre mulheres. São jogos de poder, de interesse e de submissão. Olhando para os casais numa perspetiva dinâmica, muitas vezes, as expectativas de igualdade e reciprocidade colidem com a realidade vivida.

Recentemente, através do conceito de *desigualdade afetiva*, Juvonen e Kolehmainen (2018) refletem sobre o modo como os afetos podem obscurecer e reproduzir desigualdades de género nos relacionamentos. Ao entenderem que os afetos surgem nas interações sociais, por meio das relações entre os corpos, ao invés de serem uma reação individual, defendem que as desigualdades afetivas são passíveis de ser mais uma forma de poder. Além disso, as relações de poder podem também ser mediadas pelos afetos. Contribuindo para a importância do relacionamento, as autoras mostram como a desigualdade e a toxicidade se podem instalar e manter na relação sem a colocar em causa (Juvonen & Kolehmainen, 2018). De facto, o casal pode, por um lado, representar a entrega ou receção de afetos e, por outro, diminuir esse carácter de reciprocidade e apoio mútuo. Como lembra Pais (2006, p. 183),

“As *festinhas* ou *miminhos* que conhecemos como gestos simples e individuais de *afecto* fazem parte de uma intimidade doméstica que não deixa de ser padronizada por socializações que afectam *socialmente* afectos vividos *subjectivamente*”.

As desigualdades materializam-se, por exemplo, na diferente partilha das responsabilidades domésticas e nos cuidados com os filhos (Casado, 2014; Jurva & Lahti, 2019).

Jamieson (1999) descreve como as relações de intimidade são ainda estruturadas e atravessadas por desigualdades de género. Segundo a autora (1999, p. 482), não é claro que “uma alteração na qualidade das relações heterossexuais fosse quebrar a interligação de mercados de trabalho, distribuição de rendimento e riqueza e divisão do trabalho doméstico baseados no género”. Mais ainda, mesmo na eventualidade de uma maior igualdade, por exemplo, na partilha de responsabilidades no cuidar dos filhos, as desigualdades parecem persistir com base em representações tradicionais de género (Jamieson, 1999).

Na mesma linha, vários estudos dão conta de que, no mundo privado, as tarefas domésticas continuam a ser específicas consoante o género: os homens tendem a ficar responsáveis pelas tarefas mais físicas e as mulheres pelas tarefas mais administrativas e de organização do lar (Bach & Aarseth, 2016; Jurva & Lahti, 2019; Seidman *et al.*, 2006). Ainda se observa a “naturalização” das diferenças de género na realização de tarefas domésticas, em que as mulheres tendem a ficar responsáveis pela coordenação do trabalho doméstico, ao passo que os homens adotam uma postura de execução prática.

Magnusson (2005) sugere que o modo como os homens e as mulheres encaram os relacionamentos pode reforçar as convenções de género, na medida em que existem formas culturalmente válidas de dar sentido às desigualdades. Tais mecanismos permitem justificar as situações desiguais não como desigualdades propriamente ditas, mas como, por exemplo, traços de personalidade individuais ou diferenças inatas de género. Nesta perspetiva, entendemos, pois, como os homens podem ser considerados incapazes de realizar as tarefas domésticas por causa do género. Adicionalmente, o nascimento dos filhos pode potenciar um maior fosso entre as mulheres e os homens, já que estes tendem a ser desresponsabilizados dos cuidados com os filhos (Sevón, 2012).

No caso português, os dados são claros a este respeito. De acordo com os resultados obtidos no inquérito sobre os usos do tempo (Perista *et al.*, 2016), o tempo médio diário que as mulheres dedicam ao trabalho não pago é de 4 horas e 23 minutos, correspondendo quase ao dobro do referido pelos homens (2 horas e 38 minutos). No mesmo inquérito, os autores concluíram que, tendencialmente, o homem continua a ser entendido como “aquele que ajuda” ou “aquele que apoia”, assumindo uma “posição de retaguarda” e, por conseguinte, afastando-se de um cenário de partilha efetiva da responsabilidade e realização das tarefas domésticas (Perista *et al.*, 2016, p. 162). Três anos mais tarde, dados do Inquérito à Fecundidade (INE, 2019), voltam a dar conta de que a responsabilidade pelas tarefas domésticas continua a recair sobre as mulheres.

Assim, apesar de o aumento da participação feminina no mercado de trabalho ter contribuído para “a passagem de um modelo de ‘ganha-pão masculino’, para um modelo de ‘casal de duplo emprego’” (Aboim, 2010a, p. 40), permanecem modelos sustentados numa visão dicotómica e naturalizada do género.

Num olhar mais global, e tendo em atenção a pandemia Covid-19, dados publicados pela OCDE (2021) revelam que a situação pandémica tornou ainda mais expressivas estas desigualdades. Nesse período, as mulheres tinham três vezes mais probabilidade de assumir a responsabilidade pelos cuidados com os filhos e outras atividades de cuidado, bem como de ficar desempregadas, quando comparadas com os homens (OCDE, 2021).

As situações relatadas articulam-se com as diferenças de género na realização do “trabalho emocional”, ou seja, na promoção e no desenvolvimento da componente emocional da relação, algo que é documentado em estudos que mostram que as mulheres se dedicam tendencialmente mais do que os homens ao desenvolvimento do *trabalho emocional* (usando o conceito de Hochschild, 1979) e à expressão das suas emoções (Duncombe & Marsden, 1993; Elliott & Umberson, 2008; Marques, 2021; Thomeer *et al.*, 2013). Definido como um conjunto de “atividades que se preocupam com a melhoria do bem-estar emocional dos outros e com o providenciar de suporte emocional” (Erickson, 2005, p. 33), o trabalho emocional pretende promover e melhorar a intimidade conjugal através da redução dos limites/fronteiras entre parceiros. Por desejarem ter limites mais permeáveis, são, essencialmente, as mulheres a solicitar aos seus parceiros maior comunicação e partilha de sentimentos pessoais (Elliott & Umberson, 2008; Thomeer *et al.*, 2013). Por outro lado, os homens são orientados para o controlo das suas emoções, já que o “excesso” emocional está associado à perda da virilidade (Marques, 2021; Verdonk *et al.*, 2010).

Jurva (2018), que toma como unidade de análise dezanove mulheres, entre os 41 e 68 anos, em relacionamentos com homens mais jovens, na Finlândia, mostra a persistência das desigualdades de género, nomeadamente, no que respeita ao espaço doméstico e à prestação de cuidados. A autora concluiu, por um lado, que as mulheres revelam preocupação em manter a sua independência económica para não se tornarem dependentes do parceiro, e, por outro, mostram-se preocupadas com o facto de considerarem que os seus parceiros, no futuro, não serão capazes de lhes prestar cuidados e apoio, no caso de perderem as suas capacidades físicas. Este cenário de vulnerabilidade é revelador de como as expectativas de cuidar e ser cuidado evidenciam um padrão *generizado*.

O distanciamento dos homens em relação ao trabalho emocional pode ser entendido como uma forma de domínio heterossexual (Duncombe & Marsden, 1993). A este respeito, Hooks (2004)

teoriza acerca dos processos de mutilação emocional a que os homens são sujeitos desde crianças. Segundo a autora, as primeiras vítimas do patriarcado são os homens, uma vez que a sua mutilação emocional resulta no silenciamento ou na dificuldade em verbalizar as suas emoções. Todavia, se, por um lado, podem ficar numa posição de maior submissão, por outro lado, isso continua a isentá-los da responsabilidade de desenvolverem trabalho emocional.

Assim, como nota Aboim (2006b, p. 41), “o casal não é um par de indivíduos homogêneos entre si, sendo impossível compreendê-lo fora da sua ancoragem em relações sociais de género”. A representação simétrica do casal acaba por ser atenuada pelo afastamento dos homens dos universos tradicionalmente femininos, sobretudo da casa, da dimensão emocional e dos afetos (Ferreira & Cabral, 2010; Vale de Almeida, 1995).

Imaginemos o seguinte retrato de um casal: o marido está sentado no sofá a ver televisão enquanto a sua companheira termina o jantar e pensa nas tarefas que tem de realizar, incluindo marcar uma consulta para o filho e devolver umas camisolas que encomendou *online* para o marido. Nessa mesma noite, o marido fica surpreendido com o facto de a sua parceira não querer ter sexo. Enquanto a mulher presta cuidados instrumentais e emocionais, o homem recebe esses cuidados, não demonstrando reciprocidade. Foi com base neste retrato do casal contemporâneo que Harris e colegas (2022) desenvolveram dois estudos com 1073 mulheres em relacionamentos heterossexuais, com filhos até aos doze anos, com vista a aferir de que modo as desigualdades na divisão da gestão e realização das tarefas domésticas e no ato de cuidar se podem refletir na vida sexual do casal. Especificamente, refletem acerca de como o baixo desejo sexual das mulheres, geralmente associado a um “problema” ou “disfunção sexual”, pode também ser justificado pelas desigualdades de género. Os autores concluíram que, quando as mulheres realizavam mais tarefas domésticas do que os seus parceiros, eram propensas a percebê-los como dependentes e essa perceção estava associada a um menor desejo sexual pelo parceiro. Por sua vez, uma divisão mais igualitária das tarefas domésticas e na prestação do cuidado potencia uma maior igualdade na capacidade de sentir desejo sexual.

Tal retrato permite-nos ver como o género normativo tem efeitos na intimidade heterossexual. As expectativas face aos relacionamentos revelam que as mulheres estão incumbidas da dimensão afetivo-emocional da relação e o cuidado com os outros e, por isso, se encontram mais distantes da dimensão sexual. Já os homens são mais associados a esta última e, portanto, desresponsabilizados do ato de cuidar (Duncombe & Marsden, 1993; Harris *et al.*, 2022; Jurva, 2018; Juvonen & Kolehmainen, 2018; Seidman *et al.*, 2006; van Anders *et al.*, 2021).

Pese embora exista maior igualdade entre os géneros e um conjunto de políticas públicas com esse objetivo, a verdade é que, nas sociedades contemporâneas, as relações desiguais de poder podem ser mantidas e sustentadas por representações e padrões normativos de feminilidade e de masculinidade e pelas trocas afetivas (Juvonen & Kolehmainen, 2018). Além disso, a forma como os papéis de género ao nível da realização das tarefas domésticas e de cuidado são escolhidos e (não) negociados ajudam-nos a compreender, em parte, a gestão da intimidade sexual do casal. De facto, longe de constituir uma dimensão estanque da vida dos casais, a sexualidade articula-se com os outros domínios sociais em que estão inseridos e se movimentam.

O conhecimento dos cenários da intimidade permite-nos dar o salto rumo à compreensão das transformações na sexualidade conjugal. Entendendo a sexualidade como fenómeno social e culturalmente construído, e não como mero produto biológico, no próximo capítulo, exploramos as representações e normas que orientam as condutas e comportamentos sexuais do casal contemporâneo. Pretendemos mostrar como as relações conjugais e sexuais se tornam mais igualitárias e satisfatórias entre os géneros e, simultaneamente, renovam as assimetrias de género e de poder.

CAPÍTULO 2. SEXUALIDADE, PODER E GÊNERO: OS (DES)ENCONTROS

A ideia de que a sexualidade se tornou numa componente fundamental da construção e/ou manutenção da relação amorosa tem-se afirmado nos discursos de várias disciplinas científicas. Se alguns estudos sublinham a presença de uma visão mais hedonista da sexualidade, a crescente importância da reciprocidade e do prazer mútuo e uma maior igualdade de género (Bozon, 2003, 2004; Ferreira & Cabral, 2010; Giddens, 1992a), outros mostram a permanência de uma visão mais tradicional e conservadora que se consubstancia numa diferenciação de papéis em matéria sexual, permanecendo a sexualidade feminina subordinada à masculina (Crawford *et al.*, 2010; Klein *et al.*, 2019; van Hooff, 2015). Continuidades e mudanças parecem, portanto, andar de mãos dadas. Geralmente, homens e mulheres invocam estereótipos e representações de género ou *fecham os olhos* a interações desiguais no seio da relação. Afirmações como “os homens têm sempre mais apetite sexual”, “as mulheres não necessitam tanto de sexo como os homens” ou preocupações com a forma de se comportar nas interações sexuais, são parte de um cenário mais amplo onde se inscrevem práticas, representações, técnicas e discursos que pretendem “construir” seres humanos femininos e masculinos e, também, regular de forma diferencial a sexualidade. Parece persistir uma dupla moral de género (Bourdieu, 2013; Crawford *et al.*, 2010; Jamieson, 1999; Kaufmann, 2003; Olmo, 2018), visível na associação da masculinidade a uma maior predisposição, apetite e iniciativa sexuais e da feminilidade à dimensão afetiva-emocional da relação (Fontainhas, 2016; Pais, 1998; Seidman *et al.*, 2006; Siegel & Meunier, 2019).

Além disso, pese embora os discursos enfatizem a igualdade de género no direito ao orgasmo e uma atitude mais ativa das mulheres nas relações sexuais, ainda se observa o silenciamento dos desejos femininos, dando-se prioridade às necessidades e aos desejos masculinos ou até situações de “coerção orgásmica”, por exemplo, quando um pressiona o outro a ter um orgasmo, com consequências quando tal não acontece (van Anders & Chadwick, 2022; Ventura, 2018).

Apesar de a sexualidade se assumir como uma dimensão humana basilar da realização pessoal e conjugal, é inegável que as formas de a viver sofreram profundas transformações, ampliando as possibilidades. Combinando escolhas individuais com as do casal, a sexualidade conjugal é sensível a uma contínua decifração de códigos, gestos e condutas e requer uma coordenação das intenções e desejos de cada parceiro (Berger & Kellner, 1964; Impett & Peplau, 2003).

É neste quadro que procuramos compreender de que forma as vivências afetivas e sexuais quotidianas espelham, ou não, contraposições e multiplicidades. Será que as ideias sobre o que é ser mulher ou sobre o que é ser homem numa relação sexual se adaptam aos tempos ou, pelo contrário,

se mantêm inalteradas? Esta pergunta é tão complexa quanto aparentemente óbvia, por duas razões: por um lado, para o senso comum, ser homem implica não ser mulher e ter órgãos genitais masculinos, mas, por outro, esta ligação aos aspetos anatómicos obscurece as construções sociais e culturais de *ser homem* ou *ser mulher*.

Apoiando o pensamento de que “a sexualidade é bastante mais do que a soma das partes, bastante mais do que a aritmética das práticas, preferências e fantasias” (Freire, 2010, p. 23), neste capítulo, começamos por demonstrar como a sexualidade se foi tornando objeto de análise sociológica e como, nas sociedades contemporâneas, os discursos sobre a sexualidade se diversificam e disseminam. As crenças e representações subjacentes a esses discursos permitem perceber como as sexualidades masculina e feminina têm sido reguladas, com efeitos nas práticas afetivas e sexuais.

De seguida, exploramos como as representações comuns sobre o género e a sexualidade não só sustentam a dominação masculina, como estão também profundamente ligadas aos roteiros sexuais dos casais. Na verdade, a feminilidade e a masculinidade normativas continuam a atravessar as relações de poder entre homem e mulher, com impacto nas práticas, desejos e prazer sexuais do casal heterossexual. Por último, procuramos explorar os contextos e as normas sociais que explicam as transformações nos comportamentos e práticas sexuais dos casais, em Portugal, desde a década de 1950. Tal não poderá ser feito sem antes reconhecer que, no campo da sexualidade, podem existir paradoxos entre representações e práticas, ou seja, entre aquilo que os indivíduos dizem e pensam e o que, efetivamente, fazem.

2.1. A regulação dos corpos entrelaçada nas transformações da intimidade

A sexualidade tem-se afirmado como objeto transversal de diversas disciplinas científicas. No mundo contemporâneo, assistimos a uma proliferação e diversificação dos discursos sobre a sexualidade, como antecipava Foucault (2003). O impressionante interesse pela sexualidade mostra que não existe propriamente um tabu acerca da mesma, mas antes um conjunto de discursos emanados de instâncias de poder – religiosas, médicas e jurídicas – que condicionam, interditam e regulam os comportamentos sexuais.

Na perspetiva foucaultiana (2003), a sexualidade é resultado de aparelhos discursivos que exercem o seu poder sobre os indivíduos, regulando as suas condutas e levando-os a identificar-se como “sujeitos sexuais”. Para Foucault (2003, p. 16), a sexualidade surge enquanto conceito, social e historicamente construído, a partir do século XVIII, ainda que já no século XVII se tivesse iniciado, pelo

menos no campo religioso⁶, o processo de “colocação do sexo em discurso”. O autor não ignora a existência de práticas, desejos e preferências eróticas/sexuais anteriormente, mas o que nos diz é que a vontade de saber e interpretar os movimentos dos corpos deu origem à constituição e autonomização da sexualidade enquanto domínio específico de estudo e de intervenção por parte de “peritos”. Assim, a sexualidade é entendida como “uma verdade do sexo e de seus prazeres” (Foucault, 2003, p. 67), que resulta de uma *scientia sexualis* que produz discursos sobre o sexo.

As transformações estruturais nas sociedades modernas levaram, assim, à implementação de um “dispositivo da sexualidade”, que substituiu progressivamente o dispositivo de aliança na regulação das populações, e que envolve “processos que disseminam [o sexo] à superfície das coisas e dos corpos, que o excitam, manifestam-no, fazem-no falar, implantam-no no real e lhe ordenam dizer a verdade” (Foucault, 2003, pp. 70–71). Esta alteração deu origem a determinados discursos e práticas, bem como a interdições e silenciamentos que conferem inteligibilidade a certos atos e desejos eróticos/sexuais e a negam a outros. É por isso que, mais do que moldada por mecanismos repressivos, a conduta sexual é regulada pela intensa produção de discursos sobre o sexo.

A perspectiva foucaultiana da sexualidade tem aspectos comuns com os trabalhos de Gagnon e Simon (1977), que marcaram a pesquisa sociológica sobre a sexualidade. Ambas as perspectivas enfatizam os aspectos construídos da sexualidade, ou seja, a importância que as determinantes sociais têm nas práticas e nos significados atribuídos ao sexo e ao erótico. Quer para Foucault, quer para Gagnon e Simon, a sexualidade é regulada por processos de categorização, ainda que estes últimos (1977) analisem a forma como as classificações deles resultantes são produzidas e reproduzidas ao nível microsociológico da interação social (Escoffier, 2006).

Gagnon e Simon entendem o comportamento sexual como um processo aprendido através de roteiros sociais complexos que são específicos de determinados contextos históricos e culturais (Gagnon, 2006; Gagnon & Simon, 1977). Esta ideia de que o sexo requer uma aprendizagem e de que os atos físicos integram “roteiros”, levaram Gagnon e Simon (1977) a propor a “teoria social dos roteiros sexuais”, que caracteriza o modo como os indivíduos organizam o seu comportamento sexual. Alinhamo-nos com Rubin (2002, p. 28) quando refere que Gagnon e Simon “praticamente reinventaram a pesquisa sobre a sexualidade como ciência social”. Na verdade, a sua teoria ofereceu uma alternativa às teorias biológicas e psicanalíticas do comportamento sexual (Freud, 1987; von Krafft-Ebing, 1965).

⁶ Veja-se, a propósito, quando Foucault (2003, p. 24) mostra como a confissão funcionou como um mecanismo que obriga a falar sobre o sexo, em que se realiza “um exame minucioso do ato sexual em sua execução”, levando à tradução dos desejos sexuais num discurso generalizado.

Para Gagnon e Simon (1977), a roteirização do comportamento pode ser analisada em três níveis distintos: o nível intrapsíquico, que corresponde à vida mental, ou seja, àquilo que o indivíduo utiliza no seu diálogo interno com as expectativas sociais e culturais do seu comportamento; o nível interpessoal, que opera na interação social, quando os indivíduos procuram ir ao encontro das expectativas dos outros num determinado contexto social e histórico; e o nível cultural, que diz respeito aos significados culturalmente partilhados, que orientam os indivíduos acerca do que devem ou não fazer (Gagnon & Simon, 1977; Simon & Gagnon, 1986). Procurando sistematizar e exemplificar os três níveis de roteirização, Escoffier (2006, p. 21) refere que

“os roteiros interpessoais ajudam os indivíduos a organizar sua própria auto-representação e a representação de terceiros para instaurar e exercer a atividade sexual, enquanto os roteiros intrapsíquicos organizam as imagens e os desejos que despertam e sustentam o desejo sexual dos indivíduos. Os cenários culturais moldam os roteiros interpessoais e intrapsíquicos no contexto de símbolos e papéis sociais genéricos”.

Assim, os cenários culturais refletem as normas e os valores sobre a sexualidade que são culturalmente partilhados e que derivam, por exemplo, das instituições sociais e dos meios de comunicação. Por sua vez, os roteiros interpessoais referem-se à interpretação do parceiro sexual dos cenários culturais e à interação sexual considerada apropriada entre os parceiros. Por último, os roteiros intrapsíquicos correspondem à construção do desejo individual, aos motivos sexuais e àquilo que leva à excitação (Gagnon & Simon, 1977).

O facto de cada nível se relacionar com o outro possibilita uma maior diversificação na forma como os indivíduos conduzem as suas vidas sexuais. Isto porque, se os roteiros sexuais moldam as crenças, os desejos e as expectativas sexuais que são atravessadas pelo género, os roteiros intrapessoais podem reforçá-los ou modificá-los (Gagnon, 2006; Klein *et al.*, 2019; Masters *et al.*, 2013). A teoria dos roteiros sexuais (Gagnon & Simon, 1977) ajuda, portanto, a compreender a (não) adoção/experimentação de determinadas condutas sexuais e o modo como diferem consoante o género.

A despeito das suas similaridades, cada uma destas propostas teóricas possui também as suas particularidades. Foucault (2003, p. 67) dedicou atenção a uma genealogia da “história dos discursos”, ou seja, à análise das manifestações da sexualidade num grande período histórico, incidindo sobre as mudanças que ocorreram ao longo do tempo, relacionadas com os “regimes de

regulação sexual” e o surgimento de “identidades sexuais”. Por sua vez, Gagnon e Simon (1977), a um nível microssociológico, privilegiaram a análise que se foca no modo como esses processos históricos e regimes de regulação sexual moldam e são moldados pelas condutas sexuais dos indivíduos. Por um lado, a implementação e ascensão do “dispositivo da sexualidade” tem efeitos na forma como o casal contemporâneo e os seus comportamentos são entendidos; por outro, assumimos que o indivíduo também contribui para esse dispositivo. Em nosso entender, é na convergência das duas propostas que melhor se pode compreender a conduta sexual dos casais, valorizando a mediação das dimensões macro e micro de análise. Assim, neste trabalho, a análise da sexualidade através dos seus domínios sociais e culturais pareceu-nos adequada para captar e compreender as representações e as condutas sexuais dos casais nas sociedades contemporâneas e as formas como se relacionam. Estas diferenças nas formas de viver a sexualidade associam-se a diferentes lógicas discursivas e representacionais (Pais, 1998).

Neste contexto, compreendemos que existem diferentes maneiras de dar sentido à sexualidade e de a inscrever nas biografias, resultando em configurações distintas, ou seja, diferentes “orientações íntimas”, como as designa Bozon (2001). Devedora dos contributos de Gagnon e Simon (1977), o conceito proposto pelo sociólogo francês surge como elemento mediador entre o indivíduo e o sistema social. O autor define-as como quadros mentais reais que delimitam o exercício da sexualidade, os significados que lhe são atribuídos e o papel que desempenha nas trajetórias e experiências individuais (Bozon, 2001). O conceito revela, ainda, a importância das trajetórias e das experiências sexuais na construção da identidade pessoal. Como refere Policarpo (2011b), as “orientações íntimas” visam atribuir coerência interna à experiência individual (afetiva e sexual), algo que se afigura como uma condição essencial num contexto em que as experiências sexuais se diversificam e complexificam. Bozon (2001, p. 12) elucida-nos ao afirmar que,

“na autoconstrução, o difícil esforço de se conhecer a si mesmo, situar-se face aos outros e compreender-se a si próprio através da busca individual de discursos e dos saberes que possibilitem dar coerência a experiências íntimas cada vez mais diversas (...) prevalece agora sobre a velha preocupação ética de levar o indivíduo à conformidade com um ideal moral absoluto”.

Assim, as “orientações íntimas” permitem estabelecer coerência entre as práticas da sexualidade e as representações de si (Bozon, 2001). Para o autor, essas práticas consubstanciam-se em três modelos de orientações normativas: (i) o modelo da rede sexual, (ii) o modelo do desejo

individual e (iii) o modelo da sexualidade conjugal. No modelo da rede sexual, a atividade sexual surge como um aspeto comum da sociabilidade e é gerador de capital social e de laços de interdependência. Aqui, a sexualidade constitui-se como um elemento central da identidade social do indivíduo e depende da relação que este estabelece com uma rede de múltiplos parceiros sexuais. No modelo do desejo individual, o aparecimento regular do desejo, a par do da conquista – real ou fantasiada – do objeto desejado é um dos aspetos para manter a identidade íntima do indivíduo. Caracterizado pelo uso narcisista da sexualidade, trata-se de uma orientação menos exteriorizada do que a do modelo anterior, menos dependente da renovação dos parceiros e mais voltada para o interior do próprio indivíduo. Por último, no modelo da sexualidade conjugal, a sexualidade é percebida como estando ao serviço de uma construção conjugal ou sentimental que a engloba e, por isso, ganha sentido nesse quadro. As alterações na vida sexual informam o estado da relação do casal, já que “a sexualidade é, portanto, simultaneamente, o produto e o alimento da relação” (Bozon, 2001, p. 23). Esta visão conjugal da sexualidade desconfia do desejo individual porque introduz incerteza e arrisca a descontinuidade na relação.

A articulação de todas estas peças permite uma visão holística das interações afetivas e sexuais. Num contexto em que a forma de viver as relações amorosas se tem vindo a diversificar (Aboim, 2006a; Bozon, 2001, 2004; Giddens, 1992a; Torres, 1987), também se observam transformações nas dinâmicas afetivas/sexuais conjugais. Mas, como ocorreram essas transformações? Será que são diferentes entre homens e as mulheres?

A compreensão da regulação da sexualidade e das variações nas expectativas sexuais requer a sua contextualização nas relações de género e nas representações dominantes do que é *ser homem* e *ser mulher* no seio das relações afetivo-sexuais. Mais do que as práticas sexuais, a compreensão das condutas sexuais dos casais requer, ainda, que se contemple um *repertório de cenários* e um *repertório de significações* (Bajos & Bozon, 2008), ou seja, a ação (sexual) dos indivíduos é indissociável do domínio da interação e do simbólico.

Na próxima secção, analisamos como a diferença de género é assegurada pela (re)produção das fronteiras entre o masculino e o feminino nos domínios afetivo e sexual.

2.1.1. Sexo e género: os corpos que se socializam

Quando pensamos no termo “sexo”, o nosso imaginário remete para as características anatómicas e morfológicas do corpo humano, nomeadamente para os órgãos genitais externos. Como nos lembra Brandão (2007), mesmo antes de nascermos, conferem-nos uma identidade masculina ou feminina baseada nesses atributos que, ao situarem-nos num sistema de género, se associam a diferentes

expectativas, atitudes, valores e normas de conduta. É quase como se o género fosse determinado pela natureza biológica dos sexos. Concordamos com a autora (2007, p. 41) quando afirma que “radicar as diferenças de género numa disposição biológica supostamente inata e imutável é, então, uma forma de obscurecer as lutas travadas em seu torno, os investimentos de que são alvo e os fundamentos da própria ordem que sobre elas se funda”. Se é verdade que as diferenças anatómicas e morfológicas entre homens e mulheres são incontornáveis, do ponto de vista sociológico, interessa-nos saber como essas diferenças se transmutam em desigualdades e como as suas manifestações variam no tempo e no espaço.

Assim, o modo como as relações de género se organizam permite-nos compreender melhor aquilo que, muitas vezes, é entendido como “natural” e “inato” nos homens e nas mulheres. Esta questão é central para o nosso trabalho, já que é no seio das relações entre sexo e género que devem ser lidas as práticas sexuais dos casais.

Refletindo acerca das diversas manifestações espaço-temporais da diferenciação com base no género, Bock (1989) rejeita qualquer abordagem de teor “inato” ou “biológico” para a compreensão do conceito e para a explicação das diferenças entre mulheres e homens. Inclusivamente, entende que, neste contexto, a *biologia* é, ela própria, uma construção de natureza sociocultural, que se revela no preconceito de apenas ser evocada para se falar das mulheres e não dos homens. Ou seja, fala-se do corpo feminino por comparação com o masculino. A autora vai mais longe ao afirmar que a “abordagem biológica” parece implicar não só a atribuição de maior ou menor valor às atividades “masculinas” e “femininas”, respetivamente, mas também parece ser usada para sustentar desigualdades sociais com base nas diferenças entre as pessoas. Diz-nos que “a biologia, em si mesma, é totalmente muda” (Bock, 1989, p. 168), para argumentar que o sexismo não decorre da biologia, mas antes que esta é usada, enquanto categoria socialmente construída, para explicar desigualdades e relações sociais preexistentes, designadamente, relações sociais de poder. A este propósito, Bourdieu (2012, p. 21) defende que as diferenças entre os órgãos sexuais masculinos e femininos “são uma construção social que encontra o seu princípio nos princípios de divisão da razão androcêntrica, ela própria fundada na divisão dos estatutos sociais atribuídos ao homem e à mulher”.

As diferenças entre os géneros, bem como a sua hierarquização são resultado da socialização e integram aquilo que Bourdieu (2012) apelida de *habitus*, um sistema de disposições duráveis, ou seja, um sistema de esquemas de perceção que determinam o pensar, o agir e o sentir de determinadas formas, que foi incorporado e se constitui como um princípio não consciente da ação.

Estas estruturas incorporadas são, ao mesmo tempo, resultado da ação de estruturas objetivas e impulsionadoras da (re)produção de uma certa ordem social (Bourdieu, 2012).

É neste cenário que compreendemos que a incorporação de género orienta de forma diferente as condutas dos homens e das mulheres e, por conseguinte, regula – tão subtilmente, diríamos – os corpos e as mentes, fazendo com que se trate da ordem “natural” das coisas. Associadas às expectativas de género, existem normas que orientam os comportamentos. Desde cedo, ensina-se aos rapazes que não devem chorar em público ou demonstrar fragilidade ou, por outro lado, ensina-se às mulheres que devem assumir o papel mais sensível e emocional e que devem desempenhar tarefas que as efeminam (Bourdieu, 2012; Brandão, 2007; Vale de Almeida, 1995). De facto, tendencialmente associa-se aos homens traços de poder e assertividade, enquanto as mulheres associam-se a características como a sensibilidade e a afetividade (Marques, 2021; Schouten, 2011; Siegel & Meunier, 2019; Vale de Almeida, 1995).

Assim, “ser homem” e “ser mulher”, na interação social e nas construções ideológicas, não se restringe aos aspetos anatómicos, mas inclui um conjunto de atributos morais e normativos. Tendo por base esta visão binária de masculinidade e feminilidade, a construção social da diferença entre homens e mulheres, ao inscrever-se nos corpos, acaba por moldar a expressão corporal, afetiva e sexual. Entender as relações de género como relações socioculturais permite-nos apreender as suas ligações com a sexualidade e com a questão do poder e da dominação masculina.

A dominação masculina⁷ é um dos exemplos de *paradoxo da doxa*, isto é, o facto de a ordem do mundo ser aceite como algo natural, evidente e legítimo. Este tipo de dominação é também um exemplo de violência simbólica, uma violência “doce, insensível e invisível para as suas próprias vítimas que, no essencial, se exerce pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento ou, mais concretamente, do desconhecimento, do reconhecimento e, no limite, do sentimento” (Bourdieu, 2012, p. 14). Nesse sentido, o exercício do poder simbólico pressupõe a aceitação e a submissão dos dominados que incorporam e aceitam as diferenças sociais.

Embrenhada na dominação masculina, esta divisão binária continua a organizar o desejo sexual, concedendo ao homem maior legitimidade em termos afetivos e sexuais. Assim, movendo-nos numa linha cronológica, compreendemos as representações androcêntricas da sexualidade e a

⁷ Foucault (2003, p. 90) apresenta o poder como um fenómeno pluridimensional e difuso, no qual não existe “como matriz geral, uma oposição geral entre dominadores e dominados”. Todavia, a História parece contestar esta ideia. Como refere Vaquinhas (2000, p. 37) “a dominação masculina tem sido permanente, atravessando os séculos segundo modalidades e formas variáveis conforme as épocas e os espaços”. Todavia, a visão de Foucault não nos parece surpreendente uma vez que, mais do que uma visão neutra do género, centra-se numa história da sexualidade que é essencialmente as das sexualidades masculinas. Para um aprofundamento, consulte-se, p.e., Faith (1994), Greene (1996), Narvaz & Nardi (2007).

dominação dos homens sobre as mulheres, que asseguram “a boa ordem”, aquela que coloca as mulheres sob domínio dos homens (Bozon, 2004).

A História mostrar-nos que duas figuras bíblicas, Maria e Eva, são simbolicamente apropriadas para explicar determinados acontecimentos. Vaquinhos (2000) refere que, no período do Ultimato Britânico para desmilitarização da região entre Angola e Moçambique, reivindicada por Portugal no célebre “mapa cor de rosa”, estabeleceu-se a personificação do nosso país e da Grã-Bretanha. Como se de duas mulheres se tratassem, Portugal era personificado na figura da mulher-mãe, mártir, abnegada, anjo, Maria, por oposição à odiada Grã-Bretanha, “lasciva Impéria”, “prostituta velha e debochada”, demónio, Eva... (Vaquinhos, 2000, pp. 41–42).

Também o imaginário popular e os seus provérbios ecoam nos nossos ouvidos e ressoam nas nossas condutas. Anos a fio, ouvimos expressões como “Maria faz por ser boa que a tua fama longe soa” ou “não basta sê-lo, é preciso parecê-lo”. De facto, percebe-se que as sexualidades masculina e feminina têm sido reguladas de forma diferente ao longo dos tempos. A sexualidade feminina é, não raro, vista como estando subordinada a outros – ao homem, à família, ao amor –, sendo entendida como uma parte integrante do envolvimento afetivo e não apenas para o mero usufruto do prazer físico, razão pela qual pode surgir uma dificuldade de entendimento entre os parceiros (Gagnon & Simon, 1977).

É, precisamente, a interseção entre sexo, género e sexualidade que nos elucida sobre as diferentes expectativas, desejos e experiências sexuais de homens e mulheres. As representações sobre o género e a sexualidade ainda sustentam uma visão fálica e androcêntrica da sexualidade, com efeitos nas vivências afetivas e sexuais de homens e mulheres. Todavia, nas sociedades contemporâneas, assistimos à diversificação das possibilidades de se viver a sexualidade, à individualização das trajetórias conjugais e afetivas e à diversificação dos discursos sobre a sexualidade. Isto não implica negar a operacionalidade do conceito de *habitus*, mas encará-lo de forma não determinista, considerando modificações nas relações de género e uma maior reflexividade e possibilidade de escolha. As condutas amorosas/afetivas e sexuais são produto tanto de normas sociais, como da ação dos indivíduos (Aboim, 2009; Bozon, 2001, 2004). Uma maior individualização não significa uma desregulação das condutas sexuais, mas uma interiorização e (re)construção das normas sociais pelas mulheres e pelos homens, como defende Policarpo (2011a, p. 79).

2.2. Sexualidade, intimidade e amor: um caminho sedutor

Os anos de 1960 têm sido apontados como o início de uma menor regulação da sexualidade e uma maior democratização das relações amorosas (Bauman, 2004; Beck & Beck-Gernsheim, 1995; Giddens, 1992; Jackson & Scott, 2004; van Hooff, 2015). Se é verdade que, nas sociedades contemporâneas, as representações que enformam a construção das relações amorosas se organizam em torno de uma constelação de ideais onde o amor, a privacidade e a reciprocidade surgem como elementos fundadores do casal (Almeida *et al.*, 1997, pp. 875–876), também é verdade que a sexualidade – e, particularmente, a prática sexual – assume importância na constituição e manutenção da relação (Aboim, 2011; Bozon, 2004).

É neste cenário que devem ser compreendidas as novas ligações entre sexualidade e intimidade (Alarcão *et al.*, 2015; Bozon, 2003). Em primeiro, a progressiva dissociação entre sexo e procriação possibilitou o surgimento de novas formas de relacionamento e contribuiu para a validação da sexualidade como meio de satisfação e realização pessoais, como forma de obter prazer e como uma expressão da intimidade, ou seja, daquilo que Giddens (1992a) designa como *sexualidade plástica*. Essas mudanças foram coadjuvadas por transformações sociais mais amplas na organização da vida individual e social: (i) o novo estatuto social da mulher, com a introdução e popularização dos métodos contraceptivos no pós-I Guerra Mundial e a ideia de uma maior igualdade entre os gêneros; (ii) o incremento da individualização e da reflexividade nas relações (Bauman, 2004; Beck & Beck-Gernsheim, 1995, 2002; Giddens, 1992a); e, ainda, (iii) a emergência de tecnologias reprodutivas que possibilitaram dissociar a procriação do ato sexual (Giddens, 1992).

Centrada no prazer individual e não mais associada apenas ao casamento e à procriação, a sexualidade deixou de estar aprisionada na experiência sexual masculina e passou a ser moldável aos desejos de cada um. A este cenário não é alheia a ideia de que o sexo entre duas pessoas que se amam é entendido como “o último pico da intimidade” (Jamieson, 1998, p. 108) e que o ato de “fazer amor” é interpretado como uma forma mais “madura” e “válida” da prática sexual (van Hooff, 2015). A este respeito, a expressão “eu faço sexo amoroso” empregue por Vieira (2012, p. 137), ilustra, precisamente, a fusão entre sexo e amor na relação. Além disso, a compatibilidade sexual afigura-se como um fator decisivo na relação amorosa (van Hooff, 2015).

É na triangulação entre intimidade, sexualidade e amor que o relacionamento do casal se funda, já que, como refere Aboim (2006b, p. 33), estes são, hoje, os três pilares essenciais para compreender o “lado de dentro” da vida conjugal. Bourdieu (2012, pp. 130–131) escreve sobre o

sentimento amoroso como a única forma em que a dominação masculina é temporariamente suspensa, funcionando o amor como uma “ilha encantada”, ou seja, um

“mundo fechado e totalmente autárquico em que se dá toda uma série contínua de milagres: o milagre da não-violência, que torna possível a instauração de relações baseadas em total *reciprocidade* e autorizando o abandono e a retomada de si mesmo; o do reconhecimento mútuo (...); o milagre do *desinteresse* que torna possíveis relações desinstrumentalizadas, geradas pela felicidade de fazer feliz...”.

No que respeita especificamente às relações conjugais, o sexo passa a ser um elemento necessário do casamento, funcionando como um “ritual de confirmação” da sua existência (Bozon, 2004; Policarpo, 2011b). Assistimos, portanto, a um movimento de “erotização do casal” (Aboim, 2011), em que a componente sexual do relacionamento conjugal o distingue de outros relacionamentos (Jackson & Scott, 2004). Inversamente, a inatividade sexual é interpretada como indício de uma dificuldade ou problema conjugal, podendo colocar em risco a estabilidade da relação (Bozon, 2004; van Hooff, 2015). Além disso, existe a preocupação de satisfazer as necessidades sexuais do parceiro, já que, como notam Muise e colegas (2012), isso contribui para a manutenção do desejo sexual nas relações.

Olhando para o caso português, dados de um inquérito conduzido por Pais (1985) a jovens portugueses revelam que 92,5% dos jovens consideravam a sexualidade “uma forma de comunicação entre homem e mulher”, evidenciando-se a importância da relação sexual como forma de entendimento e revelação entre os parceiros. A comunicação parece também sustentar as interações e influenciar a intimidade emocional e a satisfação sexual (Yoo *et al.*, 2014). Mas, se a sexualidade pode ser uma forma de comunicação conjugal e se comunicar pode ser um meio de melhorar o entendimento sexual, até que ponto as representações daquilo que pode ou não ser verbalizado condicionam as vivências conjugais e sexuais?

De facto, ainda que os modos de viver a intimidade e a sexualidade conjugal se tenham diversificado, também parecem ter-se tornado paradoxais: por um lado, assistimos a uma aproximação das trajetórias afetivas e sexuais de homens e mulheres e a sexualidade parece estar mais liberta e descentralizada da sua visão fálica; por outro lado, não desapareceu a regulação da sexualidade por via das expectativas sociais de género numa relação. Como escreveu Kaufmann (2003, p. 3), “se os homens e as mulheres não falam da mesma maneira, é porque não ocupam o mesmo lugar dentro do casal”. No fim de contas, a visão mais hedonista da sexualidade e a tendência de aproximação de

homens e mulheres nas condutas sexuais (Bozon, 2004; Giddens, 1992a) coexiste com um duplo padrão moral, que resulta em normas diferenciadas para os homens e para as mulheres (Bourdieu, 2012; Crawford *et al.*, 2010; Jamieson, 1999). Também os roteiros sexuais tradicionais são caracterizados por essa desigualdade de poder: a dominação masculina *versus* a submissão feminina (Sanchez, Fetterolf, *et al.*, 2012). Assim sendo, até que ponto se pode falar, então, de um paradoxo entre os ideais de proximidade e igualdade afetiva/sexual e a existência de relações de poder nas dinâmicas do casal?

A ideia de que, em todos os casamentos, há, na verdade, dois relacionamentos – o “dele” e o “dela” –, proposta por Bernard (1972), parece-nos um bom pretexto para compreender como as relações íntimas se mantêm “generizadas” nas sociedades contemporâneas (Alarcão *et al.*, 2015).

2.2.1. Roteiros e condutas sexuais não sedutoras: “o duplo padrão moral”

Pese embora a maior democratização das relações amorosas, uma maior permissividade e liberdade sexuais, o alargamento do repertório sexual e a diminuição das diferenças de gênero em muitos comportamentos sexuais (Giddens, 1992a; Petersen & Hyde, 2010), pesquisas científicas documentam a permanência de desigualdades de gênero e de uma visão falocêntrica do sexo, ilustrados nas diferentes normas e padrões sociais e culturais em relação à sexualidade feminina e masculina, na não articulação entre sexo e intimidade emocional e na não negociação do prazer mútuo (Holland *et al.*, 1998; Impett & Peplau, 2006; Sanchez, Fetterolf, *et al.*, 2012; van Hooff, 2015).

Nas sociedades contemporâneas, a definição de relação sexual – ou sexo – é dominada pela prática heterossexual, em que o “verdadeiro sexo” se reduz à cópula (Jackson, 1984). Mais, predomina a visão de que a verdadeira prática sexual se dá com o coito, que termina com a ejaculação/clímax masculino (Hirst *et al.*, 2022; Jamieson, 1999; van Hooff, 2015). Ora, tal representação sustenta a ideia de que o ato sexual requer, necessariamente, um elemento masculino já que “fazer sexo”, implica que os homens sejam “penetradores” e as mulheres “penetradas”/“recetoras”. Nesta definição de relação sexual, a mulher assume um papel de passividade, ou seja, o de penetrada (Ventura, 2018, p. 53). A definição de “coito interrompido” ilustra esta ideia, ao ser definido como “aquele em que o pênis é retirado do interior da vagina momentos antes da ejaculação” (Priberam Dicionário, 2022). Por um lado, esta definição remete para a ideia da cópula como ato que requer um homem, por outro, o verbo “retirar” demonstra que esta é uma ação masculina (o que coloca ou retira o pênis) (Ventura, 2018). Este enfoque na penetração peniana evidencia que as práticas sexuais são delimitadas por normas e roteiros sexuais que retratam o homem

como ativo, dominante e penetrador e as mulheres como submissas, passivas e penetradas (Aboim, 2013; Bozon, 2001; Gagnon & Simon, 1977; Hirst et al., 2022; van Hooff, 2015; Ventura, 2018).

O corpo penetrado é associado à feminilidade ao passo que a masculinidade se associa à impenetrabilidade. Tais dicotomias entre ativo-passiva, penetrador-penetrada elucidam-nos sobre os modos como as dinâmicas sexuais são perpassadas por relações de poder, já que a dominação está em quem penetra. A este propósito, e focando-se na prática do sexo anal, Sáez e Carrascosa (2011, p.173) aludem à existência de um dispositivo dos usos do cu, no qual “um homem penetrador é heterossexual (...). E um homem penetrado já não é mais um homem, é uma mulher”, ao passo que uma mulher impenetrável é masculina.

Impõe-se, desde logo, uma conclusão quase evidente: a de que as práticas e as representações sexuais dos dois sexos não são iguais. Para os homens, o ato sexual é frequentemente concebido como uma forma de dominação e apropriação, podendo o sexo ser entendido como uma prática física orientada para a penetração, para o orgasmo e para o prazer – orientação recreativa do sexo. Já as mulheres tendem a manifestar uma orientação relacional centrada no parceiro e são socialmente preparadas para viver a sua sexualidade como uma experiência íntima e carregada de afetividade, que pode envolver diversas ações que não incluem, necessariamente, a penetração (Impett & Peplau, 2006; Leigh, 1989; Marques, 2005; Sanchez, Fetterolf, *et al.*, 2012; Seidman *et al.*, 2006). Também são elas que, tendencialmente, são as “cuidadoras sexuais”, responsáveis pelo “trabalho emocional” e que “policiam as suas próprias emoções para garantir que elas não vão colocar exigências excessivas sobre os homens” (Jackson & Scott, 1997, p. 567).

O discurso socialmente dominante é o do “impulso sexual masculino”, sustentado na masculinidade normativa, que considera os homens sexualmente insaciáveis e a sexualidade masculina um impulso naturalmente incontável e inevitável (Hollway, 1984). Compreende-se que este discurso se apoia no pressuposto de que os homens e as mulheres têm impulsos sexuais biologicamente distintos, o que, por sua vez, reforça a ideia de que os homens estão sempre disponíveis para o sexo e necessitam de o praticar. Este discurso é ilustrado no mito sociobiológico, segundo o qual, no reino animal, o macho tem o papel de perseguir e procriar e a fêmea é recetora (Crawford & Waldby, 1994).

Desta forma, as representações diferenciadas da masculinidade e da feminilidade elucidam-nos sobre as dinâmicas de género e poder e como influenciam os desejos sexuais (van Hooff, 2015). Como lembra Bozon (2004, p. 14), “o persistente primado do desejo dos homens quanto a tendência a ignorar o desejo das mulheres não decorrem de uma lógica intrínseca da esfera sexual, mas

correspondem a um dos aspectos de socialização de gênero diferencial...”. Estas constatações remetem-nos para a permanência de um duplo padrão sexual, que “implica que os comportamentos sexuais masculinos e femininos devem ser julgados por diferentes padrões, como a crença de que sexo casual é aceitável para homens, mas não para mulheres” (Petersen & Hyde, 2010, p. 26).

Com efeito, a reputação sexual dos homens e das mulheres é encarada e definida de forma diferente: se, por um lado, as mulheres sexualmente muito experientes e assertivas são olhadas com desconfiança e descrédito, sendo alvo de fortes sanções ao nível da sua reputação, por outro, o valor dos homens afere-se com o número de conquistas sexuais (Aboim, 2011; Bozon, 2004; Holland *et al.*, 1998; Pais, 1998; Conlcher *et al.*, 2013; Vale de Almeida, 1995; Vasconcelos, 1997). Daqui resulta uma outra dualidade: a que ocorre entre as mulheres. De um lado, a “casta”, a mulher dessexualizada, “boa para casar”; de outro lado, a “puta”, a “vadia”, “a má para casar”, a “perversa” (Pais, 2016; Rahman & Jackson, 2010). A que se mantém recatada – virtude feminina – encontra-se numa posição de superioridade moral. Estas mulheres que procuravam preservar a boa reputação eram, frequentemente, descritas como “guardiãs” (Impett & Peplau, 2006, p. 280).

De acordo com o binómio honra/vergonha associado aos comportamentos sexuais, a honra dos homens e da sua família depende, principalmente, do comportamento sexual das mulheres (Pais, 1985). Em simultâneo, por honra compreende-se a capacidade de a mulher assegurar os encargos tradicionalmente associados ao feminino, nomeadamente, a gestão das tarefas domésticas e os cuidados com os filhos (Schouten, 2011). Assim, ser um *homem de verdade* implica conseguir regular a conduta social e sexual dos elementos femininos da família, sobretudo da parceira, porque a importância social conferida a um comportamento adequado às mulheres em termos de sexualidade, pode, ainda hoje, colocar em causa a honra masculina (Pais, 1985; Schouten, 2011; Vale de Almeida, 1995).

Estes dualismos mostram como o duplo padrão sexual pode influenciar o comportamento e as práticas sexuais de homens e das mulheres. A ideia da “passividade” feminina reflete-se na (não) concretização dos seus desejos e prazeres sexuais. Neste cenário, a teoria dos roteiros sexuais ajuda-nos a compreender as formas de interação sexual entre homens e mulheres e como estes atuam de forma diferente, uma vez que os roteiros estão intrinsecamente relacionados com o gênero, com os papéis sexuais e com as normas sociais e culturais que regulam a sexualidade (Klein *et al.*, 2019; McClelland, 2014).

A permanência do duplo padrão moral resulta da aceitação de representações e práticas que estão em conformidade com os roteiros sexuais normativos. O roteiro sexual feminino promove a procura da intimidade emocional e a adoção de comportamentos submissos, como, por exemplo, a

restrição da iniciativa sexual e o controle do ou menor desejo sexual. Por sua vez, o roteiro sexual masculino promove um comportamento dominante e ativo, visível, por exemplo, na maior iniciativa e predisposição sexuais (Gagnon & Simon, 1977; Klein *et al.*, 2019; Masters *et al.*, 2013; Tolman, 2002; van Hooff, 2015). Lembremo-nos das palavras de Pais (1998, p. 411) quando refere que “ante um possível sentimento acusatório da mulher (‘dás-me amor em troca de sexo’) o homem responderia (‘dás-me sexo porque queres amor’) na base de uma relação de troca desigual”. Segundo Impett e Peplau (2003), em relacionamentos estáveis e contínuos, os homens afirmam iniciar relações sexuais cerca de duas vezes mais do que as suas parceiras. Quando os membros do casal discordam sobre a frequência sexual, geralmente, são os homens que a querem aumentar (Impett & Peplau, 2006).

A este respeito, são oportunas as contribuições de van Hooff (2015) sobre a forma como as mulheres heterossexuais reconciliam práticas, desejos e expectativas sexuais. Ao entrevistar vinte mulheres em relacionamentos heterossexuais, a autora mostra que os seus desejos e expectativas se conformam ao género – nas suas palavras, “não por falta de “escolha”, mas por um sentido de pragmatismo” (van Hooff, 2015, p. 1). Como explica a autora, as mulheres tomam decisões sobre a sua vida sexual de forma pragmática, com ideais tradicionais sobre os relacionamentos, reproduzindo papéis normativos nas condutas sexuais.

Assim, na sombra dos desejos e expectativas sexuais subsistem entendimentos de masculinidade e feminilidade. Estas representações são centrais na forma diferenciada como homens e mulheres definem o “desejo sexual” (Impett & Peplau, 2006, p. 278). Se as mulheres tendem a “romantizar” a experiência do desejo sexual, os homens entendem-no como estando associado ao “prazer físico” e à “relação sexual”. A este propósito, algumas pesquisas dão conta de que os homens parecem ter mais interesse sexual, estão sempre prontos e pensam mais em sexo do que as mulheres (Baumeister *et al.*, 2001; Farvid & Braun, 2006; Impett & Peplau, 2003; Meenagh, 2021; Mooney-Somers & Ussher, 2010; Petersen & Hyde, 2010). Muitas vezes, este desejo constante por sexo expressa-se nas interações entre homens, quando objetivam as mulheres e falam acerca das conquistas sexuais (Alldred & Fox, 2015; Flood, 2008). Em contrapartida, como não existem “roteiros sociais” que permitam entender as possíveis recusas sexuais dos homens, tendencialmente, procuram-se explicações que não sejam a sua falta de vontade sexual, como, por exemplo, fatores externos à relação ou alguma incapacidade das mulheres (Ford, 2018; Gunnarsson, 2018).

A associação do desejo e da iniciativa sexuais ao masculino faz com que, para as mulheres, seja problemático assumir abertamente as suas vontades sexuais (Tolman, 2002; van Hooff, 2015). Um dos efeitos da não verbalização destas é a restrição do seu prazer sexual. De forma a preservar a

imagem de mulher recatada, as mulheres podem rejeitar envolver-se em relações sexuais desejadas ou casuais, por medo das repercussões sociais (estigma) (Conley *et al.*, 2013; Goffman, 2004). Todavia, nem sempre as mulheres limitam a atividade sexual do casal, seja porque estão predispostas sexualmente, seja pelas preocupações em manter a qualidade emocional e sexual do relacionamento (Duncombe & Marsden, 1993; Jamieson, 1999), evidenciando a importância da disponibilidade sexual como requisito de uma relação estável (van Hooff, 2015). Lembremo-nos que são as mulheres que tendem a ser responsabilizadas pelo “trabalho emocional” (Hochschild, 1979) ou, como Torres (2004), prefere chamar-lhe, pelo “trabalho do amor”. Comparativamente aos homens, são as mulheres que aceitam, com mais frequência, ter relações sexuais com os parceiros, mesmo sem lhes apetecer (Impett & Peplau, 2006; O’Sullivan & Allgeier, 1998; Sanchez, Fetterolf, *et al.*, 2012).

Este padrão de gênero na iniciativa sexual e a persistência de assimetrias entre homens e mulheres no que respeita a consentir um ato sexual que não desejam tem sido designado como *complacência sexual* ou *sexo consensual indesejado* (Impett & Peplau, 2003). Impett e Peplau (2003) são claras ao afirmar que a complacência sexual consiste num comportamento que revela a existência de sacrifício nos relacionamentos e dinâmicas de poder na intimidade sexual do casal. Ainda que de forma consentida, cede-se à vontade do outro, ou seja, coloca-se os desejos sexuais do outro acima da vontade própria. As situações de complacência podem ser a raiz de um problema: mostram como a dominação – e até a violência, diríamos – se pode infiltrar na relação.

Oportuno exemplo deste fenómeno são os discursos jornalísticos e mediáticos sobre a complacência e a violência sexuais. Por exemplo, o recente filme português *Submissão* (2022) retrata uma situação de violação sexual entre Lúcia e Miguel. Apesar de aparentarem ser um casal estável e feliz, à medida que o filme se desenrola, descobrimos a evidente desigualdade de poder entre eles. Lúcia, após ser violada por Miguel, decide apresentar queixa-crime. O caso vai a tribunal e, ao longo das cenas, podemos ver a visão machista, normativa e patriarcal que a Justiça tem sobre o casamento. No seu argumento, levanta-se uma questão controversa, até porque, como refere Pinheiro (2004, p. 73), a coabitação é interpretada como “partilhar cama, mesa e casa”, ou seja, espera-se que os casais, partilhem a mesma cama e que, por conseguinte, tenham relações sexuais. Além disso, o texto legal pauta-se por ambiguidades, pois, como afirma Roseneil e colegas (2020, p. 100), “o contato sexual entre cônjuges é considerado como dever conjugal em muitos livros jurídicos, sob os deveres de fidelidade e coabitação”.

Tendencialmente, são as mulheres que assumem papéis sexuais mais complacentes, elucidando-nos sobre como as condutas sexuais são organizadas com base nas diferenças de gênero,

nomeadamente pelo alegado maior desejo masculino, pelo apanágio masculino da iniciativa sexual e pela orientação mais relacional das mulheres para o sexo (Impett & Peplau, 2003). Além disso, o comportamento complacente e submisso das mulheres está associado a uma menor satisfação sexual (Alarcão *et al.*, 2015; Kiefer & Sanchez, 2007).

Associado à complacência sexual, está o grau de assertividade sexual: níveis mais elevados de assertividade revelam maior capacidade de comunicar a (in)disponibilidade sexual (Darden *et al.*, 2019). Uma questão central é, então, a própria capacidade de comunicar e, mais especificamente, a capacidade de "negociação sexual", isto é, a "comunicação interpessoal que tem lugar durante um encontro sexual de modo a influenciar o que acontece nesse encontro em termos de necessidades e desejos das duas pessoas envolvidas" (Crawford e Waldby, 1994, p. 571). Nos seus trabalhos, Crawford e Waldby (1994) sugerem que o discurso do impulso sexual masculino e a ideia da mulher como objeto sexual e passivo servem para tornar a negociação, muitas vezes, ininteligível e acrescentam que, em virtude das diferenças de poder entre homens e mulheres, são a compreensão da situação, a vontade e o desejo dos homens que prevalecem nas interações sexuais.

Pese embora se tenha vindo a observar uma visão maioritariamente hedonista da sexualidade enquadrada por ideais de género mais igualitários, o certo é que ainda persistem efeitos desiguais do género, em detrimento das mulheres, traduzidos no maior silenciamento dos seus desejos e expectativas sexuais e em papéis sexuais mais submissos e complacentes.

2.3. Entre dois mundos de te(n)são: o prazer dos homens e das mulheres

“Apenas vês em mim
Uma fonte de prazer
Prazer que eu fingi
Muitas vezes, também ter”

Letra da música “Não és homem para mim” (Romana, 1997)

Atualmente, o sentimento amoroso está para a conjugalidade como o prazer está para a prática de sexo. Ainda que as motivações para o sexo possam ser diversas, complexas e contextuais, de que é exemplo a necessidade de garantir o bem-estar da relação, uma notável motivação para o sexo é o facto de proporcionar prazer (Jones, 2019). Ora, se o amor serve, atualmente, aquilo que Giddens

(1992a) designa de “relação pura”, o prazer passa a ser necessário no sexo conjugal e um indicador significativo do prazer sexual é o orgasmo.

Culturalmente, o orgasmo tem sido representado como um sinal de que a relação sexual foi boa e prazerosa (Opperman *et al.*, 2014; van Anders & Chadwick, 2022; Vance & Wagner, 1976; Walker, 2020). Tanto homens, como mulheres o descrevem como uma fonte de prazer físico e psicológico, um sentimento intenso e estimulante, que espelha o pico do prazer sexual (Opperman *et al.*, 2014; van Anders & Chadwick, 2022; Vance & Wagner, 1976). A comunidade médica e científica reconhece-o como um indicador de uma sexualidade saudável e de saúde física e psicológica (Chadwick *et al.*, 2019; Opperman *et al.*, 2014). Como refere Opperman e colegas (2014, p. 1), “o orgasmo é algo que os nossos corpos estão destinados a experienciar, um “objetivo” de muita da atividade sexual, e uma fonte de prazer e satisfação potencialmente intensos; é também altamente simbólico, com significados que excedem largamente o ‘reflexo’ fisiológico”.

Mas nem sempre o orgasmo é prova de uma sexualidade e de um relacionamento saudáveis, podendo também representar uma experiência envolta em contrariedades, dificuldades e angústias. Vejam-se, por exemplo, as situações em que é “necessário” fingir o seu alcance, ou as situações de “coerção orgásmica”, de que falam van Anders e Chadwick (2022), situações em que uma pessoa pressiona outra a ter um orgasmo, com consequências desagradáveis quando tal não acontece (van Anders & Chadwick, 2022).

Desde as primeiras pesquisas sexuais que se tem dado especial atenção à análise do orgasmo como um elemento da sexualidade humana (Masters & Johnson, 1976; von Krafft-Ebing, 1965). Analisaram-se as mudanças fisiológicas e biológicas que ocorrem durante um orgasmo (Opperman *et al.*, 2014). Apesar de ser um aferidor da satisfação sexual, as pesquisas sugerem que os homens têm orgasmos com mais frequência do que as mulheres (Haavio-Mannila & Kontula, 1997; Hirst *et al.*, 2022; van Hooff, 2015) e que estas não atingem o orgasmo apenas com o coito (Gerhard, 2000).

Ora, um entendimento holístico do orgasmo ultrapassa os aspetos fisiológicos. Na verdade, a sua análise implica analisar os discursos socialmente construídos sobre o orgasmo, os significados que os indivíduos lhe atribuem, bem como as experiências subjetivas em torno do mesmo (Jackson & Scott, 2007; Opperman *et al.*, 2014). Pelo menos nas sociedades ocidentais, a compreensão do orgasmo é sustentada em dois discursos socialmente dominantes: o imperativo do coito e o imperativo do orgasmo. O primeiro, como vimos, prende-se com a ideia de que o verdadeiro sexo ocorre com a penetração do pénis na vagina e termina com a ejaculação do homem (Jackson, 1984; van Hooff, 2015); o segundo, que se relaciona com o imperativo do coito, entende o orgasmo como o objetivo

final do sexo, ou seja, aquilo que os homens e as mulheres devem alcançar (Potts, 2000). Reparemos que o orgasmo como “fim do sexo” não é neutro em termos de género, já que são os orgasmos masculinos que sinalizam o final da relação sexual (Opperman *et al.*, 2014). Todavia, acoplado àqueles dois imperativos, está o discurso de reciprocidade segundo o qual os parceiros devem dar e receber prazer (Braun *et al.*, 2003), pelo que há a preocupação de assegurar o orgasmo feminino antes da ejaculação. Tais discursos acabam por influenciar as representações, desejos, expectativas e práticas sexuais (Opperman *et al.*, 2014). Num contexto em que se representa o orgasmo como o ponto alto do sexo, a sua ausência leva a sentimentos de pressão, fracasso e inadequação (Cacchioni, 2007; van Anders & Chadwick, 2022).

O género e as desigualdades entre homens e mulheres são importantes para compreender os diferentes significados atribuídos ao orgasmo (e à incapacidade de o alcançar). Estando as mulheres incumbidas de manter e assegurar o trabalho emocional da relação (Duncombe & Marsden, 1993; Hochschild, 1979), algumas reconhecem que o facto de não conseguirem alcançar o orgasmo afeta negativamente os seus relacionamentos e leva a um descontentamento dos parceiros (Lavie-Ajayi & Joffe, 2009). A importância dos significados relacionais e emotivos do orgasmo resulta no seu fingimento por parte das mulheres, de forma a expressar amor pelos seus parceiros e a não ferir os seus sentimentos e ego, mostrando a necessidade de preservar a virilidade e habilidades sexuais do companheiro, tendo em conta os padrões normativos de masculinidade (Muehlenhard & Shippee, 2010; Roberts *et al.*, 1995; Vale de Almeida, 1995; van Hooff, 2015).

A evidência empírica desafia a ideia de que o prazer sexual feminino é tão importante quanto o masculino (Chadwick *et al.*, 2019; van Hooff, 2015). A este cenário não é alheia a expressão “homem à cabeça” de Holland e colegas (1998), que se refere à ideia de que as mulheres contribuem para o privilégio do homem no prazer sexual, na medida em que identificam as suas necessidades sexuais como sendo as mesmas que as dos homens.

De facto, as mulheres parecem priorizar o ego masculino em detrimento do seu. Daqui se deduz que os homens parecem estar mais preocupados em desempenhar o seu papel de dar prazer às mulheres do que propriamente com o próprio prazer delas. É, precisamente, sobre a ideia de que o orgasmo feminino pode funcionar como uma forma de conquista da masculinidade que se debruça o estudo de Chadwick e van Anders (2017). Tendo como objeto empírico 810 homens com 18 ou mais anos e sexualmente atraídos por mulheres, os autores concluíram que os homens se sentem mais masculinos e com maior valor sexual quando as mulheres atingem o orgasmo. Contrariamente, quando elas não o conseguem alcançar, interpretam a situação como uma falha da sua masculinidade.

A este propósito, o exemplo da música citada em epígrafe é oportuno, já que a sua letra veicula certas representações e valores sociais. Em 1997, Romana, com “Não és homem para mim” reivindicava uma sexualidade feminina orientada para o prazer e denunciava a insatisfação sexual das mulheres, afinal, “eu mereço muito mais”, já que “apenas vês em mim/ uma fonte de prazer/ prazer que eu fingi/ muitas vezes, também ter”. De facto, a música pode ser um espaço de construção do género, bem como da sexualização do desejo (McClary, 1991).

Assim, apesar de os discursos sobre a sexualidade terem mudado no sentido de promover o orgasmo feminino e os ideias de reciprocidade, não parecem ser totalmente libertadores e parecem centrar-se na sexualidade masculina (Chadwick & van Anders, 2017; Opperman *et al.*, 2014). Subjacente ao discurso de reciprocidade, está uma lógica produtiva de prazer (Foucault, 2003), que produz direitos e obrigações relativamente ao orgasmo. Podemos ver como o alcance do prazer sexual, e especificamente do orgasmo, pode ser interpretado quer como um aspeto emancipatório, quer como um aspeto normativo da sexualidade conjugal. Se, por um lado, a preocupação com o orgasmo do outro evidencia a valorização da gratificação mútua, a reciprocidade e a igualdade de género no relacionamento, por outro, pode encobrir e manter dinâmicas de poder na relação sexual, uma vez que a validação de um discurso que entende o orgasmo como propósito e fim da relação sexual acaba por pressionar os indivíduos.

Podemos, então, afirmar que, dentro do casal, cada um existe entre dois mundos em tensão, em que os seus desejos, expectativas e práticas são (de)limitados por normas e discursos diferenciados consoante o género. Mais ainda, a (não) comunicação pode naturalizar e encobrir relações de poder desiguais, com reflexos nas vivências sexuais do casal.

2.4. Continuação do diálogo (mudo) dos corpos: entre continuidades e mudanças

O roteiro sexual dominante é altamente “generificado”, traduzindo-se na prescrição de papéis e comportamentos frequentemente opostos de homens e mulheres (Gavey, 2005; Tolman, 2002). Apesar de esse roteiro e o sistema de género em que se insere terem desvantagens para os próprios homens (Hooks, 2004; Marques, 2021), estes têm maior autonomia sexual e possibilidades de satisfação e bem-estar sexuais do que as mulheres (Gavey, 2005; van Hooff, 2015). Os roteiros sexuais associados aos homens assentam na ideia de uma maior predisposição e apetite sexual destes em comparação com as mulheres. Além disso, o roteiro sexual feminino relaciona-se negativamente com o uso de preservativo, sendo a sua não utilização entendida simbolicamente como expressão de

proximidade e compromisso (Hynie *et al.*, 1998). Por seu lado, o roteiro sexual tipicamente masculino associa-se positivamente aos comportamentos coercivos (Byers, 1996; Santana *et al.*, 2006).

Notamos, portanto, que certas desigualdades, expressas no duplo padrão sexual, ainda persistem. Ainda assim, alguns trabalhos evidenciam o afastamento dos roteiros sexuais tradicionais e a vontade de homens e mulheres mais jovens adotarem condutas alternativas (Masters *et al.*, 2013; Maxwell, 2007). Existe já um considerável acervo de investigação acerca da (não) adesão a roteiros sexuais tradicionais por parte dos indivíduos, nomeadamente, em relação à iniciativa sexual (Byers, 1996; Byers *et al.*, 1989; van Hooff, 2015), ao sexo com penetração desprotegido (Santana *et al.*, 2006), ao uso do preservativo (Hynie *et al.*, 1998) e à coerção sexual (Byers, 1996; Tolman *et al.*, 2003). Cabe, ainda, referir que as investigações recorrem a diferentes metodologias e variáveis, acabando por dificultar a comparação e generalização de resultados.

É inegável que os desejos e as expectativas amorosas/afetivas e sexuais dos indivíduos têm como referência os roteiros sexuais dominantes. Contudo, tem crescido o interesse em estudar a adoção ou não desses roteiros (Masters *et al.*, 2013; Morrison *et al.*, 2015). Esta curiosidade advém do facto de vivermos num contexto marcado por sinais de individualização na família, com a afirmação dos valores da autonomia, da igualdade de género, da realização pessoal e sexual, da expressividade e do desenvolvimento da reflexividade na construção da trajetória e da identidade social (Bozon, 2004; Giddens, 1997). Mais, a influência de um “discurso permissivo” (Hollway, 1996, p. 87) também revela a maior liberdade sexual feminina, a capacidade feminina de ação e não apenas reação. São mudanças que indiciam a expansão e multiplicação das formas de viver a sexualidade, resultando num alargamento do leque de comportamentos socialmente aceites, tal como previa Foucault (2003). É através da influência das inovações inter e intrapessoais que os roteiros sexuais podem ser transformados ou reproduzidos pelos indivíduos (Laumann & Gagnon, 1995; Masters *et al.*, 2013).

É, precisamente, sobre as “disjunções” entre roteiros sexuais que versa o trabalho de Masters e colegas (2013). Os autores sugeriram que os roteiros sexuais dominantes ao nível cultural podem não o ser aos níveis do casal e individual. Mais do que imaginar condutas isentas de valores e normas culturalmente partilhados, os indivíduos parecem lidar de forma diferente com os roteiros culturais da sexualidade, podendo ou não segui-los aos níveis interpessoal e intrapsíquico (Masters *et al.*, 2013). Com base em entrevistas realizadas a 26 homens e 18 mulheres, com idades entre os 18 e 25 anos, os autores encontraram três posições em relação à adoção das normas de género: (i) conformidade; (ii) descoberta de exceções; e (iii) transformadora. No primeiro caso, as condutas sexuais a nível interpessoal coadunam-se com os roteiros sexuais de nível cultural; no segundo, embora os

entrevistados aceitem os roteiros sexuais normativos, criam exceções às normas de género; e, no terceiro, os indivíduos refazem os roteiros de género a nível cultural ou interpretam as suas condutas não tradicionais como sendo normativas (Masters *et al.*, 2013). Tais posições mostram que, nas condutas sexuais, se observam continuidades com os roteiros sexuais normativos, mas também mudanças (Masters *et al.*, 2013)⁸.

As práticas quotidianas retratam um cenário complexo em que os discursos e práticas tradicionais persistem ao lado de ideais mais igualitários da sexualidade, pelo que a compreensão deste vaivém entre mudanças e continuidades é essencial no contexto da sexualidade conjugal e, no caso que aqui nos importa, entre os casais portugueses. A compreensão dos significados que os casais atribuem à sexualidade e, em particular, à relação sexual, requer algum conhecimento sobre os modos como as relações sociais de género se foram alterando ao longo do tempo, muito em particular, em Portugal. No fim de contas, os desejos, as expectativas e práticas sexuais dos casais são o resultado de uma progressiva (re)construção social e da ação de homens e mulheres ao longo do tempo.

2.4.1. O surgimento da(s) mudança(s) em Portugal

Para que possamos compreender como, na atualidade, se vive a sexualidade conjugal em Portugal, precisamos de olhar com atenção para o passado. É necessário questionar o que resta das representações tradicionais do género, da sexualidade e do amor. Quanto dista entre aquilo que é permitido às mulheres e aos homens? Quais os dispositivos que regulam e controlam os corpos e a sexualidade? Que importância têm o género e a sexualidade para os casais de hoje e como se mantêm (ou não) relações desiguais de poder?

Como noutros países ocidentais, as últimas décadas, em Portugal, têm sido marcadas por transformações no campo sexual e nas relações de género. Para melhor compreendê-las, recuemos até à década de 1950, durante o regime Salazarista, no quadro do qual a tentativa de regulação dos afetos e do amor, do prazer e da sexualidade se associava ao modelo ideal de família preconizado pelo Estado Novo. Falar sobre sexo era ousado e perverso, suscitando reações de desaprovação por parte da Igreja Católica e de movimentos sociais que pregoavam a ortodoxia da virtude feminina (Aboim, 2011). A fusão entre o Estado Novo (1933-1974) e a doutrina Católica explica a ordem social e moral instituída: pairava uma moral sexual rígida e conservadora, que impunha uma sexualidade monogâmica, heterossexual, restrita ao casamento reprodutivo.

⁸ Em Portugal, por exemplo, a tipologia de Alarcão e colegas (2015) identifica diferentes posições em relação à experiência subjetiva da sexualidade e às relações íntimas dos portugueses residentes na Grande Lisboa. Os autores identificaram quatro tipos-ideais: “Conservador rígido”; “Tradicional atenuado”; “Adaptável progressivo” e “Transformador confluyente” (no original: *strict conservative, traditional attenuated, progressive adaptive e confluent transformative*).

Imaginemos o seguinte cenário familiar: o homem, provedor de família, trabalhava como um desalmado para garantir o seu sustento; a mulher era confinada ao lar para cuidar do seu marido e educar as crianças (Freire, 2010). Essas assimetrias refletem-se também no domínio da sexualidade. Se as mulheres reprimem a sua sexualidade para não serem consideradas impuras, aos homens é-lhes dada permissividade sexual. Perder a virgindade antes do casamento era uma desonra para as mulheres, afetando as suas qualidades de companheira e mãe (Aboim, 2011; Policarpo, 2011a). Afinal, “chegada pura e casta ao altar no dia de casamento, a noiva seria desflorada na noite de núpcias” (Freire, 2010, p. 32). Neste quadro, compreende-se que as raparigas devessem controlar o comportamento atrevido dos rapazes, assumindo “o papel de guardiãs da moral e dos bons costumes, dos quais dependia a família e a harmonia do lar que mais tarde formariam, se dele se mostrassem merecedoras” (Aboim, 2011, pp. 82–83).

A semente da mudança começa a desenvolver-se nos anos 1960, quando se assiste à contestação dos papéis sociais e sexuais de género nos meios estudantis e à maior consciência da diversidade sexual (Policarpo, 2011a). Em 1961, a publicação de Artur Marinha de Campos, estudante em Coimbra, da «Carta a uma jovem portuguesa», marca o florescer de discursos de exaltação da igualdade e liberdade amorosa e sexual. Na mesma pode ler-se:

“Vou escrever para ti, jovem portuguesa e particularmente para ti, jovem estudante da nossa cidade (...)” para te dizer que “a minha realidade é igual à tua. Somos jovens. A minha liberdade não é igual à tua. Separa-nos um muro alto e espesso, que nem tu nem eu construímos” (...) “tu estás submissa e passiva no canto em que te procuro” (Figueiredo, 2012, p. 59).

Este excerto denuncia o duplo padrão moral sexual marcado na sociedade portuguesa e a falta de liberdade das mulheres.

Também no final da mesma década, em 1967, é fundada a Associação para o Planeamento da Família (2022), com a missão de promover escolhas informadas sobre a saúde sexual e reprodutiva. Foram estas pequenas transformações que abriram caminho para a “revolução” nas emoções e na sexualidade no pós-abril de 1974. A partir desta data, e com mais expressão durante a década de 1980, Portugal assistiu a uma maior exposição da sexualidade, fruto da liberdade de expressão que se fazia sentir em todos os domínios da vida social (Policarpo, 2011a).

Logo no início da década de 1982 é aprovada a lei que garante o direito ao planeamento familiar e à educação sexual (Policarpo, 2011a). O acesso aos métodos contraceptivos vai-se

generalizando e a sexualidade deixa de estar limitada ao casamento e à procriação (Almeida, 2003; Neves, 2013). Mas, como refere Policarpo (2011a, p. 63), ainda que comece a surgir um discurso que afirme que o desejo e o prazer femininos não são só possíveis, mas também “legítimos e desejáveis”, parece persistir o duplo moral sexual.

Com base nos resultados do *Inquérito sobre os Valores e Atitudes dos Jovens Portugueses*, Pais (1985) conclui que alguns comportamentos sexuais são diferentes entre rapazes e raparigas, sobretudo entre os jovens mais católicos ou com uma família católica. Mais tarde, dados do *Inquérito Sobre a Vida Amorosa e Sexual dos Portugueses*, também conduzido por Pais (1998), revelam que o sexo – enquanto prática sexual – não tinha o mesmo significado para homens e mulheres. Para 61,5% das mulheres, o sexo só fazia sentido por amor, para os homens esta percentagem diminui, já que se 41,3% associam o sexo ao amor, 22,7%⁹ consideram que o usufruto do prazer é, por si só, suficiente para terem relações sexuais.

É neste quadro que vemos algumas das sementes das transformações que proporcionaram a passagem de um modelo conservador para um modelo mais moderno, sustentado em ideais mais igualitários e na maior individualização nas formas de viver a sexualidade. Estas transformações relacionam-se com o novo papel social da mulher e com a tendência para a individualização dos comportamentos na esfera privada e familiar, como vimos no primeiro capítulo: diminuição dos casamentos – em especial, do casamento religioso –, laicização dos comportamentos conjugais, redução do número de filhos, diversidade das formas e composições familiares (Aboim, 2006b; Almeida & Wall, 2011; Torres, 1996; Wall, 2005).

Recentemente, os estudos dão conta de algumas tendências: a diluição do duplo padrão sexual, a separação da sexualidade da conjugalidade; a diminuição da idade das mulheres na primeira relação sexual; a maior valorização do prazer sexual e uma maior aceitação das várias formas de sexualidade (Aboim, 2013, 2016; Ferreira & Cabral, 2010; Neves, 2013; Policarpo, 2011b; Roseneil *et al.*, 2020). Transcendendo os aspetos relacionados com a procriação, espera-se, hoje, uma entrega e troca emocional e sexual igualitária. Neste domínio, também se observa que as práticas do namoro se transformaram, permitindo-se a experimentação [também sexual], como nota Aboim (2006b). Tal contribuiu para que relações sexuais pré-matrimoniais sejam, hoje, socialmente aceites, esbatendo-se a “secular equivalência entre o feminino e a espera ou a resignação” (Pais, 1998, p. 414). Em Portugal, os contrastes geracionais são notáveis relativamente aos padrões da iniciação sexual, como fica claro em vários estudos (Alferes, 1997; Ferreira & Cabral, 2010; Policarpo, 2011b).

⁹ Os restantes inquiridos não responderam à questão ou optaram pela categoria “não sei” (Pais, 1998, p. 411).

Porém, o duplo padrão moral e sexual não desapareceu. Mais do que um corte com o passado, o “velho” mistura-se com o “novo”, resultando em múltiplas formas de viver a sexualidade. Persistem desigualdades entre homens e mulheres em alguns aspetos. O número de parceiros sexuais ao longo da vida permanece menor para elas do que para eles e são eles que também apresentam uma maior diversificação das práticas sexuais, embora a diferença seja menos marcada entre as gerações mais novas. Além disso, a sexualidade masculina continua a estar centrada no prazer, ao passo que as mulheres, tendencialmente, valorizam uma sexualidade relacional (Bajos *et al.*, 2010; Ferreira, 2010a; Policarpo, 2011b).

Assim, o surgimento de novas e diversas formas de viver a sexualidade e de exprimir os afetos ocorre num contexto de continuidades e rupturas com o passado. Além disso, a maior individualização nas condutas sexuais não significa desregulação. Pelo contrário, a sexualidade é objeto de investimentos culturais e sociais. As normas sexuais e de género, os discursos sobre a sexualidade e os valores sociais e morais orientam as condutas e estão na origem da (não) adoção, por parte dos casais, de determinadas práticas sexuais e lógicas discursivas sobre o sexo.

2.5. Novas formas de intimidade: as práticas sexuais

A democratização e liberalização das atitudes sexuais desde os anos 1960, a proliferação e mediatização das imagens sexuais e a multiplicidade de discursos sobre a sexualidade têm vindo a contribuir para a ideia de que as sociedades ocidentais contemporâneas são sexualmente mais liberais (Jackson & Scott, 2004; Neves, 2013; Pinto *et al.*, 2010; van Hooff, 2015). Relembremos Giddens (1992a) e a “sexualidade plástica” ou, ainda, Beck e Beck-Gernsheim (2002), que destacam os processos de individualização nas sociedades contemporâneas. Todavia, a sexualidade conjugal não inclui apenas ideários de igualdade e liberdade, mas também contradições, desigualdades e expectativas diferenciadas consoante o género. Aliás, e na esteira de Foucault (2003), a “fermentação discursiva” da sexualidade sublinha que as condutas sexuais são reguladas por processos de categorização que balanceiam entre o lícito e o ilícito. Por outro lado, também a ação dos indivíduos molda esses processos de regulação sexual.

Explorar as práticas sexuais adotadas e os significados que os casais lhes atribuem permite, por um lado, conhecer as formas de expressão dos afetos, do desejo sexual e dos usos do corpo, e, por outro, explorar “as normas sociais que condicionam a legitimidade das práticas sexuais e determinam a sua aceitabilidade ou rejeição, por outro” (Ferreira, 2010b, p. 106).

As primeiras tentativas de refletir sobre as práticas sexuais e a sua variabilidade surgem em meados do século XX. Incontornáveis são as pesquisas de Kinsey e colegas (1970 [1953], 1975[1948]) sobre as sexualidades masculina e feminina¹⁰. Além de revolucionarem o conhecimento na área da Sexologia, abalaram as mentalidades da época com resultados inesperados acerca das atitudes e comportamentos sexuais. Entre eles, destacam-se a diversidade de comportamentos sexuais, a ideia de que práticas sexuais consideradas desviantes, como, por exemplo, a sodomia ou a masturbação, eram, na verdade, mais frequentes do que o esperado (Gagnon, 2006) e uma proposta alternativa à classificação binária homo e heterossexual, que ficou conhecida como “Escala de Kinsey”¹¹.

Com idêntica linha de investigação, destaca-se o trabalho de Masters e Johnson (1976) sobre a fisiologia e a anatomia da resposta sexual. Tendo como unidade de análise o casal, os autores concentraram-se na qualidade da experiência sexual. Com recurso à observação, em laboratório, da prática de relações heterossexuais, analisam a fisiologia da resposta sexual e fixam o prazer como norma para o bom funcionamento sexual e o bem-estar do casal.

Ainda que tenham sido alvo de críticas¹², estes trabalhos foram centrais para as vivências da sexualidade, para a normalização de práticas eróticas e sexuais anteriormente classificadas como patologias, desafiando e redefinindo as concepções de normalidade e desvio, para a emancipação da sexualidade – em particular, da feminina – e para as condutas sexuais dos indivíduos (Gagnon, 2006). Mais tarde, o trabalho de Gagnon e Simon (1977) também foi fundamental ao aludir à variedade erótica e sexual.

Como se compreende, a sexualidade e, em particular, as práticas sexuais encontram-se ancoradas em contextos sociais, culturais e históricos e são moldadas por discursos, representações e orientações normativas sobre o sexo. Seguindo esta linha de raciocínio, Rubin (2007 [1984]) fala-nos do “Círculo Encantado” e diz-nos que as atividades e práticas sexuais são classificadas de acordo com um sistema hierárquico de valor sexual. No centro do círculo – e, portanto, mais valorizado –, está aquilo que designa como sexualidade “boa”, “normal” e “natural”, que deve ser a “heterossexual, marital, monogâmica, reprodutiva e não-comercial” (p. 152). Além disso, deve ocorrer dentro de casa. Todas as outras se vão afastando do centro do círculo, ou seja, daquilo que são as práticas desejáveis, configurando-se como o “mau” sexo. Este pode ser o homossexual, o que ocorre fora do casamento, o

¹⁰ Com base nos resultados dos seus trabalhos, em 1948, tornou-se pública a obra “O comportamento sexual do homem” e em 1953, “O comportamento sexual da mulher”.

¹¹ A “Escala de Kinsey” propõe um contínuo de seis categorias que vão desde “exclusivamente heterossexual” (1) a “exclusivamente homossexual” para definir o comportamento sexual. Mais tarde, os seus seguidores introduziram uma sétima posição, identificada como X, correspondendo à opção *assexual*.

¹² Além de ser acusado de debilidades metodológicas e científicas, como, por exemplo, defeitos de amostragem, o trabalho de Kinsey recebeu diversas críticas de ordem moral e ética por parte de grupos conservadores da sociedade norte-americana. A pesquisa de Masters e Johnson foi também alvo de alguma desaprovação devido ao método de investigação adotado e, nomeadamente, ao uso da observação do comportamento sexual em laboratório (Gagnon, 2006).

que não tem como objetivo a procriação, o promíscuo ou, ainda, a masturbação. Incluem-se, ainda, na “má” sexualidade, práticas sexuais como o sadomasoquismo/fetichismo, o *swinging*, o sexo em grupo, bem como o uso de pornografia ou de objetos fetichistas e sexuais. Nas últimas décadas, estas práticas têm sido alvo de estudo por vários autores (Cardoso, 2012; Fahs *et al.*, 2015; Hirst *et al.*, 2022; Lewis, 2020; Sáez & Carrascosa, 2011; Silvério, 2014a, 2014b; Stewart, 2018; Wolkomir, 2020).

O “Círculo Encantado” justifica a adoção ou não de determinadas práticas, uma vez que influencia as representações das práticas e, por sua vez, a sua (não) adoção relaciona-se com aquilo que se pensa delas. Assim, ele ordena as práticas entre o bom e o mau, hierarquizando-os e desenhando uma linha imaginária entre o bom sexo e o mau sexo. Na esteira do que referia Foucault (2003), os discursos sobre o sexo – sejam eles religiosos, médicos, políticos ou populares – têm um papel preponderante no desenho dessa linha.

Todavia, de acordo com Rubin (2007 [1984]), essa linha, não é estática. Ela move-se, observando-se uma variabilidade histórica, contextual e cultural. De qualquer modo, só os atos do lado bom da linha são reconhecidos como moralmente corretos, em contraste com os do lado mau, que são considerados repulsivos (Rubin, 2007 [1984]). Ora, recordando Douglas (1991), aquilo que é considerado impuro é rejeitado pelos indivíduos. Nas suas palavras, “o nosso comportamento face à poluição consiste em condenar qualquer objecto ou qualquer ideia susceptível de lançar confusão ou de contradizer as nossas preciosas classificações” (Douglas, 1991, p. 51). O processo dinâmico da linha que divide o “bom” e o “mau” sexo é resultado, como defende Rubin (2007 [1984]), das transformações sociais e, diríamos, da ação dos indivíduos. Afinal, cada pessoa é mobilizada pela e mobiliza a linha. O entrelaçar de representações e práticas, discursos e ações, parece-nos ser terreno fértil para a compreensão das atitudes e comportamentos em relação às práticas sexuais.

O inquérito “Saúde e sexualidade”, realizado em 2007, a uma amostra da população portuguesa (Ferreira & Cabral, 2010), mostra que, no seio de uma relação conjugal, a penetração vaginal é praticada por todos os indivíduos que afirmam ter tido relações sexuais (Ferreira, 2010b), conforme demonstraram também outros trabalhos (Bajos & Bozon, 2008; Potts, 2000). A propósito, Sanders e Reinisch (1999) referem que, quando as pessoas são questionadas sobre sexo, o coito tende a substituir as outras práticas sexuais. Resultados do mesmo inquérito mostraram que o sexo anal é a prática sexual menos frequente entre os casais portugueses, ao passo que as práticas não penetrativas¹³ e o sexo oral se têm generalizado entre os casais, afastando-se da sua representação como prática ilegítima, pelo menos no seio do casal procriativo (Gagnon & Simon, 1987). A par do sexo

¹³ Ferreira (2010b, p. 107) define “sexo sem penetração” como “formas mútuas de excitação que não envolvam a penetração”.

oral, os dados do inquérito mostram que a masturbação é uma prática cada vez menos estigmatizada, mas ainda há diferenças de género: são os homens que mais recorrem a ela. Os dados revelam, ainda, que as fantasias sexuais e o pensar sobre sexo, acontece “algumas vezes por semana” para quase metade dos inquiridos (Ferreira, 2010b, pp. 130-131). Um reportório sexual mais alargado parece estar relacionado com uma maior escolaridade (Ferreira, 2010b). Em relação ao recurso a material erótico e pornográfico, os dados indicam que este pode ser concretizado através do visionamento de filmes para adultos e revistas com conteúdos erótico-pornográficos, bem como pela aquisição de uma panóplia de produtos e serviços, tais como espetáculos, massagens, vibradores (Ferreira, 2010b).

Contudo, como referem Gagnon e Simon (1977), a atividade sexual depende de condições sociais mais ou menos favoráveis à sua realização. Na mesma linha, Bozon (2001, p. 32), afirma que “é em grande parte ilusório, mesmo normativo, acreditar que o facto de viverem juntos leva necessariamente os cônjuges a criar um universo comum de sexualidade”. Além disso, a vida de um casal passa por momentos e fases que exigem, por um lado, uma monitorização da relação, e, por outro, a capacidade de se adaptarem e reorganizarem (Giddens, 1992a; Rocha & Fensterseifer, 2019).

A frequência das relações sexuais é reveladora do modo como as experiências sexuais mudam ao longo do tempo de coabitação. Desde logo, a *constituição do casal* (Bozon, 2001; 2004), ou seja, os primeiros dois ou três anos da vida em comum, caracteriza-se por uma intensa atividade sexual, acompanhada pela valorização da fidelidade sexual. Segue-se a *estabilização*, que se pauta por uma diminuição da frequência sexual e por momentos de transformação (Bozon, 2004).

Assim, e no que respeita especificamente à atividade sexual, vários fatores contribuem para as alterações na sua frequência, nomeadamente para a sua diminuição. Entre eles, têm sido reportados: as tarefas do dia a dia e a rotina conjugal; o nascimento de filhos, desde a gravidez até à sua independência; as discussões conjugais e os momentos críticos; e, ainda, problemas relacionados com a saúde física e emocional (Bozon, 2004; Bury, 1991; Harris & van Anders, 2022; Hyde *et al.*, 1996; Laporte & Beltzer, 2008; Tavares *et al.*, 2021). Entre os fatores que podem contribuir para o aumento da frequência e da intensidade das relações sexuais, encontram-se as férias e as viagens turísticas (Lança & Marques, 2020; Zhang & Xu, 2019). De acordo com Lança e Marques (2020), as atividades sexuais durante as viagens turísticas não envolvem apenas aspetos negativos, como a prostituição ou a exploração, que tendem a ser estudadas pelo "paradigma do turismo sexual" (Lança & Marques, 2020, p. 1). Com base nas suas investigações, os autores concluíram que a frequência e a intensidade das relações sexuais aumentam durante o período das férias em virtude de uma maior disponibilidade para o sexo, da ausência de rotinas e constrangimentos quotidianos e pela diminuição do controlo social.

A reflexão sobre as relações amorosas, conjugais e sexuais mostra a importância que a sexualidade assume na constituição e manutenção do casal contemporâneo. Mas isso não significa que os casais expressem da mesma forma os afetos, desejos e condutas sexuais. E é também nesse casal que operam relações de poder entre homens e mulheres, com reflexos nas suas práticas, desejos e prazer sexuais. É, por isso, relevante perceber em que medida a sexualidade conjugal espelha, ou não, uma maior igualdade de gênero nos relacionamentos amorosos e íntimos. Longe de uma imagem monocromática, pretendemos aludir às diversidades e especificidades nos modos de viver o sexo conjugal. Importa, pois, “meter a colher” entre “marido e mulher” para compreender o que está a mudar e o que permanece igual na intimidade afetiva e sexual.

CAPÍTULO 3. A DIVERSIDADE DA SEXUALIDADE CONJUGAL: UM ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO

No processo de investigação, o primeiro passo numa pesquisa funciona como um ponto de partida rumo a “algo que se procura”. Nesse caminhar, vários são os ritmos das passadas, os momentos de certeza, as hesitações e, até, as desorientações na procura de um melhor conhecimento dos fenómenos sociais (Quivy & Campenhoudt, 1992, p. 29). A presente investigação nasceu das curiosidades e dúvidas da investigadora, bem como dos conhecimentos desenvolvidos que a predispoem a questionar-se sobre aquilo que os indivíduos tomam como natural (Brandão, 2007). Trata-se de um percurso já iniciado aquando da realização da tese de mestrado, que versou sobre as representações da sexualidade e as práticas sexuais inerentes à vida do casal (Fontainhas, 2016). Os resultados desta espoletaram outras questões relacionadas com as vivências íntimas do casal. Mas, em boa verdade, o momento em que tivemos a certeza de que devíamos continuar a desenvolver este tema surgiu quando uma entrevistada afirmou rejeitar relações sexuais com o parceiro: “acho que foi um momento em que refleti e exteriorizei a dor de ter sido abandonada. Era como se a relação sexual fosse uma violação para mim. Isto é uma coisa que não se diz ao parceiro, ao marido. A ninguém. Diz-se a si! (Tânia, 37 anos)” (Fontainhas, 2016, p. 104). Declarações como esta estiveram na génese do interesse em aprofundar algumas questões, curiosidades e até perplexidades relacionadas com as vivências íntimas e com as diferenças de género nas dinâmicas sexual e afetiva do casal.

O início do caminho fez-se tendo por base a seguinte interrogação: como é que, na atualidade, a vida em comum se constitui, simultaneamente, como lugar de realização afetivo-sexual e espaço de reprodução das desigualdades de género? A partir desta questão, foram surgindo outras, que viriam a tornar-se centrais na investigação: como é que as representações do género e da sexualidade influenciam as práticas sexuais? Será o casal contemporâneo mais íntimo e igual? Até que ponto as representações daquilo que (não) pode ser verbalizado traduzem vivências conjugais e sexuais condicionadas por interditos sociais e morais? Em que medida a comunicação é usada para naturalizar, encobrir e negociar relações de poder desiguais, com reflexos nas práticas, desejos e prazer sexuais do casal? Será que as ideias sobre o que é ser mulher ou homem numa relação amorosa e sexual se adaptam aos ventos da mudança ou, pelo contrário, mantêm-se inalteradas?

Dessas interrogações, decorreu a organização da investigação em dois eixos: (i) uma análise do que é considerado “normal” no contexto da vida a dois, marcado por transformações da intimidade (Giddens, 1992a); (ii) e dar conta do modo como os valores, disposições e normas de moralidade sexual estão presentes nas interações afetivo-sexuais dos casais.

Adotando uma perspectiva construtivista da sexualidade, propusemo-nos refletir sobre os valores e representações que envolvem a sexualidade, uma vez que a melhor forma de a colocar a nu é mostrar como se vai vestindo. Para a concretização destas tarefas, privilegiámos a convergência do macro e do microsociológico tendo em vista a compreensão dos seus pontos de interseção (Brandão, 2007), procurando situar-nos nos contextos estruturais, institucionais e relacionais que tecem as interações quotidianas e consolidam os universos de práticas, significados e representações dos casais.

Ao longo deste capítulo, daremos especial atenção à forma como as opções teórico-metodológicas, as técnicas de recolha de dados, o acesso ao objeto empírico, a proximidade com os entrevistados e as características da investigadora se articularam entre si ao longo de um caminho permeado por constrangimentos e desafios, mas também por conquistas. No fecho deste capítulo, levamos a cabo uma análise reflexiva crítica sobre todo o processo de pesquisa, sobre o que realizámos, os modos como o fizemos e os impactos que o nosso envolvimento pessoal pode ter tido no processo de pesquisa.

3.1. Desenhar o caminho: as opções metodológicas

A escolha dos procedimentos metodológicos constitui uma das etapas mais importantes da investigação. Em Portugal, pouco se conhece sobre as relações de intimidade heterossexuais (Neves, 2013). Apenas três grandes estudos sociológicos incidem especificamente sobre os comportamentos e práticas sexuais dos portugueses (Ferreira, 2010; Pais, 1998; 1985). Também internacionalmente se tem privilegiado a análise de comportamentos associados a orientações não heterossexuais (Beasley *et al.*, 2012; Jackson, 2008). Quando é estudada, não raro, a heterossexualidade é caracterizada como “monolítica e opressiva, bem como aborrecida e normativa” (Beasley *et al.*, 2012, p. 3).

Por um lado, uma investigação que explorasse o desconhecido mundo das intimidades heterossexuais pareceu-nos não só mais interessante, como também mais relevante para o aprofundamento do conhecimento; por outro, a vontade de aceder a esses recônditos lugares não foi alheia à nossa missão de mostrar como determinados fenómenos são percebidos de modo diferente por parte de quem os vive. Além disso, entendemos que a sexualidade é um fenómeno socialmente construído (Pais, 1998), pelo que a análise teve em consideração as condicionantes macroestruturais, nomeadamente, os valores que modelam a sexualidade. Se, por um lado, a natureza privada e íntima e a fraca visibilidade nos motivaram a explorar os contornos desse mundo mais encoberto, por outro, estávamos conscientes de que seríamos confrontadas com problemas

metodológicos, já que pode ser constrangedor para o casal refletir e falar sobre as suas interações sexuais, obrigando, com frequência, a uma gestão do silêncio dos entrevistados (Passeron *et al.*, 1982).

Considerando a complexidade e especificidade das relações amorosas e as lacunas de pesquisa sobre o “ordinary sex” (Jackson, 2008), este projeto de pesquisa teve como objetivo geral produzir um conhecimento aprofundado sobre as dinâmicas afetivas e sexuais no quadro de relacionamentos heterossexuais estáveis, alicerçado nas narrativas de cada membro do casal. A partir daqui, o estudo foi orientado pelos seguintes objetivos específicos: determinar a presença de representações particulares acerca da sexualidade e do género e os seus efeitos ao nível do exercício da sexualidade; explorar em que medida a sexualidade é um território perpassado pelas relações sociais de género; compreender o impacto que a gestão e a negociação das práticas sexuais têm na continuidade das relações amorosas; aferir o papel da comunicação acerca da sexualidade na relação conjugal; analisar em que medida os afetos e a comunicação podem ser usados para naturalizar, encobrir e negociar relações de poder desiguais entre os membros do casal; saber até que ponto as experiências sexuais espelham uma maior igualdade ou a permanência de assimetrias de género ao nível das relações íntimas.

Para alcançar esses objetivos, a metodologia adotada assumiu um carácter eminentemente qualitativo, indutivo e exploratório e tomou como objeto de estudo as formas de viver a intimidade afetiva e sexual no contexto da heteronormia, captadas a partir dos discursos subjetivos e contextualmente influenciados de um conjunto de casais heterossexuais. Apesar de não ser possível assegurar uma “aparente serenidade (...) com a exactidão superficial e enganadora dos números” (Ferrarotti, 1983, p. 72) da metodologia quantitativa, esta postura metodológica é particularmente adequada em pesquisas que visam explorar a natureza, significado, percepção e compreensão de experiências subjetivas específicas e sensíveis (Charmaz, 2009). Além de permitir dar voz aos casais a um nível mais profundo, possibilita conhecer as representações, significados e experiências subjetivas que atribuem às vivências afetivo-sexuais. Um desenho metodológico qualitativo proporciona também maior potencial analítico quando o foco é mais na lógica social dos fenómenos do que nas regularidades sociais (Guerra, 2006).

O objeto empírico foi constituído por catorze casais heterossexuais. Foram critérios de escolha partilharem a mesma habitação, no mínimo, há dois anos¹⁴ e assumirem uma relação estável, isto é, uma relação em que existisse a dimensão afetiva e sexual e fosse reconhecido o compromisso entre os

¹⁴ A opção pela escolha de casais que coabitem há pelo menos dois anos baseia-se na Lei n.º 7/2001, de 11/05 com alterações introduzidas pela Lei n.º 23/2010, de 30/08, pela Lei n.º 2/2016, de 29/02, pela Lei n.º 49/2018, de 14/08 e pela Lei n.º 71/2018, de 31/12. Efetivamente, o n.º 2 do Artigo 1 da referida legislação de maio de 2001, define a união de facto como “a situação jurídica de duas pessoas que, independentemente do sexo, vivam em condições análogas às dos cônjuges há mais de dois anos”.

seus dois membros. Por motivos de maior proximidade e redução dos custos financeiros da pesquisa, centrámos a recolha empírica no Norte Litoral português. Tivemos em atenção, na seleção dos casais, a presença de alguma diversidade ao nível da situação conjugal – com ou sem filhos, faixa etária, anos de conjugalidade, níveis de escolaridade e zona de residência –, uma vez que assumimos que as configurações da vida privada teriam diferentes impactos nas dinâmicas afetivas e sexuais.

À semelhança de Becker (s.d.), iniciámos o percurso com uma forte consciência de que muito havia a descobrir sobre o mundo das relações conjugais. Não obstante, isto não significou “ir para o terreno como tábua rasa, à espera que as coisas ‘surjam’” (Becker, s.d., p. 2). Investimos numa revisão sólida da literatura e na mobilização de referências teóricas e empíricas, nomeadamente, da sociologia da família e da sexualidade, de abordagens feministas e do género e da sociologia contemporânea, das perspetivas fenomenológica e construtivista e, ainda, do interacionismo simbólico, que acabaram por enformar o nosso modelo analítico. Esta literatura forneceu um conjunto de ideias de trabalho – aquilo que Blumer (1969) designa “conceitos sensibilizadores” –, que, além de indicarem possíveis direções de investigação, aprimoraram a sensibilidade teórica, estimularam a perspicácia analítica e delinearam formas de analisar os dados (Strauss & Corbin, 1990).

Movidas por uma lógica de descoberta (Pais, 2002), o caminho foi sendo conduzido tendo em atenção aquilo que íamos aprendendo a cada dia, aplicando as teorias que conhecemos aos resultados, de forma a levantar novas questões. Estivemos abertas a novas direções de investigação que resultassem de descobertas no terreno. Seguindo alguns dos pressupostos da *grounded theory* (Strauss & Corbin, 1990), que viabilizam a construção de teorias “fundamentadas” nos próprios dados com capacidade heurística (Charmaz, 2009), a pesquisa pautou-se por uma articulação e comparação sistemática e paralela entre recolha e análise, empiria e teoria (Strauss & Corbin, 1990).

Pelo seu carácter essencialmente exploratório, pela aposta na riqueza e profundidade das narrativas e pela limitada cobertura geográfica do objeto empírico, esta pesquisa constitui um estudo de casos (Becker, 1994b; Brandão, 2007; Greenwood, 1965; Yin, 1994). O estudo de casos pode ser definido como um “estudo, em amplitude e profundidade, de um fenómeno social, que obedece a procedimentos heterodoxos, nomeadamente no que respeita à selecção e articulação dos resultados produzidos pela junção de uma diversidade de técnicas de investigação” (Brandão, 2007, p. 253). Cada caso assume as suas particularidades, mas são elas que nos permitem aceder e compreender aquilo que é comum entre eles.

De qualquer modo, e tal como acontece com qualquer outro método, também os estudos de casos exigem a demonstração da sua validade e fiabilidade. Tivemos, portanto, a preocupação de

confrontar os nossos resultados com os que foram obtidos por outros investigadores (Hamel *et al.*, 1993; Yin, 1994). Por este motivo, na análise e interpretação dos resultados, procuramos expô-los de forma adequada a essas exigências, nomeadamente: (i) apresentando descrições densas, (ii) assinalando devidamente todos os excertos das entrevistas ao longo do texto pela utilização de aspas e pela identificação dos participantes e (iii) integrando, sempre que possível, conclusões de outros estudos com o propósito de captar os aspetos concordantes e discordantes. É nosso intuito fornecer ao leitor todas as lógicas de raciocínio que subjazem à interpretação dos dados para que consiga compreender os caminhos analíticos seguidos e possa chegar às mesmas conclusões (Brandão, 2007, p. 255).

Além disso, de forma a garantir o rigor no processo de pesquisa qualitativa, recorreremos a outras estratégias sugeridas por Morse *et al.* (2002), nomeadamente: (i) analisámos os casos negativos, indicando aspetos menos comuns, o que permitiu confirmar alguns padrões; (ii) escrevemos memorandos analíticos para registar possíveis ligações entre as categorias, as novas ideias emergentes dos dados, os métodos usados e os possíveis enviesamentos da investigadora; e (iii) discutimos, em reuniões regulares com a orientadora do estudo e nas Comissões de Acompanhamento da Tese Doutoral, os temas emergentes e possíveis alternativas de forma a que a objetividade não fosse ameaçada pelos pontos de vista pessoais da investigadora. Cabe realçar que a análise foi também submetida ao escrutínio de pares, nomeadamente, em apresentações em conferências. Este estudo valoriza, portanto, a representatividade teórica e analítica dos casos (Brandão, 2007, pp. 254-255; Yin, 1994, p. 10).

3.2. Entrevistar casais: um percurso feito de escolhas

Tendo em conta que os objetivos desta investigação apontavam para a importância de considerar a perspetiva dos sujeitos, ou seja, a forma como apresentam, pensam e explicam os seus comportamentos e experiências sexuais, privilegiámos como técnica principal de recolha de dados a entrevista semidiretiva. Contudo, essas experiências e comportamentos não nos chegam tal como foram vividos. São lembranças e estas, por sua vez, são expressas por palavras ou silêncios. Por esse motivo, recorreremos também à observação com o propósito de descrever o contexto da entrevista, o comportamento dos entrevistados e os seus silêncios, de forma a registar informações que, de outra forma, poderiam ser ignoradas. Tal combinação permitiu mitigar as limitações inerentes a cada técnica, proporcionando uma visão mais abrangente do fenómeno (Yin, 1994, p. 91).

O principal objetivo das entrevistas foi o de captar as representações e os significados subjetivos que os membros do casal atribuíam à sua trajetória de vida conjugal e sexual. Tivemos em

consideração alguns aspetos, a saber: trata-se a sexualidade de uma dimensão central da vida em comum, de uma necessidade fundamental? Será que é sentida como uma obrigação? Será a dimensão sexual mais ou menos privilegiada em relação à dimensão afetiva-emocional?

O guião de entrevista (Apêndice 1) foi elaborado de forma a permitir a recolha de descrições densas sobre a vida sexual e íntima dos indivíduos e, ao mesmo tempo, gerir o sentimento de invasão de privacidade. Assumi um formato semidiretivo para ter a abertura e a flexibilidade necessárias para acomodar temas que surgissem dos discursos dos entrevistados e permitir-lhes que abordassem assuntos importantes para eles. Antes de começar a entrevista, pedimos aos entrevistados que preenchessem um breve questionário de caracterização sociodemográfica (Apêndice 2).

A entrevista tem início com um conjunto de questões gerais que se iam estreitando para questões mais invasivas à medida que íamos criando uma relação de “confiança” e construindo empatia com cada entrevistado. Apropriámo-nos de algumas questões do guião de entrevista da nossa dissertação de mestrado (Fontainhas, 2016), aprofundando-o. Neste estudo, o guião contempla cinco tópicos principais sobre a relação do casal e as suas representações e lógicas discursivas acerca do sexo conjugal, nomeadamente: (1) história da vida do casal (por exemplo, “Como se conheceram?”); (2) representações da sexualidade e das práticas sexuais (por exemplo, “Em que consiste, para si, uma relação sexual?”); (3) situação atual da vida sexual do casal (por exemplo, “Aproximadamente, com que frequência tem relações sexuais com o/a seu/sua parceiro/a?”); (4) práticas sexuais do casal (por exemplo, “O que pensa sobre a masturbação na vida sexual?”); e (5) expectativas relativamente à vida sexual futura (por exemplo, “Quais são as suas expectativas relativamente ao futuro da sua vida sexual?”).

Como estratégia metodológica, optámos por entrevistar os dois membros do casal. No entanto, a sua participação na pesquisa fez-se com base numa entrevista individual a fim de minimizar a possibilidade de a copresença do parceiro ocultar informações pertinentes e para conseguir informações mais profundas e autênticas (Eisikovits & Koren, 2010; Hertz, 1995). A realização de entrevistas individuais permitiu que se agrupasse, “a partir apenas de uma entrevista, informação sobre duas pessoas” (Torres, 1996, p. 204) envolvidas numa relação estável. Paralelamente, possibilitou o confronto dos discursos dos dois membros do casal e o conhecimento das visões masculina e feminina sobre a sexualidade e, especificamente, sobre as práticas sexuais. Além disso, esta decisão metodológica também se justifica por razões práticas, como facilitar as rotinas familiares e a gestão do tempo livre de cada elemento do casal, essencialmente em duas situações: (i) no caso dos casais com filhos pequenos, permitiu que um ficasse a tomar conta deles enquanto o outro era

entrevistado; (ii) no caso de casais com horários de trabalho não coincidentes, possibilitou a cada um a escolha do dia e horário mais convenientes para si.

Centrado no Norte Litoral Português, o trabalho de campo decorreu durante dez meses, tendo-se iniciado em março de 2020 e terminado em dezembro desse mesmo ano. Todas as entrevistas foram realizadas pela investigadora. Ao longo destes meses, a questão “como chegar aos casais?” apresentou-se como uma das mais importantes e, ao mesmo tempo, a mais inadiável. A seleção dos casos foi feita ao longo da investigação e em função dos resultados obtidos, não sendo inteiramente delimitada *a priori* (Fernandes & Almeida, 2001, p. 55). Esta flexibilidade na determinação do número de casos permitiu a inclusão de novas categorias de análise que emergiram da realidade empírica, permitindo a adaptação da investigação à medida que os dados surgiam (Charmaz, 2009).

O número total de entrevistas procurou cumprir o critério de saturação da informação, de forma a alcançar representatividade analítica. Num primeiro momento, recorremos a um procedimento intencional e, num segundo, ao procedimento em bola de neve (Yin, 2011). Como estratégia para encontrar os casais, voltámos a contactar os que tinham aceitado ser entrevistados anteriormente, aquando da realização da nossa dissertação de mestrado (Fontainhas, 2016), e recorremos a uma rede de relações de confiança, distribuindo uma carta de apresentação do estudo (Apêndice 3). De referir que, à exceção de um casal, todos os contactos telefónicos eram das mulheres, sendo fornecidos também por outras mulheres. Tal pode ser justificado pela afinidade de género com a investigadora. Sublinhamos que, aquando do contacto com as pessoas que seriam o ponto de início da bola de neve, procurámos deixar claros os critérios de seleção, os objetivos do estudo e a garantia de anonimato de todos os participantes. Ainda assim, houve uma confusão na compreensão da informação e entrevistámos um casal que coabitava apenas há cinco meses. Quando, no decorrer da entrevista, nos apercebemos da situação, informámos ambos os membros do casal, mas estes optaram por continuar com a entrevista¹⁵.

Tratando-se de um tema que incide sobre a natureza privada e íntima da vida dos atores, confrontámo-nos, como nota Becker (1994b, pp. 153–154), não só com os obstáculos inerentes a qualquer investigação, mas também com alguns problemas adicionais. Entre estes, localizar os casais afigurou-se uma das tarefas mais complexas, assim como determinar se aqueles que encontrávamos se assemelhavam aos que não conseguíamos encontrar e, ainda, persuadi-los a dar-nos as informações de que precisávamos. Apesar das garantias de anonimato, o primeiro obstáculo foi encontrar casais que se dispusessem a falar sobre as suas experiências afetivo-sexuais, mesmo

¹⁵A presente dissertação não integra os resultados destas duas entrevistas. Os dados provenientes destas serão utilizados noutros trabalhos académicos.

quando o contacto era realizado por pessoas que lhes eram próximas. Apesar das sucessivas tentativas de contacto e de referirmos que os encontros ocorreriam em função das suas disponibilidades, várias foram as recusas. A primeira, em fevereiro de 2020, fez-nos questionar a própria exequibilidade do estudo. Após terem dito que iriam pensar, no dia seguinte, recebemos a seguinte mensagem: “Olá, Iolanda. Olha, o meu marido e eu julgávamos que era para responder a um inquérito. Pessoalmente, ele não se sente à vontade. Desculpa”¹⁶. Além de alguns casais se mostrarem indisponíveis, conseguimos captar receios e desconfianças, barreiras difíceis de ultrapassar. De sublinhar que as recusas foram sobretudo da parte dos homens, impossibilitando a participação do casal.

Outro aspeto marcante do trabalho no terreno foi o surgimento da pandemia SARS Cov-2¹⁷, que, inevitavelmente, provocou constrangimentos na pesquisa e bloqueou o avanço do trabalho. Sem que o pudéssemos prever, e sem que nos pudéssemos preparar, o distanciamento social imposto na sua sequência teve consequências no processo de recolha de dados. Se, em circunstâncias pré-pandemia, as pessoas já se mostravam desconfiadas e, por isso, tivemos algumas recusas, durante o período de confinamento, a desconfiança aumentou, espoletada pelo medo e pela incerteza, e as recusas acentuaram-se. Durante esse período, as pessoas mostraram-se particularmente indisponíveis para conceder entrevistas, dando como justificação a dificuldade de adaptação ao confinamento, as alterações na gestão familiar e nas tarefas domésticas, preocupações com a saúde e com as dificuldades económicas e a “falta de paciência”. Todas estas barreiras, além de atrasarem o trabalho de campo, fragilizaram a nossa motivação, dando lugar à frustração e ao desânimo decorrentes de tantas tentativas falhadas. Mas também nos lembraram como a vida sexual dos casais heterossexuais continua a estar envolta em secretismo. Se, por um lado, isto trouxe constrangimentos à pesquisa, por outro, ofereceu a oportunidade de conhecer outros aspetos da vida afetiva e sexual dos casais. Tendo isto em mente, introduzimos, no guião de entrevista, a seguinte questão: “Na sua perspetiva, o momento que vivenciamos alterou o vosso dia a dia? Gostaria que me falasse se um pouco sobre a relação (sexual) com o/ seu/sua atual parceiro/a nesse período”¹⁸.

A pandemia obrigou-nos a repensar a estratégia de recolha de dados. A própria necessidade de distanciamento social condicionava a realização de entrevistas presenciais, pelo que pensámos, temporariamente, em realizá-las através de videochamada. Contudo, esta estratégia revelou-se pouco proveitosa por dois motivos. O primeiro prendeu-se com a natureza do objeto de pesquisa. Tratando-se de um tema que diz respeito à natureza privada e íntima, a investigação exigia a realização de

¹⁶ *Diário de Campo*, fevereiro de 2020.

¹⁷ Nesse período houve, em Portugal, a imposição do “dever geral de recolhimento domiciliário”, ao abrigo do Art.º 5.º do Decreto n.º 2-A/2020, de 20 de março.

¹⁸ A partir de 18 de março de 2020, as entrevistas passaram a contemplar estas questões.

entrevistas presenciais, já que, de outro modo, acabaria por se perder informação, incluindo expressões não verbais, posturas corporais e micro-interações. Estávamos cientes de que a construção de um relacionamento em linha era diferente de um relacionamento face a face, já que “os costumes de apertar as mãos e talvez tomar um café antes do início da entrevista são ignorados” (Deakin & Wakefield, 2014, p. 611). O segundo motivo diz respeito à indisponibilidade dos entrevistados. Além das naturais preocupações com o quadro sanitário geral, os casais que se tinham mostrado disponíveis para participar no estudo recusaram essa solução, por acreditarem que as condições não lhes garantiam privacidade, “sobretudo por ser um assunto delicado para quem tem crianças em casa e ser difícil ter uns minutos de sossego sem que elas não interfiram e comecem a questionar”¹⁹. Idênticas razões impediram a captação de novos casais.

Perante estas circunstâncias, tivemos dificuldade em reunir um conjunto de casais igualmente distribuídos pelos diferentes níveis de escolaridade, revelando-se um enviesamento dos casos no sentido de uma concentração nos níveis mais elevados de ensino (Ensinos Secundário e Superior) e, ainda, dificuldades em encontrar casais mais velhos e com relações mais duradouras. Devemos sublinhar que podemos estar perante um enviesamento espoletado pelo processo de seleção dos casais (em bola de neve). Apesar de procurarmos diversificar os seus pontos de início, os círculos em que nos movemos, bem como as nossas idade e escolaridade podem ser uma possível explicação para esse enviesamento.

Foram realizadas, no total, 28 entrevistas individuais – uma a cada membro do casal separadamente –, correspondendo ao total de 14 casais. As entrevistas apresentam uma duração média de uma hora. Entrevistámos 1 casal no concelho de Braga, 1 casal no concelho de Aveiro, 2 casais no concelho do Porto e 10 casais no concelho de Viana do Castelo. Por questões de proteção do anonimato dos entrevistados, não especificamos esta variável em tabela.

A tabela 1 mostra que a idade dos entrevistados varia entre os 27 e os 46 anos nos homens e entre os 29 e os 44 anos nas mulheres. À exceção de dois casais, em todos os relacionamentos, os homens são mais velhos do que as mulheres. Relativamente à escolaridade, verifica-se uma concentração dos casais entrevistados nos níveis mais elevados de ensino, nomeadamente no ensino secundário e no ensino superior: apenas três homens têm como habilitações literárias o 3º ciclo do ensino básico.

¹⁹ *Diário de Campo*, maio de 2020.

Tabela 1: Caracterização dos casais segundo a idade e o nível de escolaridade

	Total	Homens	Mulheres
	28	14	14
Idade			
27-32	7	2	5
33-38	14	8	6
39-46	7	4	3
<i>Média</i>		36,93	34,29
Min – Máxima		27 – 46	29 – 44
Nível de Escolaridade			
3º Ciclo do Ensino Básico	3	3	0
Ensino Secundário	14	9	5
Licenciatura completa	8	2	6
Mestrado completo	3	0	3

Quanto ao tempo de coabitação dos casais entrevistados, observamos que varia entre os 2 e os 18 anos. Na tabela 2, apresentamos a distribuição detalhada do número de filhos de acordo com o tempo de coabitação. Podemos notar que, no momento de entrevista, 6 casais ainda não tinham filhos. Dos oito casais com filhos, seis casais têm 1 filho e dois têm 2 filhos. Entre os casais que têm 1 filho, há dois que estão à espera do segundo filho. Salientamos, também, que entre os casais sem filhos, existe um no qual a mulher tem 1 filho de um casamento anterior, mas não coabitante. Este é o único casal que se encontra em situação de segunda união.

Tabela 2: Caracterização dos casais segundo o tempo de coabitação e o número de filhos

Casais	Filhos¹		
	Total	Sem filhos	1 a 2 filhos
Coabitação (anos em que estão a viver juntos)²			
Menos de 9 anos		5	5
9 ou mais anos		1	3
Total	14	6	8

¹ Só foram considerados os filhos do casal.

² Intervalos elaborados com base na divisão pela metade do maior tempo de coabitação. O tempo mínimo de coabitação é de 2 anos e o máximo é de 18 anos.

3.3. No terreno afetivo e sexual: as idas e vindas

Apesar dos percalços, ia crescendo a cada dia a certeza de querermos ir mais longe e o desejo de conhecer melhor um fenómeno resguardado do olhar e que nos é tão próximo. Assim, fomos fazendo sucessivas negociações e tentativas, levando a que algumas resistências e entraves iniciais dos participantes se fossem dissipando. Na sequência do convite por telefone, se a resposta fosse positiva, procurávamos agendar logo com o casal a data e o horário que lhes fosse mais conveniente. Um dos casais pediu para conhecer a investigadora antes de tomar uma decisão. Por esse motivo, deslocámo-nos a sua casa para explicar o projeto e, logo após a conversa, aceitou participar no estudo.

Desde o início, o nosso intuito foi o de garantir o bem-estar e o conforto dos entrevistados, pelo que lhes demos a possibilidade de escolher o local e o horário de realização da entrevista. O nosso único pedido foi que a escolha garantisse que a entrevista decorresse sem interrupções (por exemplo, do parceiro, dos filhos, dos colegas de trabalho...). Isto fez com que a maioria das entrevistas tivesse lugar em horário pós-laboral, fins de semana e feriados. O local escolhido pelos casais foi, maioritariamente, um espaço privado, nomeadamente, a própria habitação. Dois casais optaram por realizar a entrevista no local de trabalho da mulher; contudo, elas eram as proprietárias do espaço. Apenas um casal optou por um local público, um café. Os telefonemas serviram também como uma forma de estabelecer empatia com os casais e de iniciar o processo de construção de uma relação de confiança, essencial para falar sobre um tema desafiante (Dickson-Swift *et al.*, 2007).

Todas as entrevistas foram sujeitas a um procedimento de consentimento dividido em duas etapas. No momento do primeiro contacto com os potenciais participantes, foram explicados os objetivos gerais do estudo e foi assegurado o carácter anónimo de tudo o que fosse revelado. Foram também explicados detalhadamente todos os elementos do consentimento informado que seria assinado pelos entrevistados. No momento da entrevista, foi-lhes solicitado que lessem e assinassem esse termo (Apêndice 4), onde os seus direitos eram esclarecidos, nomeadamente, o direito de colocar questões que julgassem necessárias e o de abandonar o estudo a qualquer momento, mesmo após a realização da entrevista.

Como é corrente nos estudos desta natureza, os nomes de todos os participantes são fictícios para que ninguém possa ser reconhecido. Todos os entrevistados foram informados desta garantia logo no primeiro contacto. Do mesmo modo, pedimos autorização para gravar as entrevistas, clarificando os motivos do pedido: ter a possibilidade de, posteriormente, as ouvir na íntegra; conseguir, durante a entrevista, prestar atenção ao que era dito sem a preocupação de o registar por escrito; facilitar a comunicação; e possibilitar uma análise de conteúdo rigorosa. Apesar de gravada, garantimos a

utilização dos dados para efeitos exclusivamente acadêmicos e a eliminação das gravações e transcrições no término da investigação. Isto porque estamos conscientes de que “as vidas (...) que ouvimos e estudamos são-nos dadas sob uma promessa, a de que protegeremos aqueles que as partilham connosco” (Denzin, 1989, p. 83).

Durante as entrevistas, procurámos dar liberdade aos entrevistados, considerando o seu quadro de valores e a sua linguagem (Ghiglione & Matalon, 2001). Entrevistar e ser entrevistado acaba por ser uma interação social (Ferrarotti, 1983; Ghiglione & Matalon, 2001). Apesar de seguirmos uma metodologia que advoga que, na situação da entrevista, o investigador deve manter uma certa distância face aos entrevistados e aos seus discursos (Ghiglione & Matalon, 2001), logo na primeira entrevista percebemos que a interação permitiu um maior à-vontade dos entrevistados, levando-os a solicitar o tratamento na segunda pessoa do singular. Além disso, muitas vezes, procuravam garantir o bem-estar da investigadora, oferecendo alguma bebida ou comida. Todavia, não devemos dramatizar os aspetos afetivo-relacionais das entrevistas, já que ambos (entrevistador e entrevistado) estão conscientes do objetivo da interação (Guerra, 2006, p.21), pretendendo-se uma interferência mínima da investigadora. Acreditamos também que a não diretividade contribui para um maior à-vontade dos entrevistados, já que, tal como Deutscher refere (cit. por Taylor & Bogdan, 1984, p. 93), “a real expressão de atitude ou comportamento raramente ocorre sob condições de esterilidade deliberadamente estruturadas para a situação de entrevista”.

Como nota Becker (1994a), a forma como os participantes percecionam o investigador afeta o que é dito e revelado e, por inerência, o que é interdito e ocultado. Ao longo de todos os contactos com os entrevistados, adotámos uma postura de não julgamento das suas representações e experiências. Além de prestarmos atenção à linguagem, à indumentária e à expressão corporal, procurámos cumprir a sugestão de Becker (1994b, pp. 163–165) de perguntar como determinada situação aconteceu e não o porquê de ter acontecido. Isto porque as questões que pretendem conhecer os detalhes dos acontecimentos e a sua sequência produzem respostas mais úteis para a reconstrução dos acontecimentos passados das dinâmicas afetivas e sexuais. Além disso, perguntar porquê, além de transferir o trabalho analítico do entrevistador para o entrevistado, direciona o entrevistado a dar uma justificação baseada no seu vocabulário de motivos (Becker, 1994b, pp. 163-165).

Apesar de todo o cuidado na abordagem do tema, falar sobre ele foi, nalgumas situações, sentido de forma pouco confortável, ainda que, de certo modo, esperado. Isto foi visível em expressões como “Eishhh... Já esperava essa pergunta, mas é muito difícil de te explicar lolanda!” ou “Aiii, é difícil de responder. Nunca tinha pensado nisto! Realmente, as tuas questões fazem-me refletir...”. Estas

expressões vêm confirmar a permanência de filtros e a ausência de reflexão acerca da vida sexual. Além disso, por vezes, baixavam o tom de voz para pronunciar palavras como “sexo”, “coito” ou “prazer”. Alguns entrevistados mais reticentes no registo áudio revelaram informações mais intimistas quando o gravador foi desligado, o que nos ajudou a compreender melhor as suas representações e aquilo que nos disseram durante a entrevista. Tal já tinha sido notado por Bertaux (1997, p. 63), que refere que é quando o gravador é desligado que pode ser “dito o mais importante, por exemplo, uma ‘chave’ sem a qual não conseguiremos compreender precisamente aquilo que procuramos conhecer”.

Terminávamos a entrevista com uma questão relativa à apreciação dos entrevistados acerca desta, deixando-lhes espaço para acrescentar algum aspeto. Nesse momento, alguns expuseram certos sentimentos e acontecimentos. Quiseram, inclusive, notar que tinha sido a primeira vez que tinham confidenciado as suas vivências sexuais a alguém e que isso tinha aumentado a sua reflexividade e autoconsciência sobre as formas como as vivem. Pelo que conseguimos perceber, os entrevistados tiveram a preocupação de ser o mais honestos e descritivos possível, chegando mesmo a referir: “Olha, desculpa se isto for demasiada informação e se estou a ser demasiado sincera, mas ainda hoje de manhã fizemos [sexo]” (Luísa, coabitação há menos de 9 anos, com filhos)²⁰.

Como diz Pais (2006, p. 35), “a interacção entre indivíduos baseia-se num intercâmbio de olhares”, pelo que, ao longo da entrevista, propusemo-nos prestar atenção àquilo que estava para além do que perguntávamos e do que nos respondiam. Desde o primeiro dia de trabalho de campo, foi nossa preocupação descrever minuciosamente o contexto de realização da entrevista e os comportamentos, interações e acontecimentos com os vários casais. Para tal, fizemo-nos acompanhar de um *Diário de Campo* onde registávamos informações gerais (data, hora, duração e local de realização da entrevista), bem como algumas notas sinaléticas com as interferências, o ambiente, a recetividade face às perguntas e as expressões verbais e não verbais dos entrevistados. Além disso, registámos as emoções que as entrevistas nos despertavam, as nossas inquietações e reflexões e, também, algumas notas metodológicas e analíticas, fundamentais para o enriquecimento e a consolidação da investigação (Fernandes, 2002; Lefkowich, 2019). Para minimizar esquecimentos, as fichas foram elaboradas imediatamente a seguir à entrevista. Se, por um lado, isso possibilitou uma adequada contextualização da situação social da entrevista e adicionou informação à análise (Dias, 2002), por outro, auxiliou os processos de transcrição e análise do material empírico. Também nas conversas não gravadas, procurámos, sempre que possível, registar as frases e expressões dos

²⁰ Diário de Campo, agosto de 2020.

participantes. De modo a distinguir esta forma de registo das entrevistas gravadas, os excertos referentes a entrevistas não gravadas possuem a indicação de que são registos do *Diário de Campo*.

3.4. A (des)construção do casal: análise e codificação das entrevistas

Tendo por base um processo de comparação contínuo entre recolha e análise (Strauss & Corbin, 1990), o trabalho de campo terminou quando observámos que a sua continuação não traria informações adicionais (Charmaz, 2009, pp. 156-159). Apesar de alguns autores considerarem que o ponto de saturação é difícil de identificar, o mesmo acontecendo com a decisão de adicionar ou não novas categorias (Mason, 2010), neste estudo, a redundância dos dados e o não surgimento de novos temas ditaram a paragem das entrevistas. Os entrevistados forneceram informações ricas e abrangentes e dados relevantes para a compreensão das dinâmicas sexuais dos casais.

Ao longo da recolha da informação empírica, procedemos à transcrição integral das entrevistas. Os processos de transcrição e análise foram sendo realizados após cada entrevista, o que possibilitou que se integrasse, explorasse e desenvolvesse, ao longo de todo o processo de recolha, novos tópicos que se apresentassem como relevantes (Strauss & Corbin, 1990). Este processo desdobrou-se em duas etapas principais. Numa primeira fase, a transcrição foi absolutamente fiel ao discurso dos entrevistados, mantendo-se as frases sem seguimento, as repetições, os erros gramaticais, bem como as notas sinaléticas referentes às expressões faciais, entoação e paralinguagem. Após a transcrição integral, numa segunda fase, realizou-se um processo de revisão e edição do texto transcrito de forma a eliminar aspetos que produziam “ruído” ao nível do discurso. Foram eliminados todos os elementos redundantes e corrigidos erros gramaticais e de sintaxe (cf. Poirier; Clapier-Valladon e Raybaut, 1999 cit. por Brandão, 2007, p. 261). Apesar disso, tivemos a preocupação de manter o sentido original das narrativas e as expressões características de cada entrevistado.

Transcritas as entrevistas, lemo-las e relemo-las, analisando o que diziam e, sobretudo, o que nos davam nesse dizer. As entrevistas foram comparadas e codificadas por categorias e subcategorias temáticas seguindo os princípios norteadores da *grounded theory*, que podemos definir como uma teorização fundamentada numa contínua e rigorosa análise comparativa entre os dados empíricos e as enunciações teóricas (Charmaz, 2009; Strauss & Corbin, 1990). Após cada transcrição, procedíamos à sua análise, identificando categorias de análise que se iam acumulando à medida que a recolha avançava. A interpretação não se resume apenas a uma assimilação do dito, mas a uma análise do que poderia ter ficado por dizer, já que estávamos conscientes de que aquilo que não é dito pode ser tão ou mais revelante – revelador, diríamos – do que aquilo que é dito (Poland & Pederson, 1998). Na análise

interpretativa das entrevistas, valorizámos a capacidade de as narrativas restituírem a complexidade das dinâmicas afetivas e sexuais, mais do que contribuírem para a confirmação de hipóteses previamente pensadas. Se, por um lado, os procedimentos da *grounded theory* possibilitam uma interpretação rigorosa dos dados, por outro, estimulam a criatividade nesta interpretação e conceptualização dos dados. É esta criatividade que “suporta a sensibilidade teórica, ou seja, a capacidade para dar sentido e significado aos dados” (Fernandes & Maia, 2001, p. 53).

Numa primeira fase do processo de análise, recorreremos à codificação aberta, que consiste na “decomposição, análise, comparação, conceptualização e categorização dos dados” (Strauss & Corbin, 1990, p. 61). Metaforicamente, podemos dizer que “o código aberto é como começar a montar um puzzle. Temos que nos organizar; escolher as peças pela cor que por vezes inclui aperceber-se de diferenças nas tonalidades; bem como mais tarde pouco a pouco juntar as peças” (Strauss & Corbin, 1990, p. 204). Vale realçar que a codificação linha a linha (fase inicial de análise) garantiu a consciência da investigadora sobre as ações e as suposições tácitas implícitas no texto, ao invés de atribuir as ações a ideias predeterminadas (Strauss & Corbin, 1990).

Continuámos o processo de análise de dados com a organização da informação empírica através do estabelecimento de ligações entre as categorias previamente definidas, procurando identificar uma categoria central mais representativa de determinado fenómeno e em relação à qual outras categorias menos abrangentes (subcategorias) estabelecem relações de subordinação – codificação axial. Por fim, com base numa análise compreensiva e interpretativa, selecionaram-se os excertos mais significativos das narrativas.

Cada entrevista foi sujeita a este processo logo após a transcrição e os resultados parciais obtidos foram sendo subsequentemente aprofundados na entrevista seguinte de forma a garantir a saturação da informação e a observar a pertinência e a articulação das categorias que iam sendo definidas. Fruto deste processo sequencial de análise – detalhada e flexível – do material empírico, passo a passo, elaborámos um esquema final das categorias e subcategorias, que pode ser consultado no Apêndice 5. No presente estudo, foram identificadas 12 grandes categorias (Apêndice 5).

3.5. Atenção ao dito e interdito: (re)pensar o percurso empírico e analítico

O contacto com um conjunto de expressões faciais e corporais, olhares, silêncios e conversas parece-nos um bom pretexto para pensar reflexivamente sobre o processo de pesquisa, refletir sobre o nosso envolvimento pessoal e assumir os impactos que pode ter provocado na pesquisa e nos entrevistados.

Pensar sobre o que foi realizado e sobre as formas como se fez faz parte da análise reflexiva crítica e da autoconsciência metodológica (Becker, s.d., p. 1).

Estudar e explorar as práticas sexuais dos casais constituiu, para nós, um grande desafio. Se, por um lado, assistimos à proliferação e à mediatização de imagens e mensagens sobre práticas sexuais, por outro, permanece o silenciamento e o secretismo em torno dos assuntos relacionados com a vida íntima e sexual. Uma das preocupações que dominou os dias que antecederam o início das entrevistas foi a de saber como conseguir que os entrevistados nos confiassem as suas vivências sexuais. Ao mesmo tempo, um conjunto de dilemas foi surgindo, levando-nos a colocar inúmeras questões de ordem ética, nomeadamente: em que medida os casais estavam conscientes daquilo em que se envolviam quando decidiam participar no estudo? Seríamos as pessoas indicadas para ouvir as suas histórias (sobretudo em *off*)? Como não invadir a privacidade do casal? Como proteger os entrevistados da exposição pública e, simultaneamente, publicar os resultados da pesquisa? Todas estas questões exigiram que assumíssemos determinadas posições de natureza ética, moral, profissional e legal (Punch, 1994).

A entrevista qualitativa envolve entrar a um nível mais profundo na vida das pessoas (Opdenakker, 2006) e requer também habilidade e técnicas especiais (Elmir *et al.*, 2011). Um elemento importante na recolha de dados é a capacidade do investigador desenvolver uma relação empática e de confiança com os entrevistados. Por isso, preocupámo-nos em minimizar os potenciais desequilíbrios de poder entre a investigadora e os entrevistados (Elmir *et al.*, 2011; Peters *et al.*, 2008) e a ter atenção às necessidades dos entrevistados (Dickson-Swift *et al.*, 2007). Todavia, a proximidade conseguida não originou relações mais próximas entre a entrevistadora e os entrevistados, na medida em que se, por um lado, sabíamos que o objetivo não passava por estabelecer laços pessoais, por outro, a nossa preocupação, mais do que falar, era perguntar, ouvir e observar. Além do mais, acreditamos que muitas informações significativas foram fruto não das perguntas que fizemos, mas das dúvidas que surgiram do outro lado: sobre o que pensa disto ou daquilo, se aquilo é ou não “normal”. A curiosidade era recíproca. Pelo que pudemos compreender, alguns entrevistados procuravam perceber se se enquadravam no “padrão normal”, questionando-nos acerca da normalidade ou não das situações que viviam. Quando tal acontecia, recorriamos a estratégias que passaram pela devolução das questões aos entrevistados, pelo desvio do assunto ou respondendo: “Desculpe, mas tenho que manter a minha própria história tão confidencial como irei manter sua”, tal como sugerido por Brewer (1985).

Outro aspeto que nos parece importante trazer para a reflexão remete para a importância das características da investigadora em todo o processo de recolha empírica. Atendendo a outros estudos

(Arendell, 1997; Gurney, 1985; Keene, 2022; Lefkowich, 2019), antes de iniciarmos o trabalho de campo, questionámo-nos acerca dos possíveis efeitos de ser uma jovem mulher cis branca a realizar entrevistas a casais acerca da sua vida sexual, bem como se eles seriam diferentes em função do género dos entrevistados. De facto, os efeitos do género sobre os entrevistados e a entrevista foram notados. Esta variável parece ter funcionado como um trunfo na investigação, já que os homens entrevistados, após a entrevista, confidenciaram que se sentiram muito confortáveis a falar sobre determinados assuntos das suas vidas privadas com uma mulher, referindo que não teriam feito certas declarações no caso de o entrevistador ser um homem²¹. À semelhança do que ocorreu com outra pesquisa em Portugal (Policarpo, 2011b), esta atitude dos homens pode ser explicada pela forte competição vivida entre eles no que respeita à preservação da sua masculinidade e da imagem de homens viris. Também as entrevistadas revelaram testemunhos mais intimistas e profundos em virtude da proximidade de condição enquanto mulheres²².

Fomos também utilizando determinadas técnicas destinadas a obter uma maior profundidade nas respostas, nomeadamente, o sorriso, o humor e, até, o charme. Isto mostrou-se profícuo: “para fazer falar e falar bem: o charme, a sedução e o humor. O humor é uma técnica particularmente eficaz: um inquiridor feliz e sorridente obtém resultados superiores àquele de um inquiridor triste e fechado” (Kaufmann cit. por Dias, 2002). Para além destes aspetos, adotámos uma atitude de escuta atenta, procurámos alimentar as informações de ordem afetiva, evitámos emitir juízos de valor ou interromper as lógicas de raciocínio dos entrevistados e tivemos particular preocupação em conter intervenções verbais e expressões gestuais (Ghiglione & Matalon, 2001, pp. 96–97). Recorremos, igualmente, à utilização de expressões breves, do silêncio, da técnica do espelho ou eco e a pedidos de informação adicional que foram fundamentais para motivar o entrevistado a refletir sobre os diferentes aspetos abordados, permitindo uma melhor gestão de situações mais embaraçosas e difíceis (Ghiglione & Matalon, 2001, p. 96).

Já Weber (1999) nos dizia que todos os académicos perfilham sistemas de valores enquanto levam a cabo as suas investigações, ainda mais quando estudam e escrevem sobre os seus tópicos favoritos, excluindo outras questões consideradas fúteis. Por termos esta consciência, ao longo de toda a pesquisa, procurámos desenvolver uma reflexão sobre a posição do sujeito-investigador e uma postura crítica em relação à nossa subjetividade enquanto investigadora, mantendo a vigilância epistemológica.

²¹ *Diário de Campo*, novembro de 2020.

²² *Diário de Campo*, dezembro de 2020.

Muitas vezes, após as entrevistas, a curiosidade e as perguntas vinham do outro lado: perguntaram-nos as razões de estarmos a estudar este tema, se tínhamos algum relacionamento amoroso e chegavam mesmo a afirmar: “Para ti, com o que conheces, deve ser difícil ter um relacionamento amoroso”²³. Respondemos às questões honestamente, mas preocupámo-nos sempre em manter bem definido o nosso papel de investigadora. Todavia, tal suscitou um processo reflexivo sobre o modo como a investigação tem impacto na nossa vida pessoal. Mesmo no ato da escrita, não conseguimos libertar-nos das histórias dos casais, das expressões e emoções que transmitiam quando partilhavam detalhes das suas vidas. Mentiríamos se disséssemos que o contacto com algumas vivências dos casais não nos afetou em termos emocionais. Todavia, estávamos atentas para que a nossa história não se misturasse com as histórias desses casais e para que, caso a investigação estivesse a ter impactos em nós, que não fosse pela nossa história, mas pela ressonância da história deles. Ter sempre isto presente, permitiu-nos, por um lado, respeitar as singularidades de cada casal e, por outro, a manter a vigilância de forma a assegurar a clareza na distinção de papéis (investigador-investigados) e o rigor científico. Embora no momento da entrevista as histórias que ouvimos pudessem interferir nas nossas emoções, o nosso papel estava muito bem definido.

Por fim, notamos que o nosso género e a nossa idade não impediram os entrevistados de partilhar as suas vidas íntimas e, até, nalguns casos, de confidenciar algumas preocupações e dúvidas no domínio da sexualidade, captando discursos densos, ricos e expressivos.

²³ *Diário de Campo*, julho 2020.

CAPÍTULO 4. O CASAL HETEROSSEXUAL: A CONSTRUÇÃO DA INTIMIDADE AFETIVA E SEXUAL

Neste capítulo, exploramos as trajetórias de vida de casais heterossexuais e analisamos de que modo os relacionamentos íntimos se (re)constróem e (res)significam ao longo do tempo. Num primeiro momento, abordamos o contexto e os fatores que contribuíram para a decisão de morarem juntos. Tal enquadramento permite montar o cenário que pretendemos explorar: a importância e os significados atribuídos à comunicação e à sexualidade na construção da relação e intimidade conjugal. Partindo da perspectiva dos casais, refletimos sobre os valores e representações que moldam e orientam as suas experiências e expectativas sexuais; as normas da vivência sexual; os significados e sentidos atribuídos à relação sexual; os efeitos do género normativo na intimidade conjugal; e os dilemas da feminilidade e da masculinidade normativas.

Os dados recolhidos sugerem uma visão maioritariamente hedonista da sexualidade, que privilegia valores de reciprocidade, envolvimento e prazer mútuos e ideais de género igualitários. Contudo, persistem efeitos desiguais do género, em detrimento das mulheres, traduzidos num maior silenciamento dos seus desejos e expectativas e em posturas mais submissas e complacentes. Abordando as tensões e desencontros de expectativas que permeiam o quotidiano do casal, destacamos os modos como a comunicação é usada para naturalizar, encobrir e negociar relações de poder desiguais, com reflexos nas expectativas e desejos sexuais dos casais. Nesse sentido, mostramos como a (não) comunicação parece sustentar as interações e influenciar a intimidade emocional, a satisfação sexual e a satisfação com o relacionamento.

A conduta dos casais espelha a diversidade nos modos de viver a sexualidade. Embora a maior parte oriente as suas práticas de acordo com a heteronorma, outros vão-na desafiando e afastando-se dela. Independentemente dos elementos que os diferenciam, todos os casais procuram contornar os conflitos e desenvolver estratégias para alimentar a *chama* conjugal através da partilha, da confiança, do conhecimento e das experiências sexuais, ou seja, procuram definir os espaços e tempos conjugais através da negociação permanente dos limites da sua intimidade.

4.1. A descoberta do outro

Explorar o contacto entre duas pessoas permite uma análise mais fina da realidade social e a constatação de que, apesar de os indivíduos estarem inseridos num contexto macro que tem impacto nas suas escolhas amorosas, cada um deles possui uma certa liberdade nessas opções, consoante, por exemplo, as suas experiências amorosas anteriores. O mercado amoroso tem-se diversificado e,

consequentemente, as possibilidades de encontro têm vindo a aumentar. Todavia, aos espaços e meios de sociabilidade subjaz uma proximidade social dos parceiros, revelando que os encontros são condicionados por determinantes sociais. Tal como Almeida, Sobral e Ferrão (1997, p. 877) documentam, a escolha do companheiro recai sistematicamente “sobre alguém que ocupa uma posição similar (ou equivalente) no espaço social”, registando-se uma “homogamia social”.

Os resultados das entrevistas revelam que, não obstante a diversidade de espaços e meios que possibilitaram o encontro, estes centram-se, de facto, essencialmente, na rede de relações próximas: amigos, colegas de trabalho e familiares. As oportunidades de convivência entre os dois parceiros tiveram um papel preponderante na constituição da relação amorosa. Edgar descreve a aproximação de Manuela (coabitação há 9 ou mais anos, com filhos) do seguinte modo: “[ela] depois, começou a sair connosco e, aos pouquinhos, vai-se conhecendo daqui, vai-se conhecendo dali e foi assim que começou”. Também Rute (coabitação há menos de 9 anos, com filhos) salienta a importância dos locais de convívio – por exemplo, cafés ou discotecas/bares – na facilitação de encontros:

“Trabalhava ali num cafezinho (...) e ele ia lá com um amigo tomar café. Entretanto, também tinha outra colega que estava comigo e também estava solteira e, depois, eles começaram a ir lá todos os dias. Começámos a meter conversa e houve uma noite [em] que eles nos convidaram para ir a uma festa (...), daí, começámos a conhecê-los”.

Ainda que a escolha do parceiro esteja relacionada com os afetos, evidencia-se uma certa racionalidade nas escolhas, que ultrapassa os fatores afetivo-emocionais. Os afetos são propiciados por afinidades entre os indivíduos. Como refere Bozon (2006, p. 101),

“O jogo da sociabilidade opera, assim, uma primeira seleção, não premeditada, dos elegíveis: esta filtragem é aproximativa e não garante a homogeneidade social total do meio. Uma segunda seleção, mais fina, ocorre através dos juízos de valor que cada um faz sobre os indivíduos que encontra no seu universo de socialização. Uma pessoa com a qual vamos formar um casal, é, antes de mais, alguém sobre quem emitimos uma apreciação positiva, fonte eventual de uma relação e de um sentimento amoroso”.

Quanto mais próximos no espaço social, maior a possibilidade de partilharem os mesmos gostos, valores e, até, desejos, o que, em última instância, acabam por favorecer a aproximação (Bourdieu, 1979, 1980; Bozon, 2006; Kaufmann, 2003). Corroborando esta perspetiva, Francisco

recorda como os gostos comuns foram importantes para se interessar por Clara (coabitação há menos de 9 anos, sem filhos):

“A primeira coisa que nos atraiu um no outro foi que somos muito parecidos. Tínhamos bastantes semelhanças. Temos muitos interesses em comum, gostos em comum, em geral. E, pronto, a partir daí, foi-se construindo”.

Essas semelhanças também foram importantes para Marco (coabitação há 9 ou mais anos, sem filhos), que admite que

“Houve logo uma grande sintonia. Tínhamos sempre conversa. Tínhamos muitos gostos em comum. Gostávamos de imensa coisa: música, livros, o facto de ela amar ler e eu estar a começar a escrever (...). Essa atração de ‘fogo, essa pessoa, realmente, encaixa em quase tudo!’”.

O uso das novas tecnologias de informação e comunicação parece ter sido também importante no estabelecimento do contacto inicial, na conquista e na manutenção do relacionamento. Transpondo as fronteiras do tempo e do espaço, a tecnologia “inventa o novo estado do ‘ausente presente’” (Singly, 2001, p. 81). Para uns, as redes sociais e os jogos *online* constituem o suporte de interação, como relembra Carminho (coabitação há menos de 9 anos, sem filhos) a propósito do seu companheiro:

“Há seis anos e meio, na Internet, jogávamos jogos *online* (...) e jogávamos juntos com outros portugueses. Juntávamo-nos e fazíamos coisas no jogo e começámos a falar. Depois, continuámos a falar no Skype e ele, na altura, vivia em Zurique (...). Então, tivemos, [durante] os primeiros dois anos, um relacionamento a distância”.

Outros casais enfatizam a utilização do telemóvel. Elsa (coabitação há 9 ou mais anos, com filhos) admite que conseguiu “pedir o contacto telefónico” do seu atual companheiro a uma amiga. Ivo (coabitação há menos 9 anos, com filhos) revela situação semelhante, afirmando que foi através da “troca de contactos telefónicos. Fomos falando, comunicando, brincando um bocadinho por mensagens, aquela coisa normal”.

Relativamente ao momento de se sentirem, ou não, interessados por alguém, os entrevistados realçam, de um modo geral, a importância da aparência e das expressões faciais e corporais. Para Gonçalo (coabitação 9 ou mais anos, com filhos), por exemplo, a beleza física da atual companheira foi o gatilho da paixão:

“Foi a beleza física. Unicamente. Eu não a conhecia. Estava solteiro e a primeira coisa que me chamou [a atenção] foi a sua beleza física, mais nada. Principalmente, [a] cara. E, pronto, surgiu o contacto e, depois, como é óbvio, da conversa, surgiu a paixão. Apaixonámo-nos. Mas, inicialmente, foi a sua beleza”.

A maior parte dos entrevistados assume a atração física no primeiro encontro como algo natural e automático. Quando questionada acerca do momento em que conheceu o seu companheiro, Elsa (coabitação há 9 ou mais anos, com filhos) confidenciou que foi “amor à primeira vista”:

“Eu conheci o Raúl na Universidade (...) foi amor à primeira vista. Foi o que senti. Foi amor à primeira vista, portanto, existe o amor à primeira vista. Foi assim uma troca de olhares e aquilo bateu [risos]. Quer dizer, eu apaixonei-me sem o conhecer. Foi uma coisa física”.

Contudo, nem todos partilham uma visão tão instantânea do interesse pelo outro. Nestes casos, o encantamento foi construído ao longo da convivência mútua e/ou da insistência da parte mais interessada. Para Edgar (coabitação há 9 ou mais anos, com filhos), o primeiro contacto com a atual companheira não suscitou interesse:

“Ao início, não me atraiu nada na Manuela, porque, quando eu a conheci, ela tinha vindo da França e vinha com sotaque e eu não simpatizo muito com a França e achava, até, um bocadinho irritante. (...) Ela também é mais nova do que eu quatro anos e, na altura, fazia diferença”.

Aos atributos físicos, no processo de conquista, somam-se as qualidades e características pessoais (como a personalidade e os modos de ser e estar). Clara (coabitação há menos de 9 anos, sem filhos), respondendo ao que a atraiu no parceiro, revela que:

“O que me agradou mais nele foi perceber que era uma pessoa interessante por dentro. As [minhas] anteriores relações eram pessoas que, se calhar, eram exteriormente mais bem-parecidas, mas, depois, viviam no mundo da ‘egolândia’ e o Francisco é uma pessoa muito simples, muito terra-a-terra e foi isso que, logo à partida, me interessou”.

Relatos como os de Edgar e Clara revelam que os processos de interação, atração e conquista não são alheios às características pessoais e de personalidade, nem às semelhanças no modo de estar na vida.

Os resultados das entrevistas sugerem, ainda, uma tendência também notada por Bozon (2006), que mostra que 65% das mulheres preferem um homem mais alto, pelo menos, 5 cm, e que 32% dos homens pretendem uma mulher, pelo menos, 5 cm mais baixa. Conquanto os casais entrevistados não tenham referido a importância da altura dos parceiros, os homens entrevistados eram mais altos do que as mulheres (*Diário de Campo*, janeiro 2021), observação que parece reiterar a ideia de que “as mulheres estão mais ligadas a este atributo de dominação física e simbólica do homem” (Bozon, 2006, p. 104).

4.2. O namoro e os primeiros contactos sexuais do casal

A construção de uma relação amorosa é um processo gradual de descoberta e revelação de informações sobre o outro (Crossley, 2011). Entre os casais entrevistados, esse processo passou por diferentes fases: o primeiro contacto, os encontros, o assumir o compromisso e a decisão de partilhar o mesmo espaço. Além de proporcionar o aumento do conhecimento sobre a outra pessoa, o namoro marca o início da relação conjugal e formaliza o compromisso. Por outras palavras, o casal “caracteriza-se por um projeto, uma duração e só pode existir quando os parceiros se identificam como casal e quando o assumem socialmente” (Dupré la Tour, 2009, p. 169).

Quase todos os casais tiveram experiências amorosas anteriores. Salvo um caso em que da única experiência de namoro resultou a união atual, a existência de um capital de experiência relacional é transversal aos demais. Entre estes, a duração do namoro varia. Uns consideram que o tempo de namoro foi curto, referindo a “idade” como elemento justificativo da sua decisão e o facto de terem ideias mais cimentadas sobre os objetivos de vida pessoal e conjugal. O trecho seguinte é representativo desta postura:

“Fomos viver para fora muito pouco tempo depois de estarmos juntos. Tínhamos nove, dez meses de namoro, e decidimos arriscar. (...) A nossa decisão foi um bocado rápida porque nós já não somos novos. Já tínhamos vinte e muitos anos quando começámos a namorar e pensámos que, para descobrir se isto é, ou não, a sério, mais vale começar já porque, quanto mais tarde, pior. Pensar naqueles casos de pessoas que namoram muito tempo e depois vão viver juntas e não se dão bem... Nós, não! Não vamos desperdiçar tempo. Mais vale saber já!” (coabitação há menos de 9 anos, com filhos).

Outros casais, que começaram a namorar mais novos, reconhecem que o namoro durou algum tempo porque necessitavam de organizar várias dimensões das suas vidas, nomeadamente, a sua situação laboral – conseguir um emprego estável, juntar dinheiro e gerir as poupanças – e a organização da futura vida familiar. É o caso de Marco e Anita (coabitação há 9 ou mais anos, sem filhos) que, ao fim de pouco tempo, já sabiam o que queriam. No entanto, como conta Marco, esperaram até reunir as condições que consideravam necessárias para a partilha de casa:

“Ao fim de poucos meses de estarmos juntos, no fundo, já sabíamos o que queríamos. Aliás, nós namorávamos há um ano e eu já estava a pedi-la em casamento. Só que, como estávamos ambos a estudar e, entretanto, até deixei os estudos para abrir uma [empresa] e era um processo complicado, fizemos um bocadinho de tempo. Tivemos um período de namoro de cinco anos enquanto amalhávamos algum dinheiro para que tivéssemos uma vida minimamente confortável”.

Entrelaçada com esta exploração relacional, há a descoberta a nível físico, que se inicia com “beijos profundos, carícias corporais, carícias genitais e, finalmente, penetração genital” (Bozon, 2004, p. 65). Durante as entrevistas, solicitámos a cada parceiro que falasse da primeira experiência amorosa enquanto casal. Embora a generalidade dos entrevistados tenha associado a primeira experiência amorosa à primeira relação sexual, alguns hesitaram na resposta, pedindo para esclarecer se deveriam falar da primeira experiência amorosa ou sexual. Quando tal acontecia, encorajámo-los a distingui-las e a falar sobre ambas. Por experiência amorosa entendiam “algo que vem de amor e que não precisa de ser sexo” (Edgar, coabitação há 9 ou mais anos, com filhos), envolvendo a troca de carícias, toques corporais e beijos, enquanto a experiência sexual era associada ao primeiro coito. Esta estratégia foi também empregue noutros estudos desenvolvidos tanto em contexto nacional, como internacional (Bozon & Heilborn, 1996; Policarpo, 2011b).

Quando questionada acerca da sua primeira experiência amorosa com o atual parceiro, Elsa (coabitação há 9 ou mais anos, com filhos) explica que o processo foi longo. Lembra que, “até à primeira relação sexual, houve ali muitos contactos físicos e o meu desejo era muito grande”. Segundo ela, era

“uma situação que estava a ver que nunca mais acontecia, porque, num momento de paixão, tudo é maravilhoso. Desde que nos conhecemos, foi para aí meio ano. Foi algum tempo, mas os ânimos aqueciam. Quando a gente estava em troca de beijos, em carinhos, aquilo aquecia”.

O período que decorre entre o início do namoro e a primeira relação sexual parece relacionar-se com a experiência sexual. O facto de os membros do casal terem tido experiências amorosas e sexuais anteriores potencia a rapidez da intimidade sexual. Como esclarece Gonçalo (coabitação há 9 ou mais anos, com filhos),

“Nós já tínhamos alguma experiência. Não erámos adolescentes, adolescentes. Já tínhamos vinte e dois, vinte e três anos. Tínhamos experiência. Não era aquela coisa de NERVOSO... Quer dizer, havia nervosismo de estar com aquela pessoa porque nunca tinha estado com aquela pessoa, mas foi muito natural. Houve uma coisa que [me marcou]. Foi muito rápido. Ou seja, tínhamos estado juntos duas ou três vezes. Eu não esperei que acontecesse tão cedo. Sempre pensei que demorássemos mais tempo a namorar, mas aconteceu”.

Parece, assim, confirmar-se uma maior democratização das relações amorosas e uma maior permissividade e liberdade sexuais, como propõe Giddens (1992). O discurso de Joana (coabitação há menos de 9 anos, sem filhos) sobre os seus comportamentos antes de iniciar um relacionamento “sério” não deixa margens para dúvidas: “tive sexo com António na primeira vez que estivemos juntos e foi um bocadinho regada pelo álcool. Lembro-me praticamente de tudo, não me lembro de tudo, mas foi uma coisa muito *standard*, de *one night stand*”.

Entre os casais, prevalece a ideia de que a sexualidade e, especificamente, a relação sexual é parte integrante de um relacionamento amoroso. Não questionando a sua existência, naturalizando-a, parece que a relação conjugal não é concebível sem atividade sexual e, não raro, a inatividade sexual é entendida como indício de uma dificuldade ou problema conjugal que pode colocar em risco a solidez emocional e a estabilidade da relação (van Hooff, 2015; Bozon, 2004). Também a este respeito, os entrevistados enfatizam a importância da compatibilidade sexual como aspeto decisivo na constituição da relação. Ivo e Mariana (coabitação há menos de 9 anos, com filhos) explicam que

“O sexo é muito importante e (...) fortalece as relações. (...). Acho que uma relação a dois necessita da parte carnal. Necessita mesmo e é uma necessidade. (...) a parte sexual e carnal é uma parte essencial do próprio amor. É a parte física do amor” (Ivo).

“Se as relações sexuais não funcionam, as relações não funcionam. Portanto, acho que isto faz parte e é uma coisa que nos faz bem psicológica e fisicamente” (Mariana).

Manuela (coabitação há 9 ou mais anos, com filhos) e Carminho (coabitação há menos de 9 anos, sem filhos) mencionaram ser sexualmente mais experientes do que os seus parceiros atuais quando começaram os seus relacionamentos, ilustrando a influência de um “discurso permissivo” (Hollway, 1996, p. 87) que destaca a maior liberdade da sexualidade feminina, na medida em que o sexo antes do casamento parece ter perdido as conotações negativas que outrora tinha para as mulheres: “O Edgar nunca tinha feito [sexo]. Eu já tinha tido um namorado antes. Ele nunca tinha tido namorada. (...) Ele nunca tinha tido ninguém e estava muito nervoso” (Manuela); “Ele era virgem; eu, não” (Carminho). Por sua vez, os companheiros destas entrevistadas são coincidentes, não considerando que a situação possa ter afetado a sua virilidade/masculinidade e encarando-a como algo “natural”.

Todavia, alguns discursos femininos admitem consequências indesejáveis para as mulheres que não conseguem regular o seu comportamento sexual de acordo com as normas. Mariana (coabitação há menos de 9 anos, com filhos), que conheceu Ivo através de um casal amigo, admite que a sua relação evoluiu muito rapidamente. Recorda que o primeiro beijo foi algo muito desejado. Contudo, embora entusiasmada com o primeiro contacto sexual, como o atual companheiro tinha outra namorada na altura, optou por aguardar até terem um primeiro contacto íntimo. Para ela, era importante que o futuro companheiro a visse como uma mulher moralmente correta e recatada do ponto de vista sexual e não como uma “mulher fácil”:

“Lembro-me que o primeiro beijo foi quase um orgasmo puro porque nós já queríamos tanto aquilo!... Nós passávamos um pelo outro e sentíamos quase faísca, mas ele, como namorava, e como eu só queria ter algo com ele quando ele terminasse a relação, então [demorou]. Para mim, não era nada importante [que ele terminasse a relação], sinceramente. Mas ele não sabe isso. Porque eu, de uma forma muito inconsciente, apostei nesta relação e, ao apostar, queria que ela começasse de uma forma que, para ele, fosse moralmente correta. Queria demonstrar-lhe isso, portanto, eu não vou fazer aos outros aquilo que não vou querer que me façam a mim. Se fosse um caso, queria lá saber! A responsabilidade era dele e ele é que namorava, mas, como eu estava a apostar na relação, eu não queria que ele um dia dissesse: ‘Bem, tu começaste comigo sabendo que eu namorava, portanto, quem és tu?’...”.

Tendo presente o modelo da feminilidade normativa, Mariana adotou uma “fachada” (Goffman, 1993 [1959]) com o propósito de preservar a imagem de mulher que valoriza a fidelidade sexual.

Mariana agiu estrategicamente porque queria que a relação fosse assumida pelo companheiro como séria. Acredita que, se não o tivesse feito, acabaria por ser desvalorizada no mercado matrimonial e legitimaria comportamentos que não se coadunavam com o que pretendia da relação. Esta estratégia ilustra a permanência do duplo padrão sexual segundo o qual “as mulheres jovens continuam a ser vulneráveis à identificação negativa como ‘vadias’ ou ‘putas’ se forem muito sexuais” (Rahman & Jackson, 2010, p. 182). Este critério de moralidade assenta na ideia de que todo o homem espera ter uma mulher “respeitadora” (Pais, 1985, p. 241). Assim, apesar de uma maior tolerância sexual para com as mulheres, prevalece a pressão para não serem “excessivamente” sexuais, obrigando a um equilíbrio instável entre essa exigência e o “excesso” de passividade.

A permanência de representações normativas do género e da sexualidade está também presente nas palavras de Rute (casal 4, coabitação há menos de 9 anos, com filhos) e na oposição que estabelece entre “fazer sexo” e “fazer amor”. Rute coloca-se num patamar diferente das mulheres que têm vários parceiros sexuais e mostra também a permanência do duplo padrão moral. Para Rute, as mulheres devem manter-se recatadas, pelo que a designação de “puta”, presente no excerto seguinte, serve para estigmatizar todas as outras. Além disso, o seu discurso ainda evidencia a representação de que demonstrar amor implica, em todos os casos, proporcionar o orgasmo ao parceiro:

“Quando as pessoas dizem ‘olha, vamos, desculpendo o termo, foder?’, enerva-me. Porque ninguém está ali só para dar, como se costuma dizer, não é nenhuma puta, mas o ‘fazer amor’ é muito diferente do ‘vamos fazer sexo’. Acho que sexo é chegar ali, já está e *ciao* e até amanhã, e amor é ficar, fazer, estar e depois, claro, acabar [referindo-se à ejaculação masculina]” (coabitação há menos de 9 anos, com filhos).

Salientamos que esta entrevistada assume posições normativas em relação a outros aspetos, de que é exemplo a repulsa que manifesta relativamente a práticas sexuais fora do “Círculo Encantado” de que nos fala (Rubin, 2007 [1984]).

Em suma, as entrevistas realizadas não sugerem um padrão de comportamento homogéneo entre os casais. Ao longo do tempo de namoro, cada casal foi criando expectativas e alimentando desejos que conduziram à forma como interagem afetiva e sexualmente. Passo a passo, o casal vai-se formando e moldando-se a cada situação. Essa diversidade é visível também nos meios de contacto, na decisão de coabitar e nos modos de iniciar a vida sexual. Apesar de tudo, a liberdade amorosa não quebrou as cadeias da homogamia social.

Assistimos, igualmente, a uma indelével valorização da vida sexual, registando-se um movimento de “erotização do casal” (Aboim, 2011). Porém, se o modo como os parceiros descrevem o início dos seus relacionamentos revela a importância do sexo nas fases iniciais – tanto em termos de expectativas, como em termos de frequência –, ele não é, todavia, imune à passagem do tempo e às mudanças que vão ocorrendo.

4.3. A coabitação e a consolidação da relação conjugal

A conjugalidade surge como o prolongamento “natural” da relação amorosa e protagoniza uma mudança nas relações amorosas. Ela tem efeitos notórios nos valores, nas representações, nos comportamentos e, não menos importante, nas dinâmicas afetivas e sexuais (Almeida, 2003; Policarpo, 2011b; Torres, 2001; Torres et al., 2004). Transversal a todos os entrevistados é a ideia de que a vida a dois é feita de ajustamentos, sendo (re)construída continuamente de forma a moldar-se a cada fase do ciclo conjugal e havendo “coisas de que uma pessoa abdica ou muda ou começa a fazer mais ou menos para se encaixar melhor um no outro” (Edgar, coabitação há 9 ou mais anos, com filhos).

A partilha de habitação é um marco que proporciona maior conhecimento sobre si próprio e o outro, maior partilha e confiança, mas também traz consigo a necessidade de gerir conflitos e desencontros de expectativas, exigindo uma monitorização da relação (Giddens, 1992a). Isto mesmo é confirmado por Manuel e Glória (coabitação há menos de 9 anos, sem filhos). Manuel admite uma distinção clara entre a vida de solteiro e a de casado, que requer outros comportamentos e traz novas responsabilidades. Ao comparar as duas situações, refere que,

“[quando] morava com os meus pais, era normal eu chegar a casa e não fazer nada. Tinha tudo feito e eu não tinha [que fazer nada]. (...) Aqui, não! Uma pessoa tem de pensar que somos dois. Temos de fazer isto e fazer aquilo. Já não é chegar a casa e sentar-me no sofá e esperar para comer e assim. Agora já não é assim, uma pessoa já tem de ajudar nas tarefas” (Manuel).

Também a sua companheira, Glória, sublinha que

“não foi sempre fácil. Primeiro, porque eu morei sozinha durante muito tempo. (...). E, quando escolhi a casa, escolhi uma casa pequena que desse só para mim [silêncio]. (...) na altura, pronto, eu estava habituada a ter o meu espaço. Era uma casa o mais *girly* que tu possas imaginar. (...). Naturalmente, para mim, não foi muito fácil, porque eu estava habituada a ter o meu espaço, o meu tempo e era tudo eu. Organizava a

minha vida muito em função de mim própria. As botas dele de trabalho, todos os dias, naquele sítio, começavam a fazer-me um bocado de confusão, confesso [risos]. Depois, dizia: 'já não posso olhar para estas botas!' [risos], mas é normal. Isso, para mim, foi difícil".

Excetuando um casal, todos coabitaram antes do casamento. Como afirma Aboim (Aboim, 2011, pp. 87-88), a experimentação da relação é cada vez mais aceite, observando-se "novos modos de encadeamento entre as etapas iniciais de construção do casal, em que o namoro e vida em comum se misturam". Apenas um dos casais tomou a decisão de morar junto depois de oficializar a sua relação através do casamento religioso. Após um período de namoro de cinco anos, Marco e Anita (coabitação há 9 anos ou mais anos, sem filhos) casaram e, nesse mesmo dia, foram morar juntos. Segundo Marco, "Marcámos o casamento; passado um ano, casámos. Eu pedi-a em casamento em 2003; em 2004, casámos e foi no primeiro dia que estávamos casados que fomos para [a nossa] casa". Ambos identificam esta posição como sendo "à antiga", defendendo uma posição institucionalizada do casamento.

Além desse casal, mais sete casaram pelos ritos católicos. Apesar de já coabitarem, estes casais não deixam de valorizar a oficialização da relação amorosa através do casamento. À semelhança de outros estudos (Aboim, 2006b; Torres, 2002b), o casamento religioso não decorre somente de convicções religiosas, mas, muitas vezes, corresponde a uma atitude tradicionalista, ritualista ou conformista. Margarida (coabitação há 9 ou mais anos, com filhos) ilustra esta atitude:

"É daquelas coisas que nós crescemos a pensar e a projetar para a nossa vida e, no meu caso, como a minha mãe casou e as pessoas da minha família são todas casadas [fazia sentido]... (...) Eu acho que isto de viver junto também é um bocadinho da nossa geração, mas eu não tinha nenhuma relação de viver junta na minha família, então, sempre tive aquela coisa de 'então, é casar' (...) era importante oficializar, para mim. 'Vou casar na igreja onde casou a minha mãe'. (...) No fundo, para mim, era muito importante a parte da cerimónia, a parte religiosa. (...) Eu disse-lhe sempre: nós não precisamos de ter dinheiro para casar. Eu quero casar na igreja (...) o momento da igreja, para mim, era fundamental".

Entre os casais que contraíram casamento religioso, há dois aspetos a registar: o facto de serem as mulheres a desejá-lo e o facto de os homens, apesar de se considerarem agnósticos ou ateus, aceitarem essa forma de celebração. O caso de Mariana e Ivo (coabitação há menos de 9 anos,

com filhos) é exemplificativo. Mariana afirma que a sua vida esteve sempre ligada à Igreja e, sabendo que Ivo é ateu, ou seja, “tudo aquilo que se quer imaginar de viver juntos, sim, mas casar, nem pensar”, sentiu a necessidade de lhe dizer: “Ivo, eu já estou numa idade em que não estou para brincar. Eu, de *flirts*, estou farta (...) a partir de agora, quem entrar na minha vida, é para ficar, só que tem uma coisa: eu quero casar pela [Igreja Católica]”.

Apenas no caso de António e Joana (coabitação há menos de 9 anos, sem filhos) se observa a vontade de o homem contrair matrimónio, sendo a mulher menos religiosa. Não obstante, devido ao desencontro de crenças religiosas, houve uma negociação dos moldes de celebração do casamento. Como conta Joana, “ele tem uma família extremamente religiosa. (...) é importante, para ele, casar, por isso, eu caso, sem qualquer tipo de problema, mas eu não caso pela Igreja. Eu não sou minimamente religiosa. Não fui criada na religião. Não quero casar pela Igreja”. O casamento civil foi o ponto de equilíbrio entre duas formas de pensar diferentes.

Como notou Torres (2002), a opção de coabitar antes de casar não significa uma recusa da instituição do matrimónio. Pode ser entendida como uma forma transitória de experimentação, antes de se dar um “passo maior”, como revela Glória (coabitação há menos de 9 anos, sem filhos):

“Para mim, era muito importante nós casarmos e assumirmos o nosso compromisso, mas não acho que isso tenha mexido naquilo que nós somos um com o outro. Acho que foi mais o partilhar a vida. Acho que, aí, foi a mudança. A minha vontade de casar decorreu muito de nós morarmos juntos. Fazia sentido”.

A coabitação prévia ao casamento tem ganhado expressão, embora se continue a enfatizar a oficialização da relação amorosa. Apesar das variações nos modos de partilhar uma casa, todos os casais reconhecem que a proximidade física acrescenta “valor” ao relacionamento. A ideia que perpassa é a de que a partilha de habitação “é uma construção. Quanto mais nos conhecemos melhor e acho que a nossa relação (...) melhora todos os dias” (Glória, coabitação há menos de 9 anos, sem filhos), que proporciona “um crescimento da pessoa e evolução da relação” (Eva, coabitação há menos de 9 anos, com filhos). Gonçalo (coabitação há 9 ou mais anos, com filhos) também refere que “o não estar juntos acaba por provocar o diminuir do desejo”. O discurso da sua companheira é congruente com o dele quando confidencia que “a proximidade e o contacto são importantes para chamar a atenção para as outras coisas [referindo-se à prática sexual]” (Margarida, coabitação há 9 ou mais anos, com filhos).

4.4. À procura do diálogo perfeito

Transversal a todas as fases da vida conjugal, a comunicação sustenta as interações quotidianas e influencia a intimidade emocional, a satisfação sexual e a satisfação com o relacionamento (Yoo *et al.*, 2014). Promover e melhorar a intimidade conjugal pode requerer um trabalho de esbatimento das fronteiras entre os parceiros, por exemplo, pela partilha de pensamentos e sentimentos. Esse trabalho de fronteira é parte integrante do trabalho emocional (Erickson, 2005; Hochschild, 1979).

Autores como Elliott e Umberson (2008) argumentam que as mulheres são mais propensas ao desenvolvimento de trabalho emocional e a expressar as suas emoções. Desejando ter limites mais permeáveis, elas pedem aos seus parceiros mais comunicação e uma partilha de sentimentos pessoais mais significativa (Elliott & Umberson, 2008; Umberson *et al.*, 2015). Por seu lado, os homens parecem ser menos permeáveis à partilha dos seus pensamentos. A este respeito, Seidman, Fischer e Meeks (2006) sugerem que o género normativo tem efeitos na intimidade heterossexual, já que as expectativas face aos relacionamentos revelam que as mulheres são responsáveis pela dimensão afetivo-emocional da relação e do cuidado com os outros e os homens encontram-se associados à dimensão sexual.

Para os casais entrevistados, a comunicação é um elemento central da relação. Trata-se de uma forma de enriquecer a vida conjugal e sexual assente no argumento de que o conhecimento do outro proporciona um ajustamento das expectativas e desejos de cada um, refletindo um maior entendimento afetivo e sexual. As experiências de “comunicação positiva” estão, geralmente, associadas a altos níveis de intimidade (Mitchell *et al.*, 2008; Yoo *et al.*, 2014). Todos os entrevistados admitem que a possibilidade de discutir as suas fragilidades e partilhar o que sentem/querem conduz a uma sensação de maior intimidade e proximidade com o outro, como descrevem Manuel (coabitação há menos de 9 anos, sem filhos) e Margarida (coabitação há 9 ou mais anos, com filhos):

“A comunicação é muito importante no casal, num todo. Seja para a rotina, seja para o sexo, seja para tudo no dia a dia. Para sermos íntimos” (Manuel).

“Íntimo é conhecer essa pessoa profundamente, ao ponto de nos expormos a essa pessoa. (...). Intimidade, a nível de casal, é isso. É não ter vergonha de me expor em frente a ele porque não tenho nada que ele não conheça em mim que eu não tenha deixado conhecer” (Margarida).

Os entrevistados também enaltecem a importância de articular a dimensão da comunicação com a dimensão sexual. Como afirma Joana (coabitação há menos de 9 anos, sem filhos),

“É muito importante. Sempre foi, desde o início. Para mim, é importante ter abertura para falar de tudo numa relação e o sexo é uma das coisas. Primeiro, porque o constrangimento não tem vantagem nenhuma, o não dizer do que se gosta ou não se gosta só cria tabus e cria constrangimentos. Não há necessidade nenhuma de isso existir”.

Por outro lado, pode ser difícil desenvolver e manter intimidade quando a comunicação não está presente. O diálogo tanto permite que se conheça e acompanhe os detalhes da vida quotidiana – as rotinas conjugais, a educação e o cuidado com os filhos, a organização das tarefas e atividades domésticas –, como possibilita a partilha de dúvidas e a discussão de problemas. Através do diálogo, os casais podem construir um sentimento estável em relação a si e ao seu mundo, afastando sensações de insegurança e desorientação e fomentando um sistema partilhado de valores (Berger & Kellner, 1964; Kaufmann, 2012). Para António (coabitação há menos de 9 anos, sem filhos), a importância da comunicação com a parceira é basilar:

“Já houve alturas em que a relação esteve mais fria e desbloqueou-se tudo com a conversa, com o diálogo. (...) É uma coisa que nós tentamos, cada vez mais, fortalecer, o diálogo. Falarmos, estarmos à vontade. Nós partilhamos uma casa, já sabemos como são as coisas, partilhamos tudo (...). A partir do momento em que não temos nada a esconder, podemos falar sobre tudo. Acho que isso é muito importante”.

Essa importância é também reconhecida por Glória (coabitação há menos de 9 anos, sem filhos), para quem o facto de conversar com o companheiro é central para o bem-estar individual e conjugal:

“Nós conversamos muito e acho que essa é a grande mais-valia do nosso casamento. Nós não vamos chateados para a cama um com o outro. Primeiro, temos que conversar. Só depois é que dormimos bem”.

Outro dos aspetos mais valorizados da comunicação é a possibilidade de mostrar como cada um se sente, de revelar os estados de espírito, não se limitando à verbalização. A comunicação não verbal inclui gestos, postura, expressões faciais, tom de voz e silêncios que, além de acompanharem a linguagem verbal, permitem descodificar a mensagem de forma mais rigorosa e profunda (Goffman, 2011 [1967]). Esta forma de comunicação permeia quotidianamente a relação conjugal e, não raro, a comunicação entre os membros do casal assume peculiaridades que, aos olhos dos outros, podem passar despercebidas. Podem ser ditas coisas ao cônjuge a que mais ninguém tem acesso ou cujo

significado mais ninguém conseguiria entender (Figueredo, 2005; Goffman, 1993 [1959], 2011[1967]), criando-se uma espécie de linguagem conjugal assente em referências que só os dois conhecem. Esta é também uma forma de criar uma barreira face aos outros. A este respeito, Afonso (coabitação há menos 9 anos, sem filhos) é elucidativo:

“Às vezes, há uns pequenos gestos, pequenas coisas que, aos olhos de quem esteja de fora, não é nada e que, se calhar, para nós, é um gesto íntimo. Para o casal. Cada casal tem as suas [coisas]. Os seus olhares”.

Goffman (2011 [1967], p. 9) sublinha que a interação social assenta, em grande parte, na gestão de indícios, sinais que são transmitidos – intencionalmente ou não –, como olhares, gestos e enunciados verbais que as pessoas inserem continuamente na interação e que constituem “sinais externos de orientação e envolvimento”, os tais “pequenos gestos”, as “pequenas coisas” de que nos fala Afonso. Esses indícios permitem aos indivíduos situar-se do ponto de vista pessoal e social, ajudando-os a definir determinada situação.

Contudo, se uns entrevistados entendem que não deve haver reservas entre o casal, notando que a relação amorosa requer a ausência de segredos – visão mais fusional –, outros admitem uma filtragem do discurso e do que é partilhado – visão mais associativa. Neste sentido, encontramos proximidades com a tipologia de Torres (2002), segundo a qual a visão fusional entende o casamento como um nós-família que se sobrepõe ao eu-individual e a visão associativa reconhece o casamento como uma associação que procura assegurar o bem-estar individual dos parceiros.

Embora não fossem diretamente questionados sobre os limites da comunicação com o outro ou sobre os limites da intimidade, é recorrente os casais refletirem sobre a partilha dos seus pensamentos, sentimentos e emoções e/ou sobre os limites da mesma. Nas entrelinhas dos discursos, apercebemo-nos de que, por mais à-vontade que os parceiros digam que têm, existem limites para o discurso. Consciente ou inconscientemente, ainda que considerem a comunicação verbal basilar na relação, isso não quer dizer que ela não seja influenciada por tempos e espaços próprios²⁴. Umberson, Thomeer e Lodge (2015) propuseram o conceito de *limites mínimos*, que corresponde à revelação de todas as emoções e sentimentos um ao outro, e o de *limites fortes*, que sugere quer autonomia, quer ausência de revelação emocional. Assim, tendo por base uma visão mais associativa (Torres, 2002), Francisco (coabitação há menos de 9 anos, sem filhos) revela a importância do “segredo” e do seu “mundo interior”:

²⁴ *Diário de Campo*, dezembro de 2020.

“[É importante] estar completamente à vontade (...). Poder falar sobre tudo, poder fazer tudo ou poder não falar. Poder ter a liberdade de manter o meu segredo e dizer: ‘olha, não quero falar’, e a pessoa tem de entender isso perfeitamente”.

Segundo este entendimento, a relação é composta por duas pessoas diferentes que, tendo um projeto comum, mantêm a sua individualidade, enquadrando-se na “relação pura” (Giddens, 1992). O “espaço íntimo é de geometria variável” (Resende; Beirante & Gouveia, 2016, p. 11), requerendo uma negociação (permanente) dos seus limites para que se definam os espaços e tempos conjugais. Portanto, as escolhas e os pontos de vista de cada parceiro são passíveis de negociação na medida em que os limites da intimidade podem ser manobrados e contornados por meio da comunicação. Quando questionada sobre a necessidade de definir os limites do seu atual relacionamento, Carminho (coabitação há menos de 9 anos, sem filhos) afirma que

“Eu e ele, nesse aspeto de conversar, temos uma relação muito aberta. Nós dizemos o que nos vem à cabeça sem termos medo das consequências de ‘ai, o que é que ele vai pensar?’ ou ‘como é que ele vai reagir?’. Acho que é uma coisa que é muito livre. Faz-me sentir tão à vontade poder dizer o que me vem à cabeça!”.

Mas é também importante refletir sobre aquilo que é silenciado, pois aquilo que não se diz é tão ou mais relevante do que aquilo que se diz. Alguns discursos revelam um certo silenciamento de dúvidas e questões que vão surgindo. Se existe quem considere a comunicação verbal fundamental, outros secundarizam-na, justificando tal decisão com traços de personalidade – são “pouco comunicativos” ou “um bocado fechados” e “não têm necessidade de falar”. Estas justificações estão sobretudo presentes nos discursos dos homens, como Gonçalo (coabitação há 9 ou mais anos, com filhos), que diz que

“Eu não sou o melhor conversador. Confesso que não. (...) Tenho alguma dificuldade em falar dos problemas e (...) em conseguir perceber que, no momento, uma conversa vá mudar o que quer que seja. Acredito mais que, no dia seguinte, provavelmente, seja melhor. (...). Acredito que isso [falar] fosse benéfico, mas acho que é uma coisa de personalidade”.

Mesmo em momentos de discussão, Gonçalo continua a não atribuir importância à verbalização dos seus sentimentos: “eu não tenho capacidade, nem consigo, na hora, ter uma

conversa de eu pensar ‘ok, vamos conversar e vamos ultrapassar isto!’. Não consigo ver isso porque as pessoas estão tão nervosas que tudo o que vão fazer vai ser pior”.

Ainda que atribua a sua posição a características de personalidade e a fatores psicológicos, o discurso de Gonçalo dá-nos pista sobre o modo como a representação normativa do que é “ser homem” continua presente nos indivíduos. Segundo Vale de Almeida (1995, p. 83) “‘ser homem’, no dia a dia, na interação social, nas construções ideológicas, nunca se reduz aos caracteres sexuais, mas sim a um conjunto de atributos morais de comportamento, socialmente sancionados e constantemente reavaliados, negociados, lembrados”. Os homens são submetidos a um trabalho de socialização para assumir certos traços, incluindo a supressão de emoções de afeto ou sensibilidade, características associadas às mulheres (Bourdieu, 2012; Marques, 2021; Vale de Almeida, 1995). Também Enia (2021, pp. 37–38) nota que, “No Sul [de Itália], expiamos uma dificuldade em comunicar, fruto de uma cultura secular em que estar calado é sinónimo de virilidade. (...) calar torna-se uma arte que se aprende desde pequenino. Falar é uma atividade de mulher”.

A valorização do silêncio masculino pode explicar a incapacidade, ou dificuldade, de falar de alguns dos homens entrevistados. Ainda assim, há várias masculinidades. Uns mais do que outros, os entrevistados expressam os seus sentimentos e comunicam as suas emoções e fragilidades, contrariando o modelo normativo, em que seria expectável os homens não expressarem nem emoções, nem fragilidades (Marques, 2021). Constatamos então, que, atualmente, estes atributos mais normativos do género parecem diluir-se, existindo diversos modelos de masculinidade que são utilizados de forma mais individualizada (Aboim, 2010b, 2017).

Um outro motivo que pode justificar a não comunicação é o desconforto com a reação do outro, porque se quer “manter a face” e evitar o desmerecimento (Goffman, 2011 [1967]). Como sublinha Goffman (2011 [1967]), na interação social, o indivíduo preocupa-se em manter a imagem que o outro espera dele. Assim, tende a adotar um conjunto de expressões verbais e não verbais que reflete a avaliação que faz de todos os intervenientes envolvidos na interação. Nas suas palavras, “uma pessoa *tem, está com ou mantém* a fachada quando a linha que ela efetivamente assume apresenta uma imagem dela que é internamente consistente, que é apoiada por juízos e evidências comunicadas por outros participantes, e que é confirmada por evidências comunicadas por agências impessoais na situação” (Goffman, 2011[1967]), pp. 14-15). Inês explica que “aprendeu a deixar de falar”, reforçando a ideia da socialização da feminilidade, segundo a qual a mulher deve fazer o “trabalho emocional” da relação conjugal (Olmo, 2018):

“Às vezes, acanho-me com medo de o magoar. Eu, às vezes, magoo muito as pessoas verbalmente. Digo as coisas de uma forma [rude]. Digo as coisas sem pensar e, depois, arrependo-me” (Inês, coabitação há menos de 9 anos, sem filhos).

De modo similar, o seu companheiro, Afonso (coabitação há menos de 9 anos, sem filhos), refere que, para evitar discussões, acaba por não comunicar determinados assuntos, nomeadamente no que respeita ao exercício da sexualidade. Isto revela que, mesmo entre os casais que se caracterizaram como “comunicativos”, existem limites à comunicação²⁵, como se pode deduzir das suas palavras:

“Tento evitar falar que é para as coisas não ficarem pior. Mas é um assunto que tem que se falar [referindo-se ao seu desempenho sexual e à dificuldade de ereção], tenta ver o porquê das coisas, mas o porquê das coisas nem sempre é muito claro. Nem eu sei”.

O discurso de Afonso, elucidativo de outros discursos masculinos, mostra também que muitos homens não compreendem as vontades das companheiras, o que causa alguma desorientação:

“Eu fecho-me em copas. (...) A parte do homem, por aquilo que eu tenho visto, é sempre complicada, porque, se fala, não diz nada de jeito. Se não fala, é porque está calado e eu chego a um certo ponto e que raio lhe vou dizer? Se digo alguma coisa, ela: ‘está calado que não dizes nada de jeito!’ Se me mantenho calado, “pareces um morcão, não falas!” É complicado [risos]. E acabo por ficar um bocado restringido”.

Na linha de Hooks (2004), as primeiras vítimas do patriarcado são os próprios homens, porque, desde a infância, são sujeitos a processos de mutilação emocional com impacto para o resto das suas vidas. Revelando menor capacidade e/ou competências para comunicar, o resultado é o silenciamento ou a dificuldade em verbalizar.

Outro aspeto que deve ser sublinhado é o facto de vários entrevistados referirem que, por vezes, ao exprimir de forma errada o que sentem, as conversas acabam em discussões. Conta Elsa (coabitação há 9 ou mais anos, com filhos) que, apesar de negociar os diferentes pontos de vista com o seu companheiro, “às vezes, acaba mal. A conversa acaba mal. Não quer dizer que sejam discussões, mas discórdia de ideias”. Há, portanto, uma tentativa de Elsa de manter a harmonia conjugal, desvalorizando ou omitindo determinados assuntos que possam perturbar o casal.

²⁵ Diário de Campo, dezembro de 2020.

À discórdia associam-se também o desencontro de opiniões e a acumulação de pequenas situações do quotidiano. Tomás (coabitação há menos de 9 anos, com filhos) reconhece que nem sempre encontra as palavras certas e a forma mais adequada de comunicar:

“Às vezes, sinto que não é o momento certo ou que começamos a falar de alguma coisa e que, se continuarmos, vamos acabar a discutir. (...) Às vezes, fico com coisas guardadas (...) acumula. O que é mau. E, às vezes, explode, e acabamos a discutir por coisas ridículas e estúpidas”.

Ainda assim, percebe-se que a comunicação e a demonstração dos sentimentos são os mecanismos que permitem a superação e resolução dos problemas, já que aumentam as probabilidades de ajustamentos positivos em situações de múltiplos desafios. Do mesmo modo, os pequenos assuntos do quotidiano, ou seja, os “recursos seguros”, no sentido Goffmiano (1993 [1959]), são fundamentais para a estabilidade das relações conjugais. Como vimos, quando tal não acontece e a comunicação fica comprometida, é provável que surjam sentimentos de frustração e angústia, uma vez que a partilha das necessidades, desejos e sentimentos é condicionada. Tanto a qualidade da comunicação, como os seus limites – implícitos e explícitos – se interconectam no dia a dia conjugal. Por isso, procurando que o diálogo flua de forma serena e sem confronto, existe uma preocupação quer dos homens, quer das mulheres em adequar as palavras e expressões a usar.

Outro aspeto que se destaca nos discursos analisados é a vontade de que o outro se expresse mais frequentemente. São as mulheres que mais parecem esforçar-se por promover a comunicação. Enquanto nenhum dos homens referiu a necessidade de comunicar mais com a companheira, oito mulheres denunciam a falta de iniciativa masculina para encetar conversas, como Elsa (coabitação há 9 ou mais anos, com filhos) descreve:

“Acho que ele é recetivo. Quando eu preciso de falar, ele ouve-me. Se calhar, às vezes, não tanto como eu gostava que me ouvisse ou falasse de determinados assuntos. Gostava que ele fosse mais [conversador] ou, até, tivesse a iniciativa de conversar comigo”.

Algumas mulheres procuram reverter essa “falta de iniciativa” dos companheiros. Glória (coabitação há menos de 9 anos, sem filhos) pede e, nalguns casos, impõe ao companheiro o diálogo sobre determinados assuntos:

“Tenho mais necessidade de conversar. (...) Ele diz: ‘Deixa, isto, depois, há de resolver-se sozinho’. E eu: ‘não, não. Nós temos de conversar sobre o assunto’. E ele, aí, adere à conversa. Às vezes, é um bocadinho resistente, mas eu obrigo-o a conversar. (...). Obrigoo a falar e, às vezes, digo: ‘Não vais responder ao que eu acabei de te dizer?’ [risos]”.

Os assuntos que precisam de “solicitação” são aqueles que podem causar conflito e “desmerecimento”. Margarida (coabitação há 9 ou mais anos, com filhos) descreve o seu descontentamento relativamente à não verbalização do seu companheiro de forma mais detalhada:

“O Gonçalo é muito mais de amuar e isso, a mim, irrita-me profundamente. Está a mudar, e bem, mas ainda é muito assim. Mas isso irrita-me porque eu não consigo perceber uma mensagem se a pessoa não me está a dizer. A pessoa pode estar amuada por cinquenta mil motivos, sei lá eu! Até é uma coisa que eu desvalorizei e que a pessoa valorizou bastante, mas, se a pessoa não verbaliza isso, e não me diz...”.

Segundo Margarida, o companheiro diz-lhe que “não vale a pena. Vais ter sempre razão”, mas, acrescenta ela, “isto é sempre o argumento básico da ‘raça’ masculina”. Tais resultados elucidam-nos sobre os processos de construção das identidades feminina e masculina, em que se naturalizam diferenças de género.

De facto, o processo comunicativo não é isento de incompreensão, exigindo a adaptação a uma realidade em constante mudança, com avanços, retrocessos e múltiplos significados (Goffman, 2011 [1967]). Podendo a comunicação ser um veículo para conhecer o outro, uma coisa é o conhecimento que adquirimos fruto da convivência com determinada pessoa (comunicação não verbal) e outra é aquela que apenas conseguimos compreender pela verbalização.

4.5. Sexualidade e quotidiano

Num contexto social em que as formas de viver as relações íntimas se têm vindo a diversificar (Torres, 1987; Aboim, 2006), de que modo as dinâmicas afetivas e sexuais se vão transformando ao longo do tempo de coabitação? Se a atribuição de sentido aos relacionamentos íntimos tende a ser diferente entre homens e mulheres (Pais, 1998), como se processam essas diferenças no seio conjugal? Se comunicar pode ser um meio de melhorar o entendimento afetivo e sexual, até que ponto as representações e práticas dos casais são condicionadas por interditos?

A vida de um casal é repleta de acontecimentos e interações que têm impacto no modo como gerem a relação. A cada fase do ciclo conjugal, os seus membros precisam de se reorganizar para manter a estabilidade (Rocha & Fensterseifer, 2019). Procurámos compreender como é que determinados acontecimentos podem afetar a vida sexual dos casais sem significar, necessariamente, um enfraquecimento irreversível. Esta ideia sustenta-se em alguma literatura que argumenta que determinados acontecimentos biográficos podem interferir na vida sexual dos casais, mesmo quando ultrapassados (Fox, 2009; Mendes, 2009 cit. por Neves, 2013, p. 123). Além de conhecer as práticas sexuais dos casais, compreender a frequência e a regularidade das interações sexuais permite descrever e perceber como são vividas e integradas no quotidiano conjugal.

Quando convidados a descrever a sua vida sexual atual, mulheres e homens preocuparam-se em afirmar que os seus relacionamentos eram “normais”, sugerindo que há uma frequência esperada e/ ou desejável das práticas sexuais. Gonçalo (coabitação há 9 ou mais anos, com filhos) diz que

“É média. Não é bom porque não é o ideal. Não posso dizer isso. (...). [para ser ideal], teria que ter mais afeto, mais proximidade, mais procura. Acho que a procura é uma coisa que vai esmorecendo e, depois, acaba por ser um bocado bola de neve. Mas acho que a procura é o mais importante”.

Embora os estudos procurem desmistificar a questão da frequência das relações sexuais, a proliferação de estatísticas nos meios de comunicação social reforça representações normativas do que significa ser um casal “normal” a esse respeito (van Hooff, 2015). Os números difundidos são apropriados pelos casais como referências, o que pode reforçar certas ideias acerca das relações amorosas, como a de que um casal “normal” deve ter uma vida sexual ativa e satisfatória. Assim, a ideia de libertação sexual nas sociedades contemporâneas poderá ser questionada, já que uma vida sexual satisfatória é um elemento não negociável num relacionamento amoroso (van Hooff, 2015). De notar que os entrevistados entendem a sexualidade associando-a à prática sexual, à sua frequência e ao desempenho do próprio e do parceiro.

Para os entrevistados, uma vida sexual satisfatória é equiparada a um relacionamento saudável e o sexo a um meio para alcançar a proximidade emocional. Os discursos são concordantes com a ideia de que a componente sexual do relacionamento conjugal é o que o distingue de outros relacionamentos importantes (Jackson & Scott, 2004). Como explica Edgar (coabitação há 9 ou mais anos, com filhos), “é a nossa forma de nos conectarmos como casal, é a junção de duas pessoas que se encaixam e que dá uma”.

A relação sexual é entendida como um momento propício a “construir” intimidade (Duncombe & Marsden, 1993), sendo a sua ausência considerada prejudicial e potencialmente ameaçadora para a relação. Ilustrativo dessa preocupação e da força das expectativas sociais a este respeito é o diálogo entre Eva (coabitação há menos de 9 anos, com filhos) e a investigadora:

Eva: “[O sexo] é importante. E, neste momento, acho que é uma lacuna grande porque estamos em falta, mesmo. (...). Acredito que isso tenha algumas consequências graves, depois, na relação em si. Agora, não sei o que vai ser, a longo prazo...”.

E: Já não têm relações sexuais há muito tempo?

Eva: “Até tenho dificuldade em pensar desde quando. Eu acho que foi no Dia dos Namorados²⁶, mas não tenho a certeza [risos] porque fomos jantar fora. Eu acho que foi. Mas é grave. Isto é grave. Acho que é grave porque a sociedade quase assim o diz. Mas acho que é. É estranho, pensar que [não fazemos sexo há tanto tempo]. Quando uma pessoa se põe a pensar e ‘ai, meu deus’, já vai assim há tanto tempo, até é quase assustador! Não sei muito bem o que pensar sobre isso...”.

Apesar de reconhecerem que o sexo é importante na relação amorosa e que, sem ele, é difícil manter a relação conjugal, os entrevistados salientam também a relevância do companheirismo e amizade. Nos seus discursos, transparece a ideia de que as suas relações funcionam como espaços de partilha de emoções e sentimentos, mas também de estabilidade, gratificação e compreensão mútuas (Torres, 2004). Carminho (coabitação há menos de 9 anos, sem filhos) refere três aspetos que considera mais importantes do que o sexo na sua relação:

“Pessoalmente, acho que há coisas muito, mas muito mais importantes para um casal se dar bem e ficar junto durante muito tempo do que o sexo. Já tive relações em que o sexo era a coisa mais importante e o resto não funcionava, ou seja, o sexo é importante, mas não é o mais importante. Dou mais valor a outras coisas como lealdade, amizade, confiança”.

Contrariando a ideia de que, para os homens, o sexo é sempre o mais importante, registamos também discursos masculinos que valorizam os aspetos afetivos e emocionais. Júlio (coabitação há menos de 9 anos, com filhos), por exemplo, afirma, a propósito das relações sexuais:

²⁶ Já não tinham relações sexuais há seis meses à data da entrevista.

“Se é melhor, se é em primeiro lugar, não! Eu acho que isso é importante, mas acho que há tempo para tudo. Eu acho que o sexo, neste caso, não é o primeiro foco. O primeiro foco é a amizade, é o carinho, é a cumplicidade; depois, sim, pode vir isso”.

Ainda assim, são as mulheres que mais valorizam os aspetos afetivo-relacionais. Mariana, ao relembrar o momento complicado do pós-parto, afirma que o seu companheiro foi um homem extraordinário ao dar-lhe apoio e conforto. Para ela, essa demonstração de amor sobrepõe-se à relação sexual:

“Acho que não se vê, ou raramente se vê (...). Ele até podia adormecer, mas punha a mão em mim enquanto estava a dar de mamar. Isso, para mim, é um ato sério de amor em pleno. Quero lá saber da relação sexual!” (Mariana, coabitação há menos de 9 anos, com filhos).

O que o discurso dos entrevistados mostra é que, para a relação conjugal se manter, não basta o sexo, como não basta o companheirismo. A articulação dos aspetos relacionais e sexuais é o que constrói e alimenta a relação. Francisco (coabitação há menos de 9 anos, sem filhos) resume esta ideia de forma metafórica quando refere que “a relação é uma árvore” e o sexo “é apenas um ramo que é importante”, reforçando que “tem o seu valor, tem a sua importância, mas não pode ser dissociado de outras coisas, nem [a relação] se pode basear nisso”. A expressão “fazer amor” evidencia essa articulação entre intimidade, amor e sexo, que é comum nos relacionamentos (Jamieson 1998). A ideia de equilíbrio entre as dimensões romântica (amor entre parceiros e envolvimento romântico) e erótico-hedonista da sexualidade (prazer sexual, satisfação sexual do parceiro, erotismo, orgasmo, domínio de técnicas sexuais e satisfação de uma necessidade biológica) já tinha sido apontada, no contexto português, por Pais (1998) no final da década de 1990.

Contudo, há exceções em que os entrevistados justificam a manutenção da relação amorosa, mesmo sem atividade sexual. Quando interrogados sobre se “é possível existir relação amorosa sem sexo”, alguns, independentemente do género, responderam afirmativamente, caso o exercício da sexualidade fosse impossibilitado por problemas de saúde e/ou incapacidade física. Estas respostas parecem estar dependentes das suas vivências: por um lado, são avançadas por casais que viveram ou estavam a viver momentos críticos na sua vida sexual; por outro lado, por casais cuja profissão proporciona o contacto com pessoas em situações de doença emocional e física com impactos negativos na sexualidade. No primeiro caso, Anita (coabitação há 9 ou mais anos, sem filhos), que realizou oito tratamentos de fertilização *in vitro* sem sucesso durante dez anos, conta que a ausência

de relações sexuais num determinado período não abalou o seu amor pelo companheiro:

“Jamais deixava de amar o Marco se nós não pudéssemos [ter sexo]. Tive a prova disso porque o amor nunca desapareceu [faz gesto a bater na madeira da mesa]. (...) Preferia, seria mais feliz, se pudesse ter o pacote todo, mas pode e existe. O amor, realmente, ultrapassa”.

Também o seu companheiro, Marco, reconhece que, apesar de esse período ter afetado a vida sexual, nunca colocou em causa a relação:

“Nós estivemos muitos anos a tentar ter filhos e isso mexeu muito com a nossa cabeça e até [foi] por esses motivos que a sexualidade foi um bocado afastada da nossa vida (...) e, mesmo assim, ficámos juntos e nunca me passou pela cabeça divorciar-me por causa disso”.

No segundo caso, Luísa e Eugénio (coabitação há menos de 9 anos, com filhos) estão sensibilizados para o impacto negativo das incapacidades físicas na intimidade sexual não por experiência própria, mas pela reflexão que fazem acerca dessas questões por vivência indireta. Luísa, profissional de saúde, lida regularmente com situações desse tipo:

“Se não houver sexo, não há relação. É possível [existir relação sem sexo] se o sexo for impossível. Se houvesse uma disfunção sexual, uma impossibilidade na ereção, por exemplo, sim, se calhar, tínhamos de fazer as coisas de outra forma. Mas, para um casal, acho que é importante para a relação”.

É interessante notar que o casal possui uma narrativa comum acerca do tema. Eugénio, embora tenha outra profissão e valorize o ato sexual, adquiriu essa mesma consciência:

“É muito importante. É muito difícil [uma relação sem sexo]. Só se fosse... Tudo tem uma desculpa e eu aceitaria consoante a desculpa. Se fosse uma questão de saúde, era a minha mulher. Se tivesse um problema de saúde que não pudesse ter sexo para sempre por causa de alguma coisa, ia continuar com ela. Não a ia deixar por causa disso. Mas se fosse só porque sim, não. Não tem lógica. Acho que não tem lógica”.

Além da prática sexual, a sexualidade é também encarada como uma manifestação de amor e proximidade. Como afirma Glória (coabitação há menos de 9 anos, sem filhos): “[A sexualidade] é

muito a tradução daquilo que nós sentimos pelas pessoas”. O subcapítulo seguinte versa precisamente sobre a pluralidade de significados atribuídos à intimidade sexual.

4.5.1. “Nós fazemos amor, não fazemos sexo”

Enquanto, para alguns casais, a sexualidade e, especificamente, a relação sexual só faz sentido por amor, para outros, pode estar dissociada do amor e a atração física e o desejo sexual, por si sós, podem ser suficientes. Como vimos anteriormente, em Portugal, na década 1990, dados de um inquérito conduzido por Pais (1998) revelaram que o sexo – enquanto prática sexual – não tem o mesmo significado para homens e mulheres. Internacionalmente, vários estudos apontam também para o facto de as mulheres tenderem a manifestar uma orientação relacional centrada no parceiro para a sexualidade e os homens uma orientação recreativa ou centrada no corpo (Leigh, 1989; Sanchez, Fetterolf, *et al.*, 2012).

A relação sexual é retratada de forma muito positiva por todos os casais. Predomina uma visão hedonista da sexualidade, que ultrapassa a dimensão procriativa. Nas palavras de Marco (coabitação há 9 ou mais anos, sem filhos), “Para mim, é quase inconcebível não ter prazer. Eu sou muito ligado ao prazer. Peço desculpa. Eu sou hedonista”. A sexualidade é, pois, encarada como um meio de satisfação pessoal, mas também conjugal, orientada para o prazer mútuo. O ato sexual é “um momento de prazer e de carinho para os dois”, “algo bom e prazeroso”, que proporciona “bem-estar individual e conjugal”.

Não foi possível identificar com clareza diferenças de género no significado atribuído por homens e mulheres ao sexo. Apenas quatro mulheres e quatro homens consideram que o sexo só faz sentido se existir sentimento. Três desses homens tiveram apenas como parceira sexual a atual companheira, o que poderá justificar o seu posicionamento. Os excertos seguintes ilustram a ideia de que o sexo só faz sentido se houver sentimento. Nas palavras de Manuela encontramos, mais uma vez, o reforço dos padrões normativos de feminilidade e da moral sexual:

“Para mim, não é possível existir sexo sem amor. Para mim, tem de haver. Bem, sem amor, sim, vá, mas tem de haver algum tipo de atração e sentimento pela pessoa. Não é como os cães!...” (Manuela, coabitação há 9 ou mais anos, com filhos).

“Eu acho que a expressão da sexualidade tem de ser com alguém [de] que[m] a gente goste. Com quem a gente goste, com quem tenha intimidade porque, se não, não tem significado, e nem me estou a ver a sentir desejo sexual por uma pessoa [por quem não tenha sentimentos]” (Francisco, coabitação há menos de 9 anos, sem filhos).

É também comum o pressuposto de que o ato sexual com ou sem amor provoca sensações e prazeres diferenciados, vertidos nas expressões “fazer amor” e “fazer sexo”, respetivamente. Anita (coabitação há 9 ou mais anos, sem filhos) explica que

“Eu separo. Acho que há o amor e há o sexo. E o amor com sexo é excelente. (...). Acho que amor é quando o corpo funde. Literalmente, o toque da pele é quente e tu já não sabes qual é o teu e qual é o dele. Então, vem aquela intensidade da alma, estás a fazer amor. (...) São duas almas separadas que decidiram tocar-se. Isso é fazer amor. (...) a tua sensação e a sensação da pessoa é uma. Já não sabes onde é que um acaba e o outro começa. Isso, para mim, é fazer amor. O sexo é carnal. O sexo é (...) *on fire*, como eu costumo dizer. É aquele elétrico (...). É o desejo”.

Todos os entrevistados referem que, na sua relação atual, apenas têm relações sexuais com amor. Para eles, a relação sexual funciona como uma expressão de amor e de intimidade, tornando-a mais significativa do que o sexo casual. Glória (coabitação há menos de 9 anos, sem filhos), que, durante algum tempo, teve parceiros sexuais casuais, relata como a experiência sexual se tornou mais especial e significativa quando se apaixonou pelo atual parceiro:

“Eu não sei se possa falar de uma relação sexual ou, se calhar, mais de uma intimidade porque, com o Manuel, é intimidade. Durante o tempo em que estive sozinha, tive uma vida sexual bastante ativa. Tinha parceiros mais aleatórios, *one night stands*, essas coisas, e a sexualidade era muito uma questão física, era uma coisa mais de necessidade, de momento. Muitas pessoas, eu nem sequer sabia grande coisa delas, não havia grande ligação. Com o Manuel, tenho uma relação muito mais plena. Por isso é que, sim, há sexo e é excelente, mas há uma intimidade diferente. (...) É muito diferente porque não é uma coisa do ‘despacha lá isso e vai à tua vida que eu quero dormir sossegada’. Em vez do ‘eu quero ficar sossegada’, era mais ‘por favor, fica mais um bocadinho e vamos partilhar outras coisas e vamos ficar a conversar”.

No mesmo sentido, Joaquim (coabitação há menos de 9 anos, com filhos) nota que, “como dizem os amigos dos copos da noite: ‘vamos para a noite, vamos foder’. Eu acho que, na relação, no meu ponto de vista, não pode ser assim. Tens de ter o afeto, um carinho, tens de ter um sentimento especial pela pessoa”.

Estes discursos são concordantes com a ideia de que o sexo entre duas pessoas que se amam é o “o último pico da intimidade” (Jamieson, 1998, p. 108) e que “fazer amor” funciona como uma forma mais “madura” e “válida” de prática sexual (van Hooff, 2015). Corroborando as tendências avançadas por outras pesquisas (Jackson & Scott, 2004; Jamieson, 1998; van Hooff, 2015; Vieira, 2012), os casais que participaram neste estudo também descreveram o sexo como o elemento que permite alcançar uma sensação de proximidade única quando comparada com a de outras relações. Confidenciando-nos um diálogo com o seu companheiro, Manuela declara que “nós fazemos amor, não fazemos sexo” (coabitação há 9 ou mais anos, com filhos).

Também notamos que, embora muitas vezes dissimulada no discurso, a relação sexual é um meio de comunicação e aproximação entre o casal antes, durante e após o ato. Representa uma porta de entrada num universo mais íntimo, que se faz acompanhar por um maior entrosamento naquilo que o outro quer, gosta e necessita. Segundo Marco (coabitação há 9 ou mais anos, com filhos), uma relação sexual “é uma conversa profunda”. Também num estudo realizado nos finais do século XX, a percentagem de jovens portugueses que considerava a sexualidade uma “forma de comunicação entre homem e mulher” era de 92,5% (Pais, 1985, p. 352).

Importa mencionar que, entre os casais, coexistem duas visões diferenciadas da relação sexual: (i) uns relacionam-na com os aspetos biológicos e “naturais”, uma necessidade humana básica que requer a penetração entre duas pessoas de sexo oposto; (ii) para outros, é algo que não se limita ao ato sexual e aos estímulos erógenos, englobando a troca de afetos, a partilha de momentos do dia a dia, as conversas e o companheirismo, dirigidos à satisfação das necessidades afetivas. As palavras de Ivo (coabitação há menos de 9 anos, com filhos) são ilustrativas desta distinção. Diz ele que

“Existem duas vertentes. A parte mais afetiva e a parte mais animal, mais carnal, em que o ser humano, tanto o homem, como a mulher, tem necessidades fisiológicas, tem momentos em que a libido está mais ativa e em que sente necessidade...”.

Enquanto a primeira visão sobressai, essencialmente, nos discursos masculinos, a segunda é mais frequente nos discursos femininos. Isso não obsta a que os resultados revelem que o ato sexual, ainda que seja entendido como necessidade fisiológica, se sustente no sentimento do amor e se oriente, fundamentalmente, para o bem-estar emocional e conjugal, para a realização pessoal e do casal.

4.6. Poder e intimidade

4.6.1. Desejo sexual e gênero

Apesar de as características sociodemográficas sugerirem simetria entre os membros dos casais entrevistados – possuem, pelo menos, o 3.º ciclo de ensino e têm ambos emprego²⁷ –, os discursos refletem representações normativas das necessidades e desejos masculinos e femininos. O pressuposto de que homens e mulheres têm impulsos sexuais biologicamente distintos foi expresso pela maioria dos entrevistados e acaba por influenciar as suas expectativas, desejos e práticas sexuais. Como apontado também por Gavey (2005), a declaração de António (coabitação há menos de 9 anos, sem filhos) é ilustrativa dessa representação e reproduz mitos comuns sobre as necessidades sexuais dos homens e a sua omissão por parte das mulheres: “Em geral, os homens são mais carnais. Embora não seja regra, mas, em geral, sim. Nem é um estereótipo, é o que é, é a verdade. Eu sempre fui de Letras, mas eu tenho a certeza [de] que isto foi explicado pela ciência por algum motivo. Testosteronas e afins...”.

Na linha de um estudo recente que conduzimos (Fontainhas, 2016), quando questionados sobre quem toma, habitualmente, no ato sexual a iniciativa, as respostas dos entrevistados também revelaram diferenças de gênero: apenas três casais referiram que era a mulher. Estes resultados reiteram as normas e expectativas de gênero ao nível dos rituais de sedução e conquista, segundo as quais cabe, sobretudo, ao homem tomar a iniciativa. Na presente investigação, Glória (coabitação há menos de 9 anos, sem filhos) ilustra também a permanência de uma diferença de gênero na regulação da vida sexual (Bozon, 2004):

“É muito mau admitirmos, assim de chofre, que gostamos de determinadas coisas ou que podemos [querer sexo], ou uma mulher querer admitir que quer muito ir para a cama com alguém. Parece mal. E os primeiros passos, de forma a não melindrar expectativas, nem perspetivas, são sempre mais complicados...”.

Nos três casos em que era, habitualmente, a mulher a tomar a iniciativa, percebia-se algum desconforto das próprias mulheres por assumirem esse papel. Como o desejo e a iniciativa sexual são, geralmente, associados ao homem, continua a ser problemático, para as mulheres, expressarem-no abertamente (Tolman, 2002; van Hooff, 2015). Isto é evidente no discurso de Eva (coabitação há menos de 9 anos, com filhos):

²⁷ Apenas três entrevistados se encontravam desempregados. Num caso, ambos os membros do casal estavam desempregados; no outro, apenas o homem estava desempregado. Contudo, tratando-se de uma situação recente e transitória não consideramos que a simetria do casal seja afetada.

“Era uma coisa que dizia sempre: ‘Fogo, tenho que ser sempre eu?...’ [risos]. Cheguei a reclamar com ele: ‘Poça, não posso estar aqui sossegada e seres tu a saltar-me para cima? Não há isso?!... [risos]. E ele ria-se. (...) Mas era, maioritariamente, 90% das vezes, eu. Porque eu cheguei a reclamar que não estava satisfeita com isso e cheguei a dizer-lhe. Acho que a ideia dele é não querer invadir o meu espaço sem achar que tinha consentimento da minha parte. E é quase um bocado disso, do género, ‘se tu não quiseres, eu não te chateio’, mas, numa relação, não pode ser sempre a mesma pessoa [a ter a iniciativa]”.

Todavia, o discurso de Eva também permite uma leitura mais abrangente: se, por um lado, ela parece reproduzir o papel da mulher mais submissa; por outro lado, não o faz quando não silencia os seus desejos sexuais, reivindicando maior iniciativa do companheiro. Outras entrevistadas, que não estavam satisfeitas com a frequência sexual, também mostraram algum constrangimento em admitir os seus desejos sexuais, já que o discurso dominante é o da validação do impulso sexual masculino (Hollway, 1984). Por outro lado, quando interrogados se “alguma vez ficou sem sexo e apetecer-lhe”, os homens são unânimes a responder afirmativamente, mas o mesmo não ocorre com as mulheres. Cerca de metade das mulheres relata a ausência de prática sexual quando a desejava e outra metade respondeu negativamente. Segundo Anita (coabitação há 9 ou mais anos, com filhos), “em 21 anos, acho que nunca me virei para o meu rapaz e disse: ‘anda pinar-me e ele me disse que não!’”. Ao mesmo tempo, o alegadamente maior apetite sexual masculino transparece nas palavras de todos entrevistados. Assim, Joana (coabitação há menos de 9 anos, sem filhos) reconhece que a frequência das relações sexuais é suficiente e satisfatória para si, mas observa que o mesmo não se aplica ao companheiro:

“Para mim é satisfatória, mas tenho a certeza de que, para o António, é insatisfatória [risos]. Ele diz-me claramente. Sei que, por ele, seria com mais frequência, mas, pronto, isso, acredito que seja a nossa diferença. Não só de pessoa, mas de género também, porque os homens têm a tendência de ter sempre uma libido um pouco mais ativa”.

Estes resultados evidenciam a permanência de visões normativas da sexualidade, que associam masculinidade a maior predisposição e apetite sexuais, ao passo que a feminilidade é construída socialmente em torno do sensível, do emocional e do afetivo (Olmo, 2018; Pais, 1998; Siegel & Meunier, 2019). Tais visões sustentam a ideia de que as mulheres aceitam um papel mais submisso a nível sexual (Sanchez, Phelan, et. al, 2012). Porém, quando perguntámos aos participantes

se existia “algum papel/papéis dos homens e das mulheres na prática sexual”, salvo um entrevistado, todos responderam que “não existe”. A perspectiva desse entrevistado baseia-se na ideia de que os homens e as mulheres possuem características anatómicas e biológicas que os distinguem e que se refletem nas práticas sexuais:

“[Silêncio] um homem consegue fazer coisas que a mulher não consegue fazer. Como é que te hei de explicar? No ato sexual. Mesmo no próprio ato sexual, na penetração. O homem faz de uma maneira que a mulher não consegue fazer. A mulher faz de outra. [O homem] Domina de alguma forma que a mulher não consegue” (Manuel, coabitação há menos de 9 anos, sem filhos).

O discurso de Manuel é exemplificativo de uma visão tradicional da relação sexual assente numa conceção da cópula como um ato que exige, necessariamente, um elemento masculino. Na sua ótica, “penetrar” é uma ação dominada pelo homem. Enquanto ele coloca ou retira o pénis, a mulher é alguém que recebe, que é penetrada. Essa visão contrapõe-se a outra, que não associa certas características anatómicas ao poder:

“Não acho que haja papel específico. Acho que vai depender sempre daquilo que o casal quer no momento. Papéis (...) não faz muito o nosso estilo. É fazer. Às vezes, és um dia tu [a comandar], outras eu, mais. Não há papéis específicos” (Joaquim, coabitação há menos de 9 anos, com filhos).

No entanto, muitos casais promovem uma institucionalização de certos papéis nas relações sexuais de acordo com o género. Na prática, os homens são descritos como “mais ativos sexualmente” e com “mais líbido”, ao passo que as mulheres são representadas como mais passivas e com menor apetite sexual. A literatura internacional revela que os homens admitem também tomar a iniciativa sexual com mais frequência (Byers, 1996; Byers *et al.*, 1989; van Hooff, 2015).

4.6.2. A interação sexual: um jogo de reciprocidade?

Na vida a dois, as interações sexuais exigem coordenação de preferências e ações individuais (Impett & Peplau, 2003). Segundo os entrevistados, a disponibilidade sexual é passível de desencontros, que podem ser resolvidos de três formas: o parceiro sexualmente interessado aceita o “não” do outro ou tenta persuadi-lo, exercendo pressão psicológica; o parceiro sexualmente desinteressado pode ignorar os sinais de interesse do outro ou convencê-lo a esperar por outra ocasião; o parceiro desinteressado pode reconhecer o interesse do outro e ceder voluntariamente aos seus avanços.

O discurso de Júlio (coabitação há menos de 9 anos, com filhos) ilustra a situação de um companheiro sexualmente interessado que, em certos momentos, recorre à pressão psicológica para tentar persuadir a sua parceira a aderir a uma determinada prática sexual. No entanto, essa pressão é apresentada como uma forma de negociação:

“Há espaço de negociação. E há porquê? Porque eu, vou dizer-te uma coisa, vou ser sincero, eu insisto um bocadinho naquilo de que eu gosto e, às vezes, ela acaba por ceder. Às vezes, é uma maneira de falar com ela e acaba por ceder”.

Rute, a companheira de Júlio, que não queria aceder a determinada prática sexual, acaba por responder positivamente à proposta do parceiro sem coerção: “às vezes, eu não quero. Mas ele acaba por se meter comigo e eu acabo por querer ter”. Ainda assim, devemos notar que ceder não é consentir, uma vez que o consentimento advém de uma decisão deliberada e declarada.

As interações sexuais podem ocorrer por várias razões que não se limitam à satisfação do desejo sexual ou à procura do prazer sexual. A disponibilidade sexual é, muitas vezes, expressa como um dos requisitos para se manter uma relação estável (van Hooff, 2015). Mariana (coabitação há menos de 9 anos, com filhos) explica que aderir ao avanço sexual de Ivo faz parte do seu “trabalho” na relação:

“Às vezes, acontece do género: o Ivo chega-se a mim e eu não consigo dizer-lhe que não porque eu não digo que não. Acho que é uma coisa, talvez por... Não é por mim, mas por muita coisa que eu já vi. Eu quero que o meu casamento funcione porque eu gosto muito do Ivo e acho que temos tudo para estar bem. Eu já disse que não, mas, muitas vezes, acho que sim porque, quando nós não estamos bem em casa, vamos procurar fora” (Mariana).

Tal como Rute, Mariana dá prioridade aos desejos sexuais do parceiro em detrimento dos seus, procurando promover o desenvolvimento e a qualidade emocional e sexual da relação. Tal tendência é também apontada por Jamieson (1999) e Duncombe e Marsden (1993). Com efeito, comparativamente aos homens, as mulheres aceitam, com frequência, ter relações sexuais mesmo sem lhes apetecer (O’Sullivan & Allgeier, 1998; Sanchez, Phelan, *et al.*, 2012). Vislumbramos, assim, a dominação masculina na intimidade do casal. A mulher cede, ou seja, secundariza a sua posição e vontade. Este comportamento tem sido identificado por alguns autores como complacência sexual ou sexo consensual indesejado e é representativo da persistência da assimetria de poder entre homens e mulheres (Impett & Peplau, 2003).

Além disso, mesmo sem coerção, quatro entrevistados consideram que a recusa de sexo pode ter consequências, como, por exemplo, a infidelidade ou o fim do relacionamento, visível na última frase de Mariana. O medo de que o parceiro se envolva sexualmente com outras mulheres ou perca o interesse por ela, caso não aceda às suas iniciativas sexuais, foi também observado por Impett e Peplau (2003). Articulada com isto, está, ainda, a preocupação de que a relação sexual seja satisfatória porque, caso contrário, “pode aparecer outra e desempenhar melhor as funções” [referindo-se à vida sexual] (Inês, coabitação há menos de 9 anos, sem filhos). O receio de que o parceiro “vá procurar fora” também revela como a mononormatividade opera. Em contrapartida, nenhum homem mostrou preocupação com a potencial infidelidade das suas parceiras resultante da recusa de sexo. As suas preocupações prendem-se com a possibilidade de romper com a imagem de homem viril, como veremos adiante.

Outra explicação para a complacência sexual é o grau de assertividade sexual, ou seja, níveis mais elevados de assertividade proporcionam uma maior capacidade de comunicar a (in)disponibilidade sexual ao parceiro (Darden *et al.*, 2019). A este respeito, Manuel (coabitação há menos de 9 anos, sem filhos) refere que a sua companheira nunca teve relações sexuais sem lhe apetecer, porque “ela é muito senhora de si e diz logo que não quer”, o que foi reiterado pela companheira.

Segundo Impett e Peplau (2003), a complacência sexual é um exemplo de padrões mais amplos de sacrifício nos relacionamentos. Associa-se mais frequentemente às mulheres do que aos homens, como, de resto, atestam os discursos anteriores. Além disso, a ideia de que as mulheres são sexualmente mais passivas e os homens mais ativos acaba, muitas vezes, por pressioná-las a ceder à iniciativa masculina. A este propósito, sublinhamos que a análise dos discursos teve em atenção a distinção entre aquilo que seria uma prática sexual complacente e uma prática sexual em que se acede voluntariamente ao desejo de alguém sem antes se ter estado excitado ou sentir desejo sexual.

Este estudo permitiu constatar que as mulheres também manifestam descontentamento com o desencontro entre o seu desejo sexual e o dos seus parceiros. Todavia, desculpabilizam a “falta de vontade” masculina, como mostra o discurso de Inês (coabitação há menos de 9 anos, sem filhos):

“Ontem, estava zangada com ele porque, às vezes, ele diz que tem vontade, mas não tem. E eu disse-lhe: ‘Tu tens de ver se tens vontade ou não tens!’. (...) Podia haver mais, é óbvio que sim, mas, se calhar, há outras coisas que, às vezes, o podem estar a incomodar (...) e ele diz que está cansado do trabalho. E também sei que a idade

dele também não é aquela idade de quando nós éramos jovens. (...) se calhar, ele já passou por outras coisas que eu nunca passei...”.

Observa-se, ainda, que algumas mulheres se responsabilizam pela falta de iniciativa sexual dos parceiros, tal como ilustrado na continuidade do discurso de Inês: “a vida sexual podia estar mais ativa, só que, se calhar, não está porque tenho alguns problemas. Estou a fazer um tratamento e, às vezes, sangro. Isto, se calhar, também o incomoda...”. Van Hooff (2015) notou que as mulheres insatisfeitas com o nível de frequência sexual tendem a invocar fatores externos à relação ou a culpabilizarem-se. O facto de não existirem roteiros para entender as recusas sexuais dos homens leva à necessidade de encontrar explicações (Ford, 2018; Gunnarsson, 2018) que não sejam a falta de vontade sexual deles.

Porém, apesar da autculpabilização das mulheres, os homens, por vezes, sofrem retaliações por recusarem sexo. Embora esta situação tenha sido apenas sinalizada por Inês, as situações de “resistência simbólica” são, igualmente, dignas de nota (Shotland e Hunter, 1995). Esta consiste na recusa, por parte de um dos membros do casal, da iniciativa sexual empreendida pelo parceiro, quando, na verdade, o seu desejo era aceder. Questionada sobre se alguma vez teve relações sexuais com o parceiro, Afonso, sem lhe apetecer, Inês responde: “Não, não. Pelo contrário. Às vezes, apetece e digo-lhe que não de propósito, para ele sentir o não que ele, indiretamente, me diz a mim”. Por sua vez, Afonso, quando questionado sobre a forma como o seu “não” é recebido, explica que “Ela, às vezes, pensa que não tenho desejo por ela. Já lhe disse que não é isso, mas até que ela perceba!... É uma mulher, é complicado, mas eu tento ultrapassar isso. Eu já tento abstrair-me disso, apesar de ela não ser muito fácil, às vezes...” Ainda que seja caso único, a interação deste casal mostra que a recusa de sexo por parte do homem pode não ser compreendida pela mulher (Meenagh, 2021).

Estes jogos de poder no domínio da intimidade levaram-nos a questionarmo-nos sobre as formas de negociação sexual. Adquirirá estas formas diferenciadas consoante o género? Os resultados revelam que, em muitos casos, se cede ao domínio e à pressão do outro. Apesar de o ato sexual ser consentido, reage-se numa posição de submissão. Este jogo entre imposição e consentimento pode ser a ponta de um icebergue: mostra como a violência se pode instalar na relação, colocando em questão a “ilha encantada”, como Bourdieu (2012) notava.

Neste seguimento, importa explorar o outro lado da moeda: ou seja, os modos pelos quais a masculinidade é desafiada e as implicações da ideia de que “os homens estão sempre disponíveis sexualmente” na díade conjugal. Os homens podem também ser “vítimas” da sua própria masculinidade. Como foram socializados a não expressar emoções, sensibilidade e fragilidades, muitas

vezes, referem a dificuldade em comunicar os seus problemas e, no caso da vida sexual, em reconhecer que já fizeram sexo quando não desejavam.

4.6.3. Os limites da masculinidade

“O primeiro ato de violência que o patriarcado exige dos homens não é a violência contra as mulheres. Em vez disso, o patriarcado exige de todos os homens que se envolvam em atos de automutilação psíquica, que matem as partes emocionais de si mesmos. Se um indivíduo não é bem-sucedido em mutilar-se emocionalmente, ele pode contar com homens patriarcais para decretar rituais de poder que irão agredir a sua autoestima”.

(Hooks, 2004, p. 65)

A cultura popular reconhece, frequentemente, que os homens estão ansiosos por e prontos para o sexo (Impett & Peplau, 2003). Espera-se deles uma sexualidade viril, materializada num desejo constante por sexo (Farvid & Braun, 2006; Meenagh, 2021; Mooney-Somers & Ussher, 2010). Esta manifestação de desejo expressa-se nas interações entre homens (Alldred & Fox, 2015; Flood, 2008), objetificando as mulheres sexualmente (Hall & Hearn, 2019). Não obstante, a realidade empírica mostra que os homens também podem ceder às iniciativas sexuais das mulheres, mesmo quando não o desejam. No nosso estudo, quatro homens confidenciaram que já fizeram sexo quando não desejavam. Três reconheceram que, “possivelmente” ou “raramente”, tiveram relações sexuais num “momento” que não era “ideal”. Apesar disso, têm dificuldade em utilizar a expressão “não apetecer”, como exemplifica Afonso:

“Já. Não é sem me apetecer. É, se calhar, não estar naquele momento ideal para isso. Não é sem apetecer. Se calhar, quando uma pessoa não está mesmo predisposta, aquilo já é um clique para as coisas não correrem bem. Às vezes, corre, e outras vezes, não” (Afonso, coabitação há menos de 9 anos, sem filhos).

Uma explicação para a relutância em assumir que não tinham vontade pode ser a necessidade de a sua virilidade não ser afetada, como se a manutenção da honra e do prestígio, que assenta, antes de tudo, na capacidade de “serem homens”, estivesse relacionada com as proezas sexuais (Vale de Almeida, 1995). Esta representação é também reforçada por algumas mulheres, que dizem ficar relutantes quando são elas a ter “sempre a iniciativa”, pois “não é suposto ser assim”, como vimos. Estes resultados vão ao encontro do que Hollway (1984) denominou “discurso do impulso sexual

masculino”, sustentado na masculinidade hegemónica. Segundo Hollway (1984, p. 63), de acordo com essa representação, “a sexualidade dos homens é produzida diretamente por uma pulsão, cuja função é garantir a reprodução da espécie”, definindo-a como “natural”, “inevitável” e até fora de controlo. Isso acaba por sustentar a ideia de que os homens estão sempre disponíveis para o sexo e reforça a masculinidade e a feminilidade hegemónicas. Nesse quadro, as mulheres são as histéricas, as emocionais; e os homens são os racionais, os calados, os estoicos, ainda que os silêncios advenham da sua mutilação emocional.

Tomás (coabitação há menos de 9 anos, com filhos) manifesta a falta de vontade de ter relações sexuais associada às repetidas tentativas de ter um filho. O casal queria engravidar e, apesar de não estar disposto a ter relações em determinada altura, Tomás acaba por fazê-lo por recomendação médica, já que se tratava da altura “perfeita do mês”:

“Já. Na tentativa de engravidar. Como não estávamos a conseguir, e, com o médico, complicou um bocado porque passou a ser uma obrigação e quase com hora marcada. (...) tinha que ser dia sim, dia não. Obrigatoriamente, dia sim, dia não. Quase com hora marcada (...). Mesmo nas palavras do médico, era: ‘tem de ser’ e, apesar de, no início, ser engraçado, à medida que o tempo passava... Porque dia sim, dia não, todos os dias durante um mês, dois meses, três meses, chega a um ponto que nem apetece. Nem estás com vontade”.

O facto de como, por vezes, o sexo fala, mas nem sempre diz a sua verdade ficou evidente nos discursos dos casais. Aquilo que não é dito é tão ou mais revelador do que aquilo que é dito. Também a forma como é dito é tão ou mais relevante do que as próprias palavras. A seguinte descrição de Mariana (coabitação há menos de 9 anos, com filhos) mostra como uma situação embaraçosa, decorrente de ter verbalizado o desejo de ter relações sexuais, espoletou no companheiro ressentimento, porque, nas suas palavras, ele entendeu esse pedido como uma imposição:

“Até tivemos uma situação um bocadinho chata em que fiquei um bocadinho super-magoada com ele porque verbalizei. Foi na altura em que estávamos a tentar engravidar e disse: ‘Atenção, não vais dormir hoje!’ E ele devia estar maldisposto e não aceitou nada bem e eu disse ‘Desculpa-me!’. Diz ele: ‘Por que é que o dizes dessa forma?’. E eu disse: “Bem, se não te posso dizer isto a ti, a quem posso dizê-lo?”. E ele: “Ahhh, mas prefiro que te atires para cima de mim. Vai-me dar muito mais vontade’. Ele devia estar maldisposto. É a questão da imposição. (...). Eu até fui para

a cama e comecei a chorar. Ele ignorou. (...) Achava importante falar [da situação], mas também acho que ele não ia dar o braço a torcer, entre aspas, porque ele, por norma, quando faz as coisas, acredita naquilo que faz e dificilmente vai mudar”.

De forma geral, o que se evidencia é que determinados roteiros sexuais são limitadores da capacidade de homens e mulheres comunicarem os seus desejos sexuais, refletindo-se numa vida sexual nem sempre honesta.

4.7. Ser “bom/boa na cama”: mais do que uma expressão

A visão hedonista da sexualidade reflete-se na importância que os entrevistados atribuem à capacidade de dar e receber prazer e de satisfazer sexualmente o parceiro. No nosso estudo, propusemos aos casais que refletissem sobre a expressão “ser bom/boa na cama” e todos, sem exceção, a associaram à capacidade de satisfazer sexualmente o parceiro. Para tal, o (auto)conhecimento torna-se basilar, como, de resto, se depreende das palavras de Anita (coabitação há 9 ou mais anos, sem filhos):

“Eu acho que ser boa na cama é dar prazer e recebê-lo. Ou seja, nós temos que ir à procura do que nós gostamos porque ninguém nasce ensinado e, ao mesmo tempo, enquanto nós estamos a sentir prazer, olhar para a pessoa à frente e dizer: eu quero que tu também chegues a este nível. Essa partilha, essa justiça de dizer que ser boa na cama é ambos gostarem e tu fazeres a tua parte. Ser recíproco” (Anita).

Também entre os homens, é visível a importância concedida ao conhecimento mútuo e à reciprocidade. Por exemplo, Edgar (coabitação há 9 ou mais anos, com filhos) frisa a relevância de atender às necessidades e aos gostos da parceira de forma a conseguir um maior entendimento sexual:

“Para mim, eu acho que é, principalmente, não ser egoísta. Não me preocupar excessivamente com aquilo que eu quero, aquilo de que eu gosto, aquilo que me está a dar prazer, mas sim, lá está, com a tal fusão. Acho que tem de ser bom para ela, como está a ser para mim, e não ser desconfortável em nenhuma altura, para ela ou para mim”.

Outros entrevistados que são mais taxativos a este respeito, tomando o orgasmo como aferidor da satisfação do outro. Carminho (coabitação há menos de 9 anos, sem filhos) afirma que, “Para mim, alguém ser bom na cama é proporcionar ao outro orgasmo”. Sendo a entrevistada mais jovem, Carminho é mais reivindicativa do prazer feminino, evidenciando uma possível transformação nas

representações da sexualidade da mulher. A este propósito, Muise e colegas (2012) mostram como a preocupação em satisfazer as necessidades sexuais do parceiro pode contribuir para a manutenção do desejo sexual nas relações de longo prazo (entre os 3 anos e 39 anos de relacionamento). Com recurso ao conceito de *força sexual comunitária* (Muise *et al.*, 2012), ou seja, a motivação individual para satisfazer as necessidades sexuais de um parceiro, os autores indicam que pessoas com alto nível de *força sexual comunitária* experienciam um maior desejo sexual, uma vez que assumem a responsabilidade de agradar aos seus parceiros de forma a aumentar a intimidade conjugal. Esta tendência está patente entre os casais entrevistados.

Ainda assim, três entrevistadas e um entrevistado referem que a expressão “ser bom/boa na cama” é contextual e relacional, na medida em que é entendida de modo diferente por pessoas diferentes e porque pode ser influenciada diretamente pela pessoa com quem se está. Esta ideia é referida, por exemplo, por Eva (coabitação há menos de 9 anos, com filhos):

“É complicado porque eu posso ser boa na cama para uma pessoa e, para outra, não ser. Quer dizer, posso agradar a uma pessoa com certas e determinadas coisas e, para a outra, isso não ter interesse nenhum. Portanto, é um bocado relativo, o ser bom na cama. É como o Tomás para mim. Ele, para mim, é bom na cama, mas, se calhar, para outras namoradas, não prestava para nada. É muito relativo”.

Duas entrevistadas elencam um aspeto interessante desta expressão. Referem que “isso é uma expressão de homens” e consideram que o sentido que os homens lhe atribuem está relacionado com “malabarismos” e “loucuras sexuais”, como “fazer o pino” ou “exibições de artes marciais”, ao passo que o delas se prende unicamente com ter e dar prazer.

Importa notar também a convergência de género nas expectativas acerca da relação sexual. Quando questionados acerca do que “espera do/a seu/sua parceiro/a no ato sexual”, a generalidade dos entrevistados refere o empenho na relação sexual e a vontade de proporcionar e receber prazer, como Edgar (coabitação há 9 ou mais anos, com filhos):

“Da minha parte, o que espero, é atenção. Não é que ela se preocupe ou que se foque só em mim, é que se funda, que haja ali uma simbiose, que seja recíproco. Não é que seja recíproco, mas é o amor ao jeito dela, mas que se espelhe em mim, que haja uma simbiose, uma fusão. É isso que espero dela. Nunca espero, em qualquer relação que tenha com ela, a nível sexual, que ela esteja lá, simplesmente, só para me dar prazer. Sou completamente contra”.

Outros, porém, detalham as suas expectativas, como é o caso de Joaquim (coabitação há menos de 9 anos, com filhos):

“[Espero] que ela seja bem safada. É falar o que ela quer: ‘ai, agora fode-me assim’, ‘chupa-me assim’, ‘pega-me assim’, ‘dá-me tapas’...”.

Apesar da importância atribuída ao prazer sexual, a definição de prazer sexual de cada um vai mudando e nem todos têm a mesma. Assim, o prazer sexual é um conceito que vai sendo negociado intersubjetivamente. A preocupação com o prazer e o desempenho sexuais é visível entre os entrevistados, sobretudo aquando do início da relação conjugal. Todavia, parece fazer-se sentir mais no masculino. Gustavo (coabitação há menos de 9 anos, sem filhos), por exemplo, quando questionado sobre se, alguma vez, sentiu ansiedade em relação ao desempenho sexual é claro a afirmar que “quase todos os homens sentem. Sobretudo no início”. De forma mais perentória, Júlio (coabitação há menos de 9 anos, com filhos) evidencia a importância do desempenho sexual: “sou uma pessoa ativa ao nível da sexualidade. (...). Acho que não sou uma pessoa de ficar para trás, digamos assim”.

Neste aspeto, será importante refletir sobre a importância que o orgasmo adquire nas relações sexuais. Tanto homens, como mulheres têm descrito o orgasmo como um sentimento intenso e estimulante que reflete o pico do prazer sexual e a resolução da relação sexual (van Anders & Chadwick, 2022; Vance & Wagner, 1976). Da mesma forma, é entendido pela comunidade médica e científica como indicador de saúde psicológica, física e espiritual (Chadwick *et al.*, 2019). Tê-lo tem sido representado culturalmente como sinal de que o sexo foi “bom” e, por inerência, também o foi o desempenho sexual. Tal justifica que as pessoas que têm cuidado com o orgasmo do outro sejam valorizadas (Walker, 2020).

No âmbito deste estudo, a vontade de que o outro “goze”, que tenha um orgasmo, é recorrente nas narrativas dos homens e mulheres. Não obstante, reparamos que, quando questionados sobre se “se sentiu preocupado/a com o alcance de orgasmo”, frequentemente, os homens perguntam se a questão é sobre o seu orgasmo ou o da companheira; ao passo que as mulheres assumem imediatamente que a questão é sobre elas. Implicitamente, compreendemos que são as mulheres que têm maior dificuldade em o alcançar, o que também sugere que o fim do ato sexual é, não raro, associado ao clímax masculino (Hirst *et al.*, 2022; van Hooff, 2015).

Regista-se, assim, o peso dos roteiros culturais e do género na forma como os entrevistados respondem a perguntas relacionadas com a sexualidade (McClelland, 2014). Embora os casais reconheçam a importância do orgasmo feminino, admitem que ele pode não acontecer e que nem

sempre é central para a satisfação sexual, como refere Laura (coabitação há menos de 9 anos, com filhos): “às vezes, não consigo atingir, mas não faço disso uma meta. Mesmo que não haja orgasmo, pode ser bom. E é normal”.

Apesar de a maioria das mulheres considerar normal não atingir o orgasmo, a importância que lhe concedem é diferente. Manuela (coabitação há 9 ou mais anos, com filhos), por exemplo, revela que não compreende como existem mulheres que não atingem o orgasmo e companheiros que não se preocupam com a situação:

“Para mim, é impensável estar com um homem que [não se preocupa]. A mim, nunca me aconteceu, mas ouço conversas de clientes e amigas que não sabem o que é ter um orgasmo e eu: ‘meninas, como é que isso é possível?!...’. Nunca tive relações com o Edgar sem que eu tivesse um orgasmo. Se não é para [ter] por que é que eu estou ali?!... Estou a encher chouriços?!... Estás a ter um momento de prazer para ti. Eu acho que, se me fizesse isso, o Edgar, que nunca fez, ia sentir-me usada. Para mim, não dá!”

Eva (coabitação há menos de 9 anos, com filhos), por seu lado, conta que se sente frustrada e chateada quando não atinge o orgasmo, culpabilizando-se:

“Eu gosto de ter. Eu quero chegar lá sempre. Nem sempre acontece, e chateia-me. Uma pessoa fica frustrada. Acho que é uma frustração muito grande. Não digam que não é porque é. Agora, depois, não fico a pensar nisso. Na altura, chateio-me porque acho que é uma frustração quase física”.

Chadwick e van Anders (2017) mostraram que os homens se sentem mais masculinos e com maior valor sexual quando as suas parceiras atingem o orgasmo. Inversamente, quando elas não o alcançam, podem interpretar isso como uma falha da sua masculinidade. António (coabitação há menos de 9 anos, sem filhos) refere que prefere que a parceira tenha o orgasmo antes dele para ter a certeza de que a consegue “servir”, ou seja, para a satisfazer: “prefiro que ela tenha primeiro do que eu. Eu estou aqui para a servir e espero que ela pense o mesmo”. A palavra “servir”, neste contexto, não é entendida como um ato de submissão, mas como um ato de reciprocidade na relação.

Ainda sobre este assunto, há mulheres que reconhecem essa preocupação dos companheiros, como é o caso de Carminho (coabitação há menos de 9 anos, sem filhos):

“Ele não descansa. O sexo não acaba enquanto não houver orgasmo para mim, porque, para ele, para os homens, é sempre muito mais fácil. Os homens não precisam de muito. As mulheres precisam de mais. E ele, enquanto eu não tiver um orgasmo, não acabou. Ele faz o que for preciso para que eu consiga alcançar o orgasmo. É orgulho masculino, aquele orgulho próprio. Ele não descansa nem que esteja ali quinze minutos para ver se [eu tenho]”.

Já Raúl (coabitação há 9 ou mais anos, com filhos) conta como os anos de relação levaram a uma diminuição da preocupação com o orgasmo da companheira:

“Se ela alcança, sim [preocupo-me]. Agora, não sei se ela alcança ou não. Ela diz que sim. Isso, aí está, ao princípio, dizer que [sim], fingir ou isso... E fico sempre naquela, será que sim, será que não?... Mas isso também não me preocupa muito. São muitos anos. Não me vou preocupar agora. Dois anos, se fosse só dois anos, um ano, se calhar, já me preocupava mais”.

Quando a situação é inversa, ou seja, quando o homem não consegue atingir o orgasmo, por vezes, isso não é entendido como uma situação “normal”. Inês (coabitação há menos de 9 anos, sem filhos) conta que, se pudesse, alterava a situação:

“Eu alterava [risos]. O ele conseguir [atingir o orgasmo]. E tenho a certeza que ele também alterava. Porque é ali qualquer coisa. Eu não sei se é o psicológico²⁸, se existe algo por trás, alguém a fazer ou qualquer coisa. Eu não acredito nisso [referindo-se a bruxarias], mas o facto é que [há]. (...) há muita gente contra o nosso relacionamento e tenho a certeza de que devem procurar mil e uma coisas para que a gente termine”.

Quando a vida sexual do casal se afastou das expectativas, nomeadamente da ideia de que “para os homens, é fácil [ter orgasmo]”, isso espoletou uma desorganização e preocupação de ambos os parceiros. Inês procura explicar a situação apontando, além de fatores psicológicos, motivos exógenos à relação, como as práticas de bruxaria. Isto vai ao encontro da ideia de que “os homens e as mulheres enfrentam, muitas vezes, sentimentos de fracasso, inadequação e relutância quando os seus parceiros homens não atingem o orgasmo” (van Anders & Chadwick, 2022, p. 3).

Em diferentes momentos das entrevistas, os casais sublinham a importância que a comunicação tem na satisfação e no prazer sexuais (Yoo et al., 2014). Gustavo (coabitação há menos

²⁸ Ambos os membros deste casal partilharam com a investigadora que Afonso tem problemas de ereção, sem diagnóstico de disfunção sexual, o que cria ansiedade antes da relação sexual (*Diário de campo*, novembro de 2020).

de 9 anos, sem filhos), ao refletir sobre o decréscimo da frequência sexual, refere que já tentou descobrir o que é que altera a predisposição sexual da parceira, mas ainda não conseguiu resposta clara. Questionado sobre se já falaram acerca do assunto, refere:

“Tento descobrir por mim. Vejo se consigo mudar alguma coisa e, depois, quando não consigo, pergunto. Posso não perguntar, às vezes, da melhor maneira. (...). Às vezes, fico um bocado frustrado e, então, pergunto-lhe [de forma] um bocado [rude]”.

Gustavo não consegue perceber o motivo pelo qual a companheira não alcança o orgasmo, mas o silenciamento acaba por ter efeitos no campo sexual. Clara (coabitação há menos de 9 anos, sem filhos) também mantém o que podemos chamar “fachada conjugal”, já que revela que não consegue verbalizar o que sente ao parceiro. Prefere não ter orgasmo e ficar em silêncio por receio de o magoar. Não quebrando a noção da imprescindibilidade do coito para o alcance do orgasmo, ou seja, o designado “mito do orgasmo vaginal” (Gerhard, 2000), refere que,

“Quando não estou a conseguir [atingir o orgasmo], acho que a comunicação falha porque eu não lhe vou dizer. (...) Quando eu não estou a conseguir atingir, eu não costumo verbalizar (...). Não acho que seria a coisa mais apropriada para dizer: ‘olha, isto não está a dar!’ (...) Se calhar, também é uma coisa que posso vir a desenvolver mais [referindo-se à comunicação]” (Clara).

Embora nenhum dos casais tenha referido qualquer situação de “coerção orgásmica” (van Anders & Chadwick, 2022, p. 2), o fingimento do orgasmo e a não verbalização do que se sente pode denunciar a necessidade de salvaguardar o ego e o prazer sexual do companheiro, preservando a sua virilidade.

Se a comunicação é, não raro, importante para a resolução dos problemas na vida sexual do casal, o sexo também pode funcionar como desbloqueador da comunicação conjugal e meio de resolução de problemas não sexuais – as “reconciliações na almofada” (Bozon, 2001). Além disso, segundo Muise *et al.* (2012), a comunicação das necessidades e desejos sexuais pode ser uma estratégia de promoção de maior satisfação sexual mútua. Inversamente, o silenciamento pode contribuir para experiências sexuais menos satisfatórias. Joana (coabitação há menos de 9 anos, sem filhos) afirma que, para ser boa na cama, uma pessoa tem de “ser confiante, estar à vontade, fazer aquilo que quer, sem vergonha e também não ter problema nenhum em dizer aquilo que não quer”.

Um outro aspeto relevante é o facto de o sentimento de proximidade e intimidade entre os parceiros não ser garantia de uma vida sexual satisfatória (Yoo et al., 2014). Eva (coabitação há menos

de 9 anos, com filhos) revela que mantém a intimidade emocional com o seu companheiro apesar de passar longos períodos sem atividade sexual, decorrente de um conjunto de fatores, como o cansaço físico e emocional:

“Às vezes, conversamos sobre o assunto [referindo-se à pouca frequência sexual] e chegamos os dois à mesma conclusão: a de que, neste momento, é mesmo muito cansaço. Eu não sei explicar muito bem porquê. Por exemplo, eu estou aqui, não é? Estamos a conversar. E, ainda por cima, ontem à noite, os miúdos foram dormir à minha mãe e podia perfeitamente [acontecer]. Estávamos sozinhos e podíamos perfeitamente, mas não... É mesmo falta de vontade. Deitámo-nos no sofá, comemos uma pizza e vimos uma série. Eu acho que intimidade também é um bocado isso. Estivemos a ver séries na televisão e, depois, fomos para a cama dormir, pronto, ok! Não acho que seja nenhum drama porque temos intimidade na mesma”.

Em suma, os dados sugerem que, além dos tabus sociais e morais e das normas de género, o silenciamento de determinados assuntos pode ser uma tentativa de “preservar a face” (Goffman, 2011[1967]) – própria ou do outro – e uma forma de evitar o conflito aberto. A propósito do evitamento de conflitos, podemos pensar na abordagem de Goffman (2004). Para o autor através da “etiqueta”, ou seja, da utilização de “habilidades que o indivíduo (...) adquire ao lidar com uma situação social”, evitam-se os conflitos.

4.8. As fronteiras da sexualidade conjugal

4.8.1. A fidelidade e a exclusividade sexuais como regra

Independentemente do casal, a sua história é marcada por encontros e desencontros entre aquilo que desejam e aquilo que lhes parece ser *permitido*, em determinado momento, dentro ou fora da relação. Embora as representações e a moral sexuais dos casais pareçam assumir traços mais modernos, no sentido de maior diversidade e adesão a práticas outrora consideradas desviantes (Ferreira, 2010; Gagnon, 2006), a (não) adoção de diferentes práticas sexuais varia em função do tempo da conjugalidade, das experiências do passado, dos momentos críticos a que a relação foi sujeita e da idade dos parceiros. A análise dos discursos dos entrevistados permite extrair duas conclusões: por um lado, a adesão a práticas sexuais tradicionais e um reportório sexual mais restrito (visão tradicional da sexualidade); por outro lado, uma visão hedonista e erótica da sexualidade, consubstanciada num reportório sexual mais alargado.

As atitudes e escolhas sexuais dos parceiros parecem fazer parte de uma estrutura afetivo-emocional que se desenvolve nas relações amorosas. Como afirma Elias (1987), as normas culturais são suscetíveis de se tornarem hábitos sociais. Nesse sentido, a adesão à fidelidade sexual pode ser o reconhecimento de uma norma que regula e legitima os limites da relação amorosa (Heilborn et al., 2006). Ainda assim, os significados atribuídos à exclusividade sexual variam. A maior parte dos entrevistados afirma a impossibilidade de se envolver sexualmente com outras pessoas à data da entrevista. A “partilha” sexual do parceiro com outra(s) pessoa(s) é entendida como inviável, improvável e, até, impensável:

“Nós crescemos a pensar que a monogamia é que é normal, portanto, é! E é impensável acontecer outra coisa, mesmo com consentimento. Não me sentiria confortável, nem a nossa relação iria beneficiar com isso, porque a nossa relação foi fundamentada naquilo que nós somos, nos nossos valores, nos valores que fomentamos desde que nascemos, portanto, não iria ser possível” (Francisco, coabitação há menos de 9 anos, sem filhos).

Todos os entrevistados se opõem às relações extraconjugais sem consentimento. Os principais argumentos ventilados são o respeito e a honestidade para com o outro e a falta de interesse por outros estímulos: “acho que é, acima de tudo, uma desonestidade e um desrespeito pela pessoa de quem, supostamente, se diz gostar” (Francisco, coabitação há menos de 9 anos, sem filhos); “é uma falta de lealdade para com o outro. Nunca toleraria!” (Luísa, coabitação há menos de 9 anos, com filhos); “é nojento! Se estás com uma pessoa, estás com uma pessoa. E, hoje em dia, só estás porque queres” (Manuela, coabitação há 9 ou anos, com filhos); “eu acho que é uma coisa muito má de se fazer. Se uma pessoa está junta com outra é porque gosta dessa pessoa, portanto, não lhe vai fazer mal” (Gustavo, coabitação há menos de 9 anos, sem filhos).

Entre os casais, há um certo reconhecimento de que a condenação das relações extraconjugais resulta da socialização, dos valores e normas sociais incorporados. Eva e Margarida são, a este respeito, claras:

“Se calhar, isso é um bocado imposto pela nossa sociedade, porque há aquela ideia que nós temos de ser um para o outro e não há mais ninguém, mas eu vivo bem com essa ideia. E espero que ele também” (Eva, coabitação há menos de 9 anos, com filhos).

“Fomos criados a pensar que só podemos ter uma relação. Se somos casados, é com aquela pessoa e não podemos ter outra. Na nossa cultura, somos criados para isso” (Margarida, coabitação há 9 ou mais anos, com filhos).

A religião, em particular, foi também evocada para justificar este tipo de posicionamento, mas apenas por duas entrevistadas. Para Glória (coabitação há menos de 9 anos, sem filhos), a sua educação Católica explica a rejeição da não exclusividade sexual:

“Não sei se eu conseguiria encaixar isso [relações extraconjugais]. Também muito pela forma como eu olho para as relações. Eu fui criada num seio muito religioso, portanto, eu não sou de todo preconceituosa e percebo todas as pessoas, mas eu não sei se conseguiria. (...) porque [silêncio], quando duas pessoas se juntam e planeiam uma relação, planeiam uma relação uma com a outra. Lá está, se calhar, fui formatada assim e é assim que eu olho para as coisas de forma equilibrada. Não me parece que a minha forma seja melhor do que a forma dos outros, percebes? Mas acho que é muito do plano de vida do casal e do casal duas pessoas”.

A fidelidade sexual é, portanto, um princípio dominante. A sua valorização é, geralmente, acompanhada por uma intensificação das trocas afetivas entre cônjuges (Bozon, 2004; Carvalho, 1999; Giddens, 1992a). No que respeita à possibilidade de os membros do casal terem, em simultâneo e com consentimento, relações sexuais com outras pessoas, salvo dois casais, todos consideram que a sua relação não está preparada para tal. Edgar (coabitação há 9 ou mais anos, com filhos) chega mesmo a afirmar que “é um bocado confuso. Para mim, já é muito sarrabulho [risos]. (...) Quer dizer que eu tinha uma relação e, ao mesmo tempo, poderia estar com outra pessoa? Hum... Não, acho que, para mim, não funcionaria”. Ainda assim, há posições menos taxativas. Alguns, entrevistados individualmente, admitem a possibilidade de ter experiências sexuais com outras pessoas, desde que seja “uma coisa falada” e por “acordo mútuo”, não associando tal situação a infidelidade:

“Penso que cada um deve fazer aquilo que o faz feliz. Claro que se implicar magoar alguém, enfim, pode ser um pouco condenável, pode ser triste, mas, tirando isso, se for de mútuo acordo, não vejo problema absolutamente nenhum. As pessoas devem fazer aquilo que as faz felizes e ninguém sabe o que se passa dentro de uma relação, o que é que se tem de fazer para as coisas resultarem ou se isso é, sequer, uma coisa para resultar. Pode, simplesmente, ser uma prática tão normal como ser monógamo” (Joana, coabitação há menos de 9 anos, sem filhos).

E há também quem reconheça o erotismo da situação:

“Quantas vezes não aconteceu estar a ver uma cena que é tão tórrida que penso que ‘bem, gostava de experimentar!’? O *swing* também é por aí (...) parece-me interessante, parece que seria algo giro, apelativo, mas não irei conseguir. Não consigo imaginar. É muito estranho. É um paradoxo, eu sei, mas é o que eu digo, é interessante, é giro, é apelativo, mas não me imagino. Que nojo! Imagino a situação, e ver nos filmes, sim; agora, desconstruir isso para a minha realidade, ainda considero um bocado repulsivo [risos]” (Clara, coabitação há menos de 9 anos, sem filhos).

Apenas um casal, que coabita há mais tempo e passou por várias crises conjugais, relativiza certas normas que regulavam a sua vida sexual no início, nomeadamente a da exclusividade sexual. Elsa (coabitação há 9 ou mais anos, com filhos) confessa que quebrou o compromisso de exclusividade, o que espoletou, por um lado, conflitos na relação e, por outro, uma maior disponibilidade para conversar com o companheiro sobre o sucedido, sobre os seus sentimentos e sobre a importância da continuidade da relação conjugal. O significado anteriormente atribuído à fidelidade sexual e, por conseguinte, à “traição”, foi desvalorizado, valorizando-se, ao invés, a comunicação e a relação de confiança e amor existente entre ambos:

“Eu acho que, com conversa [as coisas resolvem-se]. Fingindo que não se sabe, nunca fica resolvido. (...) Se a gente tem uma relação extraconjugal, de sentimento mais forte, vai abalar a relação e não acredito que se ultrapasse só fazendo de conta que não se sabe. Não. Tem de se conversar e eu, através das minhas atitudes, demonstrei que gostava do Raúl e que era mesmo ele a pessoa que eu queria”.

Ainda que não tenha falado diretamente da sua situação, o companheiro, quando questionado sobre a existência de relações extraconjugais, é claro a responder que “pode acontecer a qualquer um [risos de nervosismo]”. Todavia, não se mostrou disponível para falar da situação.

O tempo da relação parece ser um dos fatores que mais contribui para a relativização da norma da exclusividade sexual. Contudo, isso não significa a relativização de valores como a lealdade e a fidelidade, que, no caso de Elsa e Raúl, se manifesta em conversa honesta sobre a “traição”. Ao mesmo tempo, na ótica de Elsa, foram também os anos de união, a par da comunicação, que permitiram a aceitação e resolução desse momento crítico.

Ainda que tenha sido sublinhado por apenas uma entrevistada, existe também a ideia de que as relações extraconjugais dos homens podem ser justificadas pelo “descuido” das mulheres com a relação, como explica Margarida (coabitação há 9 ou mais anos, com filhos):

“Acho que, quando existe uma traição, a culpa nunca é só de um. Apesar de as mulheres, normalmente, terem tendência ‘ah, porque traiu, porque é este ou aquele’, mas acho que as mulheres, principalmente quando se tornam mães, esquecem-se um bocadinho que aquela pessoa existe e, portanto, é quase um objeto que anda ali na casa. Passam a viver em função dos filhos e isso prejudica muito as relações. Tenho amigas em que situações destas ocorreram que eu disse: ‘eh pá, tu também [te desleixaste]. Não é querer julgar, mas andavas um bocadinho desleixada e, se fores olhar um bocadinho para o teu comportamento, percebes que, ok, a pessoa não foi honesta contigo, deveria ter dito, mas [compreendo]’...”

No entanto, não encontramos nenhum discurso semelhante ao de Margarida entre os homens entrevistados em relação a uma possível relação extraconjugal da companheira.

Os discursos revelam, portanto, diferentes definições de fidelidade. A palavra incorpora, essencialmente, dois significados. De forma geral, e maioritariamente, um deles é a exclusividade sexual. Contudo, o *Dicionário Priberam* (2020) define “fidelidade” como a “Qualidade de fiel”, “Fé, lealdade”, “Verdade, veracidade” e “Exatidão”. Este significado da palavra remete para o entendimento expresso por alguns entrevistados, que não relacionam a fidelidade com a atividade sexual, mas com a ideia de se ser honesto, leal e fiel ao outro.

4.8.2. A exceção à regra: os swingers

Excetuando dois casais, os restantes assumem uma integração convencional (Policarpo, 2011b) dos papéis conjugais (e parentais), em que raramente se questiona a vida sexual, naturalizando-a. Em geral, assumem uma conduta normativa, assente no princípio da exclusividade sexual, sem adesão a modelos alternativos (Heilborn, 2004). Questiona-se, por isso, quem são os dois casais que fogem à norma? Que características os diferenciam dos demais? Quais as especificidades das suas experiências sexuais que desafiam a norma do casal heterossexual monógamo, integrando, no seu repertório sexual, o *swinging*?

O *swinging*, também chamado troca de parceiros, define-se como uma prática em que casais estáveis mantêm relações sexuais com outros casais ou pessoas solteiras, com consentimento (Silvério, 2014). Sendo uma prática que escapa à norma, em ambos os casais pudemos observar uma

grande reflexividade sobre a forma como lidam e vivem a sua vida conjugal e sexual. À semelhança de outros estudos (Silvério, 2014b), foram os homens que propuseram “negociar” a exclusividade sexual. Laura (coabitação há menos de 9 anos, com filhos) revela que “houve mais pressão da parte dele, que queria experimentar, mas fui cedendo. Também tinha curiosidade”.

Muitos casais aderem ao *swinging* como forma de adicionar prazer às suas vidas. Para tal, envolvem-se inicialmente em *soft swaps*, que incluem o casal e uma mulher, ou preliminares com outro casal, seguido de relação sexual penetrativa apenas entre o casal primário (Wolkomir, 2020). Os participantes neste estudo enquadram-se neste padrão. Como explica Joaquim (coabitação há menos de 9 anos, com filhos),

“Procurámos pela curiosidade e porque somos um bocado liberais. E foi mais nesse intuito de a gente conhecer um mundo diferente, de tentar explorar algo. (...) não vamos lá com o intuito de fazer *swinging*. Vamos lá para curtir, porque a pessoa é só trabalho-casa, casa-trabalho e uma pessoa cansa. Tem de se divertir um bocado. Vamos lá e, na maioria das vezes, falamos com um casal ou outro, já aconteceu uma vez ou outra fazermos um *swing* ou um *ménage*, mas não é obrigação. Vamos para curtir. Se acontecer, aconteceu”.

Também Anita (coabitação há 9 ou mais anos, sem filhos), que frisa a importância da liberdade de escolha, explica como é que o *swinging* se apresentou como uma opção:

“Nós sempre fomos liberais no sentido de achar que as pessoas devem fazer aquilo que querem, desde que sejam honestas. (...) se disser a verdade e a pessoa concordar, sem problemas. Para mim, a pessoa faz aquilo que quer. Agora, para nós, o *swinging* foi uma opção sexual como há muitas outras derivantes, se quisermos chamar-lhe assim. Para nós, o facto de ser algo que pudéssemos fazer sempre em conjunto [referindo-se à prática sexual a quatro], é uma parceria no ‘crime’. E é perfeito para nós, aquele equilíbrio, porque acho que o quadrado é porreiro”.

O *swinging* inclui uma variedade de práticas sexuais, entre as quais, o exibicionismo, o *voyeurismo*, o *ménage à trois*, o *soft swing*, o *hard swing* e o sexo em grupo. O exibicionismo consiste em ser-se observado enquanto se tem relações sexuais. O *voyeurismo* consiste na observação de relações sexuais de terceiros. O *ménage à trois*, em casais heterossexuais, é o sexo a três, podendo envolver duas mulheres e um homem (*ménage feminino*) ou dois homens e uma mulher (*ménage masculino*). Por seu turno, o *soft swing* caracteriza-se pela troca de carícias, beijos ou sexo oral entre

casais, ou apenas com um membro do casal, mas sem penetração. Em contraposição, o *hard swing*, ou troca completa, envolve penetração que não do parceiro e representa o que, geralmente, se chama *swinging*. Por fim, o sexo em grupo envolve quatro ou mais pessoas (Silvério, 2014a). Dos casais entrevistados, apenas Marco e Anita (coabitação há 9 ou mais anos, sem filhos) praticaram sexo em grupo.

Uma das características mais marcantes destes casais é a distinção que estabelecem entre sexo e amor, considerando-se amorosa e emocional, mas não sexualmente monógamos. Ambos desvinculam o amor do sexo, não entendendo a exclusividade sexual como aferidora do compromisso na relação. É o amor emocional que serve esse propósito (Silvério, 2014b; Wolkomir, 2020). Assim, estas relações também se caracterizam pela lealdade, mas esta não se relaciona, nestes casos, com exclusividade sexual, como explica Joaquim:

“Nós separamos as coisas: aquele momento, aquele local, é para isso [referindo-se ao ato sexual] e, saindo de lá, acabou, cada um vai à sua vida e nós ficamos na nossa vida. Eu e ela temos o nosso espaço e eles os deles. Não misturamos as coisas. (...) fora do clube, cada um sabe da sua vida, sem misturas” (Joaquim, coabitação há menos de 9 anos, com filhos).

Na prática do *swinging*, os casais foram criando formas de gestão dos vínculos afetivo-sexuais dentro e fora da relação. Para os *swingers*, a infidelidade relaciona-se com sentimentos nutridos por outrem ou com a ocultação de atitudes, como, de resto, explica Joaquim:

“Para trair e mentir, nem valia a pena ir a um clube. Nem valia a pena estarmos os dois juntos. Para isso, cada um seguia a sua vida. Na nossa relação, funciona assim. Isso foi um dos aspetos porque procurámos um clube de *swing*. Era para não fazermos isso. Vai haver sempre a tentação. (...) Apetecer fazer algo diferente, tentar fazer um *ménage* com uma mulher, um *swing*, uma coisa que seja. Então, vamos ao clube, que é um local para isso”.

A importância da confiança e do consentimento é reforçada também pelo outro casal de *swingers*:

“Traição, não! A traição, para mim, é o não ser sincero e, para mim, não! Não concordo com ela. Não critico. Cada um faz aquilo que quer. Acho que não é correto. (...) Trair é não dizer a verdade. Porque, se uma pessoa disser ‘aquela pessoa tem

outro parceiro', mas, se disser a verdade e a pessoa concordar, sem problema" (Anita, coabitação há 9 ou mais anos, sem filhos).

Ambos os casais referem que o *swinging* trouxe benefícios à relação, aumentando o desejo sexual um pelo outro e propiciando uma comunicação mais honesta e aberta. Como Silvério (2014b, p. 567) evidenciou na sua investigação, "a prática é encarada como uma maneira de aproximar e fortalecer ainda mais o casal e só existe através de consentimento. Portanto, exige diálogo, negociação constante, confiança e respeito mútuos". Ademais, e corroborando os dados de Silvério (2014), percebemos que os comportamentos atribuídos ao género podem adquirir novos significados. Anita (coabitação há 9 ou mais anos, sem filhos) explica como a ideia de que as mulheres são "naturalmente" emotivas (Vale de Almeida, 1995) pode ser questionável:

"Dividi o sexo e o amor e o amor com sexo é fantástico. (...). Tenho que ter uma certa empatia com o casal à minha frente. (...) No entanto, não tenho que ter uma amizade. Tenho que ter uma cumplicidade de querermos todos a mesma coisa. Haver um respeito pelo sexo, pelo toque, pela forma como se pensa no sexo (...). Agora, amor, a parte de cumplicidade, de partilha da nossa alma, eu sou muito fria. O Marco já é diferente. Ele permite uma amizade. Não é, necessariamente, uma intimidade de expressão emocional com as outras pessoas, mas achar que é uma pessoa porreira para tomar café e para socializar. (...) Eu não necessito dessa parte. Para mim, é uma troca mais física".

No meio *swinger*, estas mulheres rompem com a feminilidade normativa e experienciam práticas sexuais que, de outro modo, poderiam colocar em causa a sua reputação, pois, como nota Pais (2016, p. 43) "as boas para casar reivindicam o papel de mãe, opondo-se às boas para o prazer: porque hipersexuais, lascivas, disponíveis. Ou, simplesmente, putas".

As narrativas dos casais *swingers* evidenciam a consciência de que se encontram à margem das normas de género e sexuais que regulam o espaço público. Estes casais ocultam a prática de *swinging* nas suas interações públicas. A descoberta de que são praticantes de *swinging* por parte de terceiros não envolvidos na mesma prática teria implicações, como o "descrédito" social (Goffman, 2004, p. 7). Mas apesar de ambos os membros do casal serem praticantes, os discursos estigmatizantes recaem sobretudo sobre as mulheres por serem elas quem mais se afasta do que é socialmente expectável.

Nesse sentido, no processo de negociação da sua identidade, os casais optaram por encobrir ou ocultar um aspeto que poderia assumir a forma do estigma, mediando a maneira como a relação com os outros é construída: “Exibi-lo ou ocultá-lo; contá-lo ou não contá-lo; revelá-lo ou escondê-lo; mentir ou não mentir; e, em cada caso, para quem, como, quando e onde” (Goffman, 2004, p. 38). Em termos práticos, isso materializa-se no silenciamento do tema quando estão em contacto com outros indivíduos (Goffman, 2004), evitando o rompimento das fronteiras entre dois mundos diferentes. Esta separação entre o meio *swinger* e a sociedade majoritária é clara nas palavras de Marco (coabitação há 9 ou mais anos, sem filhos): “um perigo é a exposição. Uma exposição que não é tão má para mim, mas, neste caso, seria pior para a Anita, para a mulher, porque há muita gente, na sociedade, que [tem preconceito]”²⁹.

Esse preconceito é visível no testemunho de Rute (coabitação há menos de 9 anos, com filhos), que não pratica *swinging*, mas que, ao mencionar um conjunto de experiências sexuais, declara que este lhe causa estranheza e repulsa:

“Há coisas que me fazem confusão. ‘Ah, fizeram swing...’, isso enerva-me! Nem é uma questão de me enervar, acho que é falta de muito amor próprio. Ou se tem em casa e ‘tá-se bem e estão e é para aquilo que a gente vive porque acho que nós somos ensinados um bocado assim. (...) Todos fomos criados com a mulher e homem e homem e mulher e ninguém vê a mulher com mulher... Então, acho que prefiro ficar nessa altura dos velhos”.

Por outro lado, no meio *swinger*, os homens também parecem ser “vulneráveis” à necessidade de afirmar a sua virilidade, reforçando as representações dominantes de masculinidade. Como continua a explicar Marco (coabitação há 9 ou mais anos, sem filhos),

“É engraçado porque, dentro do *swing*, vocês [referindo-se às mulheres] é que mandam. Ponto. E os homens ‘ah, e tal, e eu faço e aconteço’ e chegam lá dentro e está bem, é tudo muito bonito, mas, depois, [risos] há a questão mecânica, que é tudo muito bonito, mas, por exemplo, muita gente já tem trinta e muitos anos, quarenta e poucos e é preciso estar sempre funcional”.

Assim, os homens parecem continuar a ser “vítimas” da masculinidade hegemónica. Os discursos demonstram, então, que, se por um lado, o *swinging* permite romper com alguns aspetos do

²⁹ No dia seguinte às entrevistas, Marco enviou uma SMS à investigadora a solicitar que lhes atribuisse profissões fictícias de forma a proteger mais a privacidade e o anonimato do casal.

género normativo, por outro, reforça-os, nomeadamente, através da preservação da imagem de mulher recatada para o mundo exterior e do homem viril no seu interior. Tal traduz-se na simultaneidade de uma maior liberdade e pluralização sexual, a par da reprodução de ditames sociais e culturais nas condutas sexuais destes casais.

Ao longo deste capítulo, analisámos as trajetórias e as formas de construção da intimidade afetiva e sexual dos casais. Estes fornecem-nos um retrato multifacetado. Não existindo um padrão de comportamento homogéneo ou de um modelo único de expressão afetiva/sexual, encontramos formas plurais de conduzir a vida a dois. Ainda que os inícios apaixonados sejam transversais aos casais que entrevistámos, os seus trajetos são diversificados. Os meios de contacto, os modos de iniciar a relação e a vida sexual e a decisão de partilhar casa são reveladores dessa heterogeneidade. Apesar da liberdade amorosa e da importância do sentimento amoroso, em que "estar apaixonado", "sentir uma atração" ou, até, "sentir amor à primeira vista" são condição para se iniciar a relação, as cadeias da homogamia social parecem manter-se – Cupido parece ser seletivo.

Uma conclusão, desde logo evidente, é a importância da sexualidade e, especificamente, da relação sexual na constituição e manutenção da relação conjugal. Entre os casais, predomina uma visão hedonista da sexualidade, que, ultrapassando os aspetos ligados à procriação, privilegia os valores da reciprocidade, do envolvimento e do prazer mútuos, enquadrados por ideais de género mais igualitários. Se não restam dúvidas relativamente à sua importância, mais contestável será a ideia de que basta o sexo para manter a relação. Os discursos dos entrevistados revelam que é necessário um investimento nos aspetos emocionais, relacionais e comunicacionais. A comunicação aparece, então, como elemento central, sendo interpretada como uma forma de cimentar e enriquecer a relação. Tal sustenta-se no argumento de que o conhecimento do outro, se reflete num maior entendimento das expectativas e dos desejos afetivos/sexuais.

Todavia, o processo comunicativo não é isento de incompreensão, exigindo maleabilidade face a uma realidade em constante mudança. Apesar da valorização dos afetos, da igualdade e do bem-estar mútuo, a sexualidade conjugal continua a ser um território perpassado por relações de poder com representações mais tradicionais da sexualidade. Neste jogo de reciprocidade desigual, a (não) comunicação é usada para negociar relações de poder desiguais de acordo com o género, com impacto nas práticas, desejos e prazer sexuais. Os efeitos desiguais parecem fazer sentir-se em

detrimento das mulheres, traduzidos num maior silenciamento dos seus desejos e papéis sexuais mais submissos e complacentes. Mas o outro lado da moeda também mostra que os roteiros sexuais exercem pressão sobre os homens, exigindo-lhes que sejam viris e sexualmente disponíveis.

Apesar de a maioria dos casais orientar as suas condutas em conformidade com a masculinidade e feminilidade normativas, encontramos algumas exceções à regra, quando, nas suas práticas, tentam desconstruí-las através da comunicação e da adesão a modelos alternativos. No próximo capítulo, fazendo a ponte entre representações e práticas, mostramos como o exercício da sexualidade é moldado por determinadas representações e discursos acerca da sexualidade e do género.

CAPÍTULO 5. A SEXUALIDADE CONJUGAL: A CONCRETIZAÇÃO DA INTIMIDADE AFETIVA E SEXUAL

A sexualidade conjugal é sensível a uma contínua decifração de códigos e gestos e requer uma coordenação das expectativas e dos desejos de cada parceiro. A articulação entre sexualidade e comunicação mostra que tanto o silenciamento, como a verbalização e o modo como é levada a cabo traduzem vivências conjugais e sexuais que não deixam de ser condicionadas por interditos.

No campo da sexualidade, existem contradições entre representações e práticas, ou seja, entre aquilo que os indivíduos pensam e o que, efetivamente, fazem. Este capítulo pretende mostrar de que modo as experiências sexuais espelham, por um lado, maior igualdade de género e, por outro, a permanência de desigualdades nos relacionamentos. Primeiramente, identificamos os contextos propícios ao início da relação sexual: quais os espaços adequados, de que forma é que se concretiza a relação sexual. De seguida, analisamos as práticas sexuais adotadas pelos casais e os significados e noções de moralidade associados. Isto permite conhecer o reportório sexual do casal. Posteriormente, exploramos os fatores que interferiram e interferem na frequência e na regularidade das relações sexuais à luz da fase de vida do casal.

Os resultados apontam para uma diminuição da frequência sexual e um desencontro crescente entre o desejo sexual masculino e o feminino. Se, por um lado, a coabitação propicia condições para a concretização de diversas práticas sexuais, por outro lado, o exercício da sexualidade vai sendo (re)estruturado ao longo do tempo. Paralelamente, pretendemos mostrar como é que as interações sexuais podem (re)produzir relações de poder e assimetrias de género.

Por fim, orientamos a nossa atenção para as expectativas relativamente ao futuro das práticas e cenários sexuais, que acabam por se refletir na forma como os casais perspetivam a sexualidade e nas suas lógicas discursivas sobre o sexo.

5.1. “O Kama Sutra até está na mesinha de cabeceira, mas raramente é aberto...”: os contextos e as práticas sexuais

A relação entre género, sexualidade e normas sociais torna-se necessária para encontrar respostas para um conjunto de questões: poderão os afetos e as interações sexuais (re)produzir relações de poder desiguais entre os membros do casal? Que distância existe entre aquilo que é permitido às mulheres e aos homens? Os interditos sexuais são perpassados pelo género?

Estas questões têm um duplo propósito: por um lado, compreender a diversidade dos comportamentos sexuais e das emoções; por outro, compreender a importância dos valores e das

normas na construção dos prazeres sexuais. Nesse sentido, uma reflexão aprofundada sobre a intimidade é fundamental para traçar um retrato plurifacetado do que é considerado “normal” no contexto da vida em comum.

A coabitação contribui para que o local privilegiado para a prática sexual seja, em todos os casos, a casa do casal e, em particular, o quarto, no caso dos que têm filhos. Este domínio do espaço privado já foi apontado por Bozon (2004, p. 34) ao referir que existe “uma espécie de santuário inviolável, o quarto de casal parental, que se tornou o templo secreto da sexualidade legítima”. Alguns casais mencionam a cama “fofinha” e “confortável”, que adquire um simbolismo particular associado à “cama conjugal”. A valorização da privacidade e da proteção garantida por esses espaços foi evidente nos discursos dos entrevistados.

Se, como explica António (coabitação há menos de 9 anos, sem filhos), “dentro das quatro paredes, é possível tudo”, o envolvimento sexual em espaço público requer alguns cuidados. Ainda assim, alguns entrevistados admitem a possibilidade de se envolver sexualmente em espaços públicos desde que sejam “discretos” e “seguros” (ou seja, não havendo o risco de serem descobertos), que “respeitem o espaço dos outros e “não interfiram na sua liberdade”.

É interessante notar que a coabitação e a existência de um espaço próprio para a prática sexual diminuem a necessidade de “arriscar” no momento atual da relação. Como explica Eugénio (coabitação há menos de 9 anos, com filhos),

“Nós já tivemos as nossas aventuras, quando éramos mais novos. Agora, se calhar, hoje em dia, não (...) por mim, é sempre para a frente, mas também compreendo se ela não estiver à vontade. Nós temos o nosso espaço. Não temos necessidade. Antigamente, se calhar, tínhamos essa necessidade. Quando não morávamos juntos, se calhar, qualquer sítio que desse [risos]”.

Os casais que praticam *swinging* assumem uma particularidade: embora prefiram os espaços privados para a prática sexual, revelam o gosto e a excitação proporcionados pelas experiências sexuais em espaços públicos, como ilustram Laura e Anita:

“Se houver público, eu não me sinto confortável, mas, se estivermos só os dois, não importa que seja num carro ou num beco escuro, dá sempre aquela adrenalina, mas não podemos ser apanhados” (Laura, coabitação há menos de 9 anos, com filhos).

“Eu sou um bocadinho ao contrário. Eu gosto do risco, eu gosto de *outdoors*” (Anita, coabitação há 9 ou mais anos, sem filhos).

A relação conjugal é entendida como uma forma de desenvolvimento pessoal, num “efeito Pigmalião” (Singly, 2000) em que cada um dos parceiros deve contribuir para que o outro “se descubra a si mesmo em termos sexuais” (Policarpo, 2011b, p. 177).

Pedimos aos entrevistados que se pronunciassem sobre “práticas sexuais que já tivessem experimentado com o/a seu/sua parceiro/a”. As respostas sobre relação sexual vaginal, *fellatio*, *cunnilingus*, sexo anal e sexo sem penetração permitiram conhecer o repertório sexual do casal³⁰.

A relação sexual penetrativa é a prática mais comum. As representações das mulheres e dos homens em torno daquilo que é uma relação sexual completa e finalizada mostram a centralidade do falo e da penetração vaginal. Isto revela a importância do sexo vaginal como prática definidora da heterossexualidade e aspecto importante na construção dos roteiros sexuais (Gagnon & Simon, 1977). Demonstra, ainda, que a sexualidade sem penetração é “uma realidade esquecida do repertório sexual” (Andro & Bajos, 2008 cit. por Policarpo, 2011, p. 215). Este “esquecimento” do sexo sem penetração pôde ser constatado, aquando da entrevista, nas expressões faciais dos entrevistados e nos seus silêncios mais prolongados³¹.

Quanto ao sexo anal, é a prática menos comum. Se metade dos casais declarou já a ter experimentado, outra metade não, essencialmente por recusa da mulher. Entre os oito casais que o experimentaram, apenas três o praticam recorrentemente. Nos restantes cinco casos, as mulheres referem o desconforto e/ou a dor associada à prática e, por isso, a sua menor frequência. É o caso de Luísa (coabitação há menos de 9 anos, com filhos):

“Há muito tempo, mas literalmente há anos, que não fazemos nada. As primeiras vezes, doía-me muito e eu acabava por recusar. Acho que a única vez em que eu estive mesmo disposta, em que foi mesmo iniciativa minha, não me doeu assim tanto e eu até gostei, mas a verdade é que, a partir daí, nunca mais fiz nada. Às vezes, ele insiste um bocadinho, mas eu corto-lhe definitivamente as bases. Dá demasiado trabalho [risos], demasiado esforço para não doer”.

Há diferenças de género no modo como homens e mulheres avaliam e encaram a prática. Como apontado por Fahs, Swank e Clevenger (2015), as experiências dos homens são consideradas comparativamente mais prazerosas. Júlio e Rute (coabitação há menos de 9 anos, com filhos) ilustram isto. Quando questionada sobre a prática de sexo anal, Rute revela que já praticou, mas a sua

³⁰ A descrição das práticas sexuais com o atual parceiro incidiu unicamente sobre o repertório sexual à data da entrevista, pelo que há a possibilidade de não se conhecer outras práticas sexuais experienciadas pelos indivíduos com outros.

³¹ *Diário de Campo*, dezembro 2020.

expressão facial denuncia que a prática não a satisfaz³². Em contrapartida, Júlio (coabitação há menos de 9 anos, com filhos) afirma que

“Isso é do que mais gosto. Pode ser um bocado estranho, mas é uma coisa de que eu gosto. Acho que o [sexo] vaginal já é natural e o anal não é muito natural porque há mulheres que não fazem. Eu concordo com isso, também pode doer e por outros motivos, não interessa. Mas, por acaso, é uma experiência diferente e de que eu gostei porque dá outra [sensação]. Não é tão violenta, a não ser que sejam pessoas brutas, coisa que eu não sou, mas gosto. É outra sensibilidade que o homem tem”.

O discurso de Júlio evidencia como o sexo anal pode ser entendido como menos normativo e mais complexo, aludindo a uma espécie de hierarquia de práticas: é mais um degrau na escada das práticas do casal. Mas é também possível que a associação do sexo anal à homossexualidade faça com que não seja abordada a possibilidade de o experimentar, aspeto apenas sublinhado por Manuela (coabitação há 9 ou mais anos, com filhos):

“É uma justificação um bocado parva, mas posso partilhar. É o que eu digo aos meus amigos, para mim, um homem que tem qualquer tipo de desejo de ter sexo anal tem qualquer tipo de orientação bissexual e não sabe. Porque rabo é rabo. Numa mulher e num homem. Eu tenho um casal que conheço, é minha cliente, divorciaram-se porque ele queria fazer sexo anal [em tom de cochicho] e a senhora tem sessenta e tal anos! Com aquela idade!... [em tom de repreensão, gozo]. Acho que qualquer tipo de homem que tenha, nem que seja, a curiosidade, oh, pá, rabo é rabo... Seja de homem ou de mulher”.

Este discurso é ilustrativo de certos pressupostos subjacentes ao sexo anal e reflete resultados de estudos anteriores que mostram que a sua associação à homossexualidade está profundamente enraizada, podendo colocar em causa a virilidade e o domínio masculino (Hirst *et al.*, 2022; Lewis, 2020; Sáez & Carrascosa, 2011). Além disso, concordamos com Hirst (2022, p. 6) quando afirma que “a fusão do sexo anal a uma prática sexual *gay* normaliza o androcentrismo associado ao sexo anal”, como ilustra o discurso de Manuela.

À exceção de um casal, todos partem do pressuposto de que, ao “fazer sexo anal”, os homens são os penetradores e as mulheres são as penetradas/recetoras. A utilização do verbo “fazer” como sinónimo de “penetrar” sugere que o sexo anal não é visto como uma prática mútua, mas como a

³² *Diário de Campo*, junho de 2021.

ação de um indivíduo sobre outro. Não é algo que “nós” fazemos, mas algo que um faz ao outro. Esta representação focada na penetração peniana evidencia como as práticas sexuais são delimitadas pela heteronormatividade. A prática obedece também a uma lógica dualista segundo a qual o homem quer sexo anal e a mulher não quer; mas é mantida e reforçada pelas mulheres através de processos de policiamento de uma heterossexualidade “normal” associada ao lugar do ânus. A este respeito, o discurso de António (coabitação há menos de 9 anos, sem filhos) é elucidativo:

“[O sexo anal] é uma coisa muito mais complicada para as mulheres do que para os homens. Claro que nós, homens, em geral, gostamos. E a Joana diz-me assim: ‘ah, gostas, então, qualquer dia vou enfiar-te o dedo no rabo, a ver se gostas!’. E eu digo, obviamente, que não! (...). É tudo muito giro e, se calhar, posso morrer burro, mas até chegar a esse ponto!... Não quero. Mas é uma questão engraçada de se falar porque, para começar, os homens vão ficar constrangidos. E o sexo anal não é das práticas mais comuns.”

Sáez e Carrascosa (2011) mostram a importância do ânus nos processos de significação da sexualidade. Segundo os autores, existe um dispositivo dos usos do cu, segundo o qual “um homem penetrador é heterossexual (...). E um homem penetrado já não é mais um homem, é uma mulher. Uma mulher não penetrável é masculina, e o sistema machista a sanciona e persegue por não ceder ao esquema que se aplica às biomulheres (penetráveis)” (p. 173). Trata-se de imagens falocêntricas e de roteiros sexuais que retratam o homem como ativo, dominante e penetrador e as mulheres como submissas, passivas e penetradas (Bozon, 2001; Hirst *et al.*, 2022; van Hooff, 2015). O corpo penetrado é associado à feminilidade ao passo que a masculinidade se associa à impenetrabilidade. É interessante assinalar que esta dinâmica remete para relações de poder no seio da relação, já que se baseia num sistema em que a dominação e a masculinidade estão em quem penetra.

Após desligarmos o gravador, Ivo (coabitação há menos de 9 anos, com filhos) partilhou que gostava de ser penetrado pela sua companheira com objetos sexuais. Embora tenha sido caso único, ilustra a prática de *pegging*, ato em que uma mulher penetra o ânus de um homem com objetos sexuais, por exemplo, com um dildo segurado por um cinto (Hirst *et al.*, 2022; Lewis, 2020; Stewart, 2018). Ivo reconheceu a existência de um contraste entre o modo como se sente em relação à sua masculinidade e o modo como é percebido pelos outros. Segundo ele, o facto de gostar de ser penetrado poderia fazer com que fosse visto como menos masculino e homossexual. Contudo, declara que convive bem com esse “preconceito” e que tem “muito mais prazer e orgasmos múltiplos”,

aludindo à importância do orgasmo prostático³³. O facto de ter confidenciado os seus gostos após o gravador ter sido desligado revela, no entanto, o peso das representações dominantes do género e da sexualidade e uma certa consciência do “desvio” face ao que se espera de um homem, traduzindo um papel submisso. Ter referido que a sua masculinidade nunca esteve em causa e que o seu orgasmo é mais intenso e duradouro revela, ainda, a necessidade de reafirmar a sua identidade de género e de contrariar a associação entre penetração e feminilidade.

Essa representação da penetração anal masculina como atividade “desviante” foi recebida por outros entrevistados com expressões de estranheza e desaprovação:

“Eh, pá, eu já não sei se é modernice, ou o que é, mas fez-me confusão. A parte homossexual. Fez-me muita confusão. Tem lá uma parte de sexo livre [referindo-se ao *Eros Porto*³⁴] e calhou ver três homens e uma mulher. Causou-me impressão. Encostei-me à cadeira [risos] e só dizia: ‘oh, meu Deus, oh, meu Deus, oh, meu Deus!’” (Afonso, coabitação há menos de 9 anos, sem filhos).

As trocas de carícias que implicam o contacto da boca com os órgãos genitais têm também assumido importância nas interações sexuais dos casais. Todos admitem praticar sexo oral, evidenciando a sua normalização no quadro da sexualidade conjugal (Gagnon & Simon, 1987). De salientar, no entanto, que o sexo oral parece ser encarado como um preliminar do coito, funcionando, muitas vezes, como meio de lubrificação da vagina. Já na década de 1980, Gagnon e Simon (1987, p. 2) referiam que os beijos na boca, as carícias manuais e orais do corpo e nas genitálias feminina e masculina, geralmente nesta sequência, seguidas de coito em várias posições, faziam “parte do repertório de roteiros sexuais intrapsíquicos e interpessoais da maioria heterossexual na cultura ocidental”.

Uma característica comum a todos os casais entrevistados é a rejeição das práticas sadomasoquistas. Se uns o justificam por não terem necessidade, nem curiosidade por experiências sexuais associadas à dor, outros referem que não lhes traria prazer, causando-lhes “confusão” ou “impressão”. Como explica Carminho (coabitação há menos 9 de anos, sem filhos): “Dor, não é para mim. Não encontro prazer absolutamente nenhum na dor, por isso, certamente, é daquelas coisas que não preciso de experimentar para saber que não quero”. Há também manifestações de maior repulsa,

³³ *Diário de Campo*, dezembro de 2021.

³⁴ O *Eros Porto*, ou Salão Erótico do Porto, é um evento onde se pode assistir a espetáculos de diversas organizações do mercado erótico, pornográfico e sexual, contando com a presença de atores e atrizes nacionais e internacionais de filmes para adultos. Também inclui palestras e *workshops* sobre assuntos sexuais e estão presentes representantes de lojas de venda de produtos eróticos (*Eros Porto*, 2022).

de que é exemplo o discurso de Rute (coabitação há menos 9 de anos, com filhos): “É estúpido. (...) Acho que ninguém precisa de sofrer para sentir prazer. Não associo dor a prazer. Ou dói ou não dói”.

A rejeição das práticas sadomasoquistas revela a integração, pelos casais, dos padrões do “Círculo Encantado” que propõe Rubin (2007 [1984]). A repulsa de Rute pode ser explicada pelos rituais de pureza ou de impureza, ou seja, de ordem ou desordem de que nos fala Douglas (1991), e que define a impureza como “uma espécie de compêndio de elementos repelidos pelos nossos sistemas ordenados” (p.50). Assim, a representação que tem acerca das práticas sadomasoquistas como práticas “impuras” leva à sua rejeição.

A ideia generalizada de dor e sofrimento que os entrevistados transmitem denuncia um certo desconhecimento do que significa o BDSM³⁵. Este não é apenas, nem necessariamente, dor física, mas abarca um conjunto de práticas hedonistas que contribuem para a satisfação individual e conjugal dos seus praticantes (Cardoso, 2012; Weinberg, 2006). São jogos de negociação e troca de poder em que existem o papel de “dominador” e o de “submisso”, que negociam antecipadamente as suas interações sexuais. Por outras palavras, o sadomasoquismo (SM), que se aproxima mais das representações dos entrevistados, é apenas uma dimensão do BDSM. Apenas Gustavo (coabitação há menos de 9 anos, sem filhos) mostrou maior conhecimento do BDSM: “sei que há muitas coisas diferentes e vários graus. Se for usar algumas algemas ou umas coisitas assim, não me importava de experimentar. Mas há outras coisas que são bastante agressivas, e essas, já não”.

De facto, entre os casais encontramos referência a práticas que podem ser englobadas no BDSM, mas que não são encaradas como tal. Glória (coabitação há menos de 9 anos, sem filhos) exemplifica a mobilização de papéis de dominação e submissão com o intuito explícito de provocar prazer sexual:

“Às vezes, gosto de mandar. Estamos a falar dessas questões do poder. É óbvio que, até fisicamente, o homem tem sempre uma posição mais dominante da coisa, mas, às vezes, eu gosto de mandar. Outras vezes, gosto mesmo é de ser paparicada e deixo-o conduzir. (...) acho que temos uma relação muito horizontal (...) não me sinto, de nenhuma forma, inferior ou com menos capacidade de conduzir. Por isso, digo que não me parece que seja uma distribuição estanque de papéis”.

Este tipo de interação remete para uma dinâmica de poder consensual na relação sexual. Há, pelo menos, o reconhecimento, mais ou menos tácito, de que existe o papel do dominador e o do

³⁵ BDSM significa *bondage* [amarrar, atar, prender] e disciplina; dominação e submissão, sadismo e masoquismo (Cardoso, 2012, p. 125).

submisso, mas também os jogos de papéis podem integrar práticas de BDSM e de Fetichismo. Clara (coabitação há menos de 9 anos, sem filhos), por exemplo, conta que o seu companheiro lhe pede para se vestir de determinada forma, aludindo à época do ano: “se ele quer que eu me vista de Mãe Natal, no Natal, eu visto-me de Mãe Natal”. Como refere Cardoso (2012), o BDSM, no fundo, pode ser visto como a erotização – explícita ou inconsciente – do poder entre dois ou mais indivíduos que negociam uma determinada encenação e estabelecem os seus limites.

A sexualidade dos casais pode também manifestar-se através das fantasias, embora a maior parte dos entrevistados confira pouca importância à concretização de fantasias sexuais. Alguns casais chegam a afirmar que não as possuem, caracterizando-se como pessoas “básicas” e “não rebuscadas” a nível sexual. Eva (coabitação há menos de 9 anos, com filhos) explica:

“Oh, eu não tenho, assim, grandes fantasias. Não tenho uma coisa de: ‘ei, gostava muito de experimentar...’. Ai, nós somos tão seca! Nós devemos ser muito seca porque não [tenho]. E ele também não fala...”.

Esta auto-depreciação de Eva deixa transparecer uma divisão hierárquica entre pessoas: ser aventureiro é ser bom; ser “normal” é ser mau ou “seca”. É quase como uma inversão do círculo encantado de Rubin (2007 [1984], p. 153), mas que, na verdade, mantém a estrutura viva, ou seja, o “sexo bom” equivalendo ao sexo heterossexual, monógamo, procriativo, não comercial e não pornográfico.

Entre os poucos casais que admitem ter fantasias sexuais, elas podem envolver apenas o parceiro ou estender-se a terceiros – o sexo a três. Nesta fantasia, há uma constante: os homens que a referem especificam que imaginam concretizá-la com duas mulheres, mas não consideram viável a integração de outro homem na relação sexual. Como afirma Eugénio (coabitação há menos de 9 anos, com filhos),

“Um *threesome*, por exemplo, duas mulheres e um homem, não me fazia confusão, mas ao contrário... É egoísmo. Tenho plena consciência disso, mas, ao contrário, não ia conseguir estar concentrado a fazer o meu papel. Porque a iria ver. Nem iria conseguir ter [ereção]. Não me iria conseguir concentrar, nem conseguir estar bem a ver alguém ali com ela”.

Este excerto ilustra três aspetos. Primeiro, ver a companheira a envolver-se com outro homem é entendido por Eugénio como algo que poria em causa a sua masculinidade e virilidade, já que poderia não conseguir alcançar a ereção. Segundo, acresce a questão da manutenção da exclusividade

sexual como elemento da honra masculina. Por fim, a inclusão de um terceiro elemento masculino poderá ser interpretada como possível “ameaça” de homossexualidade pelo envolvimento, mesmo que indireto, com outro homem (Vale de Almeida, 1995).

No que respeita à eventual revelação das próprias fantasias aos parceiros, há uma diferença entre os casais que se reflete na sua concretização ou não: os que não as revelam por vergonha ou receio da reação do outro acabam por não as concretizar; os que as revelam, na maior parte das vezes, acabam por as concretizar ou têm a intenção de o fazer. Os casais que partilham as suas fantasias possuem um repertório sexual mais diversificado, em particular, os *swingers*. Cabe ressaltar que, ainda que revelado ao outro, o imaginário sexual pode não se concretizar, havendo desencontro entre ele e as experiências sexuais concretas. Como refere Margarida (coabitação há 9 ou mais anos, com filhos),

“Nós falamos, mas não concretizamos. Não consigo [concretizar] porque eu não imagino o Gonçalo a vestir uma farda, uma coisa assim que eu tenha mesmo [vontade]. Comento com ele, ele ri-se e tal, mas não o estou a ver a fazer isso...”.

Quanto ao recurso a material erótico e pornográfico, os entrevistados revelam que o utilizam em casal ou individualmente. Conquanto comum à maioria, o recurso a esse material é encarado como “complementar”, servindo para “apimentar”, “inspirar” e “introduzir algo diferente” na prática sexual. Clara (coabitação há menos 9 anos, sem filhos), ao pensar na sua trajetória sexual, refere a importância da visualização de imagens erótico-sexuais:

“Toda a atividade sexual é inspirada naquilo que vemos. Desde que somos miúdas, em que havia aquelas telenovelas meio escandalosas que as nossas mães mudavam logo de canal porque aquilo era demasiado explícito... Desde isso até aos filmes da atualidade. (...). Não imagino que ninguém, nestas terriolas, se tenha lembrado sozinho [risos] do *swing*, não é?... Portanto, isso é tudo muito inspirado pela televisão, pela ficção, pelos filmes”.

Entre esse tipo de material, destacam-se os filmes e artigos como vibradores, *dildos*, lubrificantes, óleos e cremes de massagem. Cabe, todavia, realçar a presença de um discurso feminino que encara a pornografia como algo “nojento”, que é apenas usado por quem tem “problemas sexuais”. Rute (coabitação há menos de 9 anos, com filhos) afirma que o companheiro já tentou mostrar-lhe vídeos pornográficos, mas ela não gosta:

“Ele, às vezes, mete filmes para se meter comigo porque, por norma, eu [não gosto]. E ele: ‘Olha isto!’. E eu: ‘muda-me essa merda!’. Ou se algum amigo lhe manda daqueles vídeos de mulheres nuas a passar a mão e não sei o quê e ele: ‘olha esta, olha aquela’... (...) Eles mandam para se sentirem homens. Muitos é só para se meterem uns com os outros (...) [ou] é um bocado fugir à vida que têm, porque ele [referindo-se ao amigo do companheiro] tem uma mulher muito forte e nota-se que ele recorre fora e, depois, manda-lhe vídeos, para ele ver, de gajas que viu, tudo feito, da *net*, tudo porno”.

Referindo-se a grupos de *WhatsApp* constituídos por homens, ainda que tenha sido caso único, Edgar (coabitação há 9 ou mais anos, com filhos), por sua vez, considera que quem envia sistematicamente vídeos com conteúdo pornográfico não tem a sua orientação sexual definida:

“Por norma, nos grupos, acho que quem bombardeia é alguém que tem alguma coisa a esclarecer em si. Ausência [de identidade sexual], se calhar, insatisfação com a que tem, não sei, não sei. Para mim, (...) se tiver de ver, vejo. Se me apetecer ver, vou ver, mas não tenho a necessidade de bombardear o meu colega do lado todos os dias”.

Assim, apesar de uma maior adesão ao consumo de material erótico e pornográfico, permanecem estigmas em torno do seu consumo.

Ainda que de forma pouco expressiva, foi também mencionado o recurso às novas tecnologias como forma de aumentar o conhecimento sexual – através do “amigo Google” –, de manter o contacto sexual a distância e de alargar as experiências sexuais conjugais. Gustavo (coabitação há menos de 9 anos, sem filhos) refere que, quando morava longe da companheira e tinham “uma relação a distância (...) utilizámos o computador, o *Skype*, fazíamos, tipo, sexo virtual”. Contudo, os casais destacam também que o perigo de divulgação de fotografias passíveis de serem armazenadas na *cloud* inibe a sua partilha.

Entre os entrevistados, a utilização das novas tecnologias de informação e de objetos eróticos é interpretada como complemento da vida sexual e conjugal do casal. A frequência de locais como motéis, salões eróticos ou bares com o objetivo de ter experiências sexuais é um recurso secundário, esporádico ou mesmo inexistente entre os casais.

Refletir sobre a sexualidade dos indivíduos inclui também as práticas sexuais autoeróticas, nomeadamente por via da masturbação. Todos os entrevistados assumem a noção de sexo *versus* masturbação, ao invés de sexo a sós *versus* sexo acompanhado. A masturbação possibilita que cada

um proceda à descoberta do seu corpo e da sua sexualidade, sendo uma forma de obtenção de prazer e satisfação sexuais (Gagnon, 2006). Isto está espelhado no discurso de Francisco (coabitação há menos de 9 anos, sem filhos), que afirma que “acho que é normal. É assim que a gente descobre a sexualidade”.

Os discursos dos entrevistados mostram que a masturbação é cada vez menos estigmatizada, sendo encarada como forma de satisfação e/ ou relaxamento e proporcionando prazer. Todos os casais integram a masturbação mútua no seu reportório sexual como preliminar da penetração. No entanto, quando deslocamos o foco para a sua concretização a *so/o*, três mulheres declaram não sentir vontade, nem necessidade de se masturbar por se encontrarem satisfeitas sexualmente com o sexo a dois. Rute (coabitação há menos 9 anos, com filhos), assumindo uma lógica utilitarista da masturbação, considera que “é uma coisa que não é necessária. Se a gente tiver uma relação ativa, acho que a masturbação, aí, não faz nada”.

Já o coito, comparativamente à masturbação individual, é entendido pelos casais como o mais prazeroso e a masturbação como um “recurso” quando a vida sexual do casal está mais estagnada. Eugénio (coabitação há menos de 9 anos, com filhos) recorre à metáfora do carro para explicar isto: “eu não sou fã. Se eu tenho um carro, não vou andar a pé, mas também faz falta andar a pé. Por exemplo, se o carro avariar. (...) duas pessoas estão habituadas a ter uma vida sexual bastante ativa, vem aí uma filhota, uma pessoa não tem tempo, depois, uma pessoa acaba por ter aqueles momentos sozinho, se apetecer”.

Assim, não será despidendo notar que, como alerta Rubin (2007 [1984], p. 151) o “poderoso estigma do século XIX sobre a masturbação perdura em formas menos potentes e modificadas, como a ideia de que a masturbação é um substituto inferior de encontros”. Relativamente aos preliminares, se alguns entrevistados os consideram importantes, outros não os valorizam. Apesar disso, todos os entendem como não sendo “sexo”, por si sós.

Questionámos também os casais sobre a adoção de novas posições sexuais. Revelam que, ao longo do ato sexual, e durante o tempo da relação, foi “normal” e natural” a experimentação de várias posições sexuais. Não obstante, não há uma racionalização ou pesquisa sobre elas, como afirma Glória (coabitação há menos de 9 anos, sem filhos): “o Kama Sutra até está na mesinha de cabeceira, mas raramente é aberto...” Outro aspeto comum é que, apesar de experimentarem novas posições, os casais acabam por repetir as que lhes proporcionam maior prazer. Como refere Tomás (coabitação há menos de 9 anos, com filhos), “Nós somos muito de ‘em equipa que ganha, não se mexe’”.

No âmbito desta pesquisa, foi sendo claro que a proposta de diversificação das práticas e cenários sexuais é maioritariamente encabeçada por homens. Isto pode ser justificado pelo domínio do discurso de validação do impulso sexual masculino (Hollway, 1984) que impede algumas mulheres de admitir os seus desejos e apetites sexuais. Joana (coabitação há menos de 9 anos, sem filhos) refere que talvez não revele todos os seus desejos sexuais por receio da reação do companheiro:

“Talvez não revele assim a cem por cento, mas, sim, revelo, e algumas já concretizámos”. Mas, se houvesse alguma coisa que, sei lá, implicasse uma terceira pessoa, se calhar, tinha algum constrangimento em dizer-lhe. Acho que não iria aceitar muito bem, a menos que fosse uma outra mulher. Aí, seria mais fácil, talvez [risos].”

Atente-se, todavia, que a maior iniciativa masculina se refere apenas a assuntos que considerem que vão “apimentar” a relação sexual. Pelo contrário, quando envolvem problemas sexuais, observamos um silenciamento, como já descrito.

Outro aspeto abordado nas entrevistas foram as estratégias adotadas pelo casal para evitar a gravidez. À semelhança do que Aboim (2016) identificou, os entrevistados mostram conhecimento dos métodos contraceptivos e da prevenção de infeções sexualmente transmitidas. No entanto, a contraceção é, maioritariamente, assegurada pela mulher através de contraceptivos orais. Se, por um lado, podemos afirmar que a contraceção foi um acontecimento histórico no campo da sexualidade, concedendo à mulher maior liberdade sexual, por outro, a responsabilidade pela utilização desses métodos e, por conseguinte, de evitar gravidezes indesejadas, continua a ser dela. Além disso, ainda se observa um desconhecimento acerca de métodos contraceptivos masculinos, nomeadamente a vasectomia. O uso de preservativo na relação conjugal é também raro, ocorrendo quando não há alternativa. Isto pode ser justificado pela simbologia associada ao preservativo ou, especificamente à decisão de retirar o preservativo. Simbolicamente, numa relação sexual heterossexual monogâmica, retirar o preservativo é entendido como uma expressão de fidelização, pelo que a sua utilização é vista como uma falha, uma incapacidade ou uma indisponibilidade para o compromisso ou, então, como um questionamento moral acerca da outra pessoa.

A teoria dos roteiros sexuais (Gagnon & Simon, 1977) ajuda a compreender a (não) adoção/experimentação de determinadas condutas sexuais e o modo como as heranças culturais se enlaçam com os desejos individuais. Se é certa uma maior abertura para a experimentação sexual, ela coexiste com valores sociais e culturais mais tradicionalistas. Na esfera conjugal, o exercício da sexualidade

depende não apenas dos desejos ou impulsos dos indivíduos, mas também de outros fatores mais ou menos propícios à sua realização (Gagnon, 2006).

No presente estudo, os três níveis dos guiões sexuais identificados por Gagnon e Simon (1977) estão presentes nas condutas dos casais. Apesar da existência de guiões normativos a nível cultural, alguns casais subvertem-nos quando integram condutas sexuais – como a prática de *swinging*, a visualização de filmes eróticos ou a relativização da norma da fidelidade conjugal e sexual – que podem originar, ao nível intrapsíquico, outros desejos de experimentação sexual. Ainda assim, outros casais mantêm-se fiéis aos guiões normativos.

Há, assim, um conjunto de motivações subjetivas e razões culturais e sociais que explicam as dinâmicas sexuais dos casais. Como afirma Bozon (2001, p. 13), “o facto de alguns indivíduos não conseguirem conceber uma experiência sexual não relacionada com a conjugalidade [ou com os afetos]³⁶ é simultaneamente uma consequência e uma causa de um conjunto de experiências biográficas, que ativam ensinamentos formais ou informais recebidos desde a infância, na família e fora da família”. A análise da variedade de práticas sexuais possibilitou uma compreensão mais sustentada e holística da atividade sexual dos casais entrevistados, nomeadamente das suas interações sexuais e dos meios adotados para obter prazer.

5.2. Fatores que interferem na vivência da sexualidade

5.2.1. A rotina conjugal e a perda de encantamento

Ao longo do tempo de coabitação, a frequência e a regularidade das relações sexuais mudam. Além da diminuição da frequência da atividade sexual, regista-se um desencontro crescente entre os desejos sexuais masculinos e femininos. De acordo com os entrevistados, os diferentes papéis e as mudanças com que se deparam parecem interferir no tempo a dois, no cansaço físico e mental e na intimidade sexual.

Segundo Joana (coabitação há menos de 9 anos, sem filhos), a atividade sexual, no início da relação, “era muito mais regular, mais paixão, mais início. Talvez, quando começámos a viver juntos, também, um pouco mais, mas, depois, foi esmorecendo”. Marco (coabitação há 9 ou mais anos, sem filhos) recorre a uma metáfora para explicar isto: “lembro-me que, nos primeiros anos em que namorámos, parecíamos coelhos e, depois, houve uma fase muito mais apagada. E, depois, houve uma fase mais ativa e, por exemplo, hoje em dia, até acho que estamos no meio termo”.

* Parênteses nossos.

Tais resultados vão ao encontro das conclusões de Bozon (2001, 2004) e Policarpo (2011b), que mostram que, à medida que o número de anos de conjugalidade aumenta, o sexo deixa de ser necessário para construir a relação e transforma-se, essencialmente, num “ritual de confirmação” da mesma. Parece haver um acordo (não dito) de que o contacto sexual deve ser mantido ao longo do relacionamento. Quando tal não ocorre, é suscetível de originar conflitos e mal-estar (van Hooff, 2015). Assim, além de exigir uma articulação entre vontades individuais, a trajetória sexual do casal tende a reconfigurar-se ao longo do tempo (Bozon, 2004; Policarpo, 2011b).

Duas explicações mobilizadas para justificar o decréscimo da frequência da atividade sexual são as tarefas do dia a dia e a rotina. A maioria dos entrevistados reconhece que a realização de diversas atividades e o assumir de vários papéis leva a que a prática sexual seja secundarizada. Como exemplificado por Clara (coabitação há menos de 9 anos, sem filhos), atribui-se prioridade a outras atividades, deixando o sexo para momentos menos atarefados e mais relaxados:

“Ele já sabe como é que eu sou (...) Ainda ontem, saí do trabalho às dez da noite, cheguei a casa e ainda quis regar a relva (...), fazer exercício físico, fazer as tarefas domésticas, comer. Entre comer e descansar, repousar um minutinho e ir para a cama (...). Ao fim de semana, deitamo-nos à hora que nos apetece porque não temos responsabilidades, não temos filhos, mas, durante a semana, é muito difícil os casais encontrarem-se sexualmente”.

Marco (coabitação há 9 ou mais anos, sem filhos) relaciona o exercício da sexualidade com outras sensações alimentares prazerosas que também não tem diariamente. Apesar de ter trocas afetivas todos os dias com a companheira, deixa o sexo para os fins de semana:

“Durante a nossa semana, tentamos ter uma vida quase mais virada para uma coisa [saudável] porque também sabemos que, no fim de semana, por norma, temos um bolo à nossa espera. E o mesmo se diz em relação a uma francesinha ou a uma pizza. Ou seja, não o fazemos todos os dias [referindo-se ao sexo]. Estamos dispostos a isso todos os dias e falamos e temos brincadeiras sexuais, mas é quase do tipo ‘Ok, sábado é sábado. Domingo é domingo’. (...) adoro sexo, mas não sou o Imperador Romano. Não pode haver sexo todos os dias e a todas as horas que queira. Tal como adoro comer, ler, ver filmes, mas não posso fazer sempre isso”.

Embora todos os casais refiram um declínio da frequência da atividade sexual ao longo do tempo, isso não parece traduzir-se em menor satisfação sexual. Pelo contrário, esta pode manter-se ou

até ganhar em qualidade devido a experiências passadas que aumentam o conhecimento do próprio corpo e do corpo do outro e do reconhecimento das práticas/gestos que proporcionam mais prazer. Assim, o desenvolvimento do conhecimento sexual e a progressiva autorrevelação parecem permitir que as relações sexuais sejam mais satisfatórias. A este respeito, Anita (coabitação há 9 ou mais anos, sem filhos) clarifica a distinção entre quantidade e qualidade e esclarece que o tempo de conjugalidade teve efeitos positivos na satisfação sexual:

“Agora, acho que está muito melhor [a relação sexual] porque sabemos fazer a coisa melhor. O conhecimento é muito importante. A descoberta é maravilhosa, acho que toda a gente diz isto. Mas, depois, chegas a uma altura em que já conheces. A quantidade pode não ser tanta, mas a qualidade é melhor”.

Apenas um casal não partilha desta visão. Elsa e Raúl (coabitação há 9 ou mais anos, com filhos) são também um dos casais entrevistados que coabita há mais tempo e que, tendo passado por vários momentos difíceis, reconhece que um relacionamento tem “altos e baixos”, que “não é sempre um mar de rosas” e que, no caso dela, a relação sexual, em termos de qualidade, “piorou”. Como notado por Bozon (2004), o discurso de Elsa espelha o desencanto feminino com o sexo ao longo do tempo:

“Pfff, piorou. (...). Antes, a gente explorava, fazia e acontecia. Não quer dizer que não aconteça atualmente, mas em momentos especiais ou em locais especiais. Mas já não com aquele fervor. E eu, sinceramente, acho que esse fervor vai passando. É o que eu acho, é o que eu sinto”.

5.2.2. Gravidez, nascimento de filhos e pós-parto

A importância de ter filhos é sublinhada pela generalidade dos casais, reforçando o valor da maternidade e da paternidade na vida conjugal. Este aspeto parece revelar que as fortes mudanças na situação das mulheres – presença no mercado de trabalho e maior permissividade sexual, por exemplo – não afastaram o desejo de “ser mãe”.

Apenas dois casais afirmaram que não desejavam ter filhos. Esta rutura com o modelo normativo foi justificada pelo facto de quererem manter a liberdade e não terem de assumir esses papéis e conseqüente responsabilidade. Estas decisões assentam numa negociação prévia. Como explica Manuel (coabitação há menos de 9 anos, sem filhos), “é uma coisa em que estamos em sintonia. (...) queremos estar livres, só nós os dois, sem pequenos”.

Mesmo entre os casais sem filhos, há consciência das alterações causadas pelo nascimento de um filho nas dinâmicas e rotinas conjugais. Nesses casos, a decisão foi tomada pelos dois parceiros, ainda que os “termos da negociação” tivessem diferentes pontos de partida: no caso de gravidezes planeadas, houve uma negociação do momento em que dariam início ao processo; no caso de gravidezes não planeadas, ambos concordaram em dar continuidade à gestação.

Para todos os casais, a gravidez constitui uma fase de grandes alterações na vida sexual. Contudo, estas foram sentidas de formas diferentes. Nalguns casos, proporcionou às mulheres um maior desejo sexual, aumentando a frequência das relações sexuais. As palavras de Eugénio (coabitação há menos de 9 anos, com filhos) ilustram estes casos quando refere o aumento de libido da companheira durante esse período: “a gravidez nunca foi problema. Depois, na gravidez, até para o fim, aumentou [a regularidade sexual]”. Luísa a sua companheira, refere que, durante a gravidez, a vida sexual foi “normal”. Noutros casos, a gravidez foi problemática ao nível sexual, quer pelo modo como foi vivida, quer por questões de saúde inerentes. Se os casos de risco não permitem o coito genital, noutros casos, são as representações em torno da mulher grávida que levam à abstinência sexual. Assim, Margarida (coabitação há 9 ou mais anos, com filhos) sublinha como as complicações de saúde que ocorreram nesse período limitaram a sua vida sexual: “Tivemos uma fase em que eu não podia ter relações durante os primeiros três meses, por causa de um problemazito que tive”. Já Laura e Joaquim (coabitação há menos de 9 anos, com filhos) ilustram a indisponibilidade sexual do parceiro para a concretização do ato sexual por receio de prejudicar o bebé.

“Na gravidez, apetecia-me tanto e ele nunca queria!... (...). Enquanto não se notava a barriga, nós fomos fazendo, mas, depois que a barriga cresceu, tinha medo (...). Ele dizia que tinha medo de aleijar o bebé. Ainda mais quando ele estava maior, pronto, ainda lhe dava mais aquele receio” (Laura).

“O primeiro mês ou segundo mês, não [alterou a regularidade]. Mas, depois, não me sentia à vontade. Tenho ideia de que poderia aleijar o garoto. A médica disse ‘não se preocupe que não acontece nada, até é bom porque estimula’. Mas eu: ‘Esquece, esquece! Não consigo!’...” (Joaquim).

O modo como cada casal viveu a gravidez difere entre os casais: se a uns provocou mudanças na frequência das relações sexuais que permanecem mesmo no pós-parto, para outros, essas alterações foram temporárias. Ainda assim, o nascimento de um filho teve efeitos na sexualidade de

todos os casais, tal como já antecipávamos com base em resultados de outros trabalhos (Hyde *et al.*, 1996; Tavares *et al.*, 2021).

Também o período pós-parto é descrito por todos os casais como um momento que provoca muitas alterações nas dinâmicas conjugais e sexuais. Ele exige que cada casal reflita sobre a sua união, reestruturando e atribuindo novos valores e significados ao afeto e ao sexo. Margarida (coabitação há 9 ou mais anos, com filhos) sublinha essa necessidade de ajustamento a uma nova realidade, relegando a atividade sexual para segundo plano e dando prioridade a outras dimensões:

“Durante os primeiros meses, é uma adaptação muito grande para todos. Há um terceiro elemento em casa, há um terceiro elemento numa relação (...). Depois, é o cansaço que toma conta de nós e o tempo deixa de ser tanto para muita coisa, inclusive para o marido. (...) Mas, em relação a dizer ‘ai, estou mortinha por ter relações’, não! Esse pensamento não me ocorreu logo. (...) Tinha mais saudades de um copo de vinho e de relaxar do que de fazer sexo” (Margarida).

Também o seu companheiro, Gonçalo, refere que o pós-parto foi o momento que mais fragilizou a relação:

“Senti a relação a ficar mais frágil, sem dúvida. É uma prova de fogo. Foi, provavelmente, a maior prova de fogo do nosso relacionamento e ainda é. Ainda é porque as discussões são muito mais frequentes, o mau humor é muito maior, ou seja, a paciência é zero, portanto, isso é determinante”.

Para Eva e Tomás (coabitação há menos de 9 anos, com filhos), o pós-parto foi um momento fraturante nos modos como gerem o tempo a dois. Ainda que seja caso único, este casal, que já não tinha relações sexuais há vários meses, justifica o nascimento próximo dos seus dois filhos – um com um ano e outro com três – como a causa do desgaste mental e físico que condiciona a frequência sexual. As expressões sexuais e afetivas perdem alguma importância, não deixando, contudo, de ser concebidas como fundamentais num relacionamento. Recordemo-nos que este é o casal que considerou que a ausência do exercício da sexualidade é preocupante. As palavras de ambos permitem exemplificar esta situação:

“Não, nem pensar [referindo-se a se conseguem ter relações sexuais uma vez por mês]. É terrível. É muito cansaço, mesmo. É de chegar à cama e morrermos para a vida e aproveitar para dormir o máximo que conseguirmos porque não sabemos se,

dali a duas horas, estamos a pé e eu acredito que isso tenha algumas consequências graves na relação” (Eva).

“Está parada [referindo-se à vida sexual]. Filhos, filhos. Principalmente filhos, porque enquanto solteiros, a única coisa que nos prendia, que nos geria um bocado o tempo para a parte da vida sexual, seria o trabalho” (Tomás).

Foi também possível notar que as alterações, ao nível físico, resultantes do pós-parto parecem afetar particularmente as mulheres, já que “a perda de confiança no corpo leva à perda de confiança na interação social” (Bury, 1991, p. 453). A este respeito, Edgar (coabitação há 9 ou mais anos, com filhos) defende que as alterações hormonais e corporais da sua companheira tiveram impacto na interação sexual e “testaram” a união dos dois:

“O pós-parto é um bom momento para se ver o equilíbrio que há na relação. Para mim, é uma altura sensível na mulher porque nem sempre tudo está bem: ou é o corpo ou são as hormonas que ainda não estão reguladas. É sempre o desconforto por causa da parte física, da fisiologia. Para nós, homens, é aí que se vê o companheirismo. O facto de termos de ter paciência, saber que, se calhar, vamos ter uma relação em que não vai haver penetração, mas que, se calhar, vai haver mais atenção minha à estimulação dela”.

O discurso da sua companheira, Manuela, é coincidente, referindo que a vida sexual do casal sofreu grandes alterações “porque o útero estava a rebentar e ninguém reparou, até que chegou a uma altura em que, quando tinha relações [sexuais], tinha muitas dores. E aí, tivemos de parar”.

Também Margarida (coabitação há 9 ou mais anos, com filhos) enaltece o companheirismo em detrimento do sexo quando afirma que, a partir do momento em que nasceu a sua filha, o sexo passou a ter uma importância secundária:

“Eu não acho que o sexo seja o mais importante. O mais importante, neste momento, principalmente agora, que sou mãe, é o companheirismo. É a questão de ele me compreender e, até, compreender que essa parte sexual já não seja aquele rebuliço de quando a gente não tinha filhos” (Margarida, 35 anos).

Apesar das similitudes entre os casais na forma como o momento do pós-parto é interpretado e vivido, a duração das suas consequências na vida sexual é variável e pode implicar o recurso a práticas sexuais alternativas à penetração vaginal:

“No pós-parto, ele estava a ressentir-se um bocadinho porque ia ser um mês inteiro [sem sexo]. Isto é um bocado estranho, acho que ninguém vai dar esta resposta [risos], mas, quando a miúda ficava a dormir, ficávamos nos mimosos lá dentro. Embora não pudesse haver penetração, eu fazia-lhe sexo oral a ele e ele fazia-me a mim só com carícias. E posso-lhe dizer que foi dos melhores orgasmos da minha vida” (Luísa, coabitação há menos de 9 anos, com filhos).

A integração de um novo elemento no seio conjugal faz com que aumente a indisponibilidade sexual e exige também a gestão da privacidade da díade conjugal de modo a “não ser apanhada pela filha” (Margarida, coabitação há 9 ou mais anos, com filhos).

Assim, as variações na vida sexual do casal não estão meramente dependentes dos desejos e impulsos de cada parceiro, já que é preciso lidar com situações mais ou menos favoráveis à concretização do ato sexual (Gagnon & Simon, 1977). Margarida (coabitação há 9 ou mais anos, com filhos) exemplifica como os motivos de ordem prática interferem na sua vida sexual:

“Agora não é o rebuliço que era antigamente. Não é a qualquer momento ou hora a que nos apetece. Agora, eu não vou tomar banho com o Gonçalo quase nunca. Aliás, estando a minha filha em casa, nunca tomo banho com ele (...) porque não vamos deixá-la aqui sozinha e vamos os dois para o banho. (...) Nós perdemos um bocadinho a nossa privacidade com uma criança em casa. Não vai ter cinco anos e os pais ‘ai, espera aí que estamos a sair da cama’, portanto, a dinâmica muda. A dinâmica sexual tem que mudar e é ajustada aos horários dela, aos momentos em que ela está em casa ou não. A tudo: os sítios onde se faz, os barulhos que se fazia e agora não se pode fazer. Tudo isso é alterado, logicamente”.

Ao alterar as dinâmicas na vida a dois e, em particular, na vida sexual, a parentalidade acaba por se constituir como um “momento crítico”, ou “decisivo”. Tal como apontado por Bury (1991), regista-se, por parte dos casais entrevistados, uma *reconstrução narrativa*, caracterizada pela procura de um novo sentido para a sua condição de casal, justificando o decréscimo da atividade sexual devido a fatores exógenos: a disponibilidade física, temporal e emocional; os constrangimentos ao nível

familiar ou profissional. Esta ideia de que a uns acontecimentos se acrescentam outros pode ser observada nas palavras de Gonçalo e Margarida (coabitação há 9 ou mais anos, com filhos):

“O nascimento da filha (...), só isso, já desencadeou uma diminuição [da frequência sexual] e, depois, lá está, acaba por ser um fator que provoca muitos outros. Acaba por ser uma bola de neve. As pessoas afastam-se mais, há mais discussões. Obviamente, o humor também não é o ideal. Se nós discutimos, depois, não existe ambiente, nem procura. Já não há sentimento para isso” (Gonçalo).

“a questão da criança nos traz mais *stress* um com o outro. Então, não estamos sempre de bandeira branca. Não é que estejamos chateados, mas claro que aumentou a frequência das discussões, isso é óbvio. Se for preciso, se, naquela semana, me chatear com ele, já não há nada” (Margarida).

Podemos, então, concluir que entre os fatores que condicionam a regularidade da atividade sexual, se destaca o surgimento dos filhos, desde a gravidez até à sua independência.

5.2.3. Fases menos felizes e estáveis da relação

Motivadas por diversas razões, as fases menos felizes da relação contribuem para o desinvestimento na dimensão sexual. Um dos motivos apontados para a alteração da frequência sexual são as discussões. A argumentação de Manuela (coabitação há 9 ou mais anos, com filhos) é esclarecedora a este respeito:

“Claro que altera. Claro que afeta. Eu, quando me chateio, chateio-me da cabeça aos pés. Por acaso, tenho uma amiga que diz: ‘eu quando me chateio é só da cinta para cima’. Não, eu chateio-me da cabeça aos pés e claro que te afeta – pelo menos, a mim, afeta. Quando estou chateada, estou chateada. E isso também depois afeta a rotina”.

De salientar que esta consequência é descrita como resultado de um estado emocional de pouca predisposição para o exercício da sexualidade e não como uma forma de represália, como nota Carminho (coabitação há menos de 9 anos, sem filhos):

“Se estiver chateada, aí não há nada. Não é por vingança. (...). Não é ‘ai, estou chateada contigo, então, para te castigar...’, não é nada disso. Simplesmente, aquela vontade natural de [sexo] não existe”.

A análise dos discursos permitiu que encontrássemos uma tendência: normalmente, os efeitos das discussões fazem-se sentir mais entre as mulheres. São estas que parecem ficar mais afetadas e com menor predisposição sexual em comparação com os homens. António (coabitação há menos de 9 anos, sem filhos) é perentório a explicar que,

“Quando ela está a chateada, ai, Jesus, interfere tanto! Se ela está chateada, ninguém tem sorte em casa, já sabemos. E acontece contigo [faz esta referência por a investigadora ser mulher] igual, de certeza. Acontece com toda a gente [risos]”.

O discurso de António veicula uma representação do género normativo: a ideia de que os homens é que mandam, mas, no espaço doméstico, são as mulheres que têm esse poder, nomeadamente, o poder de controlar a regularidade sexual e de decidir se se tem, ou não, “sorte em casa”. Isto vai ao encontro da ideia das mulheres como “guardiãs” sexuais (Impett & Peplau, 2006, p. 280).

Muitas discussões relacionam-se com a gestão da dinâmica familiar. A maioria das mulheres é crítica acerca da partilha das tarefas domésticas. Se, no plano das ideias, todos os entrevistados expressam uma visão simétrica e equilibrada, na prática, nem todas as realidades vividas a espelham. O discurso de Margarida (coabitação há 9 ou mais anos, com filhos) é revelador:

“Acho que temos sempre a tendência, nós, as mulheres, de pedir ajuda. Não é pedir ajuda, porque acho que nós não temos que pedir ajuda. Acho que eles próprios também deviam tomar a atitude de ajudar, mas acho que os homens têm um bocado o mal de, se isto estiver aqui sujo, oh, pá, se ela não me disse para limpar... Eh, pá, está sujo, mas eu lido com isto bem aqui sujo. Nós mulheres, eu falo no meu caso, tenho de gerir praticamente tudo. Não que ele não me ajude, ajuda, mas eu tenho de indicar tudo, orientar tudo e isso acaba por me criar muito *stress*”.

Estudos anteriores também dão conta de que as mulheres tendem a ser (sobre)responsabilizadas pela coordenação do trabalho doméstico (Jurva & Lahti, 2019; Bach & Aarseth, 2016), o que acaba por criar *stress* e ansiedade e, conseqüentemente, originar discussões. As entrevistadas assumem uma posição de não aceitação do modelo da “moura de casa”. Ainda assim, parece persistir uma desresponsabilização dos homens face ao trabalho doméstico e muitas mulheres sentem-se culpadas se não realizarem determinadas tarefas.

Só três entrevistadas afirmam que é o companheiro que assegura a maioria das tarefas domésticas. É o caso de Manuela, que afirma que “ele faz muito mais do que eu” (coabitação há 9 ou mais anos, com filhos), e de Laura (coabitação há menos de 9 anos, sem filhos), que diz que é “ele

que faz a maior parte das coisas, para ser sincera [risos]”. No caso da terceira entrevistada, o seu discurso reflete alguma frustração por não conseguir cumprir o “seu” papel:

“Às vezes, sinto que não lhe dou tudo o que ele, se calhar, precisa, mesmo na dinâmica de casa. Às vezes, eu estou cansada. (...) ele faz grande parte das coisas em casa. (...) Ele é quase a mãe do antigamente – agora, isso não existe, mas é um bocado essa ideia. E, se calhar, ele, às vezes, diz: ‘podias ter ajudado a tratar da roupa’, por exemplo, e eu estou tão cansada que [não faço]. Acho que, às vezes, ele queria mais de mim do que aquilo que eu lhe dou em termos de dinâmica familiar. Sim, às vezes, sinto-me má esposa” (Eva, coabitação há menos de 9 anos, com filhos).

As palavras de Eva refletem o modo como a rutura com o que se considera “ser boa esposa” pode causar angústia e frustração. O distanciamento de Eva face aos papéis familiares tradicionais, em que “ser boa esposa” implica assegurar a gestão da vida doméstica e cuidar das necessidades emocionais do parceiro, causa-lhe constrangimento. E não se faz sem culpabilização, o que mostra que as relações de casal são contextos onde as expectativas e práticas sociais relativas ao género são (re)produzidas (Juvonen & Kolehmainen, 2018).

Para evitar discussões por esse tipo de motivos, alguns casais recorrem a ajuda externa, nomeadamente, transferindo o trabalho doméstico para uma terceira pessoa. Trata-se de uma estratégia também notada por Aboim (2006, p. 206), que mostra como os “capitais económicos e relacionais concorrem para facilitar a vida da mulher, permitindo-lhe combinar várias esferas de actividade, dentro e fora do universo familiar” através do acesso aos serviços pagos de uma empregada doméstica. É o caso de Clara (coabitação há menos de 9 anos, sem filhos):

“Qual era o *handicap* [de partilhar casa]? Se calhar, para noventa e nove por cento das mulheres da população mundial, são as tarefas domésticas, claro. Como é que nós resolvemos isso? Arranjamos uma senhora para nos limpar a casa. Quando a senhora não está, sinto-o mais participativo, sinto que ele, progressivamente, se foi envolvendo mais um pouco nas atividades de casa (...) se lhe disser para aspirar, ele aspira. É assim, tenho de ser sempre eu a dizer-lhe: ‘a roupa ‘tá seca’... Tenho de ser eu a dizer-lhe para fazer a cama, até ao ínfimo pormenor. Aquelas coisas de casa, claro, tenho de ser eu a reparar”.

Outra estratégia para lidar com a desigual repartição das tarefas sem criar situações de conflito é desvalorizar o comportamento, como explica Mariana (coabitação há menos de 9 anos, com filhos):

“Entramos, muitas vezes, em choque porque o Ivo tem o *timing* dele (...). Uma coisa muito prática que, às vezes, chateia: estamos os dois a limpar, eu começo e termino. O Ivo chega a casa e o aspirador ficou ali no meio porque ele limpou esta parte, mas, ENTRETANTO, viu qualquer coisa e pronto, acabou! Às vezes, é complicado, mas acho que há uma coisa muito boa entre nós, que é termos uma capacidade muito boa de, não é de desculpar, mas é de esquecer”.

Estes são exemplos da “naturalização” das diferenças de género. É a mulher que assume, geralmente, a responsabilidade pela gestão das tarefas domésticas, ao passo que o homem adota uma postura de execução prática, colaborando em algumas delas. Tal como apontado por Magnusson (2005), muitas vezes, o desconforto é ultrapassado com recurso a estruturas culturalmente disponíveis acerca das relações de casal e de género, que ajudam a dar sentido e a normalizar situações mais fraturantes. De todo o modo, a forma como se lida com a divisão de tarefas acaba por reforçar a ideia de que os homens são imutáveis e que são as mulheres que têm de se adaptar à sua incapacidade de mudança, o que continua a isentá-los de responsabilidades relativamente a esse trabalho.

Outro motivo que pode contribuir para fases menos felizes é a descoberta de infidelidade(s). A partir do momento em que a quebra da norma de exclusividade sexual é descoberta, a relação amorosa e, conseqüentemente, a vida sexual, podem ser postas em causa. Ainda que seja caso único nos casais entrevistados, Elsa e Raúl (coabitação há 9 ou mais anos, com filhos) passaram por uma crise conjugal decorrente da infidelidade de Elsa. A crise não acabou em rutura, mas a vida sexual do casal ressentiu-se. De notar que a “traição” foi apenas comentada por Elsa, que refere que teve impacto na relação:

“Foi um momento crítico do nosso relacionamento, muito crítico. (...) foi ultrapassado e bem ultrapassado. Acho que conseguimos. É uma página passada, mas foi uma fase complicada, que conseguimos ultrapassar, mas que deixou marcas em ambos. (...) a mim, foi marcas de referência: do que é possível, do que não é possível. A ele, marcas emocionais. Se calhar, pus em causa as capacidades [a virilidade] do Raúl... Também não estão em causa, mas, se calhar, para ele, sim” (Elsa).

De acordo com Elsa, a monotonia da relação e o comodismo sexual esteve na origem dessa crise, sendo que a situação foi ultrapassada por ambos, em grande medida, devido à duração da relação, que contribuiu para a relativização da exclusividade sexual que regulava os limites iniciais da

relação conjugal³⁷. Apesar da resolução do conflito ter sido bem-sucedida, nas palavras de Elsa, o acontecimento não foi partilhado com mais ninguém, o que pode evidenciar a necessidade de preservação da “fachada” conjugal (Goffman, 1993 [1959]).

5.2.4. Na “saúde, na doença” e no (des)emprego: efeitos na sexualidade

A saúde mental pode afetar a relação conjugal e a sexualidade do indivíduo direta ou indiretamente e, portanto, as dos seus companheiros (Thomeer *et al.*, 2013). A condição psicológica tem, por sua vez, efeitos na atividade, no desejo e no desempenho sexuais (Laporte & Beltzer, 2008). Esses efeitos podem ser causados ou agravados pela utilização de medicação, nomeadamente antidepressivos, como observa Luísa (coabitação há menos de 9 anos, com filhos):

“Houve uma fase em que tomei um medicamento, um antidepressivo, que ainda estou a tomar, mas, no início [diminuiu a libido]... Porque ele está completamente relacionado com a diminuição da libido. No início, senti, mas uma coisa brutal!... Ele próprio notou”.

Também Marco (coabitação há 9 ou mais anos, sem filhos) refere que, quando teve um “esgotamento”, teve de recorrer a medicação. Todavia, os efeitos do tratamento medicamentoso levaram-no a descontinuí-la:

“Na altura dos [tratamentos] *in vitro*, tive mesmo um esgotamento. Tomei antidepressivos durante dois meses e deixei de os tomar porque aquilo tirou-me a libido completamente. Deixei de os tomar, não gostei nada daquilo!”.

Questionado sobre se sentiu que poderia ter afetado a sua masculinidade, Marco afastou-se de uma resposta clara, afirmando que o médico lhe disse que “este tipo de medicação, com algumas pessoas, até as mete mais relaxadas e até lhes dá mais coisa [referindo-se à pujança sexual], mas, a mim, não. Sinceramente, pura e simplesmente, não funcionava”.

A doença pode também assumir contornos físicos. Não obstante, a forma como cada casal gere e valoriza esses fatores é diferenciada. Por exemplo, Raúl (coabitação há 9 ou mais anos, com filhos) explica como um problema de saúde afetou o seu desempenho e, por inerência, limitou e, até, inibiu a interação sexual:

“Tive um problema de saúde há dois anos. Não tinha tanta [força]. (...) tinha um problema de saúde e não disse nada a ninguém. Depois, fui ao hospital, na última.

³⁷ *Diário de Campo*, julho de 2020.

[risos]. Agora, estou bem. ‘Tou a cem por cento. Estava mesmo a morrer, quase. (...) Nem conseguia irrigar e ter ereção. (...) Ia para baixo. Eu já sabia, mais ou menos, que era devido a isso”.

Quando questionado sobre se tinha partilhado a situação com a companheira, responde que “não porque tinha medo. Pensava que era um cancro. (...). Tinha medo. Aquele receio. Sou homem. Normalmente, eu ouço que os homens vão na última ao hospital e eu fui na última, mesmo”. De facto, as ideias de invulnerabilidade, força e virilidade como atributos normativos do género masculino, justificam a dificuldade de os homens reconhecerem as suas necessidades de saúde. Como mostram Verdonk e colegas (2010, p. 1), aos homens cabem os atributos de vencedores e, por isso, estão sempre prontos para competir: “homens reais não são chorões e, idealmente, não são vulneráveis”. A masculinidade normativa acaba por pôr em causa os cuidados com a saúde, já que este é um atributo feminino e, por isso, deve ser evitado. Assim, não prestar atenção e silenciar determinados sintomas são práticas de masculinidade (Verdonk et al., 2010). Além disso, o “silêncio emocional” dos homens leva a que, muitas vezes, não falem com as suas companheiras (Marques, 2021, pp. 24-27).

As palavras da companheira de Raúl mostram que ela se tinha apercebido da ausência de disponibilidade sexual dele, mas aproveitou a situação: “coincidiu e juntei o útil ao agradável. Pensava: se a ele não lhe apetece, a mim, também não. (...) então, tudo junto, fomos adiando. (...) a doença dele, o pós-mãe, a gente deixou andar” (Elsa, coabitação há 9 ou mais anos, com filhos). A história deste casal mostra como os fatores que afetam a regularidade podem acumular-se e sobrepor-se.

Outras vezes, os problemas físicos podem estar associados ao envelhecimento. Afonso (coabitação há menos de 9 anos, sem filhos) é o entrevistado mais velho e revela que tem dificuldades de ereção. A consciência da perda de força e vigor físico, além de afetar a sua sexualidade, acaba por ter efeitos psicológicos. As suas declarações revelam a preocupação com e a tentativa de racionalização da diminuição da capacidade sexual:

“Com a idade, uma pessoa fica mais madura e mais fraca. Muito mais fraca (...). Às vezes, as coisas não funcionam como eu quero e eu fico a pensar: ‘será que eu já estou a ficar velho?’. E uma pessoa fica logo a pensar... Porra! Bem, estou quase a chegar aos cinquenta anos, se calhar, já não é como quando uma pessoa tinha vinte e é quando quer. Oh, pá, preocupa-me, mas é inevitável. Faz parte do ciclo de vida. É lógico que, se uma pessoa puder prolongar isso, melhor”.

Ainda que tente gerir a situação, naturalizando-a e aceitando a inevitabilidade do processo de envelhecimento, quando convidado a descrever como se sente, é notório o seu desconforto, a sua desorientação e o seu sentimento de fracasso:

“Sinto-me chateado porque ninguém gosta de falhar [referindo-se a problemas de ereção]. Quando as coisas não funcionam, uma pessoa não sabe bem porquê. Pode ser uma mistura do psicológico com o físico. É tentar...”.

A isto, acresce o facto de a sua companheira ter perdas de sangue, o que acaba por contribuir para um maior espaçamento das relações sexuais, tal como ela reconhece:

“[A vida sexual] está insatisfatória e vai continuar [risos]. Podia haver mais, é óbvio que sim, mas, se calhar, há outras coisas que, às vezes, o podem estar a incomodar psicologicamente, que ainda não descobrimos o que era. (...) a vida sexual podia estar mais ativa, só que, se calhar, não está porque também tenho alguns problemas. Estou a fazer um tratamento e, às vezes, sangro. (...). Deve ser um vaso sanguíneo...” (Inês, coabitação há menos de 9 anos, sem filhos).

Os dados não permitem conclusões robustas sobre os efeitos do envelhecimento na vida sexual dos casais. No entanto, a situação deste casal dá-nos pistas das possíveis transformações que possam ocorrer na velhice. Tivemos oportunidade de questionar os casais sobre este assunto. Ainda que não estejam a vivenciar a situação e alertem que não têm conhecimento factual, existem semelhanças nas formas como preveem e interpretam o processo de envelhecimento e, especificamente, a sua sexualidade nesse período. Desde logo, os entrevistados reconhecem que o envelhecimento provocará, inevitavelmente, transformações no que concerne à resposta, à frequência e ao apetite sexuais. Todavia, e apoiando-se na ideia de que “o desejo não tem idade” (Bacelar, 2002), admitem que essas transformações podem não se refletir, necessariamente, no fim da vida sexual, como expõe Edgar (coabitação há 9 ou mais anos, com filhos): “Ei, eu espero que seja igual à juventude. Se calhar, não tão ativo, mas eu espero que se mantenha”. Todos desejam, pois, que a idade não suprima o exercício da sexualidade.

Paralelamente às preocupações dos homens com a perda de algumas capacidades físicas e com a diminuição do desempenho, algumas entrevistadas mostram preocupação em relação às alterações hormonais e à menopausa. Luísa (coabitação há menos de 9 anos, com filhos) menciona a importância de adaptar a sexualidade aos ritmos do corpo e da idade:

“Com o tempo, a libido vai diminuindo, ou porque há mais problemas ou porque a própria fisiologia é diferente e a lubrificação diminui e essas coisas todas, como a menopausa. E é um facto que, muitas vezes, as mulheres, mais do que os homens, têm diminuição. Acho que pode acontecer entre nós [risos]. Vai ser porque eu vou ter menos vontade do que ele”.

Não será despidendo refletir sobre alguns problemas, nomeadamente, de ereção e ejaculação no caso dos homens e de excitação e desconforto no caso das mulheres. Tiefer (2001) refere que os problemas sexuais se definem de acordo com o descontentamento com qualquer aspeto emocional, físico ou relacional da experiência sexual. De acordo com os entrevistados, a sua origem pode estar associada a vários aspetos interrelacionados, como, por exemplo, fatores psicológicos, físicos, problemas no relacionamento e, ainda, relacionados com a sua educação sexual. Além de Afonso, que revelou ter tido problemas de ereção associados ao envelhecimento, mais dois homens admitiram já ter tido dificuldades a esse nível. Não obstante, consideram que é uma situação “não preocupante” e que ocorreu devido a maior *stress* e ansiedade. Este discurso evidencia a necessidade de “manter a face”, nomeadamente, de homem viril, e de evitar o descrédito. Como recorda Pais (2016, p. 275) “os mitos *viris* persistem em reger a construção da masculinidade”.

Ainda que avançado apenas por um casal, outro motivo apontado como justificação para as alterações na vida sexual é a infertilidade. Anita e Marco (coabitação há 9 ou mais anos, sem filhos) protagonizam esta situação e mostram, uma vez mais, como os problemas de saúde emocional e física estão interconectados. Para este casal, a vida sexual foi sendo reconfigurada na sequência da infertilidade de Anita e dos “dez anos de tratamento”, como ilustra a seguinte descrição:

“Eu só dizia: ‘vou desgraçar este rapaz... Não pode ser! Ele tem que ser pai!’. Pus em causa o relacionamento por achar que ele deveria ter mais e, aí, entramos no campo sexual de dizer assim: ‘não quero que tu me queiras’. Um afastamento. Há uma certa renúncia ao meu corpo... Quase recusava a prática sexual para ele se afastar de mim. Não era consciente, mas hoje reconheço que houve um período da minha vida, que não foi só [a parte] hormonal, mas emocionalmente. (...) acho que ele até olhava para mim e dizia: ‘tu não estás aqui!’. Tenho essa noção. Ele diz assim: ‘tu fechaste os olhos e depois abriste-os!’. E, depois, houve uma altura em que os ciclos puxavam muito e afetavam...” (Anita).

Anita ilustra como a não realização de um desejo conjugal pode afetar a vida de cada um – relembre-se que Marco chegou a ter um esgotamento. Além disso, ilustra como os papéis de mulher casada e de mãe continuam a interferir nas dinâmicas conjugais, na medida em que o facto de não conseguir cumpri-los a fez pensar que não fazia sentido o companheiro querer continuar com ela.

Alguns casais destacam como a sobreposição e desencontro dos tempos e espaços familiares e profissionais acaba por afetar a vida sexual. Assim, os motivos profissionais também são referidos para justificar a variação na regularidade sexual. Se, por um lado, o *stress* e o cansaço físico e mental parecem afetar a disponibilidade e o desempenho sexual, por outro, as preocupações e a ansiedade face à instabilidade laboral também têm repercussões.

O cansaço e o *stress* decorrentes do trabalho por turnos, por exemplo, parecem contribuir para a diminuição da frequência sexual. Inês e Afonso (coabitação há menos de 9 anos, sem filhos) explicam como o desencontro dos horários do casal leva a uma redução do convívio e, por consequência, a uma diminuição dos encontros sexuais:

“Por acaso, ele, hoje, está em casa porque fez noite e eu fiz manhã. Cheguei agora às quinze horas e amanhã, por acaso, estamos os dois de folga. (...) Mas há alturas em que ele trabalha de manhã e eu estou a trabalhar à noite. Só nos cruzamos aqui à saída com um beijinho” (Inês).

Aos horários de trabalho desencontrados, acresce o cansaço acumulado. Como explica Afonso, “o trabalho interfere no cansaço. Cansaço. Muito cansaço. Hoje, fiz noite. Trabalhei de noite e ela trabalhou de manhã. É o cansaço e, às vezes, até temos dificuldades em nos encontrar fisicamente. (...). Agora, sem dúvida, o *stress* e a ansiedade interferem”.

A história de Ivo e Mariana (coabitação há menos de 9 anos, com filhos) ilustra também como o apetite sexual e a predisposição para o ato sexual podem diminuir na sequência de situações de desemprego e precariedade laboral:

“Tem aqui uma situação que, inevitavelmente, está a influenciar as relações sexuais. O Ivo está desempregado e está vinte e quatro horas em casa e, ao contrário daquilo que podíamos pensar, que até podíamos ter mais tempo um para o outro, a parte emocional interfere muito e, então, infelizmente – não é infelizmente ou felizmente, é o que é –, o ato sexual entre mim e o Ivo, neste momento, não tem uma IMPORTÂNCIA...” (Mariana).

Quando Mariana diz isto, fá-lo quase entre dentes, confidenciando que duvida que o companheiro aborde este assunto. Ela não quer “diminuir” a sua imagem de homem viril e sustento da família. De facto, Ivo partilha vagamente a sua situação, referindo que a vida sexual “não é uma coisa regular, até porque nós temos a nossa forma de estar. O mental. O psicológico. Como nos sentimos no momento reflete-se na vontade e na predisposição para o ato”.

Importa notar que, de forma mais ou menos implícita, alguns homens deixam passar a ideia de que a oscilação na vivência da intimidade sexual se deve, essencialmente, às parceiras, em virtude da diminuição do desejo e disponibilidade destas. Muitas vezes, os obstáculos são vividos de forma particularmente difícil do ponto de vista individual e conjugal, tornando-se “provas de fogo” que podem desequilibrar a relação. Estes momentos críticos, fases “em que as coisas se desconjuntam, em que um dado estado de coisas se vê subitamente alterado por uns tantos acontecimentos-chave” (Giddens, 1997, p. 105), têm implicações nas diversas dimensões da vida do casal, incluindo a sexual. Comparando-os aos vincos numa folha em branco, Anita (coabitação há 9 ou mais anos, sem filhos) refere que, apesar de ser possível ultrapassar os momentos críticos, “o vinco permanece”.

Assim, os casais percebem que têm que se “lançar para qualquer coisa de novo, sabendo que a decisão tomada, ou o curso de acção seguido, tem uma qualidade irreversível, ou pelo menos que a partir dali já é difícil regressar aos velhos caminhos” (Giddens, 1997, p. 106). Conforme Eva (coabitação há menos de 9 anos, com filhos) descreve, os acontecimentos mais difíceis marcaram a relação e contribuíram para o seu desenvolvimento:

“Fomos crescendo como pessoas e porque as relações evoluem. Se eu for olhar para quando namorávamos, ou começámos a namorar, não éramos assim, obviamente. E tudo tem impacto na nossa vida íntima e na parte sexual também”.

De modo geral, percebemos que as flutuações na vida sexual individual e conjugal dependem, além dos aspetos biológicos e psicológicos, de fatores socioculturais e de relacionamento íntimo. Apesar das mudanças no sentido de uma maior liberdade sexual, os preconceitos, as normas e expectativas sociais e os princípios morais, são, não raro, fortes condicionadores da sexualidade.

5.3. “Espero estar sempre com o sorriso nos lábios”: estratégias e expectativas face ao futuro

Transportamos, no nosso dia a dia, um conjunto de representações e códigos partilhados. Essa partilha permite-nos saber o que é esperado de nós e aquilo que pode acontecer quando não seguimos as normas. Todavia, pequenas alterações podem ampliar e diversificar a sexualidade. Isto parece fazer

sentido nas dinâmicas afetivas e sexuais, uma vez que os indivíduos consideram o seu passado e os recursos culturais ao seu alcance para construir “um eu presente que se coadune com os seus planos para o futuro” (Gagnon, 2006, p. 127).

Todos os casais procuram gerir as fases mais difíceis da relação e manter a atividade sexual. Para tal, recorrem a estratégias, pelo menos durante algum tempo, que permitam reorganizar e reconstruir a vida sexual, alimentando a “chama” conjugal e sexual. Uma delas é o reforço dos papéis conjugais e parentais (no caso dos casais com filhos), verificando-se uma naturalização e aceitação da vida sexual atual como se não houvesse forma de a alterar. Eva e Tomás (coabitação há menos de 9 anos, com filhos) revelam que esperam e acreditam que, após esta “fase” parental, a vida sexual volte a ser mais ativa:

“Com o primeiro filho, quando ele começou a dormir a noite toda, ou a dar-nos noites melhores, conseguimos retomar alguma normalidade [sexual], ou perto daquilo que tínhamos antes. E, logo a seguir, veio o segundo filho. E, a partir do segundo filho, foi duro. Ele tem um ano e meio e foi muito mais difícil. (...). Mas é uma fase. Eu sei que é uma fase” (Tomás).

A disponibilidade de tempo para estarem apenas os dois, a demonstração de sentimentos e a comunicação aparecem como formas de superação das situações desafiantes. É por isso que os casais recorrem a estratégias para aumentar e melhorar o tempo a dois. Neste aspeto, o apoio familiar e da rede de amigos próxima afigura-se fundamental, como descreve Ivo (coabitação há menos de 9 anos, com filhos):

“Há tempo para tudo. Acho que deve haver tempo para tudo. Deve haver, e nós, acho que somos privilegiados, nesse aspeto, porque temos um *backup* relativamente [grande], a nossa rede familiar, que faz com que consigamos, regularmente [estar sozinhos]. Até mesmo de uma forma [funcional] porque quisemos que assim fosse e achamos que é bom para ele que, neste caso, fique com os avós., que o nosso filho fique regularmente, ou melhor, semanalmente, sempre um ou dois dias, a dormir na casa deles. Ou seja, nós acabamos por ter sempre uma retaguarda de apoio e temos sempre um tempo para nós que é fundamental para a nossa relação”.

Outra estratégia para fortalecer a relação e que, por inerência, contribui para o aumento da frequência e intensidade das relações sexuais são as férias. Como observado por Lança e Marques (2020), também entre os nossos entrevistados, as viagens de férias permitem aumentar a frequência e

a intensidade das relações sexuais, já que possibilitam a fuga à rotina e aos constrangimentos diários e fazer coisas diferentes, de forma relaxada e com tempo. Como explica Clara (coabitação há menos de 9 anos, sem filhos),

“Em julho, agosto, vamos de férias e é *one night long*. Estamos ótimos. Estar noutra espaço e mudar a rotina ajuda muito. Estar relaxados. Ter tempo (...). Tipo, ir para um hotel, é espetacular! Adoramos fazer [sexo] em hotéis diferentes”.

Anita e Marco (coabitação há 9 ou mais anos, sem filhos) chegam a ir de férias para um destino turístico conhecido pela prática de nudismo como forma de trazer experiências eróticas e sexuais estimulantes e de fortalecer a relação:

“Uma atividade sexual diferente para nos provocar foi ir a Cap d'Agde, que é uma cidade no Sul de França muito libertina, ou seja, fomos à Meca do *swinging*. Não era propriamente o *swinging* em si, mas dizer assim: “sabes uma coisa? Existe um sítio, neste mundo, onde as pessoas são a favor de sexo livre, de nudismo, de fazer o que querem, seja trocas de casais, seja terem o seu fetiche, *it does not matter*. Mas é um local, um *resort* seguro [fazer] para isto” (Anita).

O facto de estarem num destino turístico em que ninguém os conhece e que é conhecido pela prática de nudismo, permitiu-lhes, nas palavras de Anita, viver a sexualidade de forma mais libertina e descontraída.

Compreender “como estão e como querem estar sexualmente” os casais entrevistados implicou considerar tanto o passado, como o presente e o futuro. Exigiu, ainda, compreender os fatores que interferiram e interferem na regularidade sexual. A este respeito, Marco (coabitação há 9 ou mais anos, sem filhos) frisa a importância do presente, admitindo que o seu discurso fora da e durante a entrevista reflete o que está a viver e a sentir de momento³⁸.

Questionámos os entrevistados deste estudo sobre se, olhando para a globalidade da vida sexual com o/a seu/sua parceiro/a, existia alguma coisa que gostasse de alterar. Embora em diferentes graus, a maioria referiu que, caso pudesse, a única alteração que faria seria o aumento da frequência sexual. Voltamos a constatar que, mais ou menos implicitamente, tanto as mulheres, como os homens revelam que a menor frequência sexual do que aquela que entendem desejável se justifica pela menor disponibilidade e desejo femininos, como, de resto, se depreende das palavras de Joana (coabitação há menos de 9 anos, sem filhos):

³⁸ *Diário de campo*, dezembro de 2021.

“Talvez. Alterava ou eu ter mais vontade ou ele ter um pouco menos [risos] para chegar ao equilíbrio. Acho que isso seria importante. Acho que não é um problema, não chega a ser um problema sério, mas, às vezes, custa-me, também, frustrar-lhe as expectativas”.

Algumas mulheres referem que alterariam o modo como se predispõem a adotar ou não determinadas experiências e práticas sexuais sugeridas pelos companheiros. Por exemplo, Clara (coabitação há menos de 9 anos, sem filhos) realça a necessidade de se tornar mais proativa e aberta a novas experiências:

“Em primeiro lugar, eu gostaria de estar mais disponível para fazer essas vontadinhas dele, com as roupinhas, essas coisinhas, esses caprichos que ele, às vezes, tem. Não é caprichos, é o que é. É meter a camisinha de noite e tal, fazer [essas coisas]. Eu deveria... Bem, não é eu deveria. É eu gostaria de estar mais disponível para isso e de, mesmo durante a semana, conseguir ter momentos em que relaxo e não trabalho tanto”.

Por um lado, a ideia de que “deveria fazer coisas”, ou seja, satisfazer as vontades do companheiro, revela a incorporação do papel da mulher cuidadora e responsável pelo “trabalho de amor” (Torres, 2004). Por outro, e à semelhança do documentado em outros estudos (Harris & van Anders, 2022; van Anders *et al.*, 2021), a sua incapacidade de relaxar denuncia como a gestão e realização das tarefas domésticas tem impacto na vida sexual.

Apenas um entrevistado se responsabiliza pela menor frequência sexual. Afonso (coabitação há menos de 9 anos, sem filhos) admite que “alterava o meu desempenho. [...] Para ter um desempenho melhor”.

Cada membro do casal foi também questionado acerca das suas expectativas relativamente ao futuro da sua vida sexual com o/a companheiro/a atual. Os resultados permitiram traçar duas grandes orientações, que se ramificam com algumas especificidades: uns, a passar por um momento muito específico do ciclo conjugal (nomeadamente, pós-parto e coabitação com filhos pequenos), anseiam voltar à anterior rotina sexual “normal”, “intensa” e “satisfatória”; outros (os que não têm ainda filhos ou têm filhos mais velhos) desejam dar continuidade a uma vida sexual “ativa” e “feliz”.

Nos casos em que se parece observar uma estagnação da vida sexual acompanhada por um desejo de mudança, ela ocorre, essencialmente, quando o casal se centra muito na vida familiar como consequência, nomeadamente, da prestação de cuidados aos filhos. A prioridade concedida à

maternidade e à paternidade é entendida pelos casais como uma fase e, por isso, com o crescimento dos filhos, esperam que a sua vida sexual se torne mais ativa, como sublinha Eva (coabitação há menos de 9 anos, com filhos):

“Agarro-me ao ‘isto é uma fase e vai passar’. Eles vão crescer e vamos estar melhor e agarro-me a essa ideia. Espero que sim, se não... (...). Começámos a namorar há dez anos, era diferente. (...). Mas esta fase é complicada. Vou deixá-los crescer mais um bocadinho e depois alinhar. Neste momento, eles são o centro de tudo e sugam-nos”.

Nos casos em que não têm filhos, ou quando estes já não exigem tantos cuidados, cada casal pretende manter o bem-estar conjugal e a estabilidade e a satisfação sexuais. A este respeito, o discurso de Anita (coabitação há 9 ou mais anos, com filhos) é elucidativo:

“*Oh, my God*, eu espero sempre ter cumplicidade entre nós e estar sempre com o sorriso nos lábios para os dois. Que tenhamos equilíbrio. (...) para a nossa vida sexual, acho que temos sempre planos. De dizer assim: ‘sim, eu quero continuar ativa. Sim, eu quero ir novamente a Cap d’Agde’. Sim, temos sempre planos. Não há um *the end*, no futuro. Não, não. Vai ser diferente. Vamos envelhecer juntos, mas, até nisso [referindo-se ao exercício da sexualidade], acho que vai ser interessante!”.

Recorrendo à metáfora da planície, Edgar (coabitação há 9 ou mais anos, com filhos) partilha essa ideia de continuidade:

“Eu acho que ela vai, do que eu acredito, eu acho que vai ser uma planície, uma continuidade do que é, porque acho que nos entendemos relativamente bem. Conseguimos encaixar-nos muito bem um no outro e eu acho que vai ser uma continuidade. Se calhar, mais ou menos ativa numa altura, por alguma razão, que, por norma, é externa. Não é de nós”.

Ainda assim, encontramos homens que referem que o “mais” e o “melhor” é sempre desejável nas suas vivências afetivo-sexuais. O desejo de aprofundar a vida sexual através do aumento da frequência ou da diversidade sexuais transparece nos seus discursos. O de Eugénio (coabitação há menos de 9 anos, com filhos) é demonstrativo disso:

“Alterar, como? Haver mais vezes? É assim, eu também sei que é um bocado complicado haver mais vezes do que o que há. (...) Por mim, era sempre, mas não. (...) Expectativas? Sei lá! Ao menos, que se mantenha. (...) toda a gente quer, toda a gente imagina uma mulher quase ninfomaniaca que queira [sexo] a toda a hora se o homem estiver disponível para isso, não é? Isso, eu não tenho, mas como é e como tem sido, estou satisfeito, não preciso de mudar nada. Agora, é assim, estou sempre aberto a novas experiências e a mudar e, sei lá, fazer coisas diferentes”.

Ainda que seja caso único, Inês e Afonso (coabitação há menos de 9 anos, sem filhos) trazem-nos pistas de como o presente pode cercear o futuro. Apesar de Inês ter um filho de outra união, o casal vive sozinho. Todavia, a sua vida sexual caracteriza-se por um empobrecimento que, embora acompanhado por um desejo de mudança da parte de ambos, não é alvo de profundas reflexões da parte do casal. De acordo com Gagnon (2006, p. 146), quando impomos o nosso presente acabamos por reduzir “a variabilidade potencial do comportamento quando os indivíduos se deparam com circunstâncias novas e se empenham em manipulações simbólicas para se adaptar a elas”. A narrativa deste casal compõe-se de palavras e expressões corporais que revelam uma ausência de expectativas, como se denota, de resto, quando Afonso declara aceitar aquilo que os anos lhes trouxeram: “Eu sou muito terra-a-terra. Tento não pensar muito para a frente. Isso faz mal. Atrapalha ainda mais. Eu gosto de viver quase o dia a dia”.

Ao longo deste capítulo, analisámos como os casais concretizam a sua intimidade afetiva e sexual. Observámos que as representações da sexualidade e do género influenciam a (não) adoção determinadas práticas sexuais. Embora a moralidade sexual destes casais assuma traços modernos, espelhando-se numa diversidade sexual e na adesão a diversas práticas sexuais, esta imagem surge matizada. As experiências e práticas sexuais, bem como os significados que os casais lhes atribuem são plurais e claramente interjetadas pelo género. Por um lado, as visões mais tradicionais, com acentuação das diferenças de género, traduzem-se num repertório sexual mais restrito; por outro lado, as visões mais hedonistas e eróticas da sexualidade, espelham-se na adoção de um repertório sexual mais alargado.

Em todo o caso, as práticas sexuais são avaliadas de acordo com um sistema de valor sexual, revelando a integração, pela maior parte dos casais, dos padrões do “Círculo Encantado” (Rubin, 2007 [1984]). Apesar de mudarem ao longo do tempo de coabitação consoante as fases da vida do casal, uma tendência transversal é a diminuição da frequência sexual quando comparada com o início da relação, em que havia “mais paixão”. Também a distância entre o desejo sexual masculino e o feminino parece ir aumentando ao longo do tempo. Além disso, a temporalidade nas trajetórias dos casais também é visível quando vivenciam novas experiências e integram diferentes práticas sexuais ao longo do tempo. As fases do relacionamento íntimo, os fatores socioculturais e os aspetos psicológicos têm efeitos no exercício da sexualidade conjugal, exigindo adaptações de forma a contornar as dificuldades. Finalmente, e apesar da integração dos roteiros sexuais dominantes a nível cultural, alguns casais modificam-nos quando, a nível interpessoal, integram práticas que se afastam deles.

CONCLUSÃO

Um sonho: celebrar a beleza da diversidade da sexualidade conjugal.

Dois sonhos: contribuir para o reconhecimento das múltiplas formas de expressar os afetos, o desejo sexual e os usos do corpo nas esferas sociais, culturais e políticas.

Três sonhos: desenvolver políticas públicas nos domínios da educação sexual, da promoção da igualdade de género e da aceitação de diferentes opções individuais e conjugais na esfera privada.

Esta tese pretendeu estudar a dinâmica afetiva e sexual de casais heterossexuais em situação de conjugalidade estável, isto é, coabitando há, pelo menos, dois anos. A principal questão visava compreender como é que, na atualidade, a vida em comum se constitui como espaço de realização afetiva e sexual e, ao mesmo tempo, de (re)produção de desigualdades de género. Alicerçado nas diferentes narrativas de cada membro do casal, neste trabalho, dá-se conta dos valores, das representações e das normas de moralidade presentes nas suas expectativas, desejos e práticas afetivas e sexuais.

Viajando pelo Norte Litoral Português, este estudo de casos de carácter qualitativo e interpretativo foi conduzido por um conjunto de ideias de trabalho, o que exigiu um *corpus* de literatura diversificado integrando conceitos da sociologia da família, do género e da sexualidade e dos estudos feministas e de género. A técnica principal de recolha de dados foi a entrevista semidiretiva com o propósito de captar as representações e os significados subjetivos que os membros do casal atribuem à sua trajetória conjugal, afetiva e sexual. Pretendíamos, desde logo, dar voz aos homens e às mulheres para falarem sobre sexo e sobre os aspetos que o envolvem – desejo, prazer, normas de comportamento. Seria, assim, possível perceber os discursos e as representações sobre o amor, o sexo e a sexualidade nas relações íntimas, identificando diferenças de género. Além daquilo que nos era dito, preocupámo-nos em captar o não dito (ou interdito). Os silêncios e as expressões faciais e corporais dos entrevistados foram registados em *Diário de Campo*, funcionando como suporte para a análise daquilo que nos era revelado. Embora as representações e práticas sexuais dos casais se intersem, optámos por apresentar os dados empíricos de forma separada. Agora, no *clímax* da pesquisa, faremos uma reflexão conjunta sobre as representações dominantes do género e da sexualidade com efeitos nas vivências afetivo-sexuais.

Tendo presente as transformações da intimidade nas sociedades contemporâneas, pretendíamos saber em que medida as experiências sexuais espelham (ou não) uma maior igualdade de género e/ou a permanência de desigualdades nos relacionamentos amorosos e íntimos. Até que ponto o casal contemporâneo é íntimo e igual? Serão os desejos, as expectativas e as práticas sexuais *generizadas*? O desafio desta pesquisa foi, precisamente, o de compreender como a sexualidade conjugal é vivida num contexto onde a tradição se enlaça com a modernidade, o prazer e o hedonismo sexuais com a moral sexual, a liberdade das escolhas individuais com as normas sociais.

Creemos que a tese que agora apresentamos contribui para alargar o campo de análise da sociologia sobre a sexualidade dos casais portugueses contemporâneos. A oportunidade de aceder aos aspetos recônditos do casal, nomeadamente aos que se ligam à intimidade conjugal e sexual, permitiu-nos conhecer os bastidores da cena conjugal e desconstruir uma visão normativa e monolítica do sexo heterossexual. Concebemos a sexualidade como um fenómeno social e culturalmente construído; não como simples produto biológico ou “natural”. Por essa razão, entendemos o desejo e as práticas sexuais, bem como os significados atribuídos ao sexo e ao erótico como construções sociais e culturais. Nos dias de hoje, a sexualidade é uma dimensão fundamental da satisfação e da realização pessoal e conjugal, exigindo uma coordenação das intenções e desejos de cada um. Nesta descoberta do outro e dos seus desejos afetivos e sexuais, a comunicação parece ser a âncora que sustenta as interações conjugais e influencia a intimidade emocional, a satisfação sexual e o bem-estar no relacionamento. Esta articulação entre sexualidade e comunicação mostra como as vivências conjugais e sexuais são condicionadas por (inter)ditos. Num quadro de proliferação de discursos diversos – religiosos, políticos, científicos e populares – sobre o sexo, de uma maior individualização das trajetórias e de uma diversificação das possibilidades de as viver, os casais têm mais possibilidades de manifestar os afetos, o desejo e as condutas sexuais. Todavia, não deixam de estar condicionados por constrangimentos sociais e/ou por valores socialmente aceites.

Desde logo, uma conclusão a que chegámos é a de que os casais que investigámos apresentam formas plurais de construção da intimidade. Este retrato diversificado começa a ser desenhado logo no início da relação: os espaços e meios de contacto, o assumir do compromisso, os modos de iniciar a relação amorosa e sexual e, até, a decisão de partilhar casa não são homogéneos. Não obstante essa diversidade, a verdade é que a valorização da liberdade e do sentimento amoroso como condições fundamentais para a escolha do parceiro são aspetos transversais a todos os discursos recolhidos. As narrativas mostram que, seja pela “atração física”, pelo “encantamento”, pelo “amor à primeira vista”, ou pela insistência e/ou convivência mútua, assumir o compromisso ocorre pelo laço afetivo construído.

A grande adesão aos valores de afetividade, companheirismo, igualdade, autonomia, hedonismo e confiança revelam-se também princípios transversais aos casais analisados. A valorização destes aspetos mais individuais pode relacionar-se com os processos de individualização das sociedades contemporâneas. Ainda assim, o Cupido parece ser seletivo. Os afetos são proporcionados pelas afinidades entre uns e outros. Na linha de outros estudos desenvolvidos em Portugal, os padrões de homogamia social parecem persistir. Depois da formação do casal, um momento marcante da sua trajetória é o início da partilha de habitação. Os entrevistados relatam que esta decisão permitiu um maior conhecimento sobre si e sobre o outro e, como tal, uma maior partilha, exigindo uma maior gestão dos conflitos e das expectativas. Deve notar-se que quase todos os casais optaram pela coabitação antes de decidirem oficializar a relação, demonstrando uma tendência para a difusão de práticas informais e não tradicionais de entrada na conjugalidade. Alguns casais chegam mesmo a não oficializar a relação. Em todo o caso, o ideal de casal que preconizam é composto por dois parceiros iguais e dialogantes, que, estando sempre disponíveis um para o outro, mantêm a sua autonomia e individualidade.

Imaginando uma linha cronológica, os modos de construção do casal e da sua intimidade vão sendo construídos passo a passo, num caminhar a vários ritmos e com avanços e recuos. Se uns dão passos mais apressados, outros são mais lentos; se uns valorizam mais a dimensão afetiva-emocional, outros valorizam mais a dimensão sexual; se uns são mais tradicionais, outros são mais modernos. Neste processo de construção longitudinal, a sexualidade assume-se como uma dimensão da vida quotidiana importante para a realização pessoal e para a manutenção das relações conjugais. No entanto, esta tendência não significa que os casais expressem da mesma forma os afetos, os desejos e as condutas sexuais.

Ao pensarmos a dinâmica afetiva e sexual como um jogo, cada casal parece ter as suas próprias regras, expectativas e desejos, que não são independentes do contexto em que se inserem. Todavia, cada parceiro parece colocar-se “no seu lugar”. E o lugar dos homens e das mulheres ainda não é o mesmo. Apesar da maior democratização das relações amorosas e de uma maior liberdade e permissividade sexuais, persiste uma dupla moral: espera-se que as mulheres sejam sensíveis, cuidadoras e sexualmente passivas e que os homens sejam líderes, sejam viris e fortes.

De facto, os efeitos do género são visíveis na intimidade heterossexual. Aquilo que é social e culturalmente prescrito para os homens e para as mulheres varia em função de diferenças anatómicas tidas como “naturais”. Ao inscrever-se nos corpos, a diferença socialmente construída entre homens e mulheres acaba por moldar a expressão corporal, afetiva e sexual de uns e de outras. Mas ser-se homem ou mulher, nos dias de hoje, é diferente do que foi outrora. As desigualdades são menos

acentuadas e acedemos mais facilmente a novas formas de realização afetiva e sexual que alargam as nossas possibilidades de escolha.

Procurando responder à questão sobre o que é ser mulher ou homem numa relação amorosa e sexual, os casais tendem a adaptar-se aos tempos, já que privilegiam os valores da reciprocidade, da afetividade e do prazer mútuo e, nos seus discursos (e práticas), incluem ideais mais igualitários. Tal é compreensível atendendo às transformações vivenciadas nas sociedades contemporâneas, como a maior autonomia das mulheres, a valorização da realização pessoal e a importância concedida à satisfação afetiva e sexual. Ainda que os casais partilhem estes valores, a verdade é que reproduzem alguns padrões desiguais de género. Nas fases iniciais da relação, em particular, as expectativas deixam transparecer a permanência do duplo padrão sexual, visível quando as mulheres procuram regular o seu comportamento sexual de acordo com as normas que apelam à castidade feminina. A classificação das mulheres como “putas” em contraste com as “respeitadoras” radica em critérios de conduta moral e sexual segundo os quais a “boa mulher” deve ser casta. Com efeito, são elas que têm maior preocupação em preservar a imagem de mulher recatada e que assumem condutas sexuais mais complacentes.

Em todo o caso, a sexualidade e, especificamente, a relação sexual assume grande importância quer para a constituição da relação, quer para a sua manutenção. A ideia que perpassa é a de que a relação sexual é algo bom, prazeroso e que proporciona bem-estar individual e conjugal e, por isso, é parte fundamental da relação. É, precisamente, por isso que a “compatibilidade sexual” aparece nos discursos como um fator importante da constituição da relação. Pelo contrário, a ausência de relações sexuais é interpretada como um aspeto que potencia a degradação da relação. Uma conclusão que sobressai dos discursos analisados é a dimensão sexualizada, próxima da corporalidade, da intimidade. O lado mais carnal/físico é valorizado pelas mulheres e pelos homens entrevistados. Predomina uma visão hedonista da sexualidade que ultrapassa os aspetos ligados à procriação. Ela é entendida como um meio de satisfação pessoal e conjugal que tem como objetivo o prazer. Na prática, a visão hedonista exprime-se na capacidade de dar e receber prazer sexual. Ainda assim, para que a relação funcione, não basta o sexo, já que os aspetos afetivos e emocionais – como a “atenção”, o “cuidado”, “o companheirismo” – são considerados essenciais no quotidiano do casal.

No que respeita aos significados atribuídos à relação sexual, nos discursos individuais que analisámos, coexistem duas visões distintas: uns associam-na aos aspetos biológicos, encarando-a como uma necessidade básica que exige a penetração entre duas pessoas de sexo oposto; outros defendem que, apesar de envolver o ato penetrativo, ela pressupõe a existência de intimidade e amor.

Enquanto a primeira visão é veiculada, essencialmente, nos discursos masculinos, a segunda é mais frequente nos discursos femininos. Isto não se opõe a que os resultados revelem que o ato sexual, apesar de ser entendido como uma necessidade fisiológica, se orienta para o bem-estar conjugal e se sustenta no sentimento amoroso.

Enquanto para uns a sexualidade – em particular, a relação sexual – só faz sentido por amor, para outros, pode dissociar-se dele, alegando-se que o prazer, em si, não requer envolvimento amoroso e sendo a atração física e o desejo suficientes. Um aspeto a sublinhar é que, a este propósito, nas narrativas analisadas, não foi possível identificar com clareza diferenças de género no significado atribuído ao sexo, sugerindo a crescente importância de um “discurso permissivo” associada a uma maior liberdade da mulher. Os discursos dos homens e das mulheres que analisámos estabelecem uma distinção entre “fazer amor” e “fazer sexo”, referindo-se ao ato sexual com ou sem amor, respetivamente. Os entrevistados sublinham, todavia, que, na relação atual, apenas “fazem amor”, sustentando o “modelo de sexualidade conjugal”. Para eles, a relação sexual é uma forma de expressar amor e afetividade tão importante como a dimensão mais carnal/sexual ou genital. Ainda assim, se, no início da relação, atribuíam maior importância aos aspetos mais sexuais do ato sexual, ao longo dos anos, os aspetos afetivos-emocionais passam a ser mais relevantes.

Ainda que as relações conjugais ofereçam realização e satisfação pessoal, são, ao mesmo tempo, contextos onde se renovam assimetrias de género e relações de poder. O pressuposto de que os homens e as mulheres têm impulsos sexuais biologicamente distintos foi expresso pela maioria dos entrevistados, acabando por influenciar tanto os desejos, como as práticas sexuais. É o homem que, habitualmente, toma a iniciativa no ato sexual. Nos casos em que é a mulher a tomar a iniciativa, ou quando elas afirmam não estar satisfeitas com a frequência sexual, percebemos algum desconforto por parte das próprias ao assumirem-no. Tais resultados permitem-nos concluir que o discurso dominante de validação do impulso sexual masculino e das expectativas associadas ao género normativo ao nível dos rituais de sedução e conquista em que se atribui ao homem a iniciativa interferem nas condutas dos casais. Constatam-se a permanência de visões normativas da sexualidade que associam a masculinidade a uma maior predisposição, apetite e iniciativa sexual, enquanto a feminilidade é construída socialmente ao redor do sensível e afetivo. Se, ao nível dos discursos, se veicula a ideia de que não há diferenças de papéis entre homens e mulheres nas relações sexuais, na prática, muitos casais promovem uma institucionalização de determinados papéis nas relações sexuais com base no género. A divergência nas declarações femininas e masculinas ao nível da frequência e da predisposição sexuais revela que a satisfação do desejo sexual é um aspeto passível de desencontro dos casais.

Qual o motivo para os casais terem relações sexuais? As motivações são várias. No geral, referem que é um meio de obter e/ou proporcionar "prazer", para "relaxarem", "para apimentar a relação". Para além destas, encontrámos, particularmente entre as mulheres entrevistadas, a necessidade de promover a qualidade emocional e sexual da relação. Algumas declaram que aderem aos avanços sexuais dos parceiros, mesmo quando não lhes apetece, pois acreditam que faz parte do seu "trabalho de amor" na relação. Essencialmente, são as mulheres que dão prioridade aos desejos sexuais do parceiro em detrimento dos seus e que adotam comportamentos complacentes, seja porque receiam que o parceiro se envolva sexualmente com outras mulheres ou perca o interesse por elas, seja para evitarem que o parceiro se sinta rejeitado e, conseqüentemente, sinta insegurança em relação à sua virilidade.

A este respeito, importa realçar o peso que a masculinidade e a feminilidade normativas têm nas condutas sexuais dos casais. Associadas à submissão feminina ou à virilidade masculina, esses ideais veiculados pelos roteiros culturais acabam por ter efeitos no exercício da sexualidade. Contudo, a ideia de que os homens estão sempre sexualmente predispostos e disponíveis acaba por lhes trazer angústia. Entre os homens entrevistados foi visível a dificuldade que tinham de comunicar os seus problemas e de reconhecerem que já tinham tido sexo quando não desejavam. A presença daquele imaginário explica a necessidade de muitos referirem que só em situações pontuais podem não estar predispostos sexualmente, como no caso de terem relações sexuais calendarizadas com o objetivo de a parceira engravidar. Ao mesmo tempo, parece sustentar a ideia de que "ser homem" se relaciona com a proeza sexual. Neste jogo em que a sexualidade se interconecta com o poder, parece ser possível negociar aquilo que se deseja sexualmente. Os resultados revelam que as formas de negociação sexual são intersetadas pelo género e são sobretudo as mulheres a assumir uma posição de submissão. Ainda assim, entre os casais entrevistados, as mulheres assumem traços de maior "assertividade sexual", ou seja, a capacidade de comunicar a sua (in)disponibilidade sexual e de reivindicar o seu direito ao orgasmo.

Importa também sublinhar a importância da comunicação, em geral, e da comunicação sexual, em particular, para o casal. Entre os entrevistados, a comunicação é equacionada como uma forma de enriquecer a vida conjugal e sexual e assenta no argumento de que o conhecimento do outro proporciona um ajustamento das expectativas e desejos de cada um, refletindo-se num maior entendimento afetivo e sexual. De todo o modo, alguns discursos denotam um certo silenciamento de dúvidas e questões, em parte, resultado da resignação à rotina conjugal e/ou ao medo da reação do outro. Daqui resultam três constatações: em primeiro lugar, determinados roteiros sexuais são limitadores da capacidade de homens e mulheres comunicarem as suas vontades sexuais; depois, a não comunicação acaba por

condicionar as práticas sexuais dos casais; por fim, os afetos e a comunicação são usados para naturalizar, ocultar e negociar relações desiguais de poder entre os membros do casal.

Um traço transversal a todos os casais é a diminuição da atividade sexual ao longo do ciclo conjugal e a rotinização das práticas sexuais. O desejo e a atividade sexuais são afetados por vários aspetos: (i) o nascimento de filhos, desde a gravidez até à sua independência; (ii) razões psicológicas e emocionais, ligadas ao *stress*, à ansiedade e a problemas de saúde; e (iii) motivos relacionados com os papéis profissionais/parentais/familiares.

Assim, se, no plano das ideias, todos os entrevistados (homens e mulheres) expressam uma visão simétrica e equilibrada, na prática, nem sempre a realidade espelha essa simetria na divisão das tarefas e no cuidado com os filhos. São elas que habitualmente assumem a responsabilidade pela gestão das tarefas domésticas e de cuidado, ao passo que os homens adotam, sobretudo, uma postura de execução, colaborando nalgumas delas. Nos casos em que as mulheres são sobrecarregadas pelas exigências e preocupações com o trabalho, a intensidade dessa “dupla jornada” reflete-se na diminuição da sua predisposição e da frequência sexuais. A importância concedida aos afetos e à igualdade não quebrou as desigualdades nas dinâmicas mais instrumentais da relação, geralmente mais penalizadoras para as mulheres. Em contrapartida, o desejo e a atividade sexuais podem ser afetados positivamente quando os casais introduzem novas experiências sexuais, como, por exemplo, o “turismo sexual”. São mais as mulheres do que os homens a reconhecer os efeitos (positivos ou negativos) de todos estes acontecimentos na vida conjugal e sexual.

Embora a maioria dos casais oriente as suas condutas em conformidade com a masculinidade e feminilidade normativas, existem algumas exceções à regra. Imaginemos uma escada para falar das práticas sexuais do casal: tendencialmente, no decurso da relação, os casais introduzem novas práticas e experiências sexuais, como se fossem subindo degraus, mas cada degrau parece comportar um conjunto de representações e valores que moldam a sexualidade conjugal.

Com base nos dados empíricos, percebemos que a relação sexual penetrativa é a mais comum, transparecendo a importância do sexo vaginal como prática definidora da heterossexualidade. Por sua vez, o sexo oral parece ter ganhado expressão e o sexo anal é a prática menos comum. As razões apontadas para a não experimentação do sexo anal são diversas: as de ordem pragmática, que têm que ver com o desconforto e/ou dor associada à prática; as de ordem representacional, relacionadas com a sua associação à homossexualidade. Todos os entrevistados admitem a recusa de práticas sadomasoquistas, seja por as associarem à dor, seja por lhes causarem estranheza.

A rejeição de determinadas práticas pelos casais dá conta da integração dos padrões do “Círculo Encantado” (Rubin, 2007 [1984]) e pode ser explicada pelos rituais de (im)pureza (Douglas, 1991). Podemos, então, fazer um duplo reconhecimento: por um lado, a diversidade é valorizada e enaltecida pelos entrevistados, mas, por outro lado, existem dimensões da diversidade que colocam os indivíduos em desvantagem, nomeadamente em termos da manifestação dos seus desejos eróticos/sexuais. Por exemplo, quando pensamos no *swinging*, os casais procuram ocultar esse aspeto das suas vidas devido ao estigma que lhe está associado. Apesar de subverterem a norma da exclusividade sexual, procuram, no espaço público, ocultar esse “desvio”. Esses casais reconhecem que, em meios onde a regulação social é mais vincada, há uma maior necessidade de secretismo no que respeita à adesão à prática, sobretudo porque a descoberta seria muito penalizadora para as mulheres. Estas consequências associadas ao desmerecimento e ao estigma relacionam-se com a desigualdade, já que ser-se estigmatizado se traduz num tratamento desigual face aos que assumem um comportamento “normal”. Apesar da sua reduzida expressão no conjunto das entrevistas, estes casos parecem estar ligados a contextos de socialização mais permissivos do ponto de vista sexual. Este aspeto afigura-se como uma pista de investigação para trabalhos futuros.

Em qualquer caso, os discursos dos homens e das mulheres permitem-nos concluir que os roteiros sexuais acabam por moldar as interações sexuais no sentido de espoletar um processo de naturalização da (não) adesão a determinados comportamentos. Por essa razão, compreendemos que determinadas representações acerca da sexualidade e do género influenciam as práticas sexuais.

A partir do posicionamento dos casais, foi possível notar diferentes formas de viver o sexo conjugal e de integrar as normas, consubstanciando-se em duas posições: (i) a conformidade ao padrão normativo e (ii) as exceções à regra. No primeiro caso, os casais integram, nas suas condutas sexuais, os roteiros sexuais de nível cultural; no segundo caso, embora aceitem e naturalizem os roteiros sexuais tradicionais, vão criando exceções (nos níveis intrapsíquico e interpessoais), como a prática de *swinging* e *pegging*, a visualização de filmes eróticos/pornográficos ou a relativização da exclusividade sexual. Cabe realçar que estas duas posições estão envolvidas numa lógica de temporalidades a duas dimensões. A nível macro, determinadas práticas orientam-se para a mudança social, outras para a reprodução social. A nível micro, na interação entre os parceiros, e em função da fase do ciclo conjugal (terem ou não filhos, duração da união, momentos críticos), podem ou não atuar em conformidade com os padrões normativos.

Ainda que a moralidade sexual dos casais assumam traços mais modernos, no sentido de uma maior adesão a experiências e práticas sexuais, as formas de viver o sexo conjugal são diversificadas.

Constata-se ora uma visão de práticas sexuais mais institucionalistas, com acentuação das diferenças de género e um reportório sexual mais limitado (a visão tradicional da sexualidade), ora uma visão mais hedonista e erótica da sexualidade, consubstanciada num reportório sexual mais alargado e numa maior igualdade de género. Os resultados revelam o pluralismo dos casais e apontam ambivalências. Traços tradicionais misturam-se com traços inovadores. A conformidade confunde-se com práticas que, ainda que esporadicamente, a tentam e/ou conseguem subverter. Voltando à metáfora do jogo, cada parceiro, ao conhecer as suas regras – ou interditos –, procura “jogar” de forma mais adequada para não cair no desmerecimento do outro. A intimidade tem limites e pode ceder-se, uma ou outra vez, ao domínio do outro. Ainda assim, o certo é que as regras do jogo podem ser mudadas ao longo do ciclo conjugal.

Com efeito, o casal heterossexual não é monolítico. Enlaçado entre continuidades e mudanças, são várias as formas como os casais gerem as suas práticas quotidianas e sexuais. Mais do que construir tipos-ideais do casal com base nos padrões de comportamento sexual, os resultados desta tese revelam como o movimento de individualização da sexualidade – com a afirmação dos valores de autonomia e realização pessoal e sexual e do desenvolvimento da reflexividade – se espelha na diversidade de experiências sexuais ao longo da vida. Essa individualização não significa uma desregulação das condutas sexuais, mas uma (re)construção, pelos casais, das normas sociais. Nesse processo, os anos de conjugalidade, o ter ou não filhos e os aspetos mais instrumentais da relação parecem ser tidos em conta. Ademais, nesta pluralidade há um aspeto comum: os desejos e as práticas sexuais continuam a ser intersetados pelo género.

Esta investigação permitiu identificar uma visão maioritariamente hedonista da sexualidade, que privilegia valores da reciprocidade, do envolvimento e do prazer mútuo, enquadrados por ideais de género mais igualitários. Ao mesmo tempo, os resultados mostram que persistem efeitos desiguais do género, penalizadores das mulheres, traduzidos no maior silenciamento dos seus desejos e expectativas sexuais e em papéis sexuais mais submissos e complacentes.

Não obstante os seus contributos, a verdade é que, como qualquer trabalho de investigação, este também apresenta limitações. Desde logo, a dificuldade em reunir um número mais significativo de casos e também mais diverso em termos de escolaridade, idade e duração da relação conjugal. Será importante, futuramente, alargar o estudo a casais mais velhos, com escolaridade mais baixa e com mais anos de conjugalidade. Além disso, seria interessante analisar mais casais que (não) se conformam aos padrões normativos e alargar a cobertura geográfica da pesquisa. Isto permitiria obter um retrato mais completo da sexualidade dos casais portugueses e analisar potenciais efeitos das diferenças geracionais, do contexto urbano/rural e educacionais.

Apesar das limitações, e do carácter essencialmente exploratório deste estudo, acreditamos que conseguimos mostrar como, na heterossexualidade, também há diversidade. cremos, precisamente, que a originalidade desta investigação reside na análise do casal heterossexual e das suas condutas sexuais, trazendo à luz do dia fenómenos que têm sido esquecidos pela Sociologia. A articulação entre orientações normativas e percursos conjugais, entre representações e práticas, mostrou que a realidade conjugal nem sempre reflete a progressiva liberalização da sexualidade e da igualdade de género. Além disso, olhar a sexualidade do casal heterossexual permitiu perceber como as interações conjugais e sexuais são reflexo de transformações nas relações sociais de género.

No momento que nos aproximamos do fim deste longo caminho, ficamos com a sensação de que o ponto final no papel não será definitivo. Analisar sociologicamente um objeto de estudo tão complexo como a sexualidade conjugal é reconhecer, desde logo, que este terminar é apenas o alcance de uma etapa num caminho aberto a novas interrogações, inquietações e descobertas. Os (inter)ditos que envolvem o sexo conjugal exigem que continuemos o “desenho da realidade. Que é tão importante e fundamental”, como nos disse uma entrevistada. Inspiradas em trabalhos de investigação internacionais, sugerimos como tópico de reflexão futura o estudo do prazer sexual enquanto conceito negociado na relação conjugal, questionando até que ponto o imperativo do prazer/orgasmo condiciona a vida afetiva e sexual do casal heterossexual português.

Acreditamos, ainda, que a importância deste tema não se confina à academia, pelo que gostaríamos que os resultados desta tese chegassem a outras esferas da sociedade. Além de fomentar uma reflexão crítica e sustentada sobre a sexualidade conjugal, pretendemos que este conhecimento se traduza em ações concretas com organizações da sociedade civil, nomeadamente em ambiente escolar, empresarial e com técnicos/profissionais que trabalham a temática da sexualidade. Ainda que saibamos que a *malapata* do investigador seja a de ser alguém que “planta uma árvore à sombra da qual nunca se irá sentar”³⁹, este trabalho procura contribuir para o desenho de uma solução diferenciada e sistémica de criação de programas de capacitação que ajudem os casais a conhecer os modos de expressão dos afetos e do desejo sexual através de uma educação para a igualdade de género e para a vivência de uma sexualidade responsável e prazerosa, isenta de aproximações abusivas e discriminatórias.

Reconhecemos, por fim, que qualquer que seja o casal, a sua história é marcada por encontros e desencontros que moldam as vivências íntimas. Em última instância, este projeto visou

³⁹ Da expressão original “The true meaning of life is to plant trees, under whose shade you do not expect to sit” (Henderson, n.d.).

contribuir para uma maior aceitação do Outro, das suas opções enquanto pessoa e membro de um casal, com uma sexualidade mais livre de constrangimentos e (inter)ditos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Aboim, S. (2006a). Conjugalidade, afectos e formas de autonomia individual. *Análise Social*, 41(180), 801–825.
- Aboim, S. (2006b). *Conjugalidades em mudança: Percursos e dinâmicas da vida a dois*. Imprensa de Ciências Sociais.
- Aboim, S. (2009). Da pluralidade dos afetos: Trajetórias e orientações amorosas nas conjugalidades contemporâneas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 24. <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v24n70/a07v2470.pdf>
- Aboim, S. (2010a). Género, família e mudança em Portugal. In K. Wall, S. Aboim, & V. Cunha (Eds.), *A Vida Familiar no Masculino. Negociando Velhas e Novas Masculinidades*. Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego.
- Aboim, S. (2010b). *Plural Masculinities: The Remaking Of The Self In Private Life*. Ashgate.
- Aboim, S. (2011). Vidas conjugais: do institucionalismo ao elogio da relação. In A. N. de Almeida (Ed.), *História da vida privada em Portugal: os nossos dias* (pp. 80–111). Círculo de Leitores.
- Aboim, S. (2013). *A Sexualidade dos Portugueses*. Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Aboim, S. (2016). Sexualidade e métodos contraceptivos. In J. M. Pais & C. R. Pereira (Eds.), *Os jovens portugueses no contexto da Ibero-America*. Imprensa de Ciências Sociais.
- Aboim, S. (2017). Masculinidade hegemónica e pluralidade no masculino: rumo a novos hibridismos de género. In S. Aboim, A. M. Marques, & M. A. de S. Couto (Eds.), *O que é masculinidade?* (pp. 11–47). Escolar Editora.
- Alarcão, V., Virgolino, A., Roxo, L., Machado, F. L., & Lisboa, A. G. (2015). Exploring gender in Portuguese bedrooms: Men's and women's narratives of their sexuality through a mixed methods approach. *Sociological Research Online*, 20(2), 103–121. <https://doi.org/10.5153/sro.3619>
- Alferes, V. R. (1997). *Encenações e Comportamentos Cexuais: Para uma Psicologia Social da Sexualidade*. Afrontamento.
- Allred, P., & Fox, N. J. (2015). The sexuality-assemblages of young men: A new materialist analysis. *Sexualities*, 18(8), 905–920. <https://doi.org/10.1177/1363460715579132>
- Almeida, A. N. de. (2003). Família, conjugalidade e procriação: valores e papéis. In J. Vala, M. V. Cabral, & A. Ramos (Eds.), *Valores Sociais: Mudanças e Contrastes em Portugal e na Europa* (pp. 50–87). Imprensa de Ciências Sociais/EVS.
- Almeida, A. N. de, Sobral, J. M., & Ferrão, J. (1997). Destinos cruzados: Estruturas e processos da homogamia. *Análise Social*, 32(143–144), 875–898. <https://doi.org/10.2307/41011292>

- Almeida, A. N. de, & Wall, K. (2011). Família e cotidiano: movimentos e sinais de mudança. In J. M. Brandão de Brito (Ed.), *O país em revolução* (pp. 277–307). Editorial Notícias.
- Antônio, L. (2022). *Submissão*. NOS Audiovisuais.
- Arendell, T. (1997). Reflections on the researcher-researched relationship: A woman interviewing men. *Qualitative Sociology*, 20(3), 341–368. <https://doi.org/10.1023/A:1024727316052>
- Ariès, P. (1973). *L'Enfant et la Vie Familiale dans L'Ancien Regime*. Seuil.
- Associação para o Planeamento da Família. (2022). <http://www.apf.pt/>
- Bacelar, R. (2002). *O desejo não tem idade: A sexualidade da mulher idosa*. Fasa.
- Bach, A., & Aarseth, H. (2016). Adaptation, equality , and fairness. Towards a sociological understanding of “the supportive husband.” *NORMA*, 11(3). <https://doi.org/10.1080/18902138.2016.1217692>
- Bajos, Natalie, & Bozon, M. (2008). *Enquête sur la sexualité en France. Pratiques, genre et santé*. La Découverte.
- Bajos, Nathalie, Bozon, M., Beltzer, N., Laborde, C., Andro, A., Ferrand, M., Goulet, V., Laporte, A., Le Van, C., Leridon, H., Levinson, S., Razafindratsima, N., Toulemon, L., Warszawski, J., & Wellings, K. (2010). Changes in sexual behaviours: From secular trends to public health policies. *Aids*, 24(8), 1185–1191. <https://doi.org/10.1097/QAD.0b013e328336ad52>
- Barker, M., & Langdrige, D. (2010). Whatever happened to non-monogamies? critical reflections on recent research and theory. *Sexualities*, 13(6), 748–772. <https://doi.org/10.1177/1363460710384645>
- Bauman, Z. (2004). *Amor Líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos*. Jorge Zahar.
- Baumeister, R. F., Catanese, K. R., & Vohs, K. D. (2001). Is There a Gender Difference in Strength of Sex Drive? Theoretical Views, Conceptual Distinctions, and a Review of Relevant Evidence. *Personality and Social Psychology Review*, 5(3), 242–273.
- Beasley, C., Brook, H., & Holmes, M. (2012). *Heterosexuality in Theory and Practice*. Routledge.
- Beck, U. (1992). *Risk Society: Towards a New Modernity*. Sage Publications.
- Beck, U., & Beck-Gernsheim, E. (1995). *The Normal Chaos of Love*. Polity Press.
- Beck, U., & Beck-Gernsheim, E. (2002). *Individualization*. Sage Publications.
- Beck, U., Giddens, A., & Lash, S. (2000). *Modernização Reflexiva: Política, Tradição e Estética na Ordem Social Moderna*. Celta Editora.
- Becker, H. S. (n.d.). *Making it up as you go along: How I Wrote Art Worlds*. Retrieved September 23, 2022, from <https://www.howardsbecker.com/articles/writingaw.html>

- Becker, H. S. (1994a). Foi por Acaso”: Conceptualizing Coincidence. *The Sociological Quarterly*, 35(2), 183–194. <http://www.jstor.org/stable/4121543>
- Becker, H. S. (1994b). *Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais* (2.ª). Editora Hucitec.
- Berger, P., & Kellner, H. (1964). Marriage and the Construction of Reality: An Exercise in the Microsociology of Knowledge. *Diogenes*, 12(46), 1–24. <https://doi.org/10.4324/9781351328487-7>
- Bertaux, D. (1997). *Les récits de vie: Perspective ethnosociologique*. Editions Nathan.
- Blumer, H. (1969). *Symbolic Interactionism: perspective and method*. Berkeley. University of California Press.
- Bock, G. (1989). História, História das Mulheres, História do Gênero. *Penélope. Fazer e Desfazer História*, 4, 158–187.
- Bourdieu, P. (1972). Les stratégies matrimoniales dans le système de reproduction. *Annales. Histoire, Sciences Sociales*, 27(4–5), 1105–1127. <https://doi.org/10.3406/ahess.1972.422586>
- Bourdieu, P. (1979). *La Distinction - critique sociale du jugement*. Editions du Minuit.
- Bourdieu, P. (1980). *Le Sens Pratique*. Editions du Minuit.
- Bourdieu, P. (2008). Espaço Social e Espaço Simbólico. In *Razões práticas: Sobre a teoria da ação* (9th ed., pp. 13–28). Papyrus Editora.
- Bourdieu, P. (2012). *A dominação masculina*. Relógio d'Água Editores.
- Bozon, M. (2001). Orientations intimes et constructions de soi. Pluralite et divergences dans les expressions de la sexualite. In *Societes Contemporaines* (Vols. 41–42, Issues 1–2, pp. 11–40). <https://doi.org/10.3917/soco.041.0011>
- Bozon, M. (2003). Sexualidade e conjugalidade: a redefinição das relações de gênero na França contemporânea. *Cadernos Pagu*, 20, 131–156. <https://doi.org/10.1590/S0104-83332003000100005>
- Bozon, M. (2004). *Sociologia da sexualidade*. Editora FGV.
- Bozon, M. (2006). Apparence physique et choix du conjoint. In M. Bozon & F. Héran (Eds.), *La formation du couple. Textes essentiels pour la sociologie de la famille* (pp. 99–122). La Découverte.
- Bozon, M., & Heiborn, M. L. (1996). Les caresses et les mots. *Terrain*, 27, 37–58. <https://doi.org/10.4000/terrain.3382>
- Bozon, M., & Heran, F. (1987). La découverte du conjoint: I. Évolution et morphologie des scènes de rencontre. *Population (French Edition)*, 42(6), 943. <https://doi.org/10.2307/1532737>

- Brandão, A. M. (2007). *“E se tu fosses um rapaz?”: Homo-erotismo feminino e construção social da identidade*. Universidade do Minho.
- Braun, V., Gavey, N., & McPhillips, K. (2003). The ‘Fair Deal’? Unpacking Accounts of Reciprocity in Heterosex. *Sexualities*, *6*(2), 237–261. <https://doi.org/10.1177/1363460703006002005>
- Brewer, J. (1985). *The Kinsey Interview*. Kinsey Institute for Research in Sex, Gender, and Reproduction. https://history.msu.edu/iss355/files/2015/06/Kinsey_Interview_Kit.pdf
- Burgess, E., Locke, H., & Thomes, M. (1960 [1945]). *The family from institution to companionship*. American Book.
- Bury, M. (1991). The sociology of chronic illness: a review of research and prospects. *Sociology of Health & Illness*, *13*(4), 451–468. <https://doi.org/10.1111/j.1467-9566.1991.tb00522.x>
- Byers, E. S. (1996). How well does the traditional sexual script explain sexual coercion?: Review of a program of research. *Journal of Psychology and Human Sexuality*, *8*(1–2), 7–25. https://doi.org/10.1300/J056v08n01_02
- Byers, E. S., Heinlein, L., The, S., May, N., & Taylor, P. (1989). Predicting Initiations and Refusals of Sexual Activities in Married and Cohabiting Heterosexual Couples. *The Journal of Sex Research*, *26*(2), 210–231.
- Cacchioni, T. (2007). Heterosexuality and “the Labour of Love”: A contribution to recent debates on female sexual dysfunction. *Sexualities*, *10*(3), 299–320. <https://doi.org/10.1177/1363460707078320>
- Caillé, P. (2012). *Um e Um São Três*. Summus.
- Cardoso, D. (2012). Reflex(ã)o nas sombras. *Revista (in)Visível*, *1*, 124–129.
- Carvalho, C. (1999). Identidade e intimidade: Um percurso histórico dos conceitos psicológicos. *Análise Psicológica*, *17*(4), 727–741. http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0870-82311999000400009
- Casado, E. (2014). Tramas de género en la comunicación móvil en pareja. In *Mediaciones tecnológicas: Cuerpos, afectos y subjetividades* (pp. 53–70). Centro de Investigaciones Sociológicas.
- Chadwick, S. B., Francisco, M., & Anders, S. M. Van. (2019). When Orgasms Do Not Equal Pleasure: Accounts of “Bad” Orgasm Experiences During Consensual Sexual Encounters. *Archives of Sexual Behavior*, *48*, 2435–2459. <https://doi.org/10.1007/s10508-019-01527-7>

- Chadwick, S. B., & van Anders, S. M. (2017). Do Women's Orgasms Function as a Masculinity Achievement for Men? *Journal of Sex Research*, 54(9), 1141–1152. <https://doi.org/10.1080/00224499.2017.1283484>
- Charmaz, K. (2009). *Construção da Teoria Fundamentada: guia prático para análise qualitativa*. Artmed.
- Coffelt, T. A., & Hess, J. A. (2014). Journal of Sex & Marital Therapy Sexual Disclosures : Connections to Relational Satisfaction and Closeness. *Journal of Sex & Marital Therapy*, 40(6), 577–591. <https://doi.org/10.1080/0092623X.2013.811449>
- Conley, T. D., Ziegler, A., & Moors, A. C. (2013). Backlash From the Bedroom: Stigma Mediates Gender Differences in Acceptance of Casual Sex Offers. *Psychology of Women Quarterly*, 37(3), 392–407. <https://doi.org/10.1177/0361684312467169>
- Crawford, J., & Waldby, C. (1994). Women's Sex Talk and Men's Sex Talk: Different Worlds. *Feminism and Psychology*, 4(4), 571–587.
- Crawford, M., Popp, D., Crawford, M., & Popp, D. (2010). Sexual double standards: A review and methodological critique of two decades of research Sexual Double Standards : A Review and Methodological Critique of Two Decades of Research. *Journal of Sex Research*, 40(1), 13–26. <https://doi.org/10.1080/00224490309552163>
- Crossley, N. (2011). *Towards relational sociology* (1st ed.). Routledge.
- Darden, M. C., Ehman, A. C., Lair, E. C., & Gross, A. M. (2019). Sexual Compliance: Examining the Relationships Among Sexual Want, Sexual Consent, and Sexual Assertiveness. *Sexuality & Culture*, 23, 220–235.
- Deakin, H., & Wakefield, K. (2014). Skype interviewing: reflections of two PhD researchers. *Qualitative Research*, 14(5), 603–616. <https://doi.org/10.1177/1468794113488126>
- Decreto n.º 2-A/2020, Diário da República n.º 57/2020, 1.º Suplemento, Série I de 2020-03-20, (2020). <https://dre.pt/dre/legislacao-consolidada/decreto/2020-130531803-130472930>
- Delphy, C., & Leonard, D. (1992). *Familiar Exploitation: A New Analysis of Marriage in Contemporary Western Societies*. Policy Press.
- Denzin, N. K. (1989). *Interpretative Biography*. Sage Publications.
- Desrosières, A. (1978). Marché matrimonial et structure des classes sociales. *Actes de La Recherche En Sciences Sociales*, 20(1), 97–107. <https://doi.org/10.3406/arss.1978.2594>
- Dias, I. (2002). *Representações e práticas de violência doméstica em famílias de diferentes meios socioprofissionais*. Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

- Dickson-Swift, V., James, E. L., Kippen, S., & Liamputtong, P. (2007). Doing sensitive research: What challenges do qualitative researchers face? *Qualitative Research*, 7(3), 327–353. <https://doi.org/10.1177/1468794107078515>
- Dion, K., Berscheid, E., & Walster, E. (1972). What is beautiful is good. *Journal of Personality and Social Psychology*, 24(3), 285–290. <https://doi.org/10.1037/h0033731>
- Douglas, M. (1991). *Pureza e perigo: ensaio sobre as noções de poluição e tabu*. Edições 70.
- Duncombe, J., & Marsden, D. (1993). Love and intimacy: the gender division of emotion and “emotion work”: A Neglected Aspect of Sociological Discussion of Heterosexual Relationships. *Sociology*, 27(2), 221–241.
- Dupré la Tour, M. (2009). Functions of the couple. *Sexologies*, 18(3), 169–170. <https://doi.org/10.1016/j.sexol.2008.06.006>
- Eisikovits, Z., & Koren, C. (2010). Approaches to and outcomes of dyadic interview analysis. *Qualitative Health Research*, 20(12), 1642–1655. <https://doi.org/10.1177/1049732310376520>
- Eldén, S. (2012). Scripts for the “good couple”: Individualization and the reproduction of gender inequality. *Acta Sociologica*, 55(1), 3–18. <https://doi.org/10.1177/0001699311427745>
- Elias, N. (1987). The changing balance of power between the sexes - A process-sociological study: The example of the ancient Roman State. *Theory, Culture & Society*, 4, 287–316.
- Elliott, S., & Umberson, D. (2008). The performance of desire: Gender and sexual negotiation in long-term marriages. *Journal of Marriage and Family*, 70(2), 391–406. <https://doi.org/10.1111/j.1741-3737.2008.00489.x>
- Elmir, R., Schmied, V., Jackson, D., & Wilkes, L. (2011). Interviewing people about potentially sensitive topics. *Nurse Researcher*, 19(1), 12–16. <https://doi.org/10.7748/nr2011.10.19.1.12.c8766>
- Enia, D. (2021). *Notas sobre Um Naufrágio* (M. do R. Pedreira (Ed.); 1st ed.). Publicações Dom Quixote.
- Erickson, R. J. (2005). Why Emotion Work Matters: Sex, Gender, and the Division of Household Labor. *Journal of Marriage and Family*, 67(2), 337–351.
- Eros Porto*. (2022). <https://www.erosporto.com/>
- Escoffier, J. (2006). Introdução. In J. Gagnon (Ed.), *Uma interpretação do desejo: ensaios sobre o estudo da sexualidade*. Garamond.
- Estés, C. P. (2016). *Mulheres que correm com os lobos: mitos e histórias do arquétipo da mulher selvagem*. Marcador.

- Fahs, B., Swank, E., & Clevenger, L. (2015). *Troubling Anal Sex: Gender, Power, and Sexual Compliance in Heterosexual Experiences of Anal Intercourse*. *32*(1), 19–38. <https://doi.org/10.1007/s12147-014-9129-7>
- Faith, K. (1994). Resistance: Lessons from Foucault and Feminism. In H. L. Radtke & H. J. . Stam (Eds.), *Power/Gender: Social relations in theory and practice*. (pp. 36–66). Sage Publications.
- Farvid, P., & Braun, V. (2006). “Most of us guys are raring to go anytime, anyplace, anywhere”: Male and female sexuality in Cleo and Cosmo. *Sex Roles*, *55*(5–6), 295–310. <https://doi.org/10.1007/s11199-006-9084-1>
- Fernandes, E. M., & Almeida, L. S. (2001). *Métodos e técnicas de avaliação: contributos para a prática e investigação psicológicas*. Centro de Estudos da Criança da Universidade do Minho.
- Fernandes, E. M., & Maia, Â. (2001). Grounded theory. In E. M. Fernandes & L. S. Almeida (Eds.), *Métodos e técnicas de avaliação: contributos para a prática e investigação psicológicas* (pp. 49–76). Universidade do Minho. Centro de Estudos em Educação e Psicologia (CEEP).
- Fernandes, L. (2002). Um diário de campo nos territórios psicotrópicos: As facetas da escrita etnográfica. In T. H. Caria (Ed.), *Experiência etnográfica em ciências sociais* (pp. 23–40). Afrontamento.
- Ferrarotti, F. (1983). *Histoire et Histories de Vie: La méthode biographique dans les sciences sociales* (2nd ed.). Librairie des Méridiens.
- Ferreira, L. C., Narciso, I., & Novo, R. (2013). Authenticity, work and change: a qualitative study on couple intimacy. *Families, Relationships and Societies*, 1–17. <https://doi.org/http://dx.doi.org/10.1332/204674313X668569>
- Ferreira, P. M. (2010a). Parceiros, relacionamentos e trajetórias sexuais. In P. M. Ferreira & M. V. Cabral (Eds.), *Sexualidades em Portugal: comportamentos e riscos* (pp. 55–104). Bizâncio.
- Ferreira, P. M. (2010b). Práticas sexuais, auto-erotismo e actividade com parceiro. In P. M. Ferreira & M. V. Cabral (Eds.), *Sexualidades em Portugal: comportamentos e riscos* (pp. 105–146). Bizâncio.
- Ferreira, P. M., & Cabral, M. V. (2010). *Sexualidades em Portugal: Comportamentos e Riscos*. Bizâncio.
- Figueiredo, E. (2012). Os valores da geração universitária dos primórdios dos anos 60: família e relação entre sexos. In A. Pinto (Ed.), *100 Dias que Abalaram o Regime. A Crise Académica de 1962* (pp. 59–67). Tinta-da-China.
- Figueredo, P. (2005). A influência do locus de controle conjugal, das habilidades sociais conjugais e da comunicação conjugal na satisfação com o casamento. *Ciências & Cognição*, *6*.

- Flood, M. (2008). Men, sex, and homosociality: How bonds between men shape their sexual relations with women. *Men and Masculinities*, 10(3), 339–359. <https://doi.org/10.1177/1097184X06287761>
- Fontainhas, I. M. (2016). *O diálogo mudo dos corpos: Representações de casais heterossexuais acerca da sexualidade e das práticas sexuais*. Universidade do Porto.
- Ford, J. V. (2018). “Going with the flow”: How college men’s experiences of unwanted sex are produced by gendered interactional pressures. *Social Forces*, 96(3), 1303–1324. <https://doi.org/10.1093/sf/sox066>
- Foucault, M. (2003). *História da Sexualidade I: A vontade de saber* (15th ed.). Graal.
- Freire, I. (2010). *Amor e Sexo no Tempo de Salazar* (2.ª). A Esfera dos Livros.
- Freud, S. (1987). *Trois Essais sur la Théorie Sexuelle*. Éditions Gallimard.
- Gabb, J. (2008a). Conceptualisations of Intimacy. In *Researching Intimacy in Families* (pp. 64–96). Palgrave Macmillan.
- Gabb, J. (2008b). *Researching Intimacy in Families*. Palgrave Macmillan.
- Gagnon, J. (2006). *Uma interpretação do desejo: ensaios sobre o estudo da sexualidade*. Garamond.
- Gagnon, J. H., & Simon, W. (1987). The sexual scripting of oral genital contacts. *Archives of Sexual Behavior*, 16(1), 1–25. <https://doi.org/10.1007/BF01541838>
- Gagnon, J., & Simon, W. (1977). *Sexual Conduct: The social sources of human sexuality*. Aldine Publishing Compan.
- Gavey, N. (2005). *Just Sex? The Cultural Scaffolding of Rape*. Routledge.
- Gelles, R. J. (1995). *Contemporary Families: a sociological view*. Sage Publications.
- Gerhard, J. (2000). Revisiting “the myth of the vaginal orgasm”: The female orgasm in American sexual thought and second wave feminism. *Feminist Studies*, 26(2), 449–476. <https://doi.org/10.2307/3178545>
- Ghiglione, R., & Matalon, B. (2001). *O Inquérito: Teoria e Prática* (4.ª). Celta Editora.
- Giddens, A. (1992a). *A Transformação da Intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas* (2ª Reimpre). Editora Unesp.
- Giddens, A. (1992b). *As Consequências da Modernidade*. Celta Editora.
- Giddens, A. (1997). *Modernidade e Identidade*. Celta.
- Girard, A. (1981 [1964]). *Le choix du conjoint. Une enquête psychosociologique en France*. PUF.
- Goffman, E. (1993 [1959]). *A apresentação do eu na vida de todos os dias*. Relógio d'Água Editores.
- Goffman, E. (2004). *Estigma – notas sobre a manipulação da identidade deteriorada* (4th ed.). LTC.

- Goffman, E. (2011 [1967]). *Ritual de interação: ensaios sobre o comportamento face a face*. Vozes.
- Gomes, F. A. (1985). A experiência do Sexólogo. *Planeamento Familiar*, 27, 3–5.
- Greene, E. (1996). Sappho, Foucault, and Women's Erotics. *Arethusa*, 29(1), 1–14.
- Greenwood, E. (1965). Métodos de Investigação Empírica em Sociologia. *Revista Análise Social*, 3(11), 313–345. <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1224164262K2IAE9wd1Ui39AM8.pdf>
- Guerra, I. C. (2006). *Pesquisa qualitativa e análise de conteúdo: Sentidos e formas de uso*. Principia.
- Gunnarsson, L. (2018). “Excuse Me, But Are You Raping Me Now?” Discourse and Experience in (the Grey Areas of) Sexual Violence. *NORA - Nordic Journal of Feminist and Gender Research*, 26(1), 4–18. <https://doi.org/10.1080/08038740.2017.1395359>
- Gurney, J. N. (1985). Not one of the guys: The female researcher in a male-dominated setting. *Qualitative Sociology*, 8(1), 42–62. <https://doi.org/10.1007/BF00987013>
- Haavio-Mannila, E., & Kontula, O. (1997). Correlates of increased sexual satisfaction. *Archives of Sexual Behavior*, 26(4), 399–419. <https://doi.org/10.1023/A:1024591318836>
- Hakim, C. (2010). Erotic capital. *European Sociological Review*, 26(5), 499–518. <https://doi.org/10.1093/esr/jcq014>
- Hall, M., & Hearn, J. (2019). Revenge pornography and manhood acts: a discourse analysis of perpetrators' accounts. *Journal of Gender Studies*, 28(2), 158–170. <https://doi.org/10.1080/09589236.2017.1417117>
- Hamel, J., Dufour, S., & Fortin, D. (1993). *Case Study Methods*. Sage Publications.
- Harris, E., Gormezano, A., & van Anders, S. (2022). Gender Inequities in Household Labor Predict Lower Sexual Desire in Women Partnered with Men. *Archives of Sexual Behavior*, 51(8), 3847–3870. <https://doi.org/10.1007/s10508-022-02397-2>
- Harris, E., & van Anders, S. (2022, November 24). Is your partner a man-child? No wonder you don't feel like sex. *The Conversation*. https://theconversation.com/is-your-partner-a-man-child-no-wonder-you-dont-feel-like-sex-194913?utm_source=fb_messenger&utm_medium=bylinefb_messenger_button&fbclid=IwAR3p8sHrqaMQLDpOslwerQ3mGIDQ8OSuMTZEA3pu6GGvImS4Qs48JROzy78
- Heilborn, M. L. (2004). *Dois é par: gênero e identidade sexual em contexto igualitário*. Garamond.
- Heilborn, M. L., Aquino, E. M. L., Bozon, M., & Knauth, D. R. (2006). *O aprendizado da sexualidade: reprodução e trajetórias sociais de jovens brasileiros*. Editora FioCruz.
- Henderson, N. (n.d.). *Impact Network*. <https://www.impactnetwork.org/latest-news/the-true-meaning-of-life-is-to-plant-trees-under-whose-shade-you-do-not-expect-to-sit>

- Hertz, R. (1995). Separate But Simultaneous Interviewing of Husbands and Wives: Making Sense of Their Stories. *Qualitative Inquiry*, 1(4), 429–451. <https://doi.org/10.1177/107780049500100404>
- Hirst, J., Pickles, J., Kenny, M., Beresford, R., Froggatt, C., Hirst, J., Pickles, J., Kenny, M., & Beresford, R. (2022). A qualitative exploration of perceptions of anal sex: implications for sex education and sexual health services in England. *Culture, Health & Sexuality*, 0(0), 1–15. <https://doi.org/10.1080/13691058.2022.2037020>
- Hochschild, A. R. (1979). Emotion Work, Feeling Rules, and Social Structure. *American Journal of Sociology*, 85(3), 551–575. <https://doi.org/10.1086/227049>
- Hochschild, A. R. (2012). *The Managed Heart: Commercialization of Human Feeling* (3rd ed.). University of California Press.
- Holland, J., Ramazanoglu, C., Sharpe, S., & Thomson, R. (1998). *The Male in the Head: Young People, Heterosexuality and Power*. Tufnell Press.
- Hollway, W. (1984). Women's power in heterosexual sex. *Women's Studies International Forum*, 7(1), 63–68.
- Hollway, W. (1996). Recognition and heterosexual desire. In D. Richardson (Ed.), *Theorising Heterosexuality* (pp. 91–109). Open University Press.
- Holmes, M. (2004). An equal distance? Individualisation, gender and intimacy in distance relationships. *Sociological Review*, 52(2), 180–200. <https://doi.org/10.1111/j.1467-954x.2004.00464.x>
- Hook, M. K., Gerstein, L. H., Detterich, L., & Gridley, B. (2003). How Close are We? Measuring Intimacy and Examining Gender Differences. *Journal of Counseling and Development*, 81(4), 462–472. <https://doi.org/10.1002/j.1556-6678.2003.tb00273.x>
- Hooks, B. (2004). *The Will To Change: Men, Masculinity, and Love* (1st ed.). Simon & Schuster.
- Hyde, J., DeLamater, J., Plant, A., & Byrd, J. (1996). Sexuality during pregnancy and the year postpartum. *The Journal of Sex Research*, 33(2). <https://doi.org/10.1080/00224499609551826>
- Hynie, M., Lydon, J. E., Côté, S., & Wiener, S. (1998). Relational sexual scripts and women's condom use: The importance of internalized norms. *Journal of Sex Research*, 35(4), 370–380. <https://doi.org/10.1080/00224499809551955>
- Impett, E. A., & Peplau, L. A. (2003). Sexual compliance: Gender, motivational, and relationship perspectives. *Journal of Sex Research*, 40(1), 87–100. <https://doi.org/10.1080/00224490309552169>

- Impett, E. A., & Peplau, L. A. (2006). "His" and "Her" Relationships? A Review of the Empirical Evidence. In A. L. Vangelisti & D. Perlman (Eds.), *The Cambridge handbook of personal relationships* (pp. 273–291). Cambridge University Press.
<https://doi.org/https://doi.org/10.2277/0521826179>
- INE. (2019). *Inquérito à Fecundidade*. Instituto Nacional de Estatística.
- INE. (2020). *Estatísticas Demográficas - 2020*. Instituto Nacional de Estatística.
- Jackson, M. (1984). Sex research and the construction of sexuality: A tool of male supremacy? *Women's Studies International Forum*, 7(1), 43–51.
[https://doi.org/https://doi.org/10.1016/0277-5395\(84\)90083-9](https://doi.org/https://doi.org/10.1016/0277-5395(84)90083-9)
- Jackson, S. (2008). Ordinary sex. *Sexualities*, 11(1–2), 33–37.
<https://doi.org/10.1177/13634607080110010204>
- Jackson, S., & Scott, S. (1997). Gut reactions to matters of the heart: reflections on rationality, irrationality and sexuality. *The Sociological Review*, 45(4), 551–753.
- Jackson, S., & Scott, S. (2004). Sexual Antinomies in Late Modernity. *Sexualities*, 7(2), 233–248.
<https://doi.org/10.1177/1363460704042166>
- Jackson, S., & Scott, S. (2007). Faking like a woman? Towards an interpretative theorization of sexual pleasure. *Body and Society*, 13(2).
- Jamieson, L. (1998). *Intimacy: Personal Relationships in Modern Societies*. Policy Press.
- Jamieson, L. (1999). Intimacy Transformed? A Critical Look at the 'Pure Relationship'. *Sociology*, 33(3), 477–494. <https://doi.org/10.1177/S0038038599000310>
- Jamieson, L. (2005). Boundaries of intimacy. In L. McKie & S. Cunningham-Burley (Eds.), *Families in Society: Boundaries and Relationships* (pp. 189–206). Policy Press.
- Jamieson, L. (2011). Intimacy as a concept: Explaining social change in the context of globalisation or another form of ethnocentrism? *Sociological Research Online*, 16(4), 1–13.
<https://doi.org/10.5153/sro.2497>
- Jamieson, L., Anderson, M., McCrone, D., Bechhofer, F., Stewart, R., & Li, Y. (2002). Cohabitation and commitment: Partnership plans of young men and women. *The Sociological Review*, 50, 354–375. <https://doi.org/10.4324/9781315249643-14>
- Jeffreys, S. (2005). *Beauty and Misogyny*. Routledge.
- Jones, A. (2019). Sex is not a problem: The erasure of pleasure in sexual science research. *Sexualities*, 22(4), 643–668. <https://doi.org/10.1177/1363460718760210>

- Jurva, R. (2018). Independence and vulnerability: affective orientations in imagining futurities for heterosexual relationships. In *Affective Inequalities in Intimate Relationships* (pp. 127–140). Routledge.
- Jurva, R., & Lahti, A. (2019). Challenging Unequal Gendered Conventions in Heterosexual Relationship Contexts through Affective Dissonance. *NORA - Nordic Journal of Feminist and Gender Research*, 27(4), 218–230. <https://doi.org/10.1080/08038740.2019.1682662>
- Juvonen, T., & Kolehmainen, M. (2018). *Affective Inequalities in Intimate Relationships*. Routledge.
- Kaufmann, J.-C. (2003). *Sociologie du couple* (4th ed.). Presses Universitaires de France.
- Keene, S. (2022). Becoming a sexademic: Reflections on a ‘dirty’ research project. *Sexualities*, 25(5–6), 676–693. <https://doi.org/10.1177/1363460720986915>
- Kellerhals, J., Perrin, J. F., Steinauer-Cresson, G., Voneche, L., & Wirth, G. (1982). *Mariages au quotidien: inégalités sociales, tensions culturels et organisation familiale*. Éd. Pierre-Marcel Favre.
- Kiefer, A. K., & Sanchez, D. T. (2007). Scripting sexual passivity: A gender role perspective. *Personal Relationships*, 14(2), 269–290. <https://doi.org/10.1111/j.1475-6811.2007.00154.x>
- Kinsey, A. C., Pomeroy, W. B., & Martin, C. E. (1975 [1948]). *Sexual Behaviour in the Human Male* (Indiana Un).
- Kinsey, A. C., Pomeroy, W. B., Martin, C. E., & Gebhard, P. H. (1970 [1953]). *Comportamento Sexual da Mulher*. Meridiano.
- Klein, V., Imhoff, R., Reininger, K. M., & Briken, P. (2019). Perceptions of Sexual Script Deviation in Women and Men. *Archives of Sexual Behavior*, 48(2), 631–644. <https://doi.org/10.1007/s10508-018-1280-x>
- Kuipers, G. (2015). Beauty and distinction? The evaluation of appearance and cultural capital in five European countries. *Poetics*, 53, 38–51.
- Lança, M., & Marques, J. F. (2020). “O Império dos Sentidos”: Romance e Sexualidade em Contexto Turístico de Sol e Mar. *Revista Latino-Americana de Turismologia*, 6(único), 1–18.
- Laporte, A., & Beltzer, N. (2008). Sexualité et maladies chroniques. In *Enquête sur la sexualité en France. Pratiques, genre et santé* (pp. 509–525). La Découverte.
- Laumann, E., & Gagnon, J. (1995). A sociological perspective on sexual action. In R. Parker & J. Gagnon (Eds.), *Conceiving Sexuality: Approaches to Sex Research in a Postmodern* (pp. 183–214). Routledge.
- Lavie-Ajayi, M., & Joffe, H. (2009). Social representations of female orgasm. *Journal of Health Psychology*, 14(1), 98–107. <https://doi.org/10.1177/1359105308097950>

- Lefkowich, M. (2019). When Women Study Men: Gendered Implications for Qualitative Research. *International Journal of Qualitative Methods*, 18, 1–9. <https://doi.org/10.1177/1609406919872388>
- Lei n.º 9/2010 de 31 de maio, Ministério Público. (2010). https://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=1249&tabela=leis&so_miolo=
- Lei n.º 7/2001 de 11 de maio, Ministério Público. (2001). http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=901&tabela=leis
- Leigh, B. C. (1989). Reasons for Having and Avoiding Sex: Gender, Sexual Orientation, and Relationship to Sexual Behavior. *The Journal of Sex Research*, 26(2), 199–209. <https://doi.org/10.1080/00224498909551506>
- Lewis, E. S. (2020). Por uma Linguística Cu(-ir). *Cadernos de Linguagem e Sociedade*, 21(2), 327–349. <https://doi.org/10.26512/les.v21i2.35174>
- Magnusson, E. (2005). Gendering or Equality in the Lives of Nordic Heterosexual Couples with Children: No Well - Paved Avenues Yet Gendering or Equality in the Lives of Nordic Heterosexual Couples with Children : No Well-Paved Avenues Yet. *Nordic Journal of Women's Studies*, 13(3), 153–163. <https://doi.org/10.1080/08038740600587661>
- Marques, A. C. (2005). *Do primeiro beijo ao primeiro filho – o roteiro sexual para uma maternidade na adolescência*. ISCTE.
- Marques, N. (2021). *Os homens também choram: histórias da nova masculinidade*. Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Mason, M. (2010). Sample size and saturation in PhD studies using qualitative interviews. *Forum Qualitative Sozialforschung*, 11(3).
- Masters, T., Casey, E., Wells, E., & Morrison, D. (2013). Sexual scripts among young heterosexually active men and women: Continuity and chang. *The Journal of Sex Research*, 50(5), 409–420. <https://doi.org/10.1080/00224499.2012.661102>.Sexual
- Masters, W. H., & Johnson, V. E. (1976). *Human Sexual Response*. Little, Brown.
- Maxwell, C. (2007). “Alternative” Narratives of Young People ’ s Heterosexual Experiences in the UK. *Sexualities*, 10(5), 539–558. <https://doi.org/10.1177/1363460707083168>
- McClary, S. (1991). *Feminine Endings: Music, Gender, and Sexuality*. University of Minnesota Press.
- McClelland, S. I. (2014). “What do you mean when you say that you are sexually satisfied?” A mixed methods study. *Feminism and Psychology*, 24(1), 74–96. <https://doi.org/10.1177/0959353513508392>

- Meenagh, J. L. (2021). 'She doesn't think that happens': When heterosexual men say no to sex. *Sexualities, 24*(3), 322–340. <https://doi.org/10.1177/1363460720936460>
- Mitchell, A. E., Castellani, A. M., Herrington, R. L., Joseph, J. I., Doss, B. D., & Snyder, D. K. (2008). Predictors of intimacy in couples' discussions of relationship injuries: An observational study. *Journal of Family Psychology, 22*(1), 21–29. <https://doi.org/10.1037/0893-3200.22.1.21>
- Mooney-Somers, J., & Ussher, J. M. (2010). Sex as commodity: Single and partnered men's subjectification as heterosexual men. *Men and Masculinities, 12*(3), 353–373. <https://doi.org/10.1177/1097184X08322620>
- Moreira, H., Amaral, A., & Canavarro, M. C. (2009). Adaptação do Personal Assessment of Intimacy in Relationships Scale (PAIR) para a população Portuguesa: Estudo das suas características psicométricas. *Revista Psycologica, 50*, 353–373.
- Morgan, D. (1996). *Family Connections: An Introduction to Family Studies*. Polity Press.
- Morgan, D. (2009). *Acquaintances: The Space Between Intimates and Strangers*. Open University Press.
- Morrison, D. M., Masters, N. T., Wells, E. A., Casey, E., Beadnell, B., & Hoppe, M. J. (2015). "He Enjoys Giving Her Pleasure": Diversity and Complexity in Young Men's Sexual Scripts. *Archives of Sexual Behavior, 44*(3), 655–668. <https://doi.org/10.1007/s10508-014-0354-7>
- Morse, J. M., Barrett, M., Mayan, M., Olson, K., & Spiers, J. (2002). Verification Strategies for Establishing Reliability and Validity in Qualitative Research. *International Journal of Qualitative Methods, 1*(2), 13–22. <https://doi.org/10.1177/160940690200100202>
- Muehlenhard, C. L., & Shippee, S. K. (2010). Men's and Women's Reports of Pretending Orgasm. *Journal of Sex Research, 47*(6), 552–567.
- Muise, A., Impett, E. A., Kogan, A., & Desmarais, S. (2012). Keeping the Spark Alive: Being Motivated to Meet a Partner's Sexual Needs Sustains Sexual Desire in Long-Term Romantic Relationships. *Social Psychological and Personality Science, 4*(3), 267–273. <https://doi.org/10.1177/1948550612457185>
- Narciso, I., & Ribeiro, M. T. (2009). *Olhares sobre a Conjugalidade*. Coisas de Ler.
- Narvaz, M., & Nardi, H. C. (2007). Problematizações feministas à obra de Michel Foucault. *Revista Subjetividades, 7*(1), 45–70.
- Neves, D. M. de B. (2013). *Intimidade e Vida Sexual: Mudanças e Continuidades numa Perspectiva de Género e Geração*. ISCTE - IUL.

- O'Sullivan, L. F., & Allgeier, E. R. (1998). Feigning sexual desire: Consenting to unwanted sexual activity in heterosexual dating relationships. *Journal of Sex Research, 35*(3), 234–243. <https://doi.org/10.1080/00224499809551938>
- O'Sullivan, L. F., & Vannier, S. A. (2013). Playing the field? Does actual or perceived relationship status of another influence ratings of physical attractiveness among young adults? *Canadian Journal of Behavioural Science / Revue Canadienne Des Sciences Du Comportement, 45*(3), 210–219. <https://doi.org/10.1037/a0031826>
- OCDE. (2021). *Caregiving in Crisis: Gender inequality in paid and unpaid work during COVID-19*. OCDE.
- Olmo, A. V. (2018). “Detalles”, frustraciones y desconciertos El trabajo emocional en las parejas jóvenes heterosexuales. *Revista Espanola de Sociologia, 27*(1), 67–81. <https://doi.org/10.22325/fes/res.2018.4>
- Opdenakker, R. (2006). Advantages and Disadvantages of Four Interview Techniques in Qualitative Research [44 paragraphs]. *Forum Qualitative Sozialforschung / Forum: Qualitative Social Research, 7*(4), Art. 11,. *Qualitative Social Research, 7*(4), 13. <http://www.qualitative-research.net/index.php/fqs/article/view/175>
- Opperman, E., Braun, V., Clarke, V., & Rogers, C. (2014). “It feels so good it almost hurts”: Young adults' experiences of orgasm and sexual pleasure. *Journal of Sex Research, 51*(5), 503–515. <https://doi.org/10.1080/00224499.2012.753982>
- Pais, J. M. (1985). Família, sexualidade e religião. *Análise Social, XX*(86), 345–389. <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223477957E1iPI9na5Ey69GD6.pdf>
- Pais, J. M. (1998). Vida Amorosa e Sexual. In *Gerações e Valores na Sociedade Portuguesa* (pp. 407–465). Instituto de Ciências Sociais/Secretaria de Estado da Juventude.
- Pais, J. M. (2002). *Sociologia da Vida Quotidiana. Teorias, Métodos e Estudos de Caso*. Imprensa de Ciências Sociais.
- Pais, J. M. (2006). *Nos rastros da solidão: deambulações sociológicas* (2nd ed.). Ambar.
- Pais, J. M. (2016). *Enredos Sexuais, Tradição e Mudança: As Mães, os Zecas e as Sedutoras de Além-Mar* (1.ª). Imprensa de Ciências Sociais.
- Parsons, T., & Bales, R. (1955). *Family, Socialization and Interaction Process*. The Free Press.
- Passeron, J.-C., Vázquez, F. P., & Singly, F. de. (1982). Los silencios: contribución a la interpretación de las no-respuestas en las encuestas de opinión. *Reis, 17*, 83. <https://doi.org/10.2307/40182854>

- Perista, H., Cardoso, A., Brázia, A., Abrantes, M., & Perista, P. (2016). *Os Usos do Tempo de Homens e de Mulheres em Portugal*.
- Peters, K., Jackson, D., & Rudge, T. (2008). Research on couples: Are feminist approaches useful? *Journal of Advanced Nursing*, *62*(3), 373–380. <https://doi.org/10.1111/j.1365-2648.2007.04558.x>
- Petersen, J. L., & Hyde, J. S. (2010). A Meta-Analytic Review of Research on Gender Differences in Sexuality, 1993-2007. *Psychological Bulletin*, *136*(1), 21–38. <https://doi.org/10.1037/a0017504>
- Pinheiro, J. (2004). *O Núcleo Intangível da Comunhão Conjugal: os deveres conjugais sexuais*. Almedina.
- Pinto, P., da Conceição Nogueira, M., & de Oliveira, J. M. (2010). Debates feministas sobre pornografia heteronormativa: Estéticas e ideologias da sexualização. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, *23*(2), 374–383. <https://doi.org/10.1590/S0102-79722010000200020>
- Poland, B., & Pederson, A. (1998). Reading between the lines: Interpreting silences in qualitative research. *Qualitative Inquiry*, *4*(2), 293–312. <https://doi.org/10.1177/107780049800400209>
- Policarpo, V. (2011a). A sexualidade e o indivíduo: uma história em construção. In A. N. de Almeida (Ed.), *História da vida privada em Portugal: os nossos dias* (pp. 48–79). Círculo de Leitores.
- Policarpo, V. (2011b). *Indivíduo e sexualidade: a construção social da experiência sexual* [Universidade de Lisboa]. <http://repositorio.ul.pt//handle/10451/4197>
- PORDATA. (2022). *População – Casamentos e divórcios*. <https://www.pordata.pt/subtema/portugal/casamentos+e+divorcios-33>
- Potts, A. (2000). Coming, Coming, Gone: A Feminist Deconstruction of Heterosexual Orgasm. *Sexualities*, *3*(1), 55–76. <https://doi.org/10.1177/136346000003001003>
- Priberam (2022). *Dicionário Priberam da língua portuguesa*. <https://dicionario.priberam.org/>
- Priberam (2020). *Dicionário Priberam da língua portuguesa*. <https://dicionario.priberam.org/>
- Punch, M. (1994). Politics and Ethics on Qualitative Research. In *Handbook of qualitative research*. Sage Publications.
- Quivy, R., & Campenhoudt, L. (1992). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Gradiva.
- Rahman, M., & Jackson, S. (2010). *Gender and sexuality: Sociological approaches*. Polity Press.
- Ramos, A., & Magalhães, P. C. (2021). *European Values Study: Relatório do Estudo dos Valores Europeus, 2017-2019*. Fundação Calouste Gulbenkian.

- Resende, J. M., Beirante, D., & Gouveia, L. (2016). Entre o público e o íntimo: tensões perante as fronteiras incertas do íntimo e do público em confronto na educação sexual escolar. *IX Congresso Português de Sociologia: Portugal, Território de Territórios*.
- Roberts, C., Kippax, S., Waldby, C., & Crawford, J. (1995). Faking it The Story of “Ohh!” *Women’s Studies International Forum*, 18(5–6), 523–532. [https://doi.org/10.1016/0277-5395\(95\)00047-x](https://doi.org/10.1016/0277-5395(95)00047-x)
- Rocha, F. D. A., & Fensterseifer, L. (2019). A função do relacionamento sexual para casais em diferentes etapas do ciclo de vida familiar. *Contextos Clínicos*, 12(2). <https://doi.org/10.4013/ctc.2019.122.08>
- Romana. (1997). *Não és homem para mim*.
- Rosa, R. (2008). *Escolha do cônjuge e modos de construção da distância social no casal*. Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa.
- Roseneil, S., Crowhurst, I., Hellesund, T., Santos, A. C., & Stoilova, M. (2020). *The Tenacity of the Couple-Norm: Intimate citizenship regimes in a changing Europe*. UCL Press.
- Roussel, L. (1975). *Le mariage dans la société française contemporaine*. PUF-INED.
- Rubin, G. S. (2002). Studying Sexual Subcultures: Excavating the Ethnography of Gay Communities in Urban North America. In E. Lewin & W. Leap (Eds.), *Out in Theory: The Emergence of Lesbian and Gay Anthropology*. University of Illinois Press.
- Rubin, G. S. (2007 [1984]). Thinking Sex: Notes for a radical theory of the politics of sexuality. In R. Parker & P. Aggleton (Eds.), *Culture, Society and Sexuality: A Reader* (2nd ed., pp. 150–187). Routledge.
- Sáez, J., & Carrascosa, S. (2011). *Por el culo. Políticas anales*. Editorial Egales.
- Sanchez, D., Fetterolf, J., & Rudman, L. (2012). Eroticizing Inequality in the United States: The Consequences and Determinants of Traditional Gender Role Adherence in Intimate Relationships. *Journal of Sex Research*, 49(2), 168–183. <https://doi.org/10.1080/00224499.2011.653699>
- Sanchez, D. T., Phelan, J. E., Moss-racusin, C. A., & Good, J. J. (2012). The Gender Role Motivation Model of Women’s Sexually Submissive Behavior and Satisfaction in Heterosexual Couples. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 38(4), 528–539. <https://doi.org/10.1177/0146167211430088>
- Sanders, S. A., & Reinisch, J. M. (1999). Would You Say You “Had Sex” If . . . ? *American Medical Association*, 281(3), 275–277.

- Santana, M. C., Raj, A., Decker, M. R., Marche, A. La, & Silverman, J. G. (2006). Masculine Gender Roles Associated with Increased Sexual Risk and Intimate Partner Violence Perpetration among Young Adult Men. *Journal of Urban Health, 83*(4), 575–585. <https://doi.org/10.1007/s11524-006-9061-6>
- Schaefer, M., & Olson, D. (1981). Assessing Intimacy: The Pair Inventory. *Journal of Marital and Family Therapy, 47*–60.
- Schneickert, C., Steckermeier, L. C., & Brand, L. M. (2020). Lonely, Poor, and Ugly? How Cultural Practices and Forms of Capital Relate to Physical Unattractiveness. *Cultural Sociology, 14*(1), 80–105. <https://doi.org/10.1177/1749975520905417>
- Schouten, M. J. (2011). *Uma Sociologia do Gênero*. Edições Húmus.
- Seidman, S., Fischer, N., & Meeks, C. (2006). *Handbook of the New Sexuality Studies*. Routledge.
- Sevón, E. (2012). “My life has changed, but his life hasn’t”: Making sense of the gendering of parenthood during the transition to motherhood. *Feminism and Psychology, 22*(1), 60–80. <https://doi.org/10.1177/0959353511415076>
- Shorter, E. (1995). *A formação da família moderna*. Terramar, D.L.
- Siegel, K., & Meunier, É. (2019). Traditional Sex and Gender Stereotypes in the Relationships of Non-Disclosing Behaviorally Bisexual Men. *Archives of Sexual Behavior, 48*(1), 333–345. <https://doi.org/10.1007/s10508-018-1226-3>
- Silvério, M. (2014a). Gênero, sexualidade e swing: a ressignificação de valores através da troca de casais. *Sexualidad, Salud y Sociedad (Rio de Janeiro), 18*, 111–139. <https://doi.org/10.1590/1984-6487.sess.2014.18.07.a>
- Silvério, M. (2014b). Swing em Portugal: uma interpretação antropológica da troca de casais. *Etnografica, 18*(3), 551–574. <https://doi.org/10.4000/etnografica.3820>
- Simon, W., & Gagnon, J. H. (1986). Sexual scripts: Permanence and change. *Archives of Sexual Behavior, 15*(2), 97–120. <https://doi.org/10.1007/BF01542219>
- Singly, F. de. (1987a). *Fortune et infortune de la femme mariée: sociologie des effets de la vie conjugale* (4th ed.). PUF.
- Singly, F. de. (1987b). Théorie critique de l’homogamie. *L’Année Sociologique, 37*, 181–205.
- Singly, F. de. (2000). *O eu, o casal e a família*. Publicações Dom Quixote.
- Singly, F. de. (2001). *Livres Juntos: o individualismo na vida comum*. Dom Quixote.

- Shotland, R. L., & Hunter, B. A. (1995). Women's "Token Resistant" and Compliant Sexual Behaviors are Related to Uncertain Sexual Intentions and Rape. *Personality and Social Psychology Bulletin*, *21*(3), 226–236. <https://doi.org/10.1177/0146167295213004>
- Sprecher, S., Treger, S., & Sakaluk, J. K. (2013). Premarital sexual standards and sociosexuality: Gender, ethnicity, and cohort differences. *Archives of Sexual Behavior*, *42*(8), 1395–1405. <https://doi.org/10.1007/s10508-013-0145-6>
- Stewart, L. (2018). *Power and Pleasure: Heteronormativity and homophobia in heterosexual sex*. University of Oregon.
- Strandell, J. (2018). Increasing Marriage Rates Despite High Individualization: Understanding the Role of Internal Reference in Swedish Marriage Discourse. *Cultural Sociology*, *12*(1), 75–95. <https://doi.org/10.1177/1749975517722476>
- Strauss, A., & Corbin, J. M. (1990). *Basics of qualitative research: Grounded theory procedures and techniques*. Sage Publications.
- Tavares, I. M., Barros, T., Rosen, N. O., Heiman, J. R., & Nobre, P. (2021). Is Expectant Couples' Similarity in Attitudes to Sex during Pregnancy Linked to Their Sexual Well-being? A Dyadic Study with Response Surface Analysis. *The Journal of Sex Research*, *59*(2). <https://doi.org/https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/00224499.2021.1946672>
- Taylor, S. J., & Bogdan, R. (1984). *Introduction to qualitative research methods: to search for meanings* (2.^a). Wiley-Interscience Publication.
- Thomeer, M. B., Umberson, D., & Pudrovskaya, T. (2013). Marital Processes around Depression: A Gendered and Relational Perspective. *Soc Ment Health*, *1*:3(3), 151–169. <https://doi.org/10.1177/2156869313487224>.
- Tiefer, L. (2001). A new view of women's sexual problems: Why new? Why now? *Journal of Sex Research*, *38*(2), 89–96. <https://doi.org/10.1080/00224490109552075>
- Tolman, D. L. (2002). *Dilemmas of Desire Teenage Girls Talk about Sexuality*. Harvard University Press.
- Tolman, D. L., Spencer, R., Rosen-Reynoso, M., & Porche, M. V. (2003). Sowing the seeds of violence in heterosexual relationships: Early adolescents narrate compulsory heterosexuality. *Journal of Social Issues*, *59*(1), 159–178. <https://doi.org/10.1111/1540-4560.t01-1-00010>
- Torres, A. C. (1987). Amores e desamores - para uma análise sociológica das relações afectivas. *Sociologia - Problemas e Práticas*, *3*, 21–33. http://www.observatoriofamilias.ics.ul.pt/images/Bibliografia/Torres/torres_amores_e_desamores.pdf

- Torres, A. C. (1996). *Divórcio em Portugal, ditos e interditos*. Celta Editora.
- Torres, A. C. (2001). Casamento e Género: mudanças nas famílias contemporâneas a partir do caso português. In *Interseções - Revista de Estudos Interdisciplinares* (Issue 2, pp. 53–70).
- Torres, A. C. (2002a). Casamento: Conversa a duas vozes e em três andamentos. *Análise Social*, 37(163), 569–602.
- Torres, A. C. (2002b). *Casamento em Portugal: Uma Análise Sociológica* (1st ed.). Celta Editora.
- Torres, A. C. (2004). Amor e Ciências Sociais. *Travessias: Revista Da Associação de Ciências Sociais e Humanas Em Língua Portuguesa*, 4/5, 15–45.
- Torres, A. C., Silva, F. V. da, Monteiro, T. L., & Cabrita, M. (2004). *Homens e Mulheres: Entre Família e Trabalho*. CITE.
- Umberson, D., Thomeer, M. B., & Lodge, A. C. (2015). Intimacy and emotion work in lesbian, gay, and heterosexual relationships. *Journal of Marriage and Family*, 77(2), 542–556. <https://doi.org/10.1111/jomf.12178>
- Vale de Almeida, M. (1995). Senhores de Si. In *Senhores de Si*. <https://doi.org/10.4000/books.etnograficapress.459>
- van Anders, S. M., & Chadwick, S. B. (2022). What happens when people refuse to go along with orgasm coercion? An assessment of refusal strategies, perpetrators' subsequent reactions, and relationship and psychological outcomes. *Psychology & Sexuality*, 00(00), 1–20. <https://doi.org/10.1080/19419899.2022.2060130>
- van Anders, S. M., Herbenick, D., Brotto, L. A., Harris, E. A., & Chadwick, S. B. (2021). The Heteronormativity Theory of Low Sexual Desire in Women Partnered with Men. *Archives of Sexual Behavior*, 51(1), 391–415. <https://doi.org/10.1007/s10508-021-02100-x>
- van Hooff, J. (2015). Desires, expectations and the sexual practices of married and cohabiting heterosexual women. *Sociological Research Online*, 20(4), 1–10. <https://doi.org/10.5153/sro.3767>
- Vance, E. B., & Wagner, N. N. (1976). Written descriptions of orgasm: A study of sex differences. *Archives of Sexual Behavior*, 5(1), 87–98. <https://doi.org/10.1007/BF01542242>
- Vaquinhas, I. (2000). A mulher e o poder. Os poderes da mulher. Visão histórica. In *“Senhoras e Mulheres” na sociedade portuguesa do século XIX* (pp. 35–50). Colibri.
- Vasconcelos, P. (1997). Práticas e discursos da conjugalidade e de sexualidade dos jovens portugueses. In M. V. Cabral & J. M. Pais (Eds.), *Jovens Portugueses de hoje*. Celta Editora.

- Ventura, I. (2018). *Medusa no Palácio da Justiça ou uma História da Violação* Medusa no Palácio da Justiça ou uma História da Violação Sexual. Tinta-da-China.
- Verdonk, P., Seesing, H., & De Rijk, A. (2010). Doing masculinity, not doing health? a qualitative study among dutch male employees about health beliefs and workplace physical activity. ¿Hacer masculinidad, no hacer salud? un estudio cualitativo entre empleados varones holandeses sobre creencias de sal. *BMC Public Health*, *10*(712), 1–14.
- Vieira, C. P. (2012). *“Eu faço sexo amoroso”: A Sexualidade dos Jovens pela Voz dos Próprios*. Bizâncio.
- von Krafft-Ebing, R. (1965). *Psychopathia sexualis*. Arcade.
- Walker, A. M. (2020). “It’s My Job to Make Her Orgasm”: Women’s Orgasm Provision as Responsibility and Special Skill. In A. M. Walker (Ed.), *Chasing Masculinity: Men, Validation, and Infidelity* (pp. 163–189). Palgrave Macmillan. <https://doi.org/978-3-030-49818-4>
- Wall, K. (2005). *Famílias em Portugal: percursos, interações, redes sociais*. Imprensa de Ciências Sociais.
- Weber, M. (1999). *Metodologia das ciências sociais* (3.ª). Cortez.
- Weinberg, T. S. (2006). Sadomasochism and the social sciences: A review of the sociological and social psychological literature. *Sadomasochism: Powerful Pleasures*, *50*(2/3), 17–40. <https://doi.org/10.4324/9781315801582>
- Wolf, N. (1992). *The Beauty Myth: How Images of Beauty are Used Against Women*. Doubleday.
- Wolkomir, M. (2020). Swingers and polyamorists: A comparative analysis of gendered power dynamics. *Sexualities*, *23*(7), 1060–1079. <https://doi.org/10.1177/1363460719876845>
- Yin, R. K. (1994). *Case study research: Design and methods*. Sage Publications.
- Yin, R. K. (2011). *Qualitative Research from Start to Finish*. The Guilford Press.
- Yoo, H., Bartle-Haring, S., Day, R. D., & Gangamma, R. (2014). Couple communication, emotional and sexual intimacy, and relationship satisfaction. *Journal of Sex and Marital Therapy*, *40*(4), 275–293. <https://doi.org/10.1080/0092623X.2012.751072>
- Zhang, H., & Xu, H. (2019). A structural model of liminal experience in tourism. *Tourism Management*, *71*(September 2018), 84–98. <https://doi.org/10.1016/j.tourman.2018.09.015>

APÊNDICES

Apêndice 1. Guião de entrevista individual a casais heterossexuais

Entrevista n° _____ Data: __/__/____ Hora de início: _____ Hora de término: _____ Local: _____

I. História da vida do casal

1. Gostaria que me falasse um pouco sobre a relação com o/a seu/sua atual parceiro/a. Quando se conheceram, o que o atraiu no outro e alguns momentos da vossa vida.
2. Fale-me agora, por favor, da experiência de partilhar a vida e habitação com o seu/a parceiro/a. Como foi a decisão de partilhem casa? Como tem sido partilhar o mesmo espaço?

II. Representações da sexualidade e das práticas sexuais

3. Em que consiste, para si, uma relação sexual? (explorar o significado da definição que optou; quando é que começa e quando acaba?)
4. Na sua opinião, existem espaços adequados para as práticas sexuais? Se sim, quais?
5. Já ouviu falar da expressão “ser bom *na cama*”? O que significa para si? Considera-se bom/boa na cama?
6. Para si, existe algum papel/papéis dos homens e das mulheres na prática sexual? Se sim, qual/quais?
7. Gostaria de saber o que pensa relativamente a estes assuntos:
 - a existência de relações extraconjugais?;
 - a não exclusividade sexual (possibilidade dos membros do casal terem, em simultâneo e com consentimento, relações com outra pessoas);
 - a possibilidade de ter sexo em grupo (sexo com várias pessoas em simultâneo);
 - a possibilidade de praticar *swing* (troca de parceiros com outro casal);
 - a sexualidade na velhice.

III. Situação atual da vida sexual do casal

- 8.** Recorda-se da sua primeira experiência amorosa com o/a seu/sua parceiro/a atual? Gostaria que me falasse um pouco da mesma.
- 9.** Qual a importância que atribui ao sexo na sua relação conjugal?
- 10.** Como descreveria a sua vida sexual neste momento? (captar a satisfação que se tira da prática sexual e frequência).
- 11.** Aproximadamente com que frequência tem relações sexuais com o/a seu/sua parceiro/a?
- 12.** A regularidade tem sofrido alterações ao longo da vossa vivência em comum? (gravidez, menstruação, mudança do ciclo de vida, em que circunstâncias). Se sim, como é que isso tem impacto na relação?
- 12.1.** “Na sua perspetiva, o momento que vivenciamos alterou o vosso dia a dia? Gostaria que me falasse se um pouco sobre a relação (sexual) com o/ seu/sua atual parceiro/a nesse período”⁴⁰.
- 13. (para os que têm filhos)** – Fez planos para engravidar? (caso dos homens: para que a sua companheira engravidasse? Como foi tomada a decisão? Como decorreu a vida sexual nesse processo? E durante? E após o nascimento?
- (para os que não têm filhos)** – Alguma vez sentiu vontade de engravidar? (no caso dos homens: que a sua companheira engravidasse? Poderia falar um pouco acerca do assunto?
- 14.** O que espera do/a seu/sua parceiro/a no ato sexual?
- 15.** Na sua perspetiva existe alguma relação entre sexualidade e amor? Se sim, descreva-a. (ver se sexo é essencial para a manutenção do seu relacionamento amoroso; pode existir amor sem desejo sexual; ver se considera que existe uma linguagem própria do amor).
- 16.** No ato sexual quem toma, habitualmente, a iniciativa. De que forma?
- 17.** Na vossa vivência sexual como compatibilizam a vontade de ter sexo? (tempo, disponibilidade, estratégias para a realização do ato sexual).
- 18.** Qual a importância que a comunicação tem na sua vida sexual? (perceber se há espaço na vida quotidiana para falarem da vida sexual; em que momentos; espaço para a negociação das diferentes visões sobre o sexo; de que modo isso altera o funcionamento da vossa relação).

⁴⁰ A partir de 18 de março de 2020, data do surgimento da pandemia SARS Cov-2, as entrevistas passaram a contemplar estas questões.

19. Alguma vez teve relações sexuais com o/a seu/sua parceiro/a sem lhe apetecer? Em que circunstâncias? E o contrário: ficar sem sexo e apetecer-lhe? Se sim, como se sentiu/reagiu? Ou ter sexo, sem o/a seu/sua parceiro/a apetecer-lhe?

20. Alguma vez se sentiu preocupado/a relativamente aos seguintes aspetos:

- (a) ansiedade em relação ao desempenho sexual;
- (b) alcance de orgasmo;
- (c) problemas de ereção e ejaculação (no caso dos homens);
- (d) problemas com a excitação e desconforto (no caso das mulheres).

(Se responder sim, pedir para falar sobre esse problema e o que/quem o ajuda a ultrapassá-lo)

21. Que estratégias adotam para evitar uma gravidez? (Quais? De quem é a iniciativa responsabilidade da utilização desse(s) método(s))?

IV. Práticas sexuais do casal

22. Gostaria agora que se pronunciasse sobre algumas práticas sexuais que eventualmente já experimentou com o/a seu/sua parceiro/a. Pode indicar, entre as apresentadas, as que já experimentou com o/a seu/sua parceiro/a?.)

- (a) fellatio;
- (b) cunnilingus;
- (c) sexo anal;
- (d) sexo sem penetração;

23. Habitualmente experimenta novas posições sexuais com o/a seu/a atual parceiro/a? Se sim, em que circunstâncias?

24. O que pensa sobre a masturbação na vida sexual? (Existe lugar para a masturbação na sua vida sexual? Se sim, em que momentos? (sozinho/a, com o/a parceiro/a, o/a seu/sua parceiro/a já a masturbou).

25. Gostaria que me falasse um pouco sobre o que pensa das práticas de sadomasoquismo. O que pensa sobre atos de subjugação/dominação na relação sexual?

- **Uso de novas tecnologias e consumo de objetos e serviços pornográficos/eróticos**

26. Alguma vez frequentou locais com o objetivo de ter certas experiências sexuais (motel, bares, salões eróticos, locais públicos)? (**Se sim:** frequência; sozinho/a ou com o/a parceiro/a; em que contexto; o que procurava. **Se não:** alguma vez pensou nisso? Gostaria de o fazer?).

27. Quando necessita de alguma informação de cariz sexual onde costuma procurar? Utiliza as novas tecnologias para fins sexuais? (Quais? Com que finalidades? Por que razão as utiliza? Sozinho/a ou com o/a parceiro/a?).

28. Recorre, habitualmente, a algum tipo de material erótico/pornográfico? Se sim, de que tipo e com que objetivos? Como obtém esse material? (internet, *sex shop*...). Se não, alguma vez pensou nisso? Gostaria de o fazer?

29. Para si, o material erótico/ pornográfico é importante na vida sexual?

- **Fantasias e desejos**

30. Costuma revelar ao/à seu/sua parceiro/a as suas fantasias e desejos sexuais?

31. Habitualmente consegue concretizá-los com o/a seu/sua parceiro/a atual? (questionar em que circunstâncias; ver significados, satisfação/prazer que retira dessas fantasias, sentimentos face à impossibilidade de as realizar).

V. Expectativas relativamente à vida sexual futura

32. Olhando para a globalidade da sua vida sexual com o/a seu/sua parceiro/a, existe alguma coisa que gostaria de alterar?

33. Quais são as suas expectativas relativamente ao futuro da sua vida sexual? Tem planos para o futuro? Pode falar-me deles?

34. Há alguma coisa que ocorreu nesta entrevista acerca da qual nunca tenha pensado antes?

35. Para concluir, gostava de saber se existe alguma questão ou aspeto que gostasse de abordar e que considere ser importante para a sua vida sexual.

Agradecimento pela colaboração.

Apêndice 2. Questionário de caracterização sociodemográfica

Questionário n.º _____

Este questionário destina-se a elaborar uma caracterização sociodemográfica dos entrevistados no estudo sobre *Dinâmicas afetivas e sexuais: a (des)construção do casal heterossexual íntimo e igual*. Todos os dados fornecidos são anónimos. Por favor, assinale uma única resposta – a que melhor reflete a sua situação – colocando um X no quadrado respetivo, a não ser que lhe sejam dadas outras instruções na própria pergunta. Obrigada pela sua colaboração!

1. Qual é o seu sexo?

Masculino

Feminino

2. Qual é o seu ano de nascimento?

3. Indique, por favor, o seu local de residência atual:

Concelho: _____

Freguesia: _____

4. Qual é o seu estado civil?

Casado/ união de facto

Separado

Divorciado

Viúvo

Solteiro

5. Há quanto tempo estão a morar juntos?

6. Quantos filhos tem?

6.1. Caso tenha filhos, p.f. indique:

Quantos: _____

Com que idade? _____

Vivem consigo? _____

7. O seu agregado familiar é composto por quantas pessoas?

8. Qual é o seu grau de escolaridade?

1.º ciclo do Ensino Básico (1.º ao 4.º anos de escolaridade) ou equivalente completo

2.º ciclo do Ensino Básico (5.º ao 6.º anos de escolaridade) ou equivalente completo

3.º ciclo do Ensino Básico (7.º ao 9.º anos de escolaridade) ou equivalente completo

Ensino Secundário (10.º ao 11.º anos de escolaridade) ou equivalente completo

12.º ano de escolaridade ou equivalente completo

Licenciatura completa

Mestrado completo

Doutoramento completo

Outro Qual? _____

9. Pertence a alguma Igreja, denominação ou comunidade religiosa?

Sim

Não Passe à questão 11

10. A qual?

Católica

Ortodoxa

Protestante

Judaica

Muçulmana

Outra Qual? _____

11. Independentemente de pertencer, ou não, a uma Igreja, denominação ou comunidade religiosa, até que ponto se considera uma pessoa religiosa?

(Coloque um círculo em torno do número que melhor corresponde à sua posição)

1	2	3	4	5
Nada religioso	Pouco religioso	Não sabe	Algo religioso	Muito religioso

12. Foi educado/a de acordo com os preceitos de alguma Igreja, denominação ou comunidade religiosa?

Sim

Não Passe à questão 14

13. De qual?

Católica

Ortodoxa

Protestante

Judaica

Muçulmana

Outra Qual? _____

14. Qual é/era a sua profissão principal (por favor, descreva também as funções que exerce/exercia nessa atividade profissional)?

Profissão: _____

Funções: _____

15. Qual é a sua condição atual face ao emprego?

Trabalhador a tempo inteiro

Trabalhador a tempo parcial

Trabalhador familiar não remunerado

Desempregado

Reformado

Doméstico/a (ocupa-se das tarefas do lar) Fim _____

Outra situação Qual? _____

16. Qual o sector de atividade em que exerce/exercia a sua profissão principal?

17. Na sua principal atividade profissional, qual é/era a sua situação na profissão?

Patrão/ Trabalhador por conta própria com trabalhadores ao serviço

Trabalhador por conta própria sem trabalhadores ao serviço

Trabalhador por conta de outrem

18. Quantos empregados tem/tinha?

0 a 9 empregados

10 a 49 empregados

50 a 249 empregados

250 ou mais empregados

Fim.

Obrigada pela sua colaboração!

Apêndice 3. Carta de Apresentação

Estudo sobre

Dinâmicas afetivas e sexuais: a (des)construção do casal heterossexual íntimo e igual

A sexualidade assume-se como uma dimensão humana basilar na realização pessoal e conjugal, convidando à reflexão sobre o modo como os membros do casal expressam os afetos, os desejos, os usos do corpo e as condutas sexuais. Este estudo tem como objetivo produzir um conhecimento aprofundado sobre as dinâmicas afetivas e sexuais no quadro de relacionamentos heterossexuais estáveis e sobre os impactos que a gestão e a negociação das práticas sexuais têm na continuidade/rutura das relações amorosas.

Neste sentido, pedimos que participe neste estudo. Toda a informação que nos fornecer é **anónima** e a participação é **voluntária**. Tem o direito de desistir a qualquer momento, sem que isso possa resultar em qualquer prejuízo para si.

Com os melhores cumprimentos e sempre disponível para esclarecimentos adicionais,

Investigadora responsável
(Iolanda Maciel Fontainhas)

Viana do Castelo, ___/___/_____

Apêndice 4. Consentimento Informado

Estudo sobre

Dinâmicas Afetivas e Sexuais: A (des)construção do casal heterossexual íntimo e igual

Declaro que consinto participar no estudo sobre *Dinâmicas afetivas e sexuais: a (des)construção do casal heterossexual íntimo e igual*, para o qual foi solicitada a minha colaboração para a realização de uma entrevista.

Declaro que autorizo a gravação do meu depoimento e utilização posterior dessa informação.

Declaro, ainda, que fui informado(a) acerca do carácter confidencial e anónimo das respostas que der no âmbito do referido estudo, tendo-me sido concedidas garantias de que a minha identidade será protegida.

Declaro, por fim, que me foi dada oportunidade de colocar as questões que julguei necessárias e que fui informado(a) acerca do direito de recusar, a qualquer momento, a participação no estudo.

....., ____ / ____ / ____

Nome: _____

Assinatura: _____

Apêndice 5. Categorias e subcategorias de análise

- O início da relação**
- o primeiro contacto visual e a atração física
 - o “amor à primeira vista/destinado” e a rejeição desse amor (amor construído)
 - espaços e meios de sociabilidade
 - assumir o compromisso
- A vida a dois**
- a decisão de partilhar habitação
 - as adaptações ao outro
 - sentimentos e atitudes na vida em comum
 - a gestão dos conflitos e do(s) silêncio(s)
 - articular a vida pessoal, conjugal e familiar
 - a construção do espaço e do tempo conjugal
 - a importância do conhecimento do outro e da autorrevelação
 - as expectativas face à vida em comum *vs* as realidades quotidianas
- O casal**
- o significado de viver em casal
 - o casamento / a não oficialização
 - (des)conciliação e (re)formulação entre papéis familiares e profissionais
- Intimidade**
- a centralidade da intimidade conjugal: propriedades, dimensões e limites
 - a importância dos afetos
 - o corpo como fonte de entendimento conjugal e sexual
 - o amor como fórmula de regulação das relações íntimas
- A sexualidade**
- constituição e manutenção da relação conjugal
 - as dimensões da sexualidade
 - a (des)valorização da sexualidade.
 - a sexualidade e o amor
 - a visão hedonista da sexualidade
 - a visão tradicional e familista da sexualidade
 - as expectativas face à sexualidade
 - as fases da sexualidade do casal
 - a sexualidade e as fragilidades conjugais

A relação sexual

- “experiência amorosa” vs “experiência sexual”
- a definição de relação sexual
- o primeiro encontro sexual
- espaços sexuais
- negociação e iniciativa sexual
- a regularidade sexual
- “fazer amor” vs “fazer sexo”
- a relação sexual - ser bom na cama

Vida sexual atual

- evolução da vida sexual
- fatores da performance sexual
- o uso de métodos contraceptivos

Práticas sexuais

- representações sociais
- negociação da prática sexual
- fronteiras de adesão ou exclusão de experiências sexuais
- práticas sexuais autoeróticas
- experiências sexuais com terceiros

O gênero

- modelos normativos da mulher
- modelos normativos do homem
- as diferentes necessidades emocionais e sexuais dos homens e das mulheres
- restrições sociais e imposição da moral sexual
- os papéis sexuais - a assunção da igualdade de gênero

A comunicação

- papel da comunicação
- comunicação sexual verbal e não verbal

O passado

- o impacto das experiências afetivas do passado

O futuro

- futuro previsto/provável
- futuro desejado